

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PEDRO PAULO DE LAVOR NUNES

CRÍTICA DOS ESTUDOS DO TERRITÓRIO: PARA ALÉM DE ANTINOMIAS E METÁFORAS

SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO DE 2021

PLANTA
ARRAIAL DE CANUDOS
AUTORIA
COL. SIQUEIRA MENEZES

Des. Hólio



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PEDRO PAULO DE LAVOR NUNES

**CRÍTICA DOS ESTUDOS DO TERRITÓRIO:
PARA ALÉM DE ANTINOMIAS E METÁFORAS**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO DE 2021**

PEDRO PAULO DE LAVOR NUNES

**CRÍTICA DOS ESTUDOS DO TERRITÓRIO:
PARA ALÉM DE ANTINOMIAS E METÁFORAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia - área de Concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos.

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO DE 2021**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

N972c Nunes, Pedro Paulo de Lavor
Crítica dos estudos do território : para além de antinomias e metáforas / Pedro Paulo de Lavor Nunes ; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2021.
215 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Geografia – História e crítica. 2. Geografia – Metodologia. 3. Territorialidade humana. I. Haesbaert, Rogério, 1958- . II. Santos, Ana Rocha dos, orient. III. Título.

CDU 910.1

PEDRO PAULO DE LAVOR NUNES

**CRÍTICA DOS ESTUDOS DO TERRITÓRIO:
PARA ALÉM DE ANTINOMIAS E METÁFORAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia - área de Concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento. **Orientadora:** Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos - UFS
Orientadora

Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição - UFS
Examinadora

Prof. Dr. José Gilberto de Souza - UNESP
Examinador

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto - USP
Examinador

Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior - UNEB
Examinador

São Cristóvão/SE, 24 de fevereiro de 2021.

Às minhas professoras Raimunda Áurea de Sousa,
Alexandrina Luz Conceição e Ana Rocha dos Santos,
*por me ensinarem a trilhar o caminho
pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai (em lembrança), à minha mãe, às minhas irmãs e a todos meus familiares, por todo apoio recebido e pela confiança dada a mim para conseguir alcançar meus objetivos.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Ana Rocha, uma mulher ativa, que ao longo da minha formação doutoral se tornou uma amiga e esteve ao meu lado dando apoio e força, quando muitas vezes não conseguia avançar na produção da pesquisa e escrita. Aprendi demais com nossa relação. Para mim é uma referência pessoal, intelectual e política. Muito obrigado!

Agradeço à minha Banca de Qualificação, Profa. Alexandrina Luz e Profa. Fabrícia de Oliveira, por transformar o momento da etapa da qualificação em um importantíssimo diálogo de reflexão e orientação para o desenvolvimento e finalização da pesquisa.

Agradeço aos demais membros da Banca de Defesa de Tese, Prof. Gilberto de Souza, Prof. Manoel Fernandes e Prof. Wagnervalter Dutra Júnior, pelo desprendimento e consideração na leitura, avaliação e dos novos apontamentos para reflexão crítica.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação – MTE, do qual também faço parte, e, em especial, à Profa. Elza Peixoto, por me ter dado a oportunidade da amizade e apoio, e de realização da leitura e debate dos escritos de Marx e Engels, em quase integralidade.

Agradeço aos grupos de pesquisa Grupo de Pesquisa Estudos Urbano-regionais, Política e Educação – GRUPE, e ao Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT, por terem, em minha vida acadêmica, proporcionado um aprofundamento teórico sobre a crítica geográfica e marxista.

Ao apoio de Priscila Pereira Santos, Danilo Cavalcanti, Ronilson Barboza, Leandro Reis e Rafael Ítalo, nas conversas de café, longos diálogos, debates e companheirismo.

A todas e todos camaradas de organização partidária, no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Agradeço a todos os professores que me acompanharam no meu percurso de vida acadêmica, da graduação na Universidade de Pernambuco (campus Petrolina) à pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe. Vocês não são apenas os meus professores; são os meus colegas, companheiros, minha família.

Agradeço a todos os meus amigos e todas as minhas amigas que me acompanharam no percurso da minha vida e que me apoiaram com o carinho e afeto. Se você está lendo esse texto, saiba que sou grato pela sua existência em minha vida.

Agradeço pela coordenação, colegiado e equipe que tem construído o Programa de Pós-graduação em Geografia da UFS (PPGEO) durante minha estadia na casa que me acolheu e me deu a possibilidade de hoje concluir um curso de doutorado de excelência.

Agradeço a todos colegas de trabalho na Universidade Federal da Bahia (ICS e BIBCIENTEC), pela parceria e confiança que depositaram para concretização do curso. Às minhas colegas das secretarias dos PPGs de Imunologia, Biontec, Renorbio, Processos Integrativos, e Bioquímica, além de meus colegas de departamento e colegiados do Instituto de Ciências da Saúde, e meus atuais colegas da Biblioteca de Ciências e Tecnologias da UFBA.

Se é verdade que os seres humanos podem construir suas próprias geografias, e se as desigualdades inerentes do desenvolvimento capitalista tornam inaceitável o sofrimento imposto a milhões de pessoas em um lugar enquanto propicia benfeitorias econômicas em outro, então seguramente a única questão remanescente é identificar os agentes possíveis e aceitáveis da mudança futura.

Neil Smith, 1988, p. 13.

RESUMO

Uma significativa fração de geógrafos no Brasil, em maior presença nos últimos quarenta anos, tem produzido estudos conceituais do território com fundamento em concepções liberais e irracionais, sob o manto da “pluralidade” e de uma “abordagem relacional”, tendo objetivo atender as perspectivas voltadas aos estudos da territorialidade e aos projetos e planejamentos investidos à escala local, assim como, amparar e legitimar diversos discursos e políticas públicas liberais sob interesse da burguesia. Dentre tais estudos, ressaltam-se, no Brasil os realizados por Rogério Haesbaert, tanto pela quantidade de pesquisas que o utiliza como fundamentação teórica básica, quanto pelo esforço teórico na conceituação/problematização do território, conjugando antinomias e metáforas espaciais, do que ele relaciona entre processos concreto-funcionais e simbólico-identitários. Se, por um lado, o conceito de território enquanto localidade, territorialidade ou lugar foi (re)valorizado, por outro, ocorreu a completa banalização das questões econômico-políticas, reduzindo rigorosamente o debate sobre os conflitos, a dominação de determinadas classes sociais sobre as outras, o caráter ativo do Estado burguês e as múltiplas relações e determinações abarcadas na totalidade da produção capitalista do espaço. Esta tese propõe uma reflexão ontológica de fundamento para a crítica dos estudos epistemológicos de Haesbaert sobre o território, no compromisso de contribuir com uma orientação teórico-metodológica para compreender a realidade social em espaços de apropriação e dominação territoriais. Assim, espaço, dialética, materialidade, escalas espaciais e totalidade serão processualmente evidenciados, sob perspectiva da concepção materialista da história, sendo respaldada a tríade direção crítica-reflexiva-operacional. O método de análise que orientou esta pesquisa e a escrita do conjunto do trabalho doutoral foi o materialismo histórico dialético. Portanto, como o método elaborado por Marx, realizou-se o estudo do real contraditório através da crítica aos fundamentos e das movimentações teóricas ante concepções liberais e de negação da transformação de mundo. No bojo de negação da práxis revolucionária, geógrafos pós-estruturalistas e pós-modernos prolongam o entendimento foucaultiano de universalização das fragmentárias “relações de poder” para o campo da Geografia. E, assim, ao reproduzir uma concepção distorcida da história ou uma abstração total dela, Haesbaert (como representante dos estudos do território no Brasil) em seu processo de produção de pensamento tem convertido contradições dialéticas em antinomias e elevado momentos isolados de uma totalidade contraditória em metáforas espaciais. Na crítica aos pressupostos pós-estruturalistas e pós-modernos, aqui defende-se uma Geografia compromissada com a transformação social, para além de antinomias e metáforas de uma ciência voltada para reprodução da lógica liberal e fomentadora de políticas para reprodução do capital. Uma Geografia que além de denunciar a contradição entre o mundo das aparências e do consumo e a irracionalidade presente no conjunto da sociedade, possa também proclamar aquilo que as concepções liberais tem tentado destruir: as questões da luta por uma outra sociedade e da liberdade humana real.

Palavras-chaves: território, teoria, método, Rogério Haesbaert, História da Geografia.

ABSTRACT

A significant fraction of geographers in Brazil, most present in the last forty years, has produced conceptual studies of the territory based on liberal and irrationalist conceptions, under the cover of “plurality” and a “relational approach”, aiming to meet the perspectives aimed at territoriality studies and projects and plans invested at the local scale, as well as supporting and legitimizing various liberal public discourses and policies under the interest of the bourgeoisie. Among such studies, the studies carried out by Rogério Haesbaert in Brazil stand out, both for the amount of research that uses it as a basic theoretical foundation, and for the theoretical effort in conceptualizing / problematizing the territory, combining antinomies and spatial metaphors, of what he relates between concrete-functional and symbolic-identity processes. If, on the one hand, the concept of territory as a locality, territoriality or place was (re) valued, on the other, there was a complete trivialization of economic-political issues, severely reducing the debate about conflicts, the domination of certain social classes over the others, the active character of the bourgeois state and the multiple relations and determinations encompassed in the totality of the capitalist production of space. This thesis proposes a fundamental ontological reflection for the criticism of Haesbaert's epistemological studies on the territory, in the commitment to contribute with a theoretical-methodological orientation to understand the social reality in spaces of territorial appropriation and domination. Thus, space, dialectics, materiality, spatial scales and totality will be procedurally evidenced, from the perspective of the materialist conception of history, supported by the triad critical-reflexive-operational direction. The method of analysis that guided this research and the writing of all the doctoral work is dialectical historical materialism. Therefore, like the method devised by Marx, the study of the contradictory real was carried out through criticism of the fundamentals and theoretical movements before liberal conceptions and denial of the transformation of the world. In the midst of the denial of revolutionary praxis, post-structuralist and post-modern geographers prolong Foucault's understanding of the universalization of the fragmentary “power relations” for the field of Geography. And so, in reproducing a distorted conception of history or a total abstraction from it, Haesbaert (as a representative of the studies of the territory in Brazil) in his thought production process has converted dialectical contradictions into antinomies and elevated isolated moments of a contradictory totality in spatial metaphors. In criticizing the post-structuralist and post-modern assumptions, here we advocate a Geography committed to social transformation, beyond antinomies and metaphors of a science aimed at reproducing the liberal logic and promoting policies for the reproduction of capital. A Geography that besides denouncing the contradiction between the world of appearances and consumption and the irrationality present in society as a whole, can also proclaim what liberal conceptions have tried to destroy: the issues of the struggle for another society and real human freedom.

Keywords: territory, theory, method, Rogério Haesbaert, History of Geography.

RÉSUMÉ

Une fraction significative des géographes au Brésil, la plupart présents ces quarante dernières années, a produit des études conceptuelles du territoire basées sur des conceptions libérales et irrationnelles, sous couvert de «pluralité» et d'une «approche relationnelle», visant à répondre aux perspectives sur les études de territorialité et sur les projets et plans investis à l'échelle locale, ainsi que sur le soutien et la légitimation de divers discours et politiques publiques libérales dans l'intérêt de la bourgeoisie. Parmi ces études, les études menées par Rogério Haesbaert au Brésil se distinguent, à la fois par la quantité de recherche qui l'utilise comme fondement théorique de base, et par l'effort théorique de conceptualisation / problématisation du territoire, combinant antinomies et métaphores spatiales, de ce qu'il rapporte entre processus concret-fonctionnel et symbolique-identitaire. Si, d'une part, la notion de territoire comme localité, territorialité ou lieu était (ré) valorisée, d'autre part, il y avait une banalisation complète des enjeux économico-politiques, réduisant fortement le débat sur les conflits, la domination de certains les classes sociales par rapport aux autres, le caractère actif de l'État bourgeois et les multiples relations et déterminations englobées dans la totalité de la production capitaliste de l'espace. Cette thèse propose une réflexion ontologique fondamentale pour la critique des études épistémologiques de Haesbaert sur le territoire, dans l'engagement de contribuer avec une orientation théorico-méthodologique à comprendre la réalité sociale dans des espaces d'appropriation et de domination territoriales. Ainsi, l'espace, la dialectique, la matérialité, les échelles spatiales et la totalité seront mis en évidence procéduralement, du point de vue de la conception matérialiste de l'histoire, soutenue par la triade direction critique-réflexive-opérationnelle. La méthode d'analyse qui a guidé cette recherche et la rédaction de tout le travail doctoral est le matérialisme historique dialectique. Ainsi, comme la méthode imaginée par Marx, l'étude du réel contradictoire s'est faite à travers la critique des fondamentaux et des mouvements théoriques avant les conceptions libérales et le déni de la transformation du monde. Au milieu du déni de la praxis révolutionnaire, les géographes post-structuralistes et postmodernes prolongent la compréhension de Foucault de l'universalisation des «rapports de pouvoir» fragmentaires pour le domaine de la géographie. Et ainsi, en reproduisant une conception déformée de l'histoire ou une abstraction totale de celle-ci, Haesbaert (en tant que représentant des études du territoire brésilien) dans son processus de production de pensée a converti les contradictions dialectiques en antinomies et élevé des moments isolés d'une totalité contradictoire dans les métaphores spatiales. En critiquant les hypothèses post-structuralistes et postmodernes, nous prôtons ici une Géographie engagée dans la transformation sociale, en plus des antinomies et des métaphores d'une science visant à reproduire la logique libérale et à promouvoir des politiques de reproduction du capital. Une Géographie qui, en plus de dénoncer la contradiction entre le monde des apparences et de la consommation et l'irrationalité présente dans la société dans son ensemble, peut aussi proclamer ce que les conceptions libérales ont tenté de détruire: les enjeux de la lutte pour une autre société et une vraie liberté humaine.

Mots-clés: territoire, théorie, méthode, Rogério Haesbaert, Histoire de la Géographie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Avaliação dos trabalhos publicados no XIII ENANPEGE 2019 - 1	75
Figura 2: Avaliação dos trabalhos publicados no XIII ENANPEGE 2019 - 2	75
Figura 3: Avaliação dos trabalhos na perspectiva crítica, publicados nos anais do XIII ENANPEGE 2019	78
Figura 4: Exposição da obra "Perímetros"	144

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	15
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Método	25
1.2 Metodologia	28
1.3 Formatação	31
1.4 Curadoria iconográfica	32
CAPÍTULO 2	35
2 DIALÉTICA EM HAESBAERT: ANTINOMIAS E METÁFORAS	36
2.1 Categorias espaço e tempo	38
2.2 O conceito deleuze-guattariano de des-re-territorialização em Haesbaert	47
2.3 Abordagem integradora, relacional e híbrida como negação à dialética materialista	51
CAPÍTULO 3	58
3 ESPAÇO E DIALÉTICA: DAS METÁFORAS AO MÉTODO DA PRÁXIS	59
3.1 Dialética: unidade e luta dos contrários ou transformação do real?	60
3.2 A dialética e a Geografia Crítica no Brasil	65
3.3 Há dialética materialista na Geografia produzida no Brasil hoje?	71
3.4 Elementos para crítica às teorias pós-modernas na Geografia	80
3.5 Por uma Geografia da práxis revolucionária	86
CAPÍTULO 4	91
4 CRÍTICA DA LEITURA HAESBAERTIANA AO MATERIALISMO (DIALÉTICO)	92
4.1 Filosofia, Geografia e crise da modernidade	94
4.2 Revisando a leitura haesbaertiana da materialidade e do materialismo	105
4.3 Exortações haesbaertianas contra o materialismo dialético (e contra o marxismo)	112
CAPÍTULO 5	115
5 ESPAÇO E MATERIALIDADE: LIÇÕES DE MARX	116
5.1 Matéria enquanto o real	117
5.2 Retirar as máscaras das coisas	124
5.3 Materialidade e subjetividade	129
5.4 Notas para um debate necessário	133
CAPÍTULO 6	136
6 ESPAÇO E ESCALAS ESPACIAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS	137

6.1 Território enquanto escala local.....	138
6.2 A produção do espaço e de suas múltiplas escalas espaciais.....	143
6.3 O espaço fora da prática social e sua fragmentação particularizante.....	148
6.4 O perigo de pensar o local como espaço ou escala espacial.....	153
6.5 O espaço em sua totalidade.....	156
CAPÍTULO 7.....	159
7 ESPAÇO E TERRITÓRIO.....	160
7.1 Aspectos conceituais associados ao estudo do território em Haesbaert.....	162
7.2 Repensando o território, para além da territorialidade.....	170
7.3 A produção do território na produção das relações sociais.....	177
CAPÍTULO 8.....	183
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS.....	201



Barricada da Rue Royale, vista para a Igreja de la Madeleine
durante a Comuna de Paris.
Autoria desconhecida, 1871.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1970, forjou-se a mais recente transformação do modelo de produção do capitalismo, desenvolvido pelo processo de crises econômicas causadas pelo definhamento da acumulação sobre moldes fordista-keynesianos e pelas transformações liberalizantes no caráter do Estado. Tais ações se deram como aparato do capital à sua flutuação sobre um novo modelo de produção e acumulação “flexível”, onde o próprio Estado não deveria destinar mais força ao planejamento nacional (macro) estratégico favorecendo o próprio capital, mas agora sendo um Estado empresarial (micro), atrelado principalmente às instituições financeiras e de crédito. Não mais pela socialização do bem-estar social, mas sim pela privatização das necessidades coletivas para formalização do prolongado desenvolvimento de uma forte parceria entre o Estado e o capital.

Nesse âmago, instaurou-se mundialmente um processo de desmonte das políticas nacionais de “Bem-Estar Social”, principalmente referendado nas seguintes caracterizações: deterioração dos gastos públicos e aumento progressivo da demanda de títulos da dívida pública; desregulamentação das leis trabalhistas e das leis que regiam os mercados financeiros; privatização da assistência básica coletiva (educação, saúde, mobilidade etc.); e descentralização mundial e regional dos polos de produção industrial para crescimento da extração de mais-valor e desorganização dos movimentos trabalhistas e sindicais.

Os últimos anos do século passado foram marcados pelo dismantelamento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e, conseqüentemente, pela expansão do capitalismo para todos os cantos do planeta. Este processo de reprodução ampliada do capital, conhecido genericamente de globalização, é caracterizado pelos avanços tecnológicos (especialmente nos processos produtivos e nos meios de comunicação), pelo esgotamento do Estado [de Bem-Estar] Social que caracterizou os 50 anos anteriores e pela ascensão da “nova ordem mundial”, calcada nos valores democráticos burgueses, no livre comércio e na cultura consumista (SPARTAKUS, 2012, p. 2).

Todo esse movimento da reprodução ampliada do capital, que desde a última quadra do século XX aguçou a exploração do trabalho por meio da expansão da mais-valia relativa, foi balizado pelo desenvolvimento de um aparato de manipulação que influenciasse o comportamento, os desejos, as novas (falsas) necessidades e o consumo do todo social. Afinal, “elemento indispensável do neocapitalismo, a manipulação tem como objetivo destruir a especificidade dos indivíduos, homogeneizando seu comportamento ao transformá-lo em algo ‘calculável’ e previsível” (COUTINHO, 2010, p. 71). Os variados discursos (e ideologias) liberais, ora de desenvolvimento sustentável, ora desenvolvimento local ou territorial, por exemplo, tornaram-se a estratégia do distanciamento do campo da luta de classes para o que Coutinho (2010) identificou no renascimento de uma forma primitiva de “anticapitalismo romântico”, onde a eliminação da contrariedade continua a ser a tarefa básica.

A “Geografia”¹ não se isolou desse processo. A própria ciência humana de estudos espaciais se pautou num reflexo ideológico do mundo manipulado. Vale o esforço de focar melhor esse movimento histórico na Geografia.

Num processo de discussão e reflexão sobre as mudanças socioespaciais efetivadas desde o pós-segunda guerra mundial e, inclusive, produto dos processos de mobilizações populares e trabalhistas na década de 1970 e 1980, temas anteriormente não validados nos estudos espaciais e geográficos começaram a se apresentar com solidez, unindo análises políticas e científicas sociais, tais como: produção do espaço (*A produção do espaço*, Henri Lefebvre, 1974), geografia histórica e filosofia (*Marxismo e geografia*, Massimo Quaini, 1974), análise espacial e geopolítica (*A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Yves Lacoste, 1976), crise, ideologia e crítica (*Hérodote, Revue de Géographie et de Géopolitique*, desde 1976, França), imperialismo e revolução (*New Left Review*, desde 1960, Inglaterra), e marxismo e geografia radical (*Antipode - A Radical Journal of Geography*, desde 1969, Estados Unidos).

¹ Quando na Tese apresentar o termo Geografia (com letra maiúscula), se trata tanto dos estudos geográficos nas suas diferentes temáticas, teorias e métodos, quanto dos seus próprios pesquisadores (e, em especial, o seu establishment). Já a História da Geografia (comumente chamada de “Pensamento Geográfico”), é o movimento de produção e reprodução desses estudos geográficos e pesquisadores geógrafos no tempo e no espaço.

Além dos novos temas que foram introduzidos no período de “renovo” da História da Geografia ante ao quantitativismo neopositivista, se iniciou também um aprofundamento na crítica às análises de categorias e conceitos que, até aquele momento, estavam sendo fundamentadas nas concepções filosóficas positivistas e empiristas. Essas análises foram realizadas, em especial, ou em novas concepções sobre as categorias e conceitos espaço e território, ou no reforço de tais categorias e conceitos blindados de crítica do *modus operandi*.

Neste contexto histórico, reuniu-se um conjunto de pensadores na Geografia que, baseados no materialismo dialético, no estruturalismo e na fenomenologia, desenvolveram teorizações sobre o território (como noção, conceito ou categoria), expondo críticas à concepção ratzeliana, na qual abordava que “o território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1990, p. 23). As principais influências desse conjunto de teóricos do território foram Jean Gottmann, Claude Raffestin e Robert Sack, assim como pontuado por Saquet (2010) em seu popularizado livro *Abordagens e concepções de território*.

Na Geografia produzida no Brasil, os estudos do espaço e do território começaram a ter maior importância no bojo dos investimentos sobre globalização, sustentabilidade e desenvolvimento local, junto com a crítica do pensamento positivista e com a abertura para as concepções filosóficas fenomenológicas e materialistas histórico-dialéticas. Ressalta-se que, no Brasil, esta mudança essencialmente epistemológica esteve conjugada a uma crise política-institucional dos anos autoritários de ditadura empresarial-militar e abertura para uma perspectiva crítica e democrática nas organizações populares e acadêmicas, principalmente após o decreto da Lei da Anistia, em 1978, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas, acadêmicos e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Mas a crítica não se expressou com força para além de suas próprias amarras epistemológicas.

No senso comum, continuamente se reforça a ideia que, no ano de 1978, dois fatos podem ter sido considerados como uma “passagem” política e filosófica na Geografia brasileira: 1) primeiro a publicação do livro de Milton Santos, *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, e as traduções para o português dos seus livros: *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*; *A pobreza urbana*; *O espaço dividido*; e por fim, *Economia espacial: críticas e alternativas*, 2) e

segundo, a realização do *III Encontro Nacional de Geógrafos* (ENG), ocorrido na cidade de Fortaleza, com fortes provocações para a chamada renovação da Geografia, expressada pelo pensamento de Arlete Moysés Rodrigues, Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre outros geógrafos e geógrafas.

Neste ínterim, diferente da categoria espaço (geográfico), que desde o início da chamada “renovação” da Geografia no Brasil houve uma tendência na ampliação da abordagem de sua conceituação e problematização, há quem defenda que o território começou a ser amplamente pesquisado e referenciado no mesmo período da realização dos seminários coordenados por Milton Santos, com os temas de *O Novo Mapa do Mundo e Território: globalização e fragmentação*, ocorridos na Universidade de São Paulo, nos anos de 1992 e 1993; e a partir da tradução, em 1993, da obra de Claude Raffestin, *Por uma Geografia do Poder* (SAQUET, 2010). Assim como no parágrafo citado acima, reportam-se a eventos (rupturas), e não aos processos e suas questões filosóficas, a materialidade das abordagens críticas do que e porque pensar espaço e território.

A produção do conhecimento científico e filosófico sobre e do território se reúne em resultados de pesquisas nas diferentes apresentações bibliográficas e orais, desde a publicação de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação, livros, capítulos de livros, artigos científicos, resumos em anais de eventos acadêmicos, até mesmo em apresentações orais de pesquisas e reflexões em eventos, conferências, seminários, aulas acadêmicas, entre outras atividades. Dentre os estudos desenvolvidos pelo conjunto teórico de fundamento para a produção de temas, noções e conceitos do território no Brasil, ressaltam-se os estudos realizados por Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet e Marcelo Lopes de Souza, tanto pela quantidade de pesquisas que os utilizam como fundamentação teórica básica, quanto pela proximidade na abordagem filosófica que os três apresentam, situadas na conceituação/problematização do território, os três seguindo a mesma linha de pensamento, conjugando processos concreto-funcionais e simbólico-identitários. O destaque nestes autores (Haesbaert, Saquet e Souza) foi favorecido tendo como base uma pesquisa amostral, a partir da quantificação de autores que fundamentaram os trabalhos doutorais recém publicados no Brasil, que estivessem relacionados com o território.

Com o objetivo proposto de alcançar a realização de uma reflexão ontognoseológica de fundamento para a crítica e avaliação dos estudos conceituais do/sobre o território, no compromisso de contribuir com uma orientação teórico-metodológica para compreender a realidade social em espaços de apropriação e dominação territoriais, foi catalogado do Banco de Teses da CAPES o quantitativo de 520 teses de doutorado, defendidas entre os anos de 2013 a 2018², que apresentavam a palavra “território” em seus títulos, resumos ou palavras-chaves. Dentre os trabalhos doutorais que serviram para a pesquisa, foram adotadas teses das seguintes Instituições de Ensino Superior (IES): PUC-MG (01), UECE (11), UEL (01), UEM (16), UEPG (06), UERJ (02), UFBA (19), UFC (16), UFF (01), UFG (37), UFGD (03), UFMG (04), UFPB (02), UFPE (11), UFPR (54), UFRGS (51), UFRJ (11), UFRN (11), UFS (26), UFSC (18), UFSM (06), UFU (88), UnB (26), UNESP (48), UNICAMP (14), USP (37). A escolha do quantitativo de cada IES foi dada pela sequência do próprio Banco de Teses da CAPES e pela presença do arquivo digital da tese no sistema SUCUPIRA/CAPES. Assim, tiveram pesquisas doutorais de quatro das cinco regiões político-administrativas do país: Sudeste (206), Sul (146), Nordeste (96) e Centro-Oeste (66).

Numa primeira observação, pôde-se averiguar que nem todas as 520 teses apresentavam estudos sobre o território, queira o considerando como conceito, categoria ou mesmo noção na explicação do objeto de pesquisa estudado nos diferentes trabalhos doutorais. Para isso, foi necessário fazer uma seleção que formasse uma amostra mais próxima dos trabalhos que apresentassem estudos do território. Primeiro foram separados os trabalhos que apresentavam ou não a palavra território(s) como palavras-chave, a fim de analisar o que na pesquisa a autoria da tese entendia a palavra território como um conceito, uma categoria ou uma noção a ser destacada como chave de acesso à sua publicação de pesquisa.

Das 520 teses destacadas, 118 teses com a palavra-chave território(s). Entretanto, percebeu-se que a fração da pesquisa precisaria ser ampliada para ter uma melhor precisão nas análises. Tendo como parâmetro as teses com palavras-chaves “território”, observou-se que destas teses, a maioria abarcavam um parâmetro

² A escolha do período (2013 a 2018) foi definido tendo por base o ano de início das teses em arquivos pdf começarem a ser submetidas à Plataforma Sucupira (a partir de 2013), até o ano que precisou fazer a análise quantitativa para avaliação da tese (2018). A lista das teses encontra-se anexo a este trabalho de Tese, suprimindo os nomes dos autores e títulos.

quantitativo circunstancial: 89% continham mais de 100 palavras “território(s)” citadas no corpo da tese. Foi escolhida em nossa aferição mais um recorte quantitativo eventual: acrescentando todas as teses que, mesmo não tendo a palavra-chave território(s), continham mais de 100 palavras território(s) no corpo do texto, em seu todo. Assim, houve um aumento da amostra de 118 para 251 teses doutorais, cerca de 48% do total de 520 teses anteriormente destacadas. Desse conjunto, fez-se uma análise qualitativa e identificou-se que toda base amostral de teses apresentou estudos categoriais e/ou conceituais sobre território, seja em capítulos específicos ou mesmo na escrita integral da tese, seja sob o aporte da teoria, seja pela sustentação da prática.

Com a amostra selecionada, identificou-se que Rogério Haesbaert é o pesquisador brasileiro mais citado e que é o mais usado para fundamentar os estudos do território no Brasil, com cerca de 74% da amostra total. O segundo pesquisador mais citado, Marcos Aurélio Saquet, tem sido referência em cerca de 48% das teses doutorais que estudam o território. E, por fim, cerca de 40% das teses doutorais utilizam Marcelo Lopes de Souza como fundamento bibliográfico para os estudos do território no Brasil. Este último com uma particularidade, um pouco mais de 46% dos estudos que o utilizam, trabalham um mesmo texto: *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, publicado no livro *Geografia: conceitos e temas*, com sua primeira edição impressa em 1995.

Procurou-se identificar na base amostral quem fundamenta atualmente os estudos do território no Brasil e que ainda está produzindo pensamento sobre o território. Caso contrário, outros pesquisadores poderiam também ser ressaltados, ou pela sua importância na História da Geografia ou na quantidade de citações e na fundamentação teórica das teses, como Antonio Carlos Robert Moraes, Bertha Koiffmann Becker, Manoel Corrêa de Andrade e Milton Santos. Além dos pensamentos de Haesbaert, Saquet e Souza ainda estarem em movimento, continuando a produzir conhecimento sobre o entendimento do território, destaca-se que os três utilizam em suas fundamentações teóricas um mesmo estudioso do território, o geógrafo suíço Claude Raffestin. As abordagens filosóficas de Raffestin dão suporte a uma concepção aproximada do entendimento do território, evidenciando a identidade territorial como via de explicação da realidade social na complexidade da multiterritorialidade contemporânea. Tais estudos têm sido aporte para fundamentações sobre o ordenamento territorial e sustentação para a concepção de

estudos como os de planejamento, gestão, dinâmica e organização territorial. E vale ressaltar que Raffestin não tem sido referência somente para Haesbaert, Saquet e Souza, mas para aproximadamente 70% dos estudos do território no Brasil.

Uma outra consideração inicial que pode ser feita entre tais estudos do território é que em sua magnitude, tais análises se conectam em reflexões tão somente epistemológicas. Os pressupostos essencialmente epistemológicos dão o fundamento das leituras. A produção do pensamento destituída da produção do real concreto, da ontologia. Assim como pode se observar a destituição nas análises, por exemplo, da totalidade, das contradições, da relação capital-trabalho, renegadas como pertencentes a narrativas totalizantes e que não são necessárias para explicação conceitual e científica da Geografia. “Enquanto na dimensão epistemológica examina-se o conhecimento percebido e seu funcionamento, na perspectiva subjetiva, fragmentária, a ontologia analisa a realidade, em movimento contraditório” (CONCEIÇÃO, 2020, p. 32).

Assim, um dos representantes na atualidade, que resume no conjunto de sua bibliografia o caráter da crítica epistemológica sobre o conceito de território, desenvolvido na Geografia produzida no Brasil, é o geógrafo Rogério Haesbaert. As leituras feitas por Saquet e Souza, com suas particularidades e distintos focos de análises, são abarcadas e sintetizadas na produção do pensamento Haesbaert, seja no tocante aos objetivos e fundamentos de pesquisa, nas respostas encontradas, na forma de pensar e de escrever, e na proximidade de conceber a realidade.

Na tentativa em compreender como a leitura de Haesbaert respalda os estudos do território com fundamento em concepções liberais, outros dados precisam ser ressaltados como justificativa para realização da crítica aos estudos do território no Brasil aqui propostos. Ao separar uma amostra de 100 teses (um novo recorte das teses citadas acima) que utilizam Haesbaert como fundamentação de seus estudos, pôde-se identificar que 78% destas analisam o território como fundamento ou consequência do conceito de territorialidade. Assim como 80% levantam a bandeira de que seja através do desenvolvimento econômico ou territorial, de uma boa gestão e organização do território (e do espaço), ou simplesmente do reconhecimento da diversidade e pluralidade dos modos de vida e de suas territorialidades, possa chegar a uma justa espacialidade, uma justa relação cultural, social, política e mercantil. E também (não sei se há necessidade de causar espanto), 92% deste recorte de teses que utilizam Haesbaert como fundamentação, realizam suas análises ou associando

o território enquanto escala local (ou micro, síntese), ou irão ter a escala local como base de estudo, prática e intervenção em seus objetos de pesquisas. Entretanto, muitas destas teses o citam por conveniência ou comodidade na busca científica, além das que citam por convergência mesmo. À essa Geografia que precisa copiar e colar acriticamente fragmentos de textos de Haesbaert, denominemos de “Geografia da Decadência”.

Isto posto, há de se apreender o estudo mais restrito da obra de Haesbaert, na identificação do que inicialmente foi colocado na abertura dessa introdução, quanto ao processo de capitulação do “anticapitalismo romântico” à aparência da sociedade atual. Um indicativo manifestado, por exemplo, no cerne de seu livro (e artigo) publicado em 1998 com o título de *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*:

A relativa coerência fundada pela modernidade capitalista entre redes econômicas (...) cada vez mais globalizantes e territórios estatais-nacionais institucionalizadores e/ou reguladores dessa dinâmica cada vez mais se fragiliza e perde sentido. A globalização econômica atingiu tal nível, sobretudo nos países centrais, que começou a gerar a necessidade de novas escalas de gestão, tanto ao nível macro (...) quanto local e intermediário (...), geralmente desprezando as identidades previamente forjadas no espaço vivido dos grupos sociais. Outro grande dilema é que a formação dessas novas escalas de gestão não assegura em nada uma maior democratização no acesso à informação, às novas tecnologias e ao capital, podendo mesmo restringi-la ainda mais (HAESBAERT, 1998, p. 45, grifo nosso).

É notável em seu argumento que, desde a virada do século, o seu problema central resume-se tão somente que “mesmo com toda a sua eficácia econômica, o capitalismo não é capaz de dar um sentido à vida coletiva, propor um projeto social efetivo” (HAESBAERT, 1998, p. 22). Até porque, se o capitalismo conseguisse democratizar o acesso à informação, tecnologia e ao próprio capital, a sociedade seria mais justa, mesmo com a exploração da mais-valia relativa na estratosfera. E aí a sua crítica se realizará muito mais no caráter do Estado (ou melhor, do “governo”, nas suas tomadas de decisões políticas), do que na relação capital-Estado. O “Estado” é o grande vilão, ainda mais quando ele for governado por “ditaduras comunistas” (HAESBAERT, 1998, p. 40) ou quando o for governado por “extremistas mulçumanos” (HAESBAERT, 1998, p. 37). O governo estadunidense e dos demais países centrais do capitalismo, mesmo com toda a avalanche contrária à soberania dos povos e

liberdade de exploração do capital, são exemplos de democracia. Havendo somente de se criar uma conexão entre a dinâmica econômica, a gestão política e a identidade cultural.

Com isso indagaremos nos capítulos seguintes se há na bibliografia de Haesbaert o esforço de se pautar a unidade dos diferentes sujeitos e das diferentes pautas de luta em prol de uma transformação social mais profunda, além de que, se seus objetivos não almejam a superação do capitalismo e sim uma inserção mais justa dos diversos grupos e indivíduos a esta sociedade. Isso posto na crítica de seus pressupostos (ontológicos, gnoseológicos, axiológicos e teleológicos) nos encadeamentos com a disputa de interesses decorrentes da luta de classes entre capital e trabalho correspondente ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas atuais. A partir das indicações até aqui postas neste trabalho doutoral será desenvolvida uma reflexão crítica ontológica, tendo como problema a seguinte tese:

A Geografia no Brasil, em maior presença nos últimos quarenta anos, tem produzido estudos conceituais do território com fundamento em concepções liberais e irracionalistas, sob o manto da “pluralidade” e de uma “abordagem relacional”, tendo objetivo atender as perspectivas voltadas aos estudos da territorialidade e aos projetos e planejamentos investidos à escala local, assim como, amparar e legitimar diversos discursos e políticas públicas liberais sob interesse da burguesia. Dentre tais estudos, ressaltam-se no Brasil os estudos realizados por Rogério Haesbaert, tanto pela quantidade de pesquisas que o utiliza como fundamentação teórica básica, quanto pelo esforço teórico na conceituação/problematização do território, conjugando antinomias e metáforas espaciais, do que ele relaciona entre processos concreto-funcionais e simbólico-identitários. Se, por um lado, o conceito de território enquanto localidade, territorialidade ou lugar foi (re)valorizado, por outro, ocorreu a completa banalização das questões econômico-políticas, reduzindo rigorosamente o debate sobre os conflitos, a dominação de determinadas classes sociais sobre as outras, o caráter ativo do Estado burguês e as múltiplas relações e determinações abarcadas na totalidade da produção capitalista do espaço.

Esta tese propõe, desse modo, uma reflexão ontognoseológica de fundamento para a crítica e avaliação dos estudos conceituais de Haesbaert sobre o

território, desenvolvida nos capítulos seguintes, no compromisso de contribuir com uma orientação teórico-metodológica para compreender a realidade social em espaços de apropriação e dominação territoriais. Assim, espaço, dialética, materialidade, escalas espaciais e totalidade serão processualmente evidenciados, sob a perspectiva da concepção materialista da história, sendo respaldada a tríade direção crítica-reflexiva-operacional. Portanto, como o método elaborado por Marx, aqui realizou-se o estudo do real contraditório através da crítica aos fundamentos e das movimentações teóricas ante concepções liberais e de negação da transformação de mundo.

1.1 Método

O método e a metodologia de pesquisa são um dos apontamentos imprescindíveis no desenvolvimento de uma investigação e de uma exposição de trabalho acadêmico, apresentando um conjunto de concepções de pensamento e procedimentos metodológicos que nortearão o objetivo proposto e darão sistematização filosófica e científica ao trabalho de pesquisa. É necessário ressaltar que essa sistematização metódica e metodológica tem sua base em duas orientações diferentes, mas complementares: o método (concepção) de análise (método filosófico) e o método (procedimentos metodológicos) de pesquisa (método científico).

A diferença entre método de análise e método de pesquisa consiste que o primeiro está relacionado às concepções presentes na reflexão filosófica, na possibilidade de explicar e interpretar o mundo e a realidade e as relações que o envolve, e o segundo reúne e articula o conjunto de procedimentos técnicos e operacionais em determinada investigação. A orientação de um método de análise norteará 1) a concepção de mundo e de projeto de sociedade do pesquisador, e 2) a forma de pensar, conhecer e conduzir o estudo com base em teorias e sistemas filosóficos.

Cabe evidenciar que “cada concepção do ato cognitivo condiciona a adoção de todo um conjunto de procedimentos de pesquisa que correspondam a esta forma de conceber a consciência do mundo”, sendo assim, Moraes (2014, p. 13) complementa que “os componentes filosóficos de um método assumido vão

condicionar os recortes analíticos passíveis de serem executados sob sua orientação, bem como as suas possibilidades de interlocuções interdisciplinares coerentes”.

O método de análise que orientou esta pesquisa e a escrita do conjunto do trabalho doutoral foi o materialismo histórico dialético. Embasado nesta concepção de análise e mediante cuidadosa investigação científica, concebemos o movimento da sociedade como um processo histórico, processualmente mutável, em transformação, que determina e que independe da vontade, consciência e intenção dos homens. Com base na concepção materialista da história, tomar-se-á por fundamento em

não explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, (...) mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Na contradição de se pensar a sociedade, a natureza, a história, a política, a economia e a filosofia, a concepção materialista e dialética da história precisa ser fundamento na transformação da forma de pensar a si mesma e na expressão revolucionária de transformação da sociedade. Todavia, assim como afirma Moraes (2014, p. 10), destaca-se que precisamos assumir “tal filiação não como dogma ou doutrina, mas como inspiração de uma forma de ver e interpretar as sociedades e a história”.

Assim como o pensamento filosófico, o pensamento geográfico consiste em um campo do conhecimento científico abarcado por diferentes teorias e que também são defendidos por diferentes métodos e concepções filosóficas. Com o fraterno debate entre as diferentes ideias, teses, teorias, metanarrativas, filosofias e métodos, é possível um avanço na produção científica e na reflexão filosófica crítico-processual. Confirmando o que já foi exposto, ao ser usada a concepção materialista e dialética da história nos estudos geográficos, e principalmente apoiado na teoria do conhecimento de Engels e Marx, o diálogo foi realizado com teorias de diferentes concepções de análise filosófica com o fim de pensar na dialética do conhecimento acumulado sobre o território (mesmo que essencialmente Haesbaert tenha sido

tomado como base de sustentação crítica), para assim, (re)pensar uma referência materialista histórico dialética para novos estudos, críticas e elaborações teóricas.

O método de pesquisa posto em atividade esteve, essencialmente, vinculado ao método de análise evidenciado – o materialismo histórico dialético. Seguindo as diretrizes explicitadas por Marx (2013), no posfácio à segunda edição d'O Capital, se referindo à aplicação do seu método na pesquisa, é necessária a apropriação da matéria (realidade exterior e independente do *nosso entendimento* e que não necessita *deste* para existir) em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento (no tempo e no espaço) e rastrear seu nexos interno (descobrir a relação íntima que existe entre a matéria e suas diferentes formas de desenvolvimento). Para constatar o movimento do real (incluindo até mesmo as abstrações e análises do pensamento) e estudar a realidade no seu devir, conheceremos *aquilo que é* para entender *aquilo que pode vir a ser*. Assim, o interesse em especial foi estudar um conjunto de obras e escritos que possibilitaram interpretar o modo particular como o pensamento de Rogério Haesbaert tem produzido estudos do território e compreender como seus pressupostos filosóficos norteiam os seus fundamentos conceituais e categoriais.

Assim como o método elaborado por Marx, se deu o estudo do real contraditório através dos fundamentos e das movimentações teóricas. Porém, assim como Marx já criticava no materialismo de Feuerbach, se o que importa na verdade é transformar o mundo, precisa-se também intervir criticamente na modulação do objeto de estudo (não o estudo do objeto pela sua contemplação, mas como prática). Ressalta-se que para a proposta de tese, “*criticar* não é dizer mal. É procurar ver bem” (BARATA-MOURA, 2015, p. 8, grifo do autor), ou seja, “*criticar* não é contra-pôr a um enunciado unilateral dado com outras abstrações que simplesmente se debitam. Criticar é tentar pôr o entramado dos *processos* na articulada *concreção devenida* que formam[, para melhor o ex-pôr]” (BARATA-MOURA, 2015, p. 8, grifos do autor).

Dessa forma, a escrita da tese foi elaborada na apresentação do objeto (estudos do território no Brasil, em especial os fundamentos produzidos por Rogério Haesbaert), na realização da crítica aos pressupostos filosóficos dos estudos do território (no Brasil), e na reflexão crítica da relação que existe entre os estudos do território e o seu progressivo afastamento do domínio da racionalidade. Por fim, ainda, Barata-Moura conclui que “sem o exercício criterioso e fundado destes vectores da crítica [na compreensão do real], não há conhecimento que se apure, não há saber

que se possua, não há descoberta que sobrevenha. Não há também prática consistente que resolva” (BARATA-MOURA, 2013, p. 29). Mesmo não tendo como afirmar que todos os pontos serão devidamente amarrados, que todos os problemas serão resolvidos, e que, também, não se trata apenas de conhecer e dar conhecimento, de repetir o conhecimento estudado, aqui se trata de, na crítica ontognoseológica, pôr em debate esse conhecimento e criar a possibilidade futura para repensar os problemas aqui postos, na perspectiva de produzir novas reflexões críticas (e autocríticas), com novas leituras, perguntas, problemas, sob novos pressupostos e avaliações.

1.2 Metodologia

A metodologia é o conjunto de técnicas e procedimentos usados na tentativa de alcançar os resultados esperados. Para a metodologia da pesquisa foi desenvolvido um conjunto de técnicas qualitativas e quantitativas que possibilitaram dar maior veracidade e assertividade na exposição da investigação e reflexão. As análises quantitativas foram utilizadas como fundante para uma justificação concreta em todo trabalho de tese, desde o recorte na escolha de Haesbaert como síntese dos estudos do território no Brasil, quanto na identificação que uma determinada amostra de teses doutorais o utilizam para reforçar o desenvolvimento e ordenamento territorial, a multi-territorialidade, e o território enquanto uma escala local, escala micro, lugar. Já as análises qualitativas foram utilizadas para leitura, conhecimento, exposição, diálogo e crítica processual-reflexiva, em todos os capítulos da tese.

Como um importante e significativo recorte dos estudos do território no Brasil, estudar a obra de Haesbaert, a sua tessitura, as articulações propostas, a maneira pela qual é construído e produzido o seu pensamento, faz com que desvendamos possíveis “segredos” encobertos sob os mantos de operações intelectuais em que o objeto de reflexão (território) é isolado da totalidade, da concreção da realidade. Assim, para uma maior qualidade na investigação da obra de Haesbaert, além de serem lidos 6 capítulos de livros e 19 artigos publicados em revistas, anais e jornais, foram lidos também, na integralidade, os livros *Territórios alternativos* (2002), *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (2004), *A nova*

des-ordem mundial (2006), *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea* (2010), *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção* (2014), assim como consta na lista das referências bibliográficas. Não foi objetivo a leitura de toda a bibliografia de Haesbaert, mas os seus textos principais e mais utilizados como referência para os estudos do território no Brasil.

Não foi utilizada uma apresentação cronológica da leitura de Haesbaert (da década de 1980 a 2010), nem mesmo uma leitura ou exposição da integralidade da produção do seu pensamento. Afinal, como já dito antes, o pensamento de Haesbaert em si, mesmo dada sua importância para a Geografia, não foi o objeto da tese. Aqui foi preciso fazer uma reflexão crítica de categorias e conceitos filosóficos e geográficos como espaço, tempo, matéria, dialética, totalidade, poder, escalas, território, entre outros, no entendimento ontogenoseológico dos estudos do território no Brasil, tendo Haesbaert como referência epistemológica e axiológica.

Enquanto o modo de investigação da tese procurou examinar o real concreto a ser pesquisado (a produção do pensamento de Haesbaert) em seus pormenores e, em conjunto, os fundamentos para realização da crítica materialista dialética, o modo de exposição dos capítulos dividiu a crítica pelos grupos de grandes debates e problemas postos pelo pensamento de Haesbaert: a crítica dialética materialista precisava ser superada, a concretude do real precisava ser irracionalizada, a escala local e o lugar precisavam ser revalorizados, as contradições e os conflitos provindos da produção do território precisavam ser encobertos pela territorialidade, pluralidade e identitarismo liberal. Assim, esta tese doutoral ficou dividida em oito capítulos, sendo o primeiro capítulo, a introdução, e o oitavo capítulo, as considerações finais. Ambos, introdução e considerações finais, compõem a unidade explicativa da tese aqui defendida, e já carregam em seus nomes os objetivos propostos para cada capítulo.

No segundo capítulo o pensamento de Haesbaert é apresentado sobre o que o autor entende enquanto dialética e sua relação com o espaço. Num primeiro momento será observada a sua noção de categoria, para que, assim, possa identificar seu entendimento das categorias espaço e tempo, como também sobre a relação dialética espaço-tempo. Em seguida, será apresentado como a leitura do conceito da relação tríade entre des-re-territorialização, em Haesbaert, se vincula com o pós-estruturalismo de Deleuze e Guattari. E, por fim, será feita uma análise sobre a sua

abordagem integradora/relacional/híbrida na reflexão conceitual do território, como fundamento de crítica à dialética marxista.

No terceiro capítulo será trazida para o debate a categoria dialética e como melhor entendê-la tendo como pressuposto a concepção materialista da história. São levantadas questões a respeito do uso da dialética como alicerce para a construção da Geografia crítica, e buscaremos responder sobre a tendência da dimensão e disposição dos estudos sob a perspectiva crítica e, em especial, a concepção dialética materialista na produção do pensamento geográfico no Brasil. Em seguida, será posta a crítica às abordagens plural, híbrida e integradora, na tentativa de se contrapor aos ataques presentes nos estudos liberais na Geografia produzida no Brasil. E, por fim, serão apresentados apontamentos que trazem a crítica da relação espaço e dialética e como tais categorias se manifestam na produção do pensamento geográfico.

No quarto capítulo o propósito central é realizar uma reflexão e crítica dos componentes (epistemológicos/ontológicos) que sustentam as defesas de Haesbaert no que tange o entendimento sobre matéria ([existência d]o real), materialidade (qualidade/caráter/estado/situação da matéria) e materialismo (método de análise/pensamento/pesquisa do real), tendo como pesquisa e fundamentação seus escritos da década de 1990 sobre modernidade e pós-modernidade.

No quinto capítulo é desenvolvida uma explicação da matéria e da materialidade dialética, depois na tentativa de desmascarar as coisas e identificar o movimento real nos objetos, e, por fim, ressaltar a presença da subjetividade na materialidade, de modo relacional, mas com a qualidade de não se pautar no que não existe, no que não é real, e sim dando reverberação ao que está presente e em movimento na produção da vida de pessoas reais.

No sexto capítulo é realizada uma exposição do entendimento de Haesbaert com a íntima relação entre território e escala local, lugar, “espaço cotidiano” e “espaço vivido”. Na realização da crítica, é apresentada a análise da obra artística *Perímetros* como mediação para o estudo do espaço na leitura escalar. Em seguida, indaga-se como a Geografia no Brasil tem realizado uma reflexão espacial fragmentária, particularizante, fora das práticas sociais. Por fim, examina-se como o desenvolvimento desigual de escalas geográficas tem relação com escalas políticas e econômicas, sobretudo o risco de pensar a escala política local como espaço ou escala espacial.

No sétimo capítulo, com o objetivo de melhor realizar a crítica aos estudos do território em Haesbaert, são analisados seus aspectos conceituais, apresentando suas principais questões e defesas de posicionamento. Posteriormente, é realizada a crítica ao território abraçado pela territorialidade. No fim, é exposta uma argumentação na defesa do território enquanto uma relação social de dominação espacial.

1.3 Formatação

Normas gerais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): De acordo com a ABNT, a tese é um “documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado” (NBR 14724:2011, p. 4). Esse documento segue regras gerais especificadas na norma brasileira ABNT NBR 14724 (2002, 2005, e atualizada em 2011, em sua terceira edição). Formato, espaçamento, paginação, numeração progressiva, resumo, sumário, citações, referências e ilustrações, são normalizados a partir dessa norma técnica ou de suas subseqüentes citadas em suas referências normativas, salvo exceções identificadas abaixo.

Capítulos: Nesta tese doutoral optamos por dividir a escrita em capítulos, ao invés de seções, como orientado pela ABNT. De acordo com a norma brasileira ABNT NBR 14724:2005, o desenvolvimento do trabalho acadêmico “divide-se em seções e subseções, que variam em função da abordagem do tema e do método” (NBR 14724:2005, p. 6). Entretanto, a divisão em seções tende excluir o movimento processual da obra em sua completude, dividindo o texto em partes isoladas entre si. A seção se apresenta como uma parte retirada, separada e abstraída de um todo. Já os capítulos expõem o oposto. Mesmo presumindo uma divisão de uma obra, os capítulos tendem a ser referenciados e coordenados na explicação de um mesmo problema principal. Sua divisão não descaracteriza a tentativa de unidade da narrativa apresentada.

Grifos: Serão usados para dar destaque quando determinado fragmento textual for relevante e/ou essencial para a construção de um argumento, ou quando houver necessidade de destacar uma palavra que dê base e/ou propriedade em relação ao tema. As citações diretas curtas e longas poderão vir acompanhadas de

grifos, ou da autoria do texto citado (identificadas por “grifo(s) do(a) autor(a)”), ou de autoria própria (identificados por “grifo(s) nosso”). O “grifo do autor” será utilizado quando transcrevemos um texto que já vem grifado, sendo que neste trabalho terá destaque através do “*itálico*”. O “grifo nosso” será utilizado para fazer algum destaque na citação de outro autor, sendo que neste trabalho terá destaque através do “sublinhado”.

1.4 Curadoria iconográfica

Trabalhar com produção fotográfica da memória da realidade não faz da pessoa apenas um fotógrafo, aquela pessoa que tira a foto. A câmera é somente uma ferramenta de comunicação, porque o que importa é a história, a mensagem, o sentimento e a conexão com a concretude do real. Uma fotografia é produzida, e não obstinada ao acaso, sendo ela a memória de um fato ou da versão de um fato da realidade (como os fatos foram “vistos” ou interpretados). Além de que, podemos “ver” ou mapear uma determinada realidade, fazendo da fotografia um documento riquíssimo sobre a cultura, política e economia de grupos e classes sociais, de diferentes espaços e escalas.

Uma curadoria fotográfica não se resume somente numa simples reunião ou conjunto de fotografias que expressam um determinado objetivo estético, mas em dar visibilidade a conteúdos que se perdem no emaranhado de informações visuais e teóricas, além de

também atribuir valor, interpretar sociedades, determinar aquilo que deve ser preservado como indicador da substância cultural de uma determinada sociedade. Portanto, toda curadoria reflete um propósito definido, estabelece valores e nunca é descomprometida. É uma espécie de manifesto estético e cultural – e, portanto, político – cujo critério deve ser transparente e explícito (GURAN, 2011).

Nesta tese doutoral foi proposta uma exposição de fotografias presentes em cada capa de capítulo da tese. Fotografias que mesmo não negando a sua importância, dissociassem com as clássicas formas de representação do espaço: croquis, mapas, cartas, plantas, aerofotografias, imagens de satélites. A imagem

fotográfica como mapa e representação, onde se observam as contradições da concretude do espaço, é vista horizontalmente, lado a lado, ou de baixo pra cima, e que se diferencia da cartografia, onde comumente se observa a abstração do espaço vista verticalmente, de cima pra baixo. Todas as fotografias expostas no interior da tese revelam e retratam um pouco da essência do conteúdo da própria tese, mas também a extrapola, abre novas reflexões e discussões. Para enxergá-las precisa adentrar no conteúdo (da totalidade), lendo cada capítulo com possibilidade da leitura prévia e subsequente da fotografia, e deixar na aparência a cartografia (da abstração) exposta na capa da tese, estabelecida para o ordenamento, planificação, organização do espaço, mas destituída de povo, de conflito, de contradição.

A capa da tese apresenta uma planta da antiga vila de Canudos (Bahia), elaborada pelo Coronel Siqueira Menezes, em 1897, para invasão e tomada das terras e assassinato das lideranças político-religiosas que organizavam a resistência contra a situação de extrema pobreza no sertão baiano. Esta planta foi escaneada da obra *De binnenlanden* (tradução holandesa de *Os Sertões* de Euclides da Cunha), publicada pela editora *Meulenhoff Amsterdam*, em 2001³. A capa do capítulo 1 (Introdução) apresenta uma barricada de soldados da *Place Vendôme*, na Rua da Paz durante a Comuna de Paris, tirada por autoria desconhecida, em 1871. Foto tirada por ocasião da exposição “*La Commune 1871, capital insurgente de Paris*” na Prefeitura de Paris, em 5 de abril de 2011⁴. A capa do capítulo 2 (Dialética em Haesbaert: antinomias e metáforas) apresenta a queda do Muro de Berlim, em 1989, retratada por Raphaël Thiémar⁵. A capa do capítulo 3 (Espaço e dialética: das metáforas ao método da práxis) apresenta um momento do protesto por redução das passagens de ônibus (Jornadas de Junho), em São Paulo (São Paulo), no dia 11 de junho de 2013⁶. A capa do capítulo 4 (Crítica da leitura haesabertiana ao materialismo [dialético]) apresenta migrantes pós-Grande Depressão, ao longo da estrada em direção a Los Angeles, perto de um outdoor que diz “Da próxima vez, experimente o trem. Relaxe”.

³ Licença: Este trabalho está em *domínio público* no país de origem e em outros países e áreas onde o prazo de *copyright* é a vida do autor mais 70 anos. <https://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/deed.en>

⁴ Licença: Este trabalho está em *domínio público* em seu país de origem e em outros países e áreas onde o prazo de *copyright* é a vida do autor mais 70 anos ou menos. <https://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/deed.en>

⁵ Licença: Este arquivo está licenciado sob a licença Creative Commons **Attribution-Share Alike 2.0 Generic**. <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/deed.en>

⁶ Licença: Este arquivo está licenciado sob a licença Creative Commons **Attribution-Share Alike 3.0 Unported**. <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.en>

Foto tirada por Dorothea Lange, em 1937⁷. A capa do capítulo 5 (Espaço e materialidade: lições de Marx) apresenta uma fotografia de crianças fiadoras e trocadores de bobinas na *Lancaster Cotton Mills* (Carolina do Sul), retratada por Lewis Hine, em 1908⁸. A capa do capítulo 6 (Espaço e escalas espaciais: reflexões críticas) apresenta uma das organizadoras do Black Lives Matter, Adja Gildersleve, liderando manifestantes em uma marcha até a Prefeitura de Minneapolis para protestar contra uma operação de despejo da Polícia de Minneapolis de manifestantes acampados fora do 4º Distrito Policial, a quarteirões de onde jovem negro Jamar Clark foi baleado e morto pela polícia de Minneapolis semanas antes. O registro foi fotografado por Tony Webster⁹. A capa do capítulo 7 (Espaço e território) apresenta a fotografia de Robert Bushell em que mostra a colocação de camadas de arames tipo concertina adicionadas à infraestrutura de barreira existente ao longo da fronteira Estados Unidos-México, perto da cidade de Nogales (Arizona), no dia 4 de fevereiro de 2019¹⁰. A capa do capítulo 8 (Considerações finais) apresenta um menino palestino e soldado israelense, encarando olhares um para o outro, em frente à barreira israelense da Cisjordânia. A fotografia foi registrada por Justin McIntosh, no ano de 2004¹¹.

⁷ Licença: Esta imagem é trabalho de um funcionário das unidades fotográficas domésticas da Administração de Segurança Agrícola dos Estados Unidos ou do Escritório de Informações de Guerra, tirada como parte de suas funções oficiais. Como obra do governo federal dos Estados Unidos, a imagem está em **domínio público** nos Estados Unidos. **Este arquivo foi identificado como livre de restrições conhecidas sob a lei de direitos autorais, incluindo todos os direitos relacionados e conexos.** <https://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/deed.en>

⁸ Licença: Este trabalho está em **domínio público** nos Estados Unidos porque é um trabalho preparado por um oficial ou funcionário do Governo dos Estados Unidos como parte das funções oficiais dessa pessoa nos termos do Título 17, Capítulo 1, Seção 105 do Código dos EUA. **Este arquivo foi identificado como livre de restrições conhecidas sob a lei de direitos autorais, incluindo todos os direitos relacionados e conexos.** <https://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/deed.en>

⁹ Licença: Este arquivo está licenciado sob a licença Creative Commons **Attribution-Share Alike 2.0 Genérico**. <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/deed.en>

¹⁰ Licença: Esta imagem ou arquivo é um trabalho de um funcionário do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, tirada ou feita como parte das funções oficiais dessa pessoa. Como obra do governo federal dos Estados Unidos, a imagem está em **domínio público** nos Estados Unidos. https://commons.wikimedia.org/wiki/Commons:Licensing#Material_in_the_public_domain

¹¹ Este arquivo está licenciado sob a licença Creative Commons **Atribuição 2.0 Genérica**. <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/deed.en>



Berlim 1989, Queda do Muro.
Foto de Raphaël Thiémond, 1989.

CAPÍTULO 2

ESPAÇO E DIALÉTICA: ANTINOMIAS E METÁFORAS

2 DIALÉTICA EM HAESBAERT: ANTINOMIAS E METÁFORAS

Uma das manifestações históricas mais emblemáticas do final do século XX, a transição capitalista das repúblicas socialistas do leste europeu, ainda hoje é retratado o seu apogeu por fotografias e vídeos de alemães retirando com pás, marretas, picaretas e martelos, pedaços da parede do Muro de Berlim e abrindo passagem para a unificação territorial dos diferentes sistemas políticos. Destaca-se que as bases para o processo dessa transição capitalista nas décadas de 1980 e 1990 foram provocadas, além da massiva investida militar e ideológica dos Estados Unidos e outros centros imperialistas contra os movimentos comunistas no mundo, também por uma gradual burocratização e afastamento entre a direção do movimento comunista, em especial o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e a classe trabalhadora. Além dessa configuração, destaca-se a perda de autonomia de sindicatos e agrupamentos políticos e os reais engessamentos teóricos incapazes de analisar com profundidade os fenômenos novos, internos e internacionais, até mesmo de lidar com contradições emergentes. Todo esse movimento contribuiu bastante para o empobrecimento da formulação teórica e do direcionamento político dos partidos comunistas no mundo, como um todo – inclusive no PCUS. Por conseguinte, pela repetição acrítica e atemporal de fórmulas prontas para o “que fazer”, inúmeros foram os erros cometidos pelo movimento comunista em diversas partes do mundo.

Naquele momento histórico, derrubar os muros em Berlim representou para muitos teóricos e estudiosos como o símbolo da demolição do divisor de propostas políticas de mundo homogeneizantes, como se os problemas do mundo fossem resolvidos pela falsa democracia daqueles que detinham o poder ou que pudesse existir uma harmonia na plural e integradora sociedade de classes. Comumente, sob o senso comum tais teóricos realizavam a crítica ao movimento comunista esquecendo de pontuar a importância que os processos de transição socialista tinham para o mundo, no balanceamento do avanço exploratório e opressor da reprodução do capital.

Nesse mesmo rumo do pensamento marcado por antinomias e metáforas, Rogério Haesbaert escreveu um dos seus primeiros textos filosóficos, *Filosofia, geografia e crise da modernidade*, originalmente publicado em 1990, na revista Terra Livre, e conhecido intensamente através do seu livro *Territórios Alternativos*, publicado em 2002. Neste texto, Haesbaert (1990) começa a propor derrubar os muros que existiam entre as dualidades epistêmicas e ontológicas, como exemplo, entre objetivo e subjetivo, entre modernidade e pós-modernidade, e, principalmente, entre um idealismo e um materialismo (“mecanicista”), duas propostas teórico-práticas de mundo que estiveram fortemente em debate na filosofia e ciências humanas, no final do século passado. Esse texto começa a marcar nos estudos de Haesbaert não somente uma crítica aos dualismos, mas também uma crítica ao materialismo dialético (marxismo) como sendo, para ele, uma abordagem fechada, dogmática, totalizante e mecanicista.

Para Haesbaert, desde aquele momento (até o presente), o marxismo tem sido “esse ‘dogmatismo de esquerda’, ainda hoje presente em alguns pesquisadores que se dizem ‘dialéticos’ (e a todo momento enfatizam essa condição), [e que] foi praticamente tão empobrecedor quanto os dogmatismos ditos ‘de direita’” (HAESBAERT, 1990, p. 77). Assim, “esses dogmatismos excluem o debate transformador e a emergência do novo ao elegerem previamente sua ‘linha’ como a vencedora” (HAESBAERT, 1990, p. 77). Haesbaert complementa afirmando que “a discussão é estimulada com o único intuito de impor ou, quando muito, de expor (e nunca trocar/somar) um ponto de vista - a ‘conclusão’, aí, já está predelineada, pois nada se tem a ceder ou a partilhar” (HAESBAERT, 1990, p. 77).

Desse modo, apoiado com grande força por teorias pós-estruturalistas, como as propostas por Gilles Deleuze, Félix Guattari e, principalmente, Michel Foucault, Haesbaert (1990) elabora sua crítica aos “fechamentos” dos grandes projetos para possíveis transformações na sociedade. “Fechamentos” propostos principalmente pelas teorias marxistas, onde que no seu entendimento as micropolíticas e as subjetividades estariam renegadas. Afinal, no marxismo

A mudança só se dá a partir do “todo”, nunca pelas partes (ou concomitantemente). A transformação, a crítica permanente, na verdade é estancada, pois só há uma forma de mudança: a “Revolução” (pelo alto), e um único meio de ser “militante”: o Partido. Ou seja, não se está aberto à superação de convicção, muito menos

a um outro caminho para a história, feita pelo/no próprio movimento da sociedade (HAESBAERT, 1990, p. 77).

Essas críticas feitas por Haesbaert ao marxismo se deram quando se iniciava entre os estudiosos da Geografia um movimento acadêmico-político de crítica ao positivismo ou à chamada Geografia pragmática e/ou teórica, abrindo novas perspectivas de análise que culminaram no avanço de um pluralismo metodológico. Diferente de outros países, em que o movimento conhecido por Geografia Crítica emergiu do pós-estruturalismo e das filosofias da desconstrução, no Brasil esse movimento de renovação da Geografia teve em seu início uma grande presença de marxistas ou especialistas que circulavam entre teorias marxianas (CRUZ, 2018).

Entretanto, estudiosos de diferentes métodos começaram a se posicionar também contrários ao positivismo e a realizar críticas à recém aproximação da Geografia com o materialismo dialético, desde aqueles que se identificavam com a fenomenologia quanto aos mais próximos do pós-estruturalismo e dos estudos pós-modernos. Eis assim que Rogério Haesbaert marca sua presença na Geografia como um dos principais estudiosos a realizar esse estilo de abordagem crítica ao marxismo no Brasil.

Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar a contribuição do pensamento de Haesbaert para a Geografia nas quatro últimas décadas, como também realizar uma crítica ao autor, em especial, sobre a relação das categorias espaço e dialética. Na primeira parte será apresentado o pensamento de Haesbaert sobre o que o autor conceitua enquanto categoria, para que, assim, se possa identificar seu entendimento das categorias espaço e tempo, como também sobre a relação espaço-tempo. Em seguida, será apresentado como a leitura do conceito da relação tríade entre des-re-territorialização, em Haesbaert, se vincula com o pós-estruturalismo de Deleuze e Guattari. E, por fim, será feita uma análise sobre a sua abordagem integradora/relacional/híbrida na reflexão conceitual do território.

2.1 Categorias espaço e tempo

Apesar de Haesbaert não destinar esforços na reflexão ontológica, ou mesmo epistemológica, sobre as categorias espaço e tempo, em alguns textos ele identifica sua posição de entendimento filosófico de tais categorias, e, sobretudo, sobre o conceito de território, mas que podemos abstrair também suas defesas acerca das categorias espaço e tempo. A princípio, é necessário reconhecer o que é entendido enquanto categoria, para assim compreendermos especificamente o que Haesbaert concebe por espaço e tempo, e a relação espaço-tempo. Haesbaert (2014c) identifica que

No senso comum categoria significa simplesmente um conjunto de espécies do mesmo gênero — isto é, que compõe, assim, uma mesma “categoria”, ou seja, são espécies reunidas a partir de um determinado nível de generalização. Filosoficamente, sabemos que a origem do debate se encontra em Aristóteles, quando este define as diferentes classes de predicados do ser, que ele identifica como sendo: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, situação, ação, paixão e possessão ou hábito (HAESBAERT, 2014c, p. 21).

Na tentativa de elucidar o que Aristóteles (2019) definiu nos aforismos em seu tratado das *Categorias*, compartilha-se que para ele

1. Equívocos dizem-se os que têm somente o nome comum; mas a razão desse nome diferente.
2. Unívocos porém dizem-se os que têm o nome comum; mas também a razão desse nome idêntica.
3. E cognominados dizem-se os que tendo a terminação diferente, têm, contudo, as atribuições, que esse nome designa, idênticas.
4. Das Locuções, umas exprimem-se ligadas: outras desligadas.
5. Das Coisas, umas dizem-se de algum objeto; mas não estão em nenhum objeto.
6. Mas outras sim estão em algum objeto; mas não se dizem de nenhum objeto.
7. E outras não se dizem de algum objeto; mas também estão em algum objeto.
8. Outras enfim, nem estão em nenhum objeto; nem se dizem de nenhum objeto.
9. Em geral: Tudo o que é indivisível, e um em número não se diz de nenhum objeto; mas nada obsta a que algumas coisas tais possam estar em algum objeto.
10. Quando se diz de um objeto: que ele é compreendido em alguma Categoria; tudo o que se diz da Categoria, se há de também dizer do objeto.
11. As coisas que são heterogêneas entre si, e umas não são espécies das outras; também tem diferenças específicas heterogêneas entre si.

12. Mas naqueles gêneros, que são subordinados uns aos outros, nada obsta a que tenham as mesmas diferenças.
13. Assim que quantas forem as diferenças da Categoria, tantas serão as do objeto (ARISTÓTELES, 2019).

E assim vai seguindo um conjunto de aforismos que carregam em si elementos que configuram regras de pensamento que permitam, para ele, demonstrações irrefutáveis. Traduzindo, a realidade apresenta uma multiplicidade de objetos e enunciados que se diferem e se igualam a depender do sentido dado e da realidade apresentada. Mas em “todos os seres” (tudo o que há) deve-se considerar algum sentido que permita estudá-los como um conjunto. Assim, Aristóteles propôs, a partir das propriedades gerais dos seres, dos elementos básicos ou “primordiais” do mundo, uma classificação com base em conceitos fundamentais — as chamadas categorias (predicamentos). Ao todo, Aristóteles define dez categorias que exprimem as diferenças e as essências dos objetos e dos nomes dados às coisas que estão em algum objeto.

Com o mesmo intuito de expressar a realidade de modo organizado e preciso, servindo de fundamento ao conhecimento das coisas, Immanuel Kant expõe uma argumentação sobre as condições do conhecer, limitando o conhecimento às condições da experiência humana. “Kant (...) definirá categorias como ‘conceitos do entendimento puro’ ou ‘conceitos fundamentais *a priori* do conhecimento’, mediante os quais se torna possível o conhecimento da realidade fenomênica” (HAESBAERT, 2014c, p. 22). Na *Crítica da Razão Pura*, Kant apresenta o que para ele são conceitos gerais, “conceitos originalmente puros da síntese, que o entendimento contém em si ‘a priori’ e pelos quais é um entendimento puro somente: só por eles pode compreender algo na diversidade da intuição, quer dizer, pode pensar o objeto” (KANT, 2019).

O propósito de Aristóteles, ao buscar estes conceitos fundamentais, era digno de um homem tão elevado. Mas como ele não tinha um princípio, recolhia-os conforme se apresentavam e reuniu primeiramente dez, a que chamou categorias (predicamentos). Depois acreditou encontrar, todavia outros cinco e os aditou aos precedentes com o nome de pós-predicamentos. Mas sua tábua continuou sendo imperfeita.

(...)

É preciso notar quanto aos conceitos primitivos que as categorias, como conceitos verdadeiramente fundamentais do entendimento puro, possuem também os seus derivados não menos puros e que não

podem de modo algum omitir-se em um sistema completo de Filosofia transcendental, mas limito-me a mencioná-los neste ensaio puramente crítico.

Seja-me permitido chamar a esses conceitos puros do entendimento, mas derivados, os predicáveis do entendimento puro (por oposição aos predicamentos). Uma vez de posse dos conceitos primitivos e originais é fácil obter os derivados e subalternos, e fica então a árvore genealógica do entendimento puro completamente traçada (KANT, 2019, grifos nosso).

Outro kantiano que se destaca é o filósofo francês [Charles Bernard] Renouvier, professor de Émile Durkheim, que “proporá duas categorias fundamentais, tempo e espaço, como ‘leis primeiras e irredutíveis do conhecimento’” (HAESBAERT, 2014c, p. 22). Assim, Haesbaert sustenta seu pensamento sob as considerações de Aristóteles, Kant e Renouvier, dentre outros pensadores com a mesma estilística de pensamento, e terá o texto *Por uma constelação geográfica de conceitos* (publicado em 2014 como primeiro capítulo do livro *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade*, versão revista e ampliada dos artigos *Espaço como categoria e sua constelação de conceitos*, 2011, e *Espaço-terra-território: o dilema conceitual numa perspectiva latino-americana*, 2013), como sua melhor apresentação para uma definição do que entenderia por categoria. Para Haesbaert, seu conceito apresentado nesse texto não se expressa tão “amplo” como entre outros já publicados, onde inclui formas distintas de abordar diferentes conceitos, dando neste, maior importância para o entendimento sobre o espaço, a relação espaço-tempo e para a construção do entendimento de espaço geográfico. Nesse texto Haesbaert desenvolve uma

ideia mais estrita de categoria como uma espécie de conceito mais amplo ou geral — um pouco (descontado o viés idealista) como na posição kantiana há pouco aludida. Nesse sentido, em Geografia podemos propor “espaço” como categoria, nosso conceito mais geral, e que se impõe frente aos demais conceitos — região, território, lugar, paisagem.... Esses comporiam assim a “constelação” ou “família” (como preferiria Milton Santos) geográfica de conceitos (HAESBAERT, 2014c, p. 22).

Para Haesbaert, os conceitos, dentro desta “constelação”, não são reconhecidos unicamente como “representação” do real, como reconhecimento e fixação de significado, nem mesmo uma idealidade, um pensamento, imposto sobre o real. O conceito “se estende no interior de um amplo *continuum*”, que vai desde “um

retrato fiel da ‘realidade’ e que, ao ser enunciado, parece carregar consigo o próprio ‘real’” até como “um produto do nosso pensamento, ‘verdade’ instaurada agora unicamente na capacidade reflexiva de nossa mente, e que não tem outra fonte de elaboração se não a construção teórica do investigador” (HAESBAERT, 2014c, p. 24), percorrendo de uma abordagem estritamente “empirista e/ou realista” até uma abordagem “racionalista e/ou idealista”, do que ele entende estar contido de um “extremo” a outro. Assim

(...) dada a fundamentação lefebvrea que inspira meu trabalho, “espaço”, enquanto também (como o território) uma produção social, não pode ser reduzido [somente] a uma “categoria de análise” (mesmo porque permeia intensamente nossa vida, ainda, como “categoria da prática”) – o que poderia implicar num questionável retorno a Kant e sua concepção de espaço como categoria a priori da consciência (HAESBAERT, 2013a, p. 807).

Apesar de Haesbaert não destinar grandes esforços na apreensão de categorias durante a construção do seu pensamento, e ao longo de suas pesquisas tender misturar seu entendimento entre categorias e conceitos, ao explicar a dimensão teórico-conceitual que envolve os chamados “paradigmas territoriais” hegemônico e contra-hegemônico, propõe a distinção entre território como categoria de análise, como categoria da prática e como categoria normativa — “distinção esta que se dá, sobretudo, a partir dos distintos sujeitos que estão envolvidos na questão” (HAESBAERT, 2014c, p. 54).

[Categoria de análise.] por seu uso cada vez mais disseminado entre os intelectuais, não só da Geografia, mas de várias outras áreas das Ciências Sociais (e mesmo físico-naturais). (...). Enquanto categoria da prática, território é de uso frequente, especialmente entre os movimentos sociais de grupos subalternos, como o movimento dos agricultores sem-terra e sem-teto e dos povos tradicionais (indígenas e quilombolas, sobretudo). (...). Enquanto categoria normativa, ou seja, respondendo não tanto ao que o território é, mas ao que o território *deve ser*, a partir de determinados interesses político-econômicos, temos tanto empresas privadas, que defendem a valorização de produtos a partir de uma determinada “base territorial” (ou “regional”), quanto o Estado, em suas inúmeras políticas de ordenamento territorial. (...) (HAESBAERT, 2014c, p. 54-55, grifos nosso).

Essa distinção (ou “abertura” no seu pensamento, como também o propõe), abordada antes na produção do texto *Território e multiterritorialidade em questão*¹², reforça o amplo caráter dado ao movimento conceitual de categoria, deixando evidente o prolongamento dado à categoria para além da abordagem filosófica, relacionando-a diretamente com as práticas sociais existentes.

Ainda que reconheçamos três modalidades de categorias ou conceitos — analíticas, da prática e normativas, estamos cientes também da sua indissociabilidade. Enquanto uma categoria analítica é, sobretudo, um instrumento no processo de investigação do pesquisador — ou um conceito no seu sentido mais difundido, a categoria da prática é um “conceito” — ou noção — do senso comum, utilizado nas práticas cotidianas do discurso ordinário, e a categoria normativa tem como objetivo primeiro indicar um caminho, tem um caráter mais propositivo que analítico, como nos conceitos de região e território utilizados pelo Estado enquanto agente planejador. É claro que o pesquisador ou o intelectual não pode prescindir do conhecimento de suas categorias de análise enquanto utilizadas (e recriadas) também nas ações do senso comum, assim como o planejador não pode desconhecer a força das concepções analíticas propostas pelos investigadores, nem a (re)leitura feita pelos próprios habitantes que serão objetos de sua ação interventora. Embora cada contexto mantenha sua especificidade (porque a natureza dos problemas e os objetivos geralmente são distintos), seu entrecruzamento é sempre também necessário e mutuamente enriquecedor (HAESBAERT, 2014c, p. 31).

Na compreensão da “constelação de conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992), no centro aparecem as categorias-mestras (espaço-tempo), “e, no caso específico da Geografia, o espaço em sua condição de espaço geográfico, aquele focalizado sobre a dimensão espacial da sociedade, que inclui, evidentemente, a indissociabilidade entre o social e o natural” (HAESBAERT, 2014c, p. 35). A “disciplina” Geografia se tivesse que se distinguir da “disciplina” História, precisaria envolver o “reconhecimento de duas perspectivas sobre a realidade social. Enquanto o olhar geográfico se estenderia *mais* sobre o mundo em sua coexistência ou simultaneidade (...), o olhar histórico enfatizaria o caráter consecutivo ou sequencial dos fenômenos” (HAESBAERT, 2014c, p. 36), deixando certa a relação indissociável entre espaço e tempo. Essa relação espaço-temporal implicaria rever as “dicotomias”

¹² Publicado no livro *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade* (2014c), tendo como base o artigo *Território e multiterritorialidade: um debate* (2007), e primeiramente apresentado no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, no ano de 2004, com o título *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*.

presentes nos posicionamentos sobre espaço-tempo, “por exemplo, espaço como simples materialidade e tempo como pura imaterialidade, espaço como fixo, conservação, e tempo como movimento, transformação” (HAESBAERT, 2014c, p. 36).

O espaço geográfico, na verdade, partindo de uma posição relacional, envolve, como queria Milton Santos, tanto o universo dos objetos, quanto dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão dos elementos (aparentemente) fixos quanto móveis, tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial. (...). Nesse sentido, todo espaço geográfico é também ação, movimento e representação simbólica (HAESBAERT, 2014c, p. 37).

Essa perspectiva relacional do espaço, trabalhada por Haesbaert como ultrapassagem às considerações de um espaço simplesmente absoluto e/ou relativo, privilegia sua dimensão mutável, sua fluidez e sua dinâmica. “Vivemos na verdade um mundo em que espaços aparentemente fechados, como zonas ou áreas bem delimitadas, são muitas vezes espaços ambivalentes, onde as noções de fechamento e abertura, dentro e fora, acabam se tornando muito mais complexas” (HAESBAERT, 2014c, p. 10). As fronteiras e limites que unem ou separam, comprimem ou estendem espaço-tempos, tornam-se muito mais “fluidas” ou móveis.

Nessa orientação, Haesbaert já vinha refutando os caminhos da modernidade (ou da chamada pós-modernidade), e suas consequências, em suas teses junto às *Questões sobre a (pós)modernidade*¹³, afirmando que

Essa “anulação do espaço” (das distâncias) “pelo tempo”, como já prenunciava Marx, acabou se tornando um mito que as novas tecnologias de comunicação e transporte da “ultra-modernidade” (...) tentam nos impor. Um simples mapeamento das áreas de acesso difícil ou praticamente nulo para a maioria dos habitantes do planeta revela que podemos não só reconhecer um mundo capitalista, “moderno”, de “globalização” altamente elitizada, com uma massa de expropriados reclusa em territórios desconectados das redes da “modernidade” global, como também o fato de que a própria elite que dispõe do acesso aos meios de transporte mais sofisticados não tem a liberdade de se deslocar para onde bem entender. A impermeabilização de muitos espaços é cada vez mais real diante do próprio abandono de muitas áreas do planeta à sua própria sorte e do surgimento de novos tipos de conflito aparentemente sem controle ou vinculação a uma “ordem” amplamente difundida (como, mal ou bem, mais cedo ou mais tarde, ocorria com os conflitos da época da Guerra

¹³ Primeiramente publicado pela revista GeoUERJ, em 1997, e posteriormente publicado no livro *Territórios Alternativos*, em 2002.

Fria, atrelados ora ao “bloco capitalista”, ora ao “bloco socialista”) (HAESBAERT, 1997a, p. 11-12).

Assim, contrariando determinadas teses ditas do fim da história ou da anulação total do espaço-tempo (onde a máxima seria o descontrole do espaço-tempo), e para isso precisaria os meros mortais deterem o controle de áreas e delimitar as suas próprias fronteiras, desde a escala “indivíduo” até a maior das escalas espaciais, Haesbaert defenderá que precisamos “sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade”. E assim ele entende que para controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social, precisaremos compreender que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço *em movimento, no e pelo movimento*” (HAESBAERT, 2016b, p. 279-280).

É oportuna a concordância com as críticas de Haesbaert às narrativas dos chamados “fim da história”, “anulação total do espaço-tempo”, por exemplo, mas é difícil vir a concordar, sob perspectiva dialética materialista, que 1) categoria é uma produção apriorística como uma espécie de conceito mais amplo ou geral (mesmo algumas vezes anunciando o contrário); que 2) o entendimento das categorias espaço e tempo, como conceitos gerais *a priori*, se tornará menos controverso quando as transformo em categorias relacionais, aproximando noções científicas com as das normas institucionais e as noções do senso comum; e que 3) a chave para compreensão da relação espaço-tempo está em romper dicotomias como físico e transcendente, concreto e abstrato, fixo e móvel, e pautar a mobilidade a partir de referenciais “espaço-simbólicos” em redes, fluxos e movimento.

Para além do exposto, também considerando tempo e espaço como categorias fundamentais, Engels (2015) apresenta que ambas são consideradas formas essenciais de todo o ser, não sendo conceitos puros do entendimento, conceitos fundamentais *a priori* do conhecimento, mas condições essenciais tanto do ser como do pensar, até porque “por mais que o conceito de tempo [ou espaço] se transforme na ideia mais geral do ser, isso não nos leva a dar nenhum passo adiante. Pois as formas básicas de todo ser são espaço e tempo, e um ser fora do tempo é um absurdo tão grande quanto um ser fora do espaço” (ENGELS, 2015, p. 82). A diferença de Engels para Kant, por exemplo, está na qualidade de posição no percurso do

pensamento. Se para Kant, assim como Aristóteles, a categoria é um conceito geral *a priori*, para Engels, a categoria está *a posteriori*, resultado, síntese,

isto é, como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. Essa proposta implica em que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas. E, como já foi dito várias vezes, partindo do reconhecimento, não é uma presunção, *a priori*, mas do reconhecimento, de que o fato não se dá a conhecer imediatamente. A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. Se revela sobre diferentes partes. A reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia. Mas um todo que se apresenta tanto quanto possível vivo. Não está em questão construir um conceito ou uma definição. Está em questão construir uma reflexão (...) (IANNI, 2011, p. 397).

Assim, na concepção marxiana e engelsiana, não é a aproximação com o senso comum que fará da categoria menos problemática ou duvidosa, mas ela se torna esvaziada quando seu entendimento não está ligado com a realidade e desvinculado do movimento do real. Para Marx e Engels, a teoria não está apartada do método, a categoria não está isolada num regramento e identificação de procedimentos formais e de técnicas. De acordo com Paulo Netto,

(...) elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias (PAULO NETTO, 2011, p. 46).

Desse modo, entender como Haesbaert apreende o conceito de categoria, e, conseqüentemente, como entende as categorias espaço e tempo, fica mais explícito o porquê da necessidade da realização da crítica dialética materialista frente a essa compreensão. Como visto, tais categorias são postas em Haesbaert sob evidência de

antinomias (coexistência de dois ou mais conceitos duais ou dicotômicos, contendo em ambos validade/veracidade de diferentes aspectos e níveis lógicos, mas essa coexistência “paradoxal” não é um problema a se resolver porque ela é despojada de contradição e conflito) e metáforas (transferência de sentido do real ao figurado, explicação do real através do simbólico pela dificuldade ou rejeição em expressar a concretude da verdade): espaço e tempo, fixo e fluxo, matéria e imatéria, concreto e simbólico etc. Assim, para Haesbaert, a dialética consiste, simplesmente, no jogo dos opostos, e que tal habilidade ideal vai dar base de sustentação ao que ele consubstancia com o conceito de território em seus estudos.

2.2 O conceito deleuze-guattariano de des-re-territorialização em Haesbaert

“No mundo contemporâneo há uma dialética de des-re-territorialização, onde a cada momento, em cada escala e segundo a dimensão do espaço (econômica, política, cultural ou ‘natural’) ocorrem múltiplas interações entre territórios e redes” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 124, grifo nosso). Essas interações permeadas por permanências e mobilidades, pelo exercício e sujeição do/ao poder, constroem uma tríade espaço-territorial em que não reconhece o entendimento (ou o “mito”) da primazia da desterritorialização sob as formas de apropriação e dominação do espaço, mas sim da concomitância entre territorialização, desterritorialização e reterritorialização (por isso o uso dos hifens ao formar uma única palavra: des-re-territorialização). Essa é uma tese [deleuze-guattariana] defendida por Haesbaert ao longo da produção do seu pensamento, e, em especial, no seu livro *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, publicado em 2004, fruto de sua tese pós-doutoral. “Território [e espaço] como processo, como permanente tornar-se e desfazer-se”, é a orientação que faz para Haesbaert “reconhecer a importância de Deleuze e Guattari como os principais teóricos da desterritorialização, tanto no sentido onto-epistemológico, por um território em constante fazer-se, quanto axiológico, de um certo ‘elogio’ da desterritorialização” (HAESBAERT, 2016b, p. 100).

Assim, Deleuze e Guattari ampliam em Haesbaert a noção de território pelo qual o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação, conjunto de projetos e

representações que resulta numa série de comportamentos e empossamentos. Território, dessa maneira, pode ser visto desde o espaço vivido até como a percepção do próprio espaço vivido. “O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha essa amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo — desejo entendido aqui como uma força criadora, produtiva. Deleuze e Guattari vão, assim, articular desejo e pensamento” (HAESBAERT, 2016b, p. 126), emoção e razão, subjetividade e objetividade. A defesa da orientação deleuze-guattariana se prolonga afirmando que “podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação” (HAESBAERT, 2016b, p. 126). Vale identificar que

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade. Aqui é importante lembrar que, tal como na não dicotomização geográfica entre Natureza e sociedade, também não é possível ver o corpo social fora do corpo da Natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidades.

(...).

Os agenciamentos coletivos de enunciação, por outro lado, remetem aos enunciados, (...). Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois a sua produção só pode se efetivar no próprio socius, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos (como os brasões, por exemplo).

(...) Não há essa relação de reduzir um ao outro, ou uma relação dicotômica entre “regimes de signos” e “estatuto de estados de coisas”.

O que eles afirmam é que existe uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, os dois agenciamentos intervêm um no outro, é um movimento recíproco e não hierárquico (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 7).

Desse modo, ressalta-se que tudo é passível de ser territorializado e desterritorializado, queira o território etnológico ou animal, o território psicológico ou subjetivo, o território sociológico, queira também o território geográfico (que aí inclui a relação sociedade-natureza), ou até mesmo como simplesmente abstração epistemológica (território enquanto conceito da filosofia) (HAESBAERT, 2016b). Como exemplo, podemos interpretar que “uma aula é um território porque para construí-la é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos; a mão cria um território na ferramenta; a boca cria um território no seio”

(HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 8). Assim, em conjunto com os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação, a desterritorialização e a reterritorialização são vetores que, juntos, compõem o território. E nessas configurações “múltiplas” ou “rizomáticas”,

(...) os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle.

(...)

Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação (HAESBAERT, 2016b, p. 127).

Nessa relação de des-re-territorialização é onde tem sido fundamentada uma das principais construções conceituais do modelo da “dialética” haesbaertiana, ou do que se pode chamar de sua “tridialética”. Vale apresentar que, para além da importância fundamental de Deleuze e Guattari, esta dialética tem como base uma polifonia marcada pela mixórdia entre Michael Foucault e Henri Lefebvre, Claude Raffestin e David Harvey, entre outros tantos autores de diferentes abordagens de pensamento, onde tenta identificar neles a mobilidade, o movimento, como sustentáculo de construção, abandono e retorno de/aos territórios. Essa fluidez, no movimento de des-re-territorialização, estará presente entre os diferentes tipos de territórios citados, como também interagindo concomitantemente por diferentes tipos de territórios.

Como já foi pressuposto aqui, podemos ampliar este raciocínio e pensar a desterritorialização como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr “paralelo” a um movimento territorializador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretado como um processo relacional, des-re-territorializador, onde o próprio território se torna mais complexo, por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, menos flexível, marcado pelos tantos muros que separam “incluídos” e “excluídos”, etnia “x” e etnia “y”, grupos “mais” e “menos” seguros (e/ou violentos) (HAESBAERT, 2016b, p. 275).

No afirmar de Haesbaert (2016b, 2017), a flexibilidade dos fluxos e mobilidades des-re-territoriais (e de seus “atores”) está em relação direta com a rigidez dos fixos e permanências territorializantes.

O que é negativo, de fato, não é a multiterritorialidade em si, mas os “extremos” de um (quase) completo fechamento ou uma (quase) completa abertura ou fluidez territorial. Os dois processos [...] indicam dinâmicas, em parte, desterritorializadoras. Grupos mais precariamente territorializados, por exemplo, podem tanto estar guetoificados (em territorialismos segregados) quando imersos num “nomadismo errático” (em aglomerados de exclusão “de massa”). O que efetivamente importa é estar “livre para abrir e fechar” territórios, ter a capacidade – ou a escolha – para aí entrar, sair, passar ou permanecer, de acordo com sua necessidade ou vontade. Isto significa termos o poder de tornarmo-nos mais ou menos “controlados”, de fazer as articulações ou conexões” que nos aprouver, dotando assim de significado ou de “expressão” própria o nosso espaço (HAESBAERT, 2016b, p. 361).

Destaca-se nesse entendimento, que o sujeito principal não estará limitado em um único ator. Serão diferentes “atores” que vão compor o processo tridialético: planejadores, artistas e intelectuais, instituições estatais e administradores públicos, movimentos sociais e comunitários, empresas privadas, entre outros. Atores no sentido de terem uma função e/ou um papel nos processos pelos quais estão inseridos, representando, produzindo, influenciando, concorrendo, contribuindo, pressionando, constrangendo e coagindo ações e resultados na des-re-territorialização. O que terá de padrão entre os diferentes atores será que agirão nos processos dominação, apropriação e controle espacial, mas com forças e conquistas diferentes e desiguais.

Numa visão mais tradicional, esse “controle” é feito, sobretudo, como um controle de áreas ou zonas, áreas estas que são demarcadas através de um limite ou fronteira, sejam eles mais ou menos definidos. “Desterritorializar” poderia significar, então, diminuir ou enfraquecer o controle dessas fronteiras (como vimos para o caso das fronteiras nacionais), aumentando assim a dinâmica, a fluidez, em suma, a mobilidade, seja ela de pessoas, bens materiais, capital ou informações (HAESBAERT, 2016b, p. 235).

Assim, podemos perguntar: o que faz do pensamento de Deleuze-Guattari tão importante na (re)produção do conceito de des-re-territorialização em Haesbaert? Primeiro. Tal pensamento consegue dar embasamento para Haesbaert estender o conceito de território “desde uma perspectiva mais tradicional e estrita, (...), vinculada ao papel jurídico-administrativo do Estado moderno (...), até uma abordagem muito mais ampla e relacional, que entende o poder como inerente a toda relação social” (HAESBAERT, 2014, p. 44). Segundo. Para Haesbaert, Deleuze e Guattari, além de Foucault, desmitificam o entendimento do território como fixo, em um único movimento, e com o poder unilateral, através do processo de desterritorialização, e exortam a des-re-territorialização, elevando o território em seu processo integrador, relacional e híbrido. Isso faz Haesbaert promover a reflexão que

por mais polêmicas que sejam estas proposições, devemos reconhecer que há muitas pontes a serem construídas sob a inspiração da “des-reterritorialização” de Deleuze-Guattari, incluindo sem dúvida a possibilidade de à luz da geografia dos eventos, reconstruí-la, recriá-la, reconduzindo-a, por outros caminhos (HAESBAERT, 2016b, p. 112).

Assim, o conceito de Deleuze-Guattari de des-re-territorialização será um dos pilares que dará robustez ao pensamento construído por Haesbaert para a defesa de uma metodologia plural na produção de uma “abordagem” de pensamento dita integradora, relacional e híbrida, na tentativa de superação da oposição, por exemplo, entre objetivismos e subjetivismos, indivíduo e sociedade, possibilismo e determinismo etc. A ambição em superar a oposição estéril de binômios, se sustenta na tentativa corrente em se manifestar o mais libertário e democrático possível, para se contrapor ao que ele sucessivamente identifica de posturas homogeneizantes e totalizantes.

2.3 Abordagem integradora, relacional e híbrida como negação à dialética materialista

Assim como apresentado no início do item anterior, onde para Haesbaert (2017) a des-re-territorialização é considerada uma relação “dialética”, Haesbaert

defende que a sua própria forma de pensar avança de uma compreensão de dialética à uma abordagem integradora, relacional e híbrida. Em 1993, quando escreveu o texto *Escalas espaçotemporais*, publicado posteriormente no livro *Territórios Alternativos*, Haesbaert já fazia a alusão, por exemplo, que “numa experiência dialética, (...) espaço e tempo, embora ‘determinados’ pelo caráter mutável, são concomitantemente absolutos e relativos, estáveis e dinâmicos, numa interação que alguns autores denominam ‘relacional’” (HAESBAERT, 2017 [1993], p. 104, grifo nosso).

Quase vinte anos depois, mais especificamente na conferência de encerramento do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em 2012, Haesbaert cita que tinha proposto “a identificação de duas grandes lógicas espaciais: uma lógica de dominância zonal, que configura os territórios zona, mais ligada ao ordenamento do que ao desordenamento, e que desenha toda uma dialética com a outra lógica, a de dominância reticular” (HAESBAERT, 2014b, p. 7, grifo nosso).

Não somente nestas duas referências isoladas, mas na maior parte de suas obras, Haesbaert mencionará seus critérios de integralidade, relacionalidade e hibridez, sempre apoiado em pensadores defensores de teorias pós-estruturalistas, como Foucault, Deleuze e Guattari, mas que também não exclui sua lógica dialética (não-marxista, não-“totalitária”, um tipo de lógica dual material-idealista). Como vimos acima, essa abordagem se dará seja no entendimento sobre a categoria espaço, seja na explicação dos conceitos de território e região, ou até mesmo no que tange questões mais subjetivas como a relação do indivíduo na sociedade.

Um dos destaques reiterados por Haesbaert, algumas vezes repetidos em diferentes textos, é a explicação dada às leituras do conceito de território. Para ele, a síntese das várias noções de território pode ser agrupada em três vertentes básicas:

- > política (...): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes — mas não exclusivamente — relacionado ao poder político do Estado.
- > cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- > econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação natural(ista), (...) noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico (HAESBAERT, 2016b, p. 40, grifo nosso).

Precisamos acentuar, mais uma vez, que Haesbaert reconhece a importância dessa divisão didática dessas quatro dimensões que cotidianamente a noção de território é posta, mas ele defende que “é importante que organizemos nosso raciocínio a partir de outro patamar, mais amplo, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem” (HAESBAERT, 2016b, p. 41). Assim, ele optou por adotar um conjunto de perspectivas teóricas, onde defendeu a conceituação de território sob dois binômios: a) materialismo-idealismo; b) espaço-tempo, ficando “evidente que a resposta a estes referenciais irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador” (HAESBAERT, 2016b, p. 41).

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupos(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s) (HAESBAERT, 2016b, p. 41, grifo nosso).

Da mesma forma que a síntese que é dada às várias concepções de território, o processo de desterritorialização se diferenciara a depender de seus fatores criadores ou da leitura que é feita no contexto, tendo assim uma desterritorialização baseada numa leitura econômica, cartográfica, “técnico-informacional”, política e/ou cultural.

1. Uma perspectiva mais economicista: a desterritorialização é vista como superação dos entraves locais ou de localização, sendo por isto percebida, muitas vezes, como sinônimo de “deslocalização”

(industrial, principalmente), a empresa capitalista podendo se instalar onde bem entender, liberta dos constrangimentos locais. O território é visto assim, sobretudo, como localização num espaço físico, concreto.

2. Uma abordagem que poderíamos denominar “cartográfica”: a desterritorialização constitui, antes de mais nada, a superação do constrangimento “distância”, uma espécie de “superação do espaço pelo tempo”, como na abordagem de Virilio (1997). Defende-se aí uma diminuição ou mesmo anulação (pela velocidade) do “fator geográfico” ou espacial por excelência, a distância (física, cartográfica), em favor do tempo, da história.

3. Uma leitura da desterritorialização como domínio da imaterialidade: enfatiza o domínio das relações imateriais, que prescindem de bases materiais. O território é visto antes de tudo como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais. Esta “ciberdesterritorialização” é a visão defendida por muitos estudiosos do chamado ciberespaço, envolvido por relações sem referencial espacial concreto, um pouco na linha de O’Brien (1992), quando este fala no “fim da geografia” pelas conexões informacionais que permitem a pretensamente livre circulação financeira planetária.

4. A desterritorialização como “esvaziamento das fronteiras” enquanto constrangimentos ao livre acesso, à livre circulação: enfatiza-se aí a dimensão política e caminha-se pari passu com a ideia do fim ou do enfraquecimento do Estado-nação.

5. Por fim, uma desterritorialização culturalista: percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não lugar”. Estes “não territórios”, culturalmente falando, perdem o sentido/o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa presença (HAESBAERT, 2017, p. 132).

Este mesmo entendimento, publicado em 2002, no texto *Fim dos territórios, das regiões, dos lugares?*, também será feito no livro *O mito da desterritorialização*, onde será distinguida pelo menos “três grandes dimensões sociais a partir da qual a desterritorialização é tratada: a econômica (...), a dimensão política e a perspectiva simbólica e cultural em sentido mais estrito” (HAESBAERT, 2016b, p. 171). Vale salientar que Haesbaert não corrobora com uma determinada leitura sobre a desterritorialização como ponto final, até mesmo não defende a separação do que se compreende de desterritorialização do que seja a territorialização, mas sim a sua concomitância, diferenciando suas dimensões de maior ou menor grau a depender de cada processo des-territorializante.

Explícita ou implicitamente, essas dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de território. Podemos ampliar a questão afirmando que se trata de respostas diferentes a um mesmo processo de des-territorialização. Se entendermos território em seu sentido amplo de dominação e/ou apropriação do espaço, nos termos de Lefebvre para a produção do espaço, podemos afirmar que os objetivos ou as razões desta produção e controle (ou de des-controle, no caso de incluir a desterritorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de ordem econômica, política e/ou cultural (HAESBAERT, 2016b, p. 171-172).

Tanto nas explicações dadas à conceituação de território quanto às leituras que se exprime da desterritorialização, uma máxima pode ser retirada: a relação entre o material e o imaterial, o concreto-funcional e o simbólico-identitário. Para Haesbaert, nem todo território é puramente material, concreto, nem o é puramente simbólico. Digamos que no seu entender há uma simbiose entre ambas defesas, sob uma combinação, conjugação, integração, relação e hibridez. Em seu livro *Região-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*, publicado em 2010, ele defenderá que

Ainda que toda territorialização se defina conjugando processos mais concreto-funcionais (em que predominam dinâmicas de “dominação”, seguindo de forma genérica a proposição de Lefebvre para a produção do espaço) e simbólico-identitários (mais evidentes em processos ditos de “apropriação”), ou seja, seu espaço incorpora sempre, de alguma forma, uma dimensão simbólica, nem todo território necessita ter clara e preponderante “carga simbólica-identitária” em sua constituição. Aliás, talvez devêssemos mesmo reconhecer, a maior parte dos processos de territorialização, dentro da lógica capitalista, prioriza as problemáticas materiais-funcionais (de “dominação”) do território, ainda que hoje, numa “sociedade do espetáculo”, cada vez mais permeadas de valorização simbólica. Por isso, alguns autores, radicalizando essa ideia, associam claramente o território ao campo das práticas (ou dos “usos”) sociais (HAESBAERT, 2014a, p. 168).

Assim, “entendemos o território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária, ou, em termos lefebvrianos, tanto a dominação quanto a apropriação do espaço” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12).

Na compreensão de Haesbaert, por um viés consoante, a dialética pode ser percebida como unidade de contrários, integração de opostos, diálogo de

convergência entre pensamentos divergentes. Já em um viés dissonante, a dialética (sendo apadrinhada pelo marxismo) também pode ser percebida como que se estivesse “engajada em torno de teorias universalizantes, simplificadoras” (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 14), e que, assim, seria impossível constatar que “a espacialidade (social) compreende ao mesmo tempo uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo” (HAESBAERT; GOMES, 1988, p. 55).

Esse seu pensamento desconsidera a dialética enquanto contradição. Mais do que isso. Expõe que não é a crítica à luta de classes, forjada pelo modelo de divisão intrínseco ao próprio modo de produção capitalista, que deve orientar nossas reflexões sobre o espaço. Para Haesbaert, “(...) colocam-se hoje novas exigências teóricas, capazes de responder à dinâmica múltipla e fragmentária do espaço social” (2017 [1987], p. 14). Essas novas exigências teóricas, para além de apresentar estratégias político-econômicas dominantes (“macropolíticas”), correspondem à formulação de propostas minoritárias (“micropolíticas”) com possibilidade de “forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, (...), mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada” (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 14-15).

Assim, Haesbaert lança a proposta de uma perspectiva integradora-híbrida, onde tenta transpor qualquer leitura que para ele seja dicotomizadora, se contrapondo aos “fechamentos” de pensamentos numa só vertente ou numa só concepção. Neste ponto Haesbaert afirma que o “real” está mergulhado dentro desse jogo indissociável entre os campos ideal e material, subjetivo e objetivo. Assim, a marca do pensamento de Haesbaert será a de uma abordagem de convergências e conveniências, sendo comum em seus textos a apresentação de diferentes teses, teorias e hipóteses de pesquisa, que ao sair ressaltando seus “prós e contras”, tende-se ao que convergem e que podem convenientemente ser integradas. Como exemplo, estão seus apontamentos apresentados nos livros (coletâneas): *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, publicado em 2004; *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*, publicado em 2010; e, *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*, publicado em 2014.

Apoiado numa dialética “transcendental”, Haesbaert defende que a razão abre a possibilidade de estabelecer afirmações contrárias com fundamentos igualmente válidos. Antinomias que são postas por metáforas espaciais, onde os signos são transformados em outros signos que pouco tem a ver com o significado expresso e literal. O conflito que pudesse surgir entre diferentes ideias não teria solução, visto que nenhuma ideia seria “vencedora”. Afinal, “contraditoriamente” as ideias são válidas e se coabitam. Assim, a chave para a solução dos conflitos entre as ideias estaria no idealismo dialético e na apresentação de antinomias, a partir de argumentos supostamente antagônicos (tese e antítese), mas igualmente válidos e necessários. Deste modo, as antinomias marcadas por hifenizações (matéria-ideia, lógica-ilógica etc.), despojadas de contradições, circunscreve a exposição da investigação e do pensamento de Haesbaert, fazendo das metáforas espaciais o princípio interpretativo do mundo real.



Protesto por redução das passagens de ônibus, em São Paulo/SP.

Foto de Yan Boechat, 2013.

CAPÍTULO 3

ESPAÇO E DIALÉTICA: DAS METÁFORAS AO MÉTODO DA PRÁXIS

3 ESPAÇO E DIALÉTICA: DAS METÁFORAS AO MÉTODO DA PRÁXIS

Discussões sobre desigualdade social e pobreza, cidade e campo, fixos e fluxos, local e global, matéria e ideia, natureza e sociedade, campo e cidade, centralização e periferação, desenvolvimento e subdesenvolvimento, exploração e opressão, entre outras dezenas de temáticas, deram um tom crítico ao movimento de renovação da História da Geografia no Brasil, na segunda metade do século XX. Em conjunto com as diferentes temáticas, o método materialismo histórico dialético foi fundamental para a produção da História da Geografia, desde o movimento de sua renovação crítica até o presente. Este capítulo tem como objetivo ressaltar como se tem disposto o processo de relação entre os estudos geográficos e a dialética [materialista].

Em um primeiro momento será trazida para o debate a categoria dialética e como melhor entendê-la tendo como pressuposto a concepção materialista da história. Tal debate irá discutir como a teoria marxista se familiarizou com a compreensão da dialética enquanto unidade e luta dos contrários. Mesmo existindo um esforço no senso-comum para anular as contradições no estudo dialético, será examinado com mais detalhes se somente partir do contraditório que se produzirá um pensamento dialético. Levantaremos questões a respeito do uso da dialética como alicerce para a construção da Geografia crítica, enquanto contraposição às teorias positivistas de uma geografia teórica-quantitativa. Sendo assim apresentado como a dialética foi empregada enquanto base filosófica, assim como também recebeu críticas de movimentos contrários ao materialismo dialético (marxista).

Em seguida será apresentada uma avaliação feita com os trabalhos publicados no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), realizado em 2019, na busca de responder sobre a tendência da dimensão e disposição dos estudos sob a perspectiva crítica e, em especial, a concepção dialética materialista na produção da História da Geografia no Brasil. Em um quarto momento será posta a crítica às abordagens plural, híbrida e integradora, na tentativa de se contrapor aos ataques presentes nos estudos liberais

na Geografia, como as das chamadas críticas à “totalização” e “dogmatização” da dialética materialista. Por fim, serão apresentados apontamentos que trazem a crítica da relação espaço e dialética e como tais categorias se manifestam na produção da História da Geografia.

3.1 Dialética: unidade e luta dos contrários ou transformação do real?

Destaca-se que, para intelectuais e militantes políticos que se reivindicam enquanto socialistas, a queda do Muro de Berlim foi um dos momentos mais difíceis do movimento comunista, assim como apresentado no capítulo anterior. Não porque tais militantes e intelectuais estavam cegos sobre os erros cometidos no rumo da história, ainda menos porque estes deixaram ao esquecimento os grandes acertos históricos das experiências de transição socialista, mas porque ali foi marcada em imagens, em cada marretada, a tentativa processual e histórica de liquidação do projeto socialista de mundo e, ao mesmo tempo, do pensamento materialista-dialético, do marxismo construído até então. Para muitos, principalmente pelo *establishment* antimarxista e anticomunista, decretou-se o fim ou o início do fim de uma abordagem de um pensamento creditado como “totalitário”, “dogmático”, e “antilibertador”.

Enquanto este movimento de questionamento do marxismo, através das tomadas para sua nulidade, se deu numa escala Europa-Estados Unidos, principalmente tendo como fundamento a filosofia e a história produzida na França através do pós-estruturalismo, no Brasil o marxismo começava a despontar como teoria explicativa das questões espaço-temporais. Esse movimento questionador ao materialismo dialético fez traduzir a queda do Muro de Berlim como marco imagético para a queda do marxismo, e o fim da União Soviética, como fim da proposta de uma sociedade socialista. Continuando as comparações, avalia-se também que no Brasil, dentre outras determinações, o fim da Ditadura Militar, em 1985, foi tido como o marco histórico para que houvesse enfim uma liberdade democrática e, assim, uma maior abertura a um posicionamento crítico, abertura ao marxismo, enquanto teoria e pensamento, e abertura ao movimento socialista, enquanto práxis.

Essa abertura ao marxismo trouxe à Geografia produzida no Brasil, naquele momento, uma discussão acalorada da relação entre o espaço (em produção) e o

modo de pensar dialeticamente. Para além das questões citadas na introdução deste capítulo, outras dezenas de temáticas com críticas sociais deram o tom no movimento de renovação da História da Geografia no Brasil, do final da década de 1970 ao início de 1990. Vale destacar que, na História da Geografia no Brasil, antes da Ditadura Militar de 1964-1985, importantes estudiosos já tinham iniciado tais discussões, podendo ressaltar como exemplo os trabalhos do marxista Caio Prado Junior (1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*) e do liberal progressista Josué de Castro (1946, *Geografia da Fome*).

Este movimento de renovação pós-ditadura militar, forjado no Brasil por geógrafas e geógrafos contrários à uma Geografia positivista, levantou a bandeira por uma Geografia Crítica (e/ou Humanista). Tal movimento, apoiado principalmente na crítica ao sistema capitalista e em favor das liberdades democráticas (e de pensamento), não tinha uma corrente metodológica única. Perpassava por defesas às abordagens materialistas dialéticas, fenomenológicas, pós-estruturalistas ou pós-modernas. Entretanto, se tornou modismo entre tais pesquisadores afirmarem que seus trabalhos eram dialéticos, mesmo muitos sendo produções positivistas, fenomenológicas, pós-modernas, e que incorporaram em si a qualificação e denominação de um método dialético.

Mas que dialética era essa?

Para uma maior veracidade e compreensão da realidade (matéria), desde Heráclito (de Éfeso), Aristóteles, Platão a Hegel e seu discipulado, fizeram estes ser construída uma doutrina da unidade dos contrários em que conceitos opostos estão numa relação de interdependência e coexistência, em luta permanente e desenvolvimento, em produção de novos conceitos. Assim, do mesmo modo que os conceitos, a estrutura do real, entendido como processo, se apresenta em constante mudança, movimento, superação, que no seu movimento de constituição, perpassa por três fases: tese, antítese, síntese; identidade, negação, negação da negação. Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel argumenta que

204 - [Das Dialektische] O dialético, como movimento negativo, tal como é, imediatamente, revela-se de início à consciência como algo a que ela está entregue, e que não é por meio da consciência mesma. Como cepticismo, ao contrário, o movimento dialético é momento da consciência-de-si - para a qual [já] não acontece, sem saber como, que desvaneça seu verdadeiro e real. Pois é essa consciência-de-si que na certeza de sua liberdade faz desvanecer até esse outro que se

fazia passar por real; e não só o objetivo como tal: também sua própria relação com ele, na qual vale e é valorizada como objetiva. Assim também [faz desvanecer] seu perceber, como igualmente seu consolidar do que estava em risco de perder-se: a sofistaria e seu verdadeiro determinado e fixado por sua conta.

Mediante essa negação consciente de si, garante a consciência-de-si para si mesma a certeza de sua própria liberdade: produz a experiência da liberdade, e assim a eleva à verdade. O que desvanece é o determinado ou a diferença que se estabeleça como firme e imutável, de qualquer modo e seja donde for. Nessa diferença nada há de permanente, e deve desvanecer ante o pensar, pois o diferente é justamente isto: não ser em si mesmo, mas ter sua essencialidade só em um Outro. Porém o pensar é a penetração nessa natureza do diferente; é a essência negativa como simples (HEGEL, 1992, p. 138).

Nos *Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel retorna e explica que

O princípio motor do conceito - enquanto não é simplesmente análise, mas também produção das particularidades do universal - é o que eu chamo dialética. Não se trata de uma dialética que dissolve, confunde, perturba um princípio ou um objeto apresentado ao sentimento ou à consciência imediata e apenas cuida em deduzir um contrário; em suma, não se trata de uma dialética negativa como quase sempre se encontra, até em Platão. Poderá ela considerar como seu último fim o atingir o contrário de uma representação, que lhe aparece quer como sua contradição num ceticismo concludente, quer, de maneira mais amável, como aproximação da verdade, meio-termo muito moderno. A dialética superior do conceito consiste em produzir a determinação, não como um puro limite e um contrário, mas tirando dela, e concebendo-o, o conteúdo positivo e o resultado; só assim a dialética é desenvolvimento e progresso imanente. Tal dialética não é, portanto, a ação extrínseca de um intelecto subjetivo, mas sim a alma própria de um conteúdo de pensamento de onde organicamente crescem os ramos e os frutos (HEGEL, 1997, p. 33-34).

O propósito de Hegel, à luz de sua filosofia do direito, é tentar provar que a razão se efetiva no real, e não é somente uma ideia, pensamento, abstração. Para Hegel, através da ideia encontramos o real, e conseguimos analisar, nas múltiplas determinações, as suas particularidades, chegando ao conteúdo e à essência das coisas. Da abstração à lógica, da lógica à especulação. Do particular ao universal, à síntese das múltiplas determinações. Essa síntese se torna uma nova tese produzindo um novo movimento (histórico). Assim, Marx argumenta que Feuerbach, “o único que tem para com a dialética hegeliana um comportamento *sério, crítico*, e [o único] que fez verdadeiras descobertas nesse domínio” (MARX, 2010, p. 117),

concebe também a negação da negação, o conceito concreto enquanto o pensar sobrepujando-se no pensar, e enquanto pensar desejante de ser imediatamente intuição, natureza, efetividade.

Mas na medida em que Hegel apreendeu a negação da negação – conforme a relação positiva que nela reside, como a única e verdadeiramente positiva, e conforme a relação negativa que nela reside, como o ato unicamente verdadeiro e como autoacionamento de todo o ser –, ele somente encontrou a expressão *abstrata, lógica, especulativa* para o movimento da história, a história ainda não efetiva do homem enquanto um sujeito pressuposto, mas em primeiro lugar *ato de produção, história da geração do homem* (MARX, 2010, p. 118-119).

Desse modo, enquanto ato de produção, destacamos o movimento de produção da própria dialética. De acordo com Aranha (1993), *Heráclito* apresentou que tudo é mutável e está em transformação. Para *Platão*, a dialética é um sistema de perguntas, respostas e refutações, que geram novos conhecimentos, em busca da verdade. Através do diálogo, exercício filosófico por excelência, se processa a busca pela verdade. Já *Aristóteles* entende a dialética como um método de raciocinar sobre todo e qualquer problema proposto. Uma forma de adquirir conhecimento, usando do rigor lógico através da crítica àquilo que pode ser plausível e provável através de opiniões comuns e não-contraditórias. “Para Platão, a dialética é um *modo de conhecer*. Para Aristóteles, a lógica (ou analítica) é um *instrumento para o conhecer*” (CHAUÍ, 2000, p. 230, grifo da autora).

Para Hegel, entretanto, ambos se enganaram. “A dialética é a única maneira pela qual podemos alcançar a realidade e a verdade como movimento interno da contradição” (CHAUÍ, 2000, p. 258). Hegel retoma o pensamento de Heráclito ao considerar que a verdade é o eterno movimento dos contraditórios, mas no entender dos seus críticos materialistas, ele se perde no caminho ao colocar como ponto de partida do devir a ideia pura (tese), e esta, para se desenvolver, coloca um objeto oposto a si, a Natureza, a matéria, que é a ideia alienada, o mundo privado de consciência. “Da luta desses dois princípios antitéticos nasce uma síntese, o Espírito, a um tempo pensamento e matéria, isto é, a ideia que toma consciência de si através da Natureza” (ARANHA, 1993, p. 130).

Os materialistas invertem a lógica hegeliana afirmando que o mundo material é anterior ao Espírito, do concreto ao abstrato. A matéria em movimento é a fonte da consciência e existe independentemente da consciência. “O concreto é concreto

porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida” (MARX, 2011, p. 54). Logo, podemos ressaltar duas questões que vão se fazer presente nas críticas de Marx e Engels aos seus antecessores dialéticos. A primeira toma como problema a posição de entendimento da dialética como unidade e luta dos contrários. A segunda será a colocação da dialética enquanto transformação do real.

Fomos familiarizados a compreender a dialética como unidade e luta dos contrários. Desde Heráclito, na sua interpretação da realidade enquanto devir, afirmamos que na apreensão dialética, “tudo existe em constante mudança, que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas. (...) que vida ou morte, sono ou vigília, juventude ou velhice são realidades que se transformam umas nas outras” (KONDER, 2008, p. 8). Mas aí está uma questão: será realmente correto pensar que termos contrários, por si só, são contraditórios? Quente-frio, dia-noite, material-ideal, estão compondo uma relação dialética? Ainda mais, caso esses elementos contrários estiverem em unidade e em conflito, agora eles estão numa relação dialética? A resposta é não, ou melhor, não é somente isso que definirá que essa relação de predicados contrários, unidos e em luta, seja dialética. Hegel, e posteriormente também Marx e Engels, entenderão que “os predicados não são, como na lógica formal e matemática, termos positivos inertes que atribuímos ou recusamos a um sujeito, mas são realidades criadas, negadas, suprimidas e reincorporadas pelo próprio sujeito” (CHAUÍ, 2000, p. 258).

A dialética produzida por Marx e Engels, e desenvolvida por outros pensadores marxistas, defende que “as conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Em tais unidades, a contradição é essencial: (...) a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem” (KONDER, 2008, p. 47). Mas esse movimento é necessariamente um movimento que exprime a transformação do real.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente o seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

(...)

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha, porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda a forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária (MARX, 2013, p. 90-91)

A dialética marxiana tem uma tese fundamental e, por vezes, esquecida até mesmo por muitos marxistas: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 539, grifos dos autores). Este princípio básico da dialética marxiana é ignorado ou, ocasionalmente, não entendido, sendo ainda hoje defendida uma dialética nos moldes clássicos. Na Geografia, e até mesmo na chamada Geografia crítica, tende-se a ressaltar questões binárias, sem a mínima presença de contradição, nem mesmo em movimento e transformação do real. Sendo assim, defendemos a proposta de Carlos, no qual ela denominou de *metageografia*, onde “pensar o caminho para a transformação radical da sociedade sinaliza a construção de uma crítica radical do existente. A realidade produzida de forma conflituosa e desigual revela a ‘dialética do mundo’” (CARLOS, 2007). E com essa assertiva, será necessária uma apresentação da tentativa do emprego da dialética (materialista) enquanto método, na crítica às teorias positivistas de uma Geografia teorética-quantitativa e como alicerce para a construção do movimento no Brasil identificado como Geografia Crítica.

3.2 A dialética e a Geografia Crítica no Brasil

Durante a história recente de pensar a Geografia (pós-queda do muro de Berlim e pós-URSS para uns, pós-ditadura militar e “redemocratização” para outros), fomos familiarizados com apontamentos e discussões que fizeram corpo a novas abordagens e métodos de pensamento. A categoria espaço (geográfico/social) ficou em evidência junto aos debates conceituais de seu movimento, produção e desenvolvimento. O conceito de território acelerou-se a ser discutido, tendo em vista

a sua aplicação em políticas públicas que apresentaram a gestão, a governança e o local como marcos definidores para um crescimento econômico alcunhado enquanto sustentável. E, também, a apropriação do método dialético (mesmo para críticos ao marxismo) dava um tom de contracorrente ao modelo de sociedade capitalista e suas inconsequentes mazelas, e a crítica à Geografia quantitativa ou teorética, aportada no positivismo.

Antes da queda do muro de Berlim e do fim da URSS, ou mesmo antes do fim da ditadura militar iniciada em 1964, geógrafas e geógrafos tomaram forças no intuito de produzir um “debate amplo de ideias, a crítica e a autocrítica, tão importantes para o desenvolvimento de todas as ciências, [e que] custa[ra]m a se transformar numa prática dos geógrafos, especialmente dos geógrafos brasileiros” (VIANA, 1976, p. 5). Ao invés de colocar os marcos da renovação da Geografia em um determinado evento científico acadêmico (III Encontro Nacional de Geógrafos - ENG, por exemplo), ou em uma determinada publicação bibliográfica (*Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, de Milton Santos, também por exemplo), acredito seguir a linha de pensamento de Manuel Correia de Andrade (1985) em que expressa a formação histórica processual e contínua de uma Geografia Crítica.

A crise econômica e o abrandamento da censura a livros e revistas científicas, porém, iriam provocar uma reação ao quantitativismo, estimulada ainda pelo agravamento da situação econômica dos assalariados, pela quebra e recuo da importância de pequenas empresas e pelos desastres ecológicos que se sucederam em vários pontos do país. (...).

Como aconteceu no mundo anglo-saxão, numerosos geógrafos quantitativistas reformularam suas posições, passando a demonstrar interesse pela análise do impacto social e ecológico de desenvolvimento capitalista (ANDRADE, 1985, p. 19).

Como expõe Andrade (1985), tais geógrafos reconheceram que se excederam no uso da matemática e da estatística, mas na sua grande maioria não abandonaram a filosofia positivista de suas análises. Alguns deles influenciados, dentre os vários multimeios, pelas revistas norte-americana *Antipode* e francesa *Hérodote*, optaram pela intenção marxista, absorvendo mais os postulados e doutrinas do que o método materialista dialético. No Brasil, mais especificamente, começou uma reação com maior teor crítico após a publicação do nº 54 do *Boletim Paulista de Geografia* (BPG), em 1977, “onde vários autores publicaram artigos criticando as

formulações neo-positivistas e propondo novos caminhos para o pensamento geográfico, caminhos que melhor atendessem no desafio da realidade brasileira” (ANDRADE, 1985, p. 19).

Vale destacar que a partir do nº 51 da mesma revista, no ano de 1976, Myrna T. Rego Viana publicou em seu editorial uma questão basilar para o movimento de renovação: *Porque mudar?* Nesse pequeno texto de apresentação, com muito cuidado da escrita, ela começa a pôr em xeque a Geografia produzida até aquele momento e que, naquela edição, tal “política editorial foi definida levando em consideração as necessidades e problemas que a Geografia e demais ciências humanas enfrentam no presente momento, bem como as contribuições que os geógrafos podem e devem dar ao conhecimento da realidade” (VIANA, 1976, p. 5).

Com certeza, Viana não estava anunciando uma ruptura total com a produção da História da Geografia anterior (até porque, por exemplo, geógrafos como Manuel Correia de Andrade (1967, 1968), com a exposição da questão agrária no Nordeste brasileiro, ou o francês Pierre George (1968, 1971), com seu projeto por uma “geografia ativa”, já tinham no BPG publicações em seus nomes e eram apontados como promotores de uma renovação contrária a Geografia dita “clássica”), mas sim, teve a atenção de pontuar que naquele ano de 1976, começou a ser destacada a importância da crítica e autocrítica no BPG e, conseqüentemente, a produção de um pensamento diferente ao que se tinha padronizado na geografia.

Neste mesmo ano de 1976, Armando Corrêa da Silva, autor de posições críticas na revista (1973, 1974) sob influências de Andrade e George, publicou no BPG duas resenhas (nº 51 e 52) em que apresentou a força da crítica à produção capitalista do espaço, por dois importantes geógrafos, em duas escalas distintas: David Harvey, com o seu livro *Justiça Social e a Cidade*, publicado em 1975, e, Nelson Werneck Sodré, com seu livro *Introdução à Geografia. Geografia e Ideologia*, publicado em 1976. Enquanto Sodré, no confronto de ideias, apresenta uma constante preocupação com a realidade brasileira, para Silva a publicação de Harvey apresenta um

enorme contraste com as inúmeras monografias e estudos de caso sobre o problema que não conseguem ultrapassar a mera aparência da realidade. Da mesma forma, representa uma ruptura com as abordagens geográficas tradicionais (e contemporâneas) que se fazem a partir dos recursos do empirismo, do positivismo naturalista e do positivismo lógico (incluindo o neo-positivismo).

Ao mesmo tempo que nos indica o quanto estamos defasados em relação a certos problemas, abre perspectivas de pensamento capazes de ultrapassar as limitações criadas pela perplexidade dos próprios geógrafos em relação ao seu trabalho (SILVA, 1976, p. 100).

Entre os anos de 1976 e 1996, fazendo um recorte cronológico de 20 anos, podemos identificar importantes trabalhos publicados no BPG, para uma afirmação da Geografia Crítica, galgada, em parte, pela tentativa de pensar através do materialismo dialético, e, de outra, pela sua crítica. Entre diferentes geógrafos críticos autores no BPG, podemos destacar: Ana Fani Alessandri Carlos (1993); Antônio Carlos Robert Moraes (1988); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1977, 1978, 1984); Armando Corrêa Silva (1976, 1984, 1996); Carlos Walter Porto Gonçalves (1978); Horieste Gomes (1982); Manuel Correia de Andrade (1977, 1989); Melhem Adas (1977); Milton Santos (1977, 1982); Myrna T. Rego Viana (1976, 1980); Odette Carvalho de Lima Seabra (1996); Paul Singer (1980); Ruy Moreira (1989).

Para além das publicações no Boletim Paulista de Geografia, ou em outras revistas com forte presença entre as décadas de 1970 e 1980, podemos também destacar duas forças que tiveram presença de contraposição ao que estava padronizado: o crescente número de eventos acadêmicos e científicos (com a intersecção política, mesmo que muitas vezes camuflado devido à censura e perseguição da Ditadura Militar) e a formação de novos programas de pós-graduação. Em entrevista à Heinz Dieter Heidemann e João Phelipe Santiago (1986), Andrade recorda que antes mesmo do III ENG, em Fortaleza/CE, o III Congresso da AGB em Belém do Pará, em 1974, foi palco de uma grande disputa política entre dois grupos que digladiavam: os defensores das chamadas “Escola Americana de Geografia” (que defendiam que métodos e modelos estadunidenses deveriam compor a métrica usada nas pesquisas no Brasil) e “Escola Francesa de Geografia” (que se opunham, defendendo que precisávamos nossa “independência” e construir nossos próprios métodos de pesquisa, de acordo com a realidade brasileira, mesmo que sob influências estrangeiras, francesas). Andrade (1985) cita que um marco de grande importância para a Geografia produzida no Brasil também foi a “Conferência Regional Latino Americana, realizada em agosto de 1982, com simpósios e mesas redondas, em várias cidades do país e com o comparecimento maciço de geógrafos brasileiros e estrangeiros” (p. 20).

A formação de novos programas de pós-graduação e, conseqüentemente, de grupos de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento geográfico, propiciou um maior diálogo entre pesquisadores de todo o país. Agora, não somente nos grandes e reconhecidos campos de pesquisa (USP e UFRJ), mas também na periferia da produção do conhecimento geográfico, como a abertura de Programas de Pós-Graduação em Geografia no Recife/PE (UFPE), no ano de 1976; em Rio Claro/SP (UNESP), no ano de 1977; em São Cristóvão/SE (UFS), no ano de 1983; em Florianópolis/SC (UFSC), no ano de 1985; e, no final do anos 1980, em Presidente Prudente/SP (UNESP), no ano de 1987; e em Belo Horizonte/MG (UFMG), no ano de 1988. Produzindo um forte crescimento do conhecimento geográfico, novo e diferente dos catedráticos de até então, a reação contra o matematicismo e o seu balanço crítico aos poucos tomou corpo. Esse movimento na pós-graduação provocou, assim, um crescimento no debate de ideias dos caminhos metodológicos e epistemológicos na Geografia no Brasil.

Além de publicação de revistas, organização de eventos e formação de novos programas de pós-graduação, a grande presença de publicação de livros com crítica à geografia quantitativista. Dentre um grande número de autores de livros, um dos que mais se destaca é Milton Santos, não somente por sua importância enquanto grande personalidade internacional no meio intelectual e acadêmico, mas principalmente por suas preocupações teóricas com a epistemologia da Geografia, propondo novos rumos para a História da Geografia. Destacam-se os livros originais e traduzidos em português, publicados entre 1978 e 1988, no Brasil: *Por uma Geografia nova* (1978); *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (1978); *A pobreza urbana* (1978); *O espaço dividido* (1978); *Economia espacial: críticas e alternativas* (1978); *Espaço e sociedade* (1979); *A urbanização desigual* (1980); *Manual de Geografia urbana* (1981); *Pensando o espaço do homem* (1982); *Ensaio sobre a urbanização latino-americana* (1982); *Espaço e método* (1985); *O Espaço do cidadão* (1987); e *Metamorfoses do espaço habitado* (1988).

Assim sendo, na produção da História da Geografia no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, destacavam-se três grupos de estudos que defendiam a dialética na Geografia (Crítica): 1) aqueles que realizavam leituras das poucas publicações traduzidas ao português de Marx e Engels, até aquele momento, mas que muitas vezes limitavam-se à teoria (epistemológica), sem fazer uma conexão prática com o movimento do real; 2) os que geralmente, numa perspectiva marxista

(panfletária), realizavam uma transposição mecânica de modelos soviéticos ou de outros países socialistas, mas que geralmente realizavam leituras marxistas num viés positivista, negligenciando muitas vezes a própria teoria marxiana; e, mais recentemente, 3) os que negavam a luta de classes e outras categorias e conceitos marxianos, numa abordagem fenomenológica, pós-estruturalista ou pós-moderna, e que criticavam o chamado economicismo e o dogmatismo marxista, propondo uma nova dialética, plural e integradora (CARLOS, 2002).

Entre as décadas de 1990 e 2000, com um avanço nas leituras marxianas (e marxistas) e no avanço das críticas ao próprio Marx (e ao marxismo), as defesas de diferentes métodos (ou abordagens, como melhor preferem alguns) deixou mais clara a divisão da Geografia Crítica entre o materialismo histórico-dialético, a fenomenologia, o pós-estruturalismo, e entre outros métodos/abordagens. Temas vieram como máximas na Geografia Crítica: identidade, diversidade, pluralidade (cultural e de poderes), global-local (glocal), representação, imagem. E, em contraste com o esforço na interpretação e reflexão materialista dialética do espaço em produção, a aparição de novos estudos se efetivaram: ciberespaço, espaço real-virtual, sociedade em rede, territórios-redes, gestão, governança, ordenamento e desenvolvimento territorial.

Podemos destacar duas publicações que obtiveram grande significado no período que antecedeu a “virada do milênio”. A primeira publicação foi o livro *Geografia: conceitos e temas*, organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa, no ano de 1995. A segunda, o primeiro volume da revista *GEOgraphia* (revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense), lançada em dois números, no ano de 1999. Ambas publicações, além de comporem abordagens de pesquisadores fluminenses, principalmente da UFRJ e da UFF, percebe-se uma determinada linha teórica que foram (e continuam sendo) um marco de fundamentação para trabalhos na Geografia.

De um lado, o livro *Geografia: conceito e temas*, teve como objetivo “atualizar” os grandes debates da Geografia, sob uma perspectiva “plural e integradora”, com o objetivo de preencher uma lacuna que, para os seus organizadores, faltava na “bibliografia geográfica básica do país”. Do outro, a revista *GEOgraphia* pretendia, naquele momento, oferecer um corpo teórico capaz de entender “o fenômeno da globalização, oferecendo ao leitor um painel rico das diferentes teorizações que buscam explicá-lo e compreendê-lo” (LIMONAD, 1999a, p. 5). Em ambas publicações,

às vezes de forma sutil, outras vezes nitidamente, a crítica, não só ao método materialista dialético, mas ao marxismo como um todo, estava posta e declarada. Nestes, entre outras publicações “pós-críticas”, a dialética, quando não é negada, volta-se ao idealismo. De novo, é o ideal que explica o real e não o contrário.

Afirma Menezes que “o ‘rigor’ científico no tratado da dialética não apareceu como necessidade tão imediata”, e, assim, “a contradição, como motor da dialética, não apenas tenderia a ser exilado do exercício teórico geográfico como elemento do ‘filosofismo metodológico’, mas também para a composição de sua própria autocrítica” (2016, p. 273-274).

Os limites da crítica pretendida pelo movimento de renovação não puderam assim serem identificados porque em sua própria interpretação não havia se expressar a contradição (sic), diante dos esforços em se criar uma pretensa unidade crítica mediados por uma dialética conciliatória de perspectivas, por vezes, conflitantes e contraditas. A unidade presumida passa a ser mediada pela não contradição (MENEZES, 2016, p. 274).

Isso indica que, num primeiro momento, a busca pela definição do objeto da Geografia, sob um projeto de renovação crítica (ao positivismo), foi sobrepujante ao entendimento do método e da epistemologia, e ainda mais quanto à reflexão crítica da relação capital-trabalho. E, num momento posterior, quando se buscou o entendimento do método e da epistemologia, o utilizou para reforçar sua posição na Geografia (Crítica) de rompimento desvelado ao materialismo dialético e ao marxismo. Da tendência da Geografia da luta de classes e da produção capitalista do espaço, passou-se à tendência da Geografia das conexões, das identidades, das redes, do ciberespaço e da gestão do espaço.

3.3 Há dialética materialista na Geografia produzida no Brasil hoje?

Excluindo a presença de tentativas de estudar e explicar o espaço (e suas relações) através do método materialista dialético antes de 1978, tem sido consensuada a colocação de tal data como o marco de referência da gênese da renovação crítica da História da Geografia no Brasil e origem do que se nomeou de

Geografia Crítica. Como afirmado no item anterior, aqui também pode-se assegurar que assim não foi como aconteceu de fato, mas é o que convencionou-se afirmar. Nessa “origem” da criticidade, a necessidade da autoafirmação epistemológica para marcar a cientificidade do conhecimento geográfico, na busca de referendar a categoria espaço como objeto da teoria geográfica crítica, “esqueceu-se” de afinar as cordas justamente no tocante às categorias de base ao materialismo dialético. Genericamente no Brasil, a Geografia Crítica se tornou sinônima de introdução do marxismo na Geografia, e seus teóricos muitas vezes assim também acreditavam.

Esta afirmação não pode ser observada na sua totalização, afinal, muitos eram materialistas dialéticos sem precisar se autoafirmar como tal. Por exemplo: no ano de 1984, Maria Lúcia Estrada Rodrigues publicou no BPG seu artigo, *O processo de produção do espaço: um exercício teórico-metodológico*, onde refletiu como “as formas de ocupação do espaço vão sendo afetadas como resultado das novas modalidades de produção econômica” (RODRIGUES, 1984, p. 21) que se desenvolvem no processo de reestruturação produtiva do capital, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. No terceiro item deste artigo ela abre o diálogo sobre a construção do que ela chama de uma “epistemologia dialética para a Geografia”, onde o

avanço do capital faz também avançar as forças que se lhe opõem. No entanto, a relação mais fundamental que o capital estabelece é com o trabalho. Logo, ao avanço do capital — que aqui se faz sob a proteção e sustentação do Estado — corresponde igualmente o avanço das forças sociais que se opõem a ele, produzindo um quadro de lutas entre os agentes que atuam no e com o espaço. Tais lutas se refletem na composição urbana: organização e desorganização, ordem, desordem, outra ordem (RODRIGUES, 1984, p. 24).

Outros aspectos, ainda, podem e precisam ser considerados:

Faz-se importante destacar que, ao utilizarmos e identificarmos no urbano ordem e desordem, organização e desorganização, não estamos:

- pensando o processo industrial em Betim como uma singela sucessão de fatos no tempo;
- nem que este processo seja uma sucessão de causas e consequência que, por sua vez, gerariam novas ações — outras causas e consequências;
- nem que os fatos desencadeados em Betim sejam dispersos e isolados, somente alcançando sua unificação pela consciência do

pesquisador.

O que percebemos no urbano, ao problematizar desta forma a realidade objetiva em análise, é que:

- estes acontecimentos não se dão no tempo, mas são o tempo;
- não há uma dimensão de causa e efeito de ação e reação.

O que existe é a produção de contradição que, por ser produção, sugere e leva à sua própria superação, constituindo-se assim no movimento da história;

- que este é, portanto, um processo contraditório unificado em si mesmo e por si mesmo (RODRIGUES, 1984, p. 24, grifo nosso).

Assim Rodrigues (1984) ajuda a identificar as bases epistemológicas (e ontológicas) da dialética (materialista) nos trabalhos sobre a produção do espaço. Para análise, “converte-se em exigência a introdução do real. (...) a questão teórica do espaço implica uma indissolubilidade com a maneira prática pela qual ele é produzido. Não é mais uma questão teórica, e sim prática” (RODRIGUES, 1984, p. 22). Outros elementos saltam-se: a totalidade do espaço social e o seu ser contraditório, as relações de produção capital-trabalho, o movimento dialético da história, além da crítica do espaço e do tempo.

Tendo estes elementos como referência, assegura identificar com mais tranquilidade os trabalhos geográficos produzidos sob a concepção dialética materialista. Será que realmente foi (ou ainda é) a dialética materialista a concepção hegemônica na Geografia Crítica? A tese de Menezes (2016), citada acima, defende o oposto. Para Menezes (2016), constata-se na “Geografia Crítica” a ausência da contradição da relação capital-trabalho. Tomando o trabalho como referência, constatou-se que a dialética envolvida na formulação teórica da Geografia tendeu a ser mais um instrumento de conciliação do que uma crítica social. O uso constante de categorias como totalidade, contradição e dialética, assim como a simples leitura (ou citação) de autores marxistas ou dos próprios Marx e Engels, como demonstrado por Silva (1984), não dá legitimidade de para afirmar que uma determinada publicação é dialética materialista. A publicação, por exemplo, deve seguir critérios como os citados acima por Rodrigues.

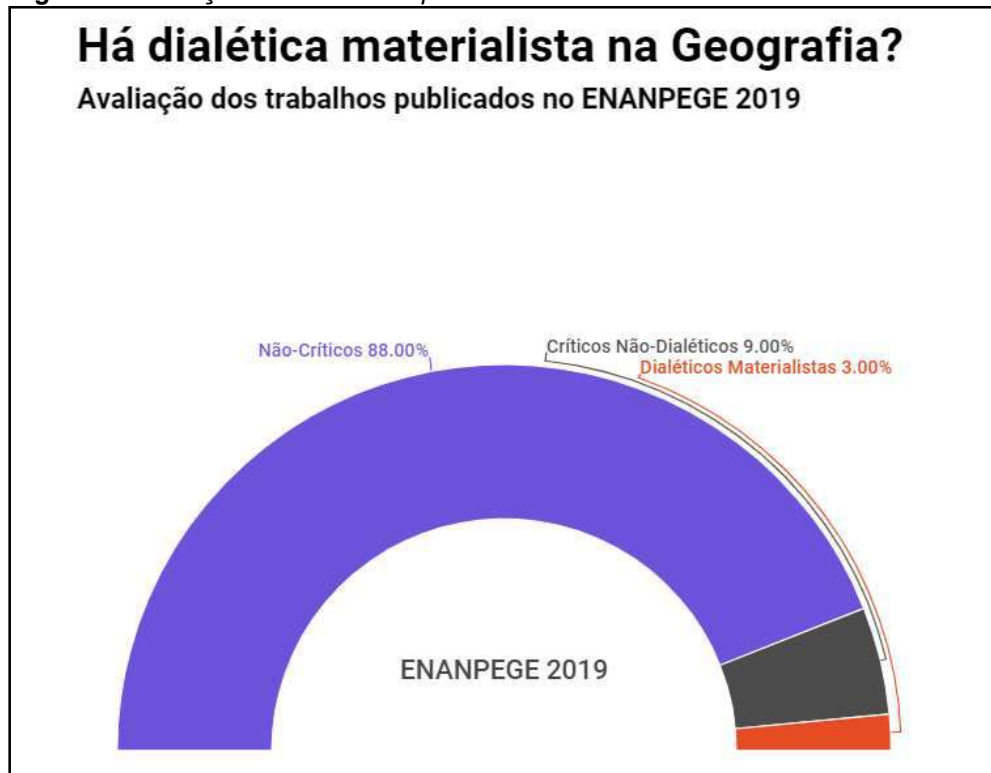
Na tentativa de responder a questão se há dialética materialista na Geografia produzida no tempo presente, foram analisados os trabalhos publicados no XIII ENANPEGE - *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, realizado em setembro de 2019, por promover e difundir a produção do conhecimento geográfico através das pesquisas realizadas nos Programas de Pós-

Graduação em Geografia no Brasil. Entende-se que tais trabalhos acadêmicos são o que se tem de mais avançado no conhecimento geográfico científico no presente. No XIII ENANPEGE foram publicados 1.208 trabalhos, apresentados em 55 Grupos de Trabalhos nas mais diferentes temáticas de pesquisa na Geografia. Destes 1.208 trabalhos publicados, foram selecionados todos os trabalhos em que seus resumos apresentassem as palavras “crítica” e “dialética” ao tentar se referir a perspectiva de pensamento utilizada.

Assim, foi separado o montante de 145 trabalhos que por autoidentificação, citaram em seus resumos que suas análises apresentavam “perspectiva”, “método”, “entendimento”, “abordagem”, “narrativas”, “apontamento” ou “pensamento crítico” ou “dialético”, ou que, mesmo sem apresentar tais termos, na leitura do resumo pudessemos alcançar elementos da criticidade do pensamento do autor com a presença de categorias como “totalidade” e “contradição”. Esta metodologia escolhida para identificar os trabalhos na perspectiva crítica foi a metodologia encontrada para reduzir ao menor percentual de erro e que, assim, desse maior veracidade à pesquisa (qualitativa e quantitativamente).

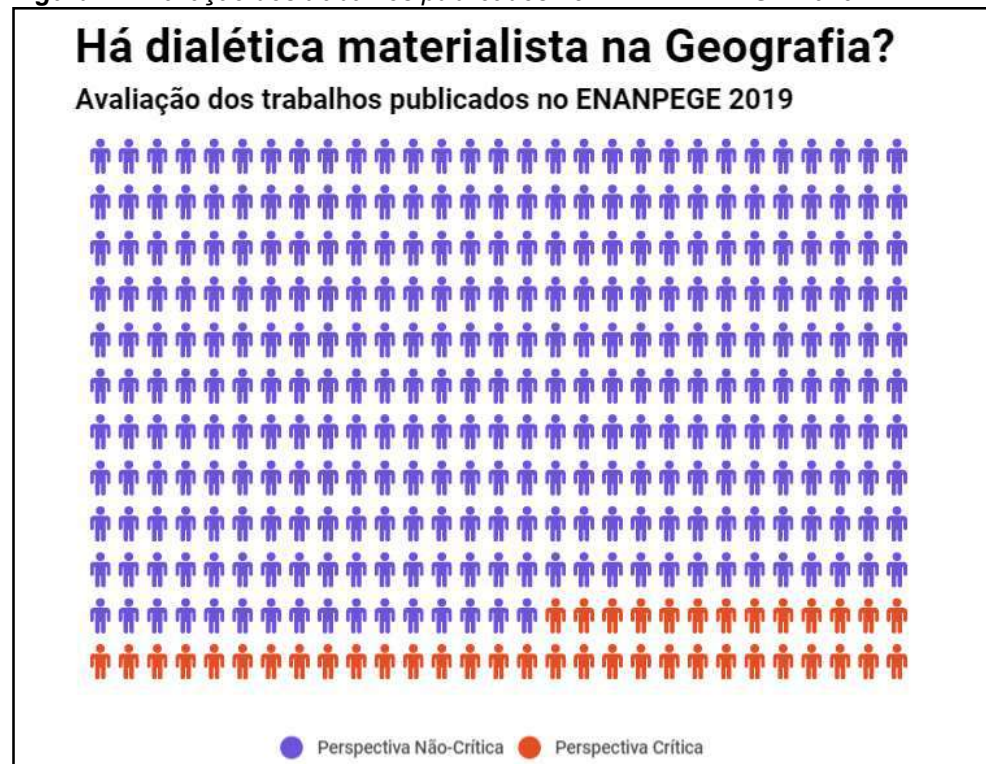
Como está apresentado nos gráficos 01 e 02, pode-se constatar que há sim dialética materialista na Geografia. Mas, diferente que o senso comum costuma afirmar, dialéticos materialistas não são majoritários (“hegemônicos”), nem mesmo entre os que defendem uma perspectiva crítica. No senso comum, ser crítico ao capitalismo, ser crítico às opressões e explorações, citar problemas sociais e formas de enfrentamentos, citar Marx ou marxistas, trabalhar conceitos e categorias como produção (do espaço), capital, mercadoria, relação campo-cidade, formação econômico-social, classes sociais, forças produtivas, burguesia, prática (teórica e social), trabalho (social), movimentos sociais, divisão espacial, divisão do trabalho, política, pobreza, imperialismo, materialidade, justiça social, desenvolvimento (econômico), acumulação, concentração e centralização (espacial e do capital), renda (da terra), alienação, hegemonia, real, método, entre outros conceitos e categorias, por exemplo, por si só é ser marxista ou materialista dialético.

Figura 1: Avaliação dos trabalhos publicados no XIII ENANPEGE 2019 - 1



Autor, 2020. Fonte: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/simposio/anais>

Figura 2: Avaliação dos trabalhos publicados no XIII ENANPEGE 2019 - 2



Autor, 2020. Fonte: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/simposio/anais>

Diferente da autoidentificação de teóricos críticos (na produção de uma Geografia Crítica), a autoafirmação de dialéticos materialistas não confirma que tais realmente são materialistas dialéticos. Para a sua identificação é necessária a leitura integral do trabalho acadêmico e identificar o caminho proposto pelo próprio Marx (2013) como metodologia de sua investigação e exposição dialética materialista. A investigação materialista dialética tem que se apropriar do entendimento do real em seus pormenores, das múltiplas determinações, e seguir como referência do seu vínculo interno. Assim, a exposição dialética precisa apresentar a crítica do real no movimento da história, movimento envolvido imediatamente em contradições. O real precisa ser apreendido como atividade humana, como prática.

O método de investigação do real deve partir do empírico (realidade dada, real aparente, imediato) e das abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria) e chegar ao concreto (real pensado) (PIRES, 1997). Quando uma determinada análise estaciona no empírico ou nas abstrações, fixa seu pensamento na formalidade sem alcançar a centralidade da práxis humana na produção e reprodução da vida. Após esse processo de investigação, o método de exposição, a crítica, deve partir do seu oposto: “me pareceu que antecipar resultados que estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral” (MARX, 2008, p. 47-48). Assim, como defende Marx, depois de ser feita a investigação de seus pormenores é preciso reconstruir o objeto, “faz-se o caminho inverso do mais simples ao conceito que foi o ponto de partida, que ao ser atingido não será mais representado como um todo caótico, mas como uma rica totalidade de determinações. Por meio desse processo, o concreto é reproduzido pelo pensamento” (ZAGO, 2013, p. 122).

Essa empiricidade é ponto de partida. Eu tenho que lixar essa empiricidade, se ela estiver mistificada, eliminar essa mistificação, se ela não estiver mistificada, a partir dela chegar à essencialidade ontológica, isto é, ao concreto. O segredo fundamental do método dialético é exatamente estabelecer a concretude. É exatamente caminhar a partir da visão difusa e confusa, caótica, da completude da empiricidade, para a concretude, passando pela abstração. Parte-se da plethora empírica desordenada, ordena-se por abstrações e destas abstrações se volta à empiricidade, mas agora essa empiricidade não é mais a empiricidade, mas a concretude. O caminho é esse: a empiricidade caótica, a organização abstrata e a concreção a partir do abstrato. O empírico agora é integrado na totalidade do real. Ele passa

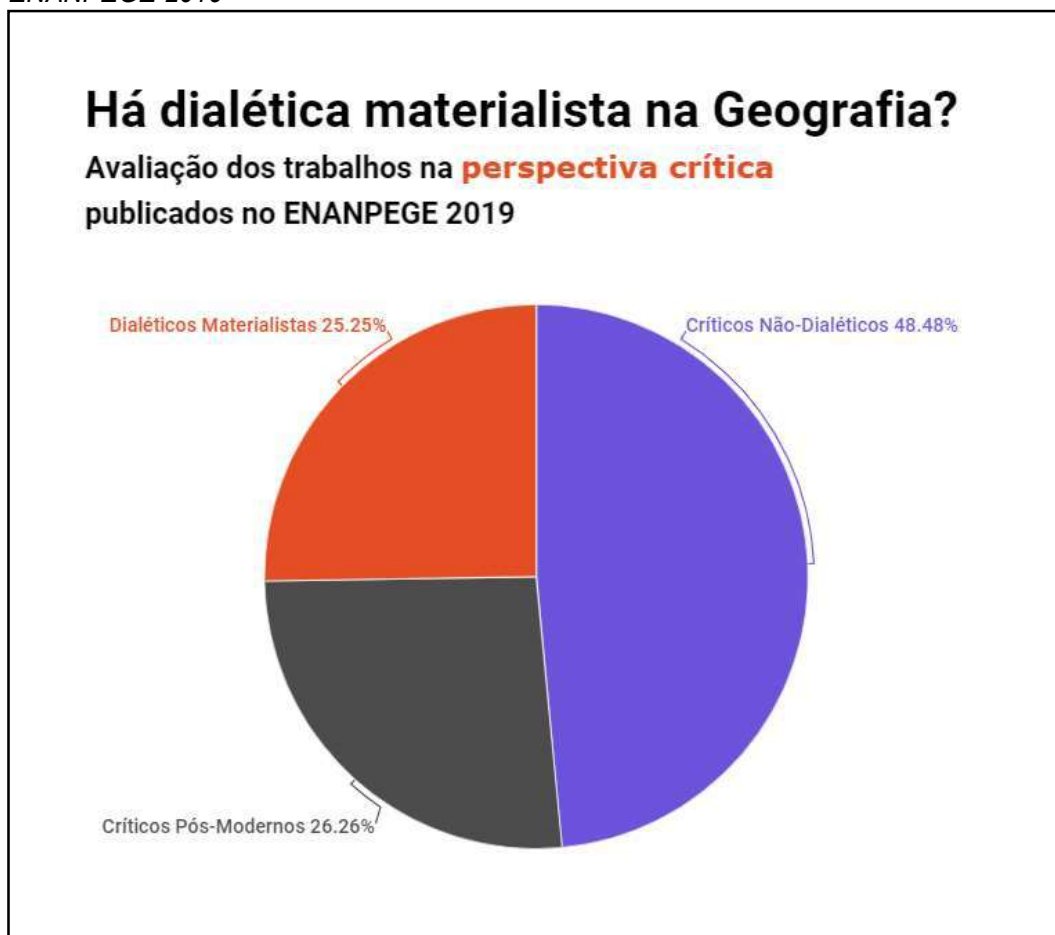
a ser determinado pela multiplicidade de elementos que o compõem. Esse é o segredo da frase do Marx que “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações”. Consequentemente, o empírico que chega ao concreto, a prova da teoria não é o empírico, mas é o concreto ontologicamente compreendido (CHASIN, 2020).

Tendo essa referência como base de definição do que seria um trabalho na concepção dialética materialista, ressaltamos três exemplos de trabalhos que distingue três tipos de trabalhos na perspectiva crítica: 1) os que utilizam a concepção dialética materialista na sua exposição, trabalhos críticos dialéticos materialistas; 2) os que ao fazerem uma análise crítica mas não expõem sua investigação sob a concepção dialética materialista, trabalhos críticos não-dialéticos; e, 3) os que ao fazerem uma análise crítica não-dialética utilizam na sua exposição referenciais de abordagens liberais, híbridas e plurais, trabalhos críticos pós-modernos. Faz-se saber que além dos que se autoidentificaram críticos nos resumos dos seus trabalhos, há uma gama de trabalhos não-dialéticos materialistas (fenomenológicos, estruturalistas, positivistas etc.) e pós-modernos que não estão no conjunto dos 145 trabalhos destacados dentro de uma perspectiva crítica, assim como deve haver também algum percentual de dialéticos materialistas no conjunto que não se autoidentificaram como “críticos” e/ou “dialéticos” em seus resumos (estando estes dentro de uma margem de erro percentual).

Assim, os gráficos 01 e 02 vão apresentar que dos 1.208 trabalhos publicados nos anais do XIII ENANPEGE 2019, apenas 12% são autoidentificados na perspectiva crítica, isso excluindo qualquer distinção entre as concepções de análise e pensamento (somente utilizando a identificação de cada autor). Isso retira a dúvida de que “ser crítico” ou utilizar de uma abordagem crítica não está em predominância na História da Geografia. Mas analisando mais a fundo, do total dos 1.208 trabalhos publicados, somente 3% podem ser identificados como dialéticos materialistas. Para além disso, um outro resultado da pesquisa retira a dúvida se os dialéticos materialistas são realmente a maioria entre os que se autoidentificaram “críticos” e/ou “dialéticos”. Como mostra no gráfico 03, do total de 145 trabalhos na perspectiva crítica, somente 25% expõem suas investigações na completude de suas apresentações sob a concepção dialética materialista. Cerca de 75% deste montante (caso tivéssemos separado 145 trabalhos críticos como nossa amostra) seria

trabalhos na perspectiva crítica não-dialéticos materialistas (incluindo os trabalhos na perspectiva pós-moderna).

Figura 3: Avaliação dos trabalhos na perspectiva crítica, publicados nos anais do XIII ENANPEGE 2019



Autor, 2020. Fonte: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/simposio/anais>

Na leitura dos trabalhos críticos, também foram constatadas três situações entre várias que se apresentaram na identificação das diferentes concepções: **1)** trabalhos que se autoidentificaram enquanto dialéticos materialistas, mas não eram, conforme apresentam-se em trabalhos com importantes reflexões, mas limitado às experiências de situações vividas, como no trabalho de Rosa (2019) em que buscou “compreender como as relações de classe social, raça e sexo – que não se atém ao biológico - transformam e se transformam os/nos espaços públicos urbanos, a partir da forma como ele é usado e apropriado pela população” (ROSA, 2019, p. 1); **2)** trabalhos que não se autoidentificaram sob uma perspectiva crítica, mas eram

dialéticos materialistas, como o trabalho de Santana (2019) onde “propõe-se a análise da ocorrência do trabalho análogo ao de escravo no território baiano, intrínseco ao desenvolvimento e avanço do agronegócio no país ” (SANTANA, 2019, p. 1); e, **3**) trabalhos que se autoidentificaram como dialéticos e pós-modernos, ou dialéticos e plurais, como por exemplo, aquele que “utilizou-se do arcabouço teórico-metodológico do marxismo com a ideia de produção do espaço, e da pós-modernidade, acerca do consumo e da estruturação do espaço citadino para as relações de troca” (MENDES, 2019, p. 2), ou como “ferramenta de análise dialética de questões híbridas e de processos multi e trans escalares, que suscitam a demanda por uma visão holística e mais horizontalizada” (ARAUJO, 2019, p. 11).

Há dialética materialista na Geografia? Sim, mas também há muitos trabalhos em concepções fenomenológicas, pós-estruturalistas, pós-modernas, positivistas, entre outras abordagens e métodos. E esse movimento não é somente do tempo presente. Enquanto, nas universidades no país havia departamentos acadêmicos e programas de pós-graduação com mais grupos de pesquisa na Geografia teórico-quantitativista, havia outros departamentos com mais grupos na perspectiva crítica, ou aqueles que abarcavam mais uma abordagem plural. O pensamento da Geografia produzida pela USP, conhecida por sua crítica do espaço, e da Geografia produzida pela UFRJ/UFF, conhecidas pelo intento na organização do espaço (regional e territorial), devido a diferentes razões (como pela capacidade político-financeira de publicação de livros e periódicos, ou pela maior centralização de investimento financeiro para fomento à pesquisa, por exemplo), conseguiu ter uma maior espacialização das suas linhas de pesquisa, como também da forma e do método que tais linhas eram desenvolvidas. Mas isso não quer dizer que os grupos de pesquisadores na UNESP/Rio Claro ou Presidente Prudente, na UFBA, na UFRGS, na UFS, na UnB, entre outras instituições, não tenham suas diferenças e particularidades, inclusive internamente no conjunto de pesquisadores de cada instituição. É incoerente a afirmação que na produção da História da Geografia, em um determinado momento temporal, se tenha uma unicidade ou predominância de um só método de pensamento. Na verdade, são tendências, nuances na História da Geografia, que coexistem ao longo dos diferentes tempos e espaços.

3.4 Elementos para crítica às teorias pós-modernas na Geografia

Como já posto, diferente de outros países ou movimentos de pensamento, a Geografia produzida no Brasil, em um mesmo determinado momento, tinha grupos de pesquisadores positivistas (na sua maioria teórico-quantitativistas), marxistas e humanistas culturalistas (principalmente fenomenológicos). Eram marxistas fazendo crítica aos positivistas e humanistas; humanistas criticando marxistas e positivistas; além dos positivistas que se conservavam sob críticas de marxistas e humanistas. Para além das disputas de narrativas aqui citadas, presentes no movimento de renovação da Geografia no Brasil, começou a ser forjado na década de 1990, sobretudo, um outro grupo de pensadores geógrafos, também compondo o que se generalizou como Geografia Crítica: os geógrafos pós-modernos.

Conforme o pensamento dos geógrafos pós-modernos, Paul Cloke, Chris Philo e David Sadler (1991), entre a década de 1980 e início de 1990, vários geógrafos começaram a se envolver e a contribuir com o debate sobre o que tem sido chamado de pós-modernismo e/ou pós-modernidade (debate iniciado há mais tempo por aqueles interessados em teorizar sobre filosofia, história, literatura, arquitetura e outras expressões culturais). Alguns teóricos da Geografia, na mesma corrente de teóricos de outras áreas de estudo, identificaram um *objeto* de estudo híbrido capaz de integrar complexas interações de processos econômicos, sociais, políticos e culturais no mundo do final do século XX. A esse “objeto” se referiram de “pós-modernidade” e o seu tempo como sendo “pós-moderno”.

Outros teóricos da Geografia se ocuparam em desenvolver, o que Cloke, Philo e Sadler (1991) chamou de *atitude* (ou melhor, uma série de atitudes) em relação ao conhecimento que podemos adquirir sobre o mundo, aos métodos que podemos empregar no processo, às teorias que informam nossa pesquisa e às maneiras pelas quais representamos nossos esforços entre si, em palavras, sons e imagens. Essa atitude (cultura) é a do “pós-modernismo” por si só. Assim, como desejam esse grupo de teóricos pós-modernos, nos afastamos das perguntas desnecessárias sobre como podemos descobrir, interpretar e depois representar essas coisas.

Essa distinção tomou a frente dos debates teóricos na Geografia, mas chegou ao Brasil em via de mescla entre aqueles que defendiam a pós-modernidade enquanto objeto de estudo e aqueles que defendiam o pós-modernismo enquanto atitude perante o “mundo humano”. Eram geógrafos pós-modernos em essência, mas

também em contradição. As leituras de geógrafos como Claude Raffestin (*Por uma Geografia do Poder*, 1980, publicado em português em 1993), David Harvey (*Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre a origem das mudanças culturais*, 1989, publicado em português em 1992), Edward W. Soja (*Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, 1989, publicado em português em 1993), se mesclaram com a dos filósofos Michel Foucault (*Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, 1975, publicado em português em 1987; e a tradução para o português de vários textos no livro *Microfísica do Poder*, 1979), Félix Guattari e Gilles Deleuze (*O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, 1972, publicado em português em 1976; *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, 1980, publicado em português nos seus cinco volumes entre 1995 e 1997), e Félix Guattari e Suely Rolnik (*Micropolítica: Cartografias do Desejo*, 1986).

Em um determinado momento, no Brasil, a maioria dos geógrafos que defendiam a pós-modernidade, mesmo que aparentemente, tendiam a tratá-la como um objeto, como uma condição do mundo contemporâneo que envolve uma mudança distinta no ordenamento tempo-espacial do processo econômico, social, político e cultural. Assim, a abordagem plural foi o mote para a defesa de negação de um único método de pensamento, e sim a convergência e integração de possíveis qualidades de métodos distintos: como marxismo e fenomenologia, por exemplo. Além disso, também, a pluralidade se estendia a conceitos antes integrados por suas contradições, mas agora integrados pela necessidade de tornar híbridas concepções dicotômicas: materialismo-idealismo, objetividade-subjetividade, padronização-ecletismo, racionalidade-sensibilidade, teoria-experiência.

Entretanto, para os geógrafos pós-modernos, não houve dúvidas que os métodos e conceitos, das distintas perspectivas supracitadas, sejam inconsistentes com a “atitude” pós-moderna, na maneira de como pensar sobre “o mundo humano”. Isso ocorre porque a atitude pós-moderna é intrinsecamente contrária às “grandes” posições intelectuais, como as apresentadas pelo marxismo e humanismo. De fato, uma das principais premissas do pós-modernismo como forma de pensar é que precisamos contemplar um “mundo humano”, menos em condições de teorias de grandes escalas e proporções e mais em termos de concepções concisas, ecléticas e fundamentadas nas experiências.

Em vez de pensar em termos de um mundo humano ordenado coerentemente em torno de um “centro” claramente definido, seja este um modo de produção (como no pensamento marxista) ou a subjetividade dos seres humanos (como no pensamento humanista), o pós-modernismo nos leva a pensar mais em termos de desordem, incoerência e na falta de um centro para determinar tudo o que está “acontecendo”. (...), o pós-modernismo exorta uma grande sensibilidade às “diferenças” que existem entre os fenômenos de todas as maneiras, óbvias e sutis (CLOKE; PHILO; SADLER, 1991, p. 171).

E nessa “sensibilidade” às diferenças, encontramos mais um foco dos geógrafos pós-modernos: a insistência no discurso em não excluir essas diferenças em face do que eles entendem por “grandes declarações teóricas” (qualquer que seja sua origem). Sob uma perspectiva plural, estes geógrafos deveriam respeitar as inúmeras variações que existem entre os diferentes “tipos” de seres humanos estudados e reconhecer (e de alguma maneira representar) as diferentes experiências que diversas populações tiveram em seus processos socioespaciais (CLOKE; PHILO; SADLER, 1991). Lembrando que, para eles, isso estava posto como atitude de cada pesquisador geógrafo, “atacando explicitamente qualquer noção de que possa haver uma metalinguagem, uma metanarrativa ou uma metateoria mediante as quais todas as coisas possam ser conectadas ou representadas. As verdades eternas, se é que existem, não podem ser especificadas” (HARVEY, 2017, p. 49).

Do conjunto de teorias que compuseram (e ainda compõem) os estudos dos geógrafos pós-modernos no início da década de 1990, no Brasil, destaca-se o avanço dos estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais, desconstrutivistas, a teoria do caos e as teorias identitárias, dentre outros. Muitas vezes, também, entrelaçando uma(s) com outra(s), e não criando barreiras até onde defendem a pós-modernidade como objeto ou até onde defendem o pós-modernismo enquanto uma atitude. Mais uma vez, uma das publicações que podemos destacar como exemplificação destes estudos pós-modernos na Geografia produzida no Brasil é o primeiro volume de *GEOgraphia*, revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, publicado em 1999.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, um dos geógrafos na defesa de teorias pós-coloniais (ou decoloniais) e identitárias, apresentou nesta publicação que “o espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de *Stände*, isto é,

caracterizados por estilos de vida diferentes” (1999, p. 71), parafraseando Bourdieu, assim “estamos diante de uma nova territorialidade onde novos segmentos, grupos e classes sociais (...) se fazem presentes e, com suas práticas, conformam novos pactos, novas identidades de contrários” (1999, p. 79). No presente, Porto-Gonçalves ainda reforça que “não é a primeira vez que experiências emancipatórias trazem à luz questões como a diversidade e a autonomia” (2016, p. 241), mas que

O “giro espacial” e o “giro decolonial” nos abrem alguns caminhos e se queremos um outro pensamento que dialogue *com* o mundo, e não mais um pensamento *sobre* o mundo, escutemos as vozes sobretudo dos que sentem no corpo, na carne, a opressão/exploração desse sistema mundo em crise e que existem em resistência, em r-existência. E invocar a escuta é um convite a que nos acerquemos desse/as outro/as que existem/r-existem, haja vista que o ato de escutar nos move a nos aproximar do outro, ao contrário da visão que sempre se quer ampla, de sobrevoo, distante, que nos afastemos. Esse acercamento implica que se respeite o lugar, os lugares, os que *aí* habitam, seus habitats e seus *habitus*, ensejando o que Milton Santos em seu último livro - *Por Uma Outra Globalização* (SANTOS, 2001) - havia insinuado como um mundo que *aí*-está em potência: uma confederação de lugares, de comunas (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 251).

Jorge Luiz Barbosa, outro geógrafo na defesa da teoria do caos e das teorias desconstrutivistas, também no primeiro volume da revista *GEOgraphia*, apresentou em seu estudo argumentos de uma simulação da realidade e da total e incontestável superioridade da imagem (construção na/da imaginação) como distração e também como um novo dispositivo epistemológico.

Da arte contemporânea aos meios de comunicação de massa, o caos como imago urbis aflora e se reproduz, demonstrando o seu vigor para hegemonizar formas de representação e, sem dúvida, conferindo um certo poder de sedução às interpretações “científicas” das contradições da cidade contemporânea. Contudo, não se trata apenas de jogo de cartas marcadas, ou melhor, de imagens marcadas por um certo tipo de discurso ou textualidade niilista pós-moderno(a). A imagem do caos vem assumindo um papel significativo na condução de práticas sociais de reordenamento territorial e paisagístico das cidades, cujas consequências mais imediatas já começam a se delinear.

Podemos identificar duas linhagens que fazem do caos o fundamento de suas leituras da cidade, e cujas consequências últimas, apenas aparentemente diferenciadas, encontram-se num mesmo leito comum: a linhagem da simulação e a da dissimulação.

(...)

Contrapor-se às representações banalizadas da cidade desordenada (portanto, caótica) não significa negar que vivemos em um período marcado pelo aguçamento das contradições e conflitos sociopolíticos e, até mesmo, de desconstrução de práticas e valores que edificaram o nosso modo de ser e estar urbano no mundo. No entanto, é preciso estar atento às leituras correntes da cidade a partir da imagem caos, como desordem e fragmentação (BARBOSA, 1999, p. 60).

Também o geógrafo Helio de Araujo Evangelista, no esforço em considerar que havia (ou há) uma crise da razão e que as certezas caíram ao chão, afirmou que a Geografia tinha parado no tempo, e mais, que estavam sendo constituídas “novas formas de abordagem, nas quais a teoria da complexidade, a ênfase à visão holística, à transdisciplinaridade, etc. são sinais de uma disseminação de enfoques que vieram para se opor ao padrão cartesiano de geração de conhecimento” (EVANGELISTA, 1999, p. 136).

Rogério Haesbaert, por fim, dentre outros mais geógrafos que participaram do primeiro volume da revista *GEOgraphia*, abraçou fortemente as teorias pós-estruturalistas de Foucault, Deleuze e Guattari na estruturação de seu pensamento crítico. Laços foram criados às teorias mais liberais antes e depois desta publicação específica, principalmente através de leituras realizadas para seu doutoramento e pós-doutoramento, com o contato de pesquisadores europeus que já defendiam em suas pesquisas uma abordagem plural, híbrida e integradora, numa posição contrária à “totalização” do marxismo. Seja no Instituto de Estudos Políticos de Paris, reforçando suas leituras pós-estruturalistas, agora *in loco*, seja junto à supervisão de Doreen Massey, nas análises relacionais do jogo entre as “múltiplas situações identitárias” e as “múltiplas relações de poder”. Retomando sua leitura feita para o texto *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo* (1998), Haesbaert reafirma que

Um certo retorno às singularidades e ao específico ficam evidentes em correntes como o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, denominações que evocam a crise social e de paradigmas em que estamos mergulhados, o que exige um constante questionamento de nossas proposições conceituais. Deste modo, pretendemos problematizar a questão regional a partir dos chamados processos de globalização que são, na verdade, sempre, processos concomitantes de globalização e fragmentação (HAESBAERT, 1999, p. 16).

Importante ressaltar que Haesbaert, poucos anos depois (2002), publicou o livro *Territórios Alternativos*, que reuniu uma coletânea de oito textos e uma entrevista,

anteriormente divulgados em revistas e eventos acadêmicos, entre os anos de 1987 e 2002. Este livro se tornou uma das maiores referências bibliográficas no diálogo e fundamentação junto às leituras pós-modernas na Geografia no Brasil, na crítica à Geografia Crítica e ao materialismo dialético na Geografia. Defender a dialética (materialista), assim, seria negar o despontar de

“micropolíticas capazes de forjar resistências menores (...), em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada” (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 14-15).

Assim também, defender a dialética (materialista) seria negar possíveis “revoluções menores, (...) corroendo aos poucos a integridade de nossos ‘sistemas’ (empíricos e conceituais). Geração permanente de um novo que nem sempre ousamos conhecer. Explosão múltipla de significações ocultas (...)” (HAESBAERT; GOMES, 1988, p. 2). Defender a dialética (materialista) seria negar que “talvez a única luta plausível, hoje, esteja no plural: os grupos/classes sociais em todo canto tentando conquistar seu espaço, seus ‘territórios’; movimentos de toda ordem proliferando contra a opressão que também vem de várias fontes” (HAESBAERT, 1990, p. 90). Defender a dialética (materialista) seria não perceber que “o mundo contemporâneo perdeu seu(s) centro(s) e nossos espaços de referência identitária se tornaram fluidos, desconectados, ou simplesmente desapareceram” (HAESBAERT, 1997a, p. 29). Assim, Haesbaert, como outros geógrafos pós-modernos, sugere que

rompendo com os dualismos, se assuma um projeto profundamente renovador, que nunca se pretenda completo, acabado, que respeite a diversidade [as identidades] e assimile, ao lado da igualdade e do “bom senso”, a convivência com o conflito e a consequente busca permanente de novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e condicionadora - onde efetivamente se aceite que o homem é dotado não apenas do poder de (re)produzir, mas sobretudo de *criar*, e que a criação [seja] suficientemente aberta para não se restringir às determinações da razão (...) (HAESBAERT, 1990, p. 84, grifo do autor e grifo nosso).

Assim, não se restringir às “determinações da razão” é reforçar um pensamento mais imediatista, centrado essencialmente nas aparências fetichizadas

da realidade. É colocar que, para os materialistas dialéticos, Marx é um profeta e *O Capital* é uma bíblia, porque a sua própria filosofia da subjetividade revela um traço profundamente religioso. É apagar a maior lição que se pode extrair de Marx: que é levar seu método de análise (auto)criticamente adiante, e, também, entender como Marx ainda permanece atual na forma de análise em compreender a realidade. Realidade concreta que inclui em si múltiplas complexidades carregadas de diferentes contradições.

Entender a luta feminista, por exemplo, excluindo as contradições em seu âmago, a diferença entre o feminismo liberal e o feminismo classista, ou entre o feminismo branco e o feminismo negro e antirracista, é não compreender que não basta simplesmente ser mulher, mas esta mulher precisa que seja feminista e que esteja lutando de fato contra o patriarcado, racismo, capitalismo, entre outras formas de opressões e exploração. É, assim, despropositado realizar a crítica pós-moderna a Marx e Engels e aos seus escritos, sem fazer a leitura afetiva e emotiva que Marx e Engels faziam sobre como a exploração do trabalho feminino se produzia nas fábricas do seu tempo, ou como eles expunham os primeiros passos do movimento sufragista pelo direito ao voto universal.

3.5 Por uma Geografia da práxis revolucionária

No início do segundo capítulo da tese, foi exposta a queda do Muro de Berlim como uma das manifestações emblemáticas do final do século XX. O reforço ao relato deste momento específico não foi aleatório. Neste momento, quando na Geografia produzida no Brasil, grupos de geógrafos partilhavam a necessidade de renovação do pensamento da ciência espacial, a partir do que se defendia enquanto dialética materialista, “portanto da indissociabilidade entre conhecimento e a realidade: espaço enquanto conceito e enquanto prática social-espacial” (CARLOS, 2011, p. 15), outros grupos de geógrafos contestaram, mesmo com suas diferenças particulares na leitura de mundo, que “outra agenda teórico-política foi sendo forjada” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 237), onde “parece que a Geografia Crítica enquanto movimento parou! E parou não por falta de consciência dos impasses que atravessam a corrente, mas porque a época que a ensinou não existe mais, seja a nível nacional,

seja a nível internacional” (EVANGELISTA, 2000, s. n.), “foram libertadas múltiplas singularidades que, até então, tinham permanecido invisíveis e sem expressão. Os anos 1990 inauguraram, assim, um novo ciclo de lutas, mundializado como se uma nova ordem mundial estivesse sendo gestada” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 73).

Principalmente por muitos geógrafos marxistas terem se alinhado à antiga União Soviética (URSS), o muro de Berlim e todos os erros da transição socialista soviética (chamada de “socialismo real”) caíram nas costas destes. É compreensível essa consequência, afinal, eram os marxistas que defendiam o socialismo como projeto de sociedade, mesmo que, para muitos marxistas, esse projeto de sociedade não tinha a URSS como referência única e redentora. O que torna essa situação complexa, e, às vezes, até mesmo confusa, é o fato de que, assim como derrubaram o muro de Berlim, tentaram (em muitos casos de forma exitosa) derrubar o marxismo na Geografia com o pressuposto de que, em uma rasa generalização, suas teorias na Geografia foram (e/ou ainda são) autoritárias, dogmáticas, fechadas, totalizantes, e marcadas exclusivamente pela objetividade. Mesmo justificando que “a valorização do caráter mutável e contraditório da espacialidade, revelado pela dialética, foi sem dúvida um grande avanço”, Haesbaert aponta que

Posturas mais ortodoxas, contudo, sob o manto da “destruição das desigualdades” (no caso concreto dos Estados socialistas) ou de uma análise voltada apenas para o estudo dessas desigualdades (no caso do espaço capitalista) acabaram suprimindo ou ignorando as diferenças (culturais, por exemplo), imprescindíveis à tão propalada transformação permanente do social. Resolver todas as contradições, projeto de tantos dialéticos, incluía assim a supressão das diferenças e, conseqüentemente, da própria mudança, do novo enquanto produto da contraposição de diferença, inerentes à “natureza” humana (HAESBAERT, 1990, p. 76-77).

Isto posto, precisamos observar que aqueles que defendem (ou defenderam) a Geografia Crítica (materialistas dialéticos, fenomenólogos e pós-modernos, em concepções/formas diferentes), com raras exceções, não têm dúvidas que o espaço geográfico é dialético no processo de sua constituição: o espaço (geográfico) está em produção, movimento e transformação. Alguns, entretanto, têm dúvidas que tais propriedades são e estão intrínsecas às contradições. A dialética foi um dos argumentos contrários aos neopositivistas da Geografia teórica-quantitativista,

presente com mais força até as décadas de 1970-1980, e que conseguiu realmente criar um grande movimento de renovação da ciência espacial, geográfica. O que diferencia, neste caso, é a forma ou o entendimento da concepção dialética. Para uns, idealista. Para outros, materialista. O que se observa na abordagem híbrida/pós-moderna, é que tais “fechamentos” não são aprazíveis ao desenvolvimento democrático de produção do pensamento, defendendo, assim, a fusão entre idealismo e materialismo. Para tais, a realidade (matéria) só existe por obra das ideias e conceitos que fazemos da própria realidade; o mundo não existe fora do pensamento de cada indivíduo. Mas, também, em unidade, a realidade determina nossas ideias e concepções.

Com a renovação crítica na História da Geografia, manifestou-se mais uma fração (para além dos grandes debates entre deterministas e possibilistas, físicos e humanos etc.), numa depressão entre materialistas (marxistas) e idealistas (principalmente os humanistas fenomenólogos). Por um lado, fenomenólogos (humanistas) que eliminavam o quesito de contradição presente nas relações espaciais. Do outro lado, marxistas (críticos) (muitos destes apelidados de “economicistas”) que eliminavam as condições de movimento e transformação do real do estudo da dialética, ou mesmo do espaço geográfico. Uma disputa entre aqueles detentores da subjetividade e detentores da objetividade. Disputa que foi aproveitada pelos pós-estruturalistas, e, depois, pelos pós-modernos, para reforçar abordagens plural, relacional, híbrida e integradora. Como antes referido, os pós-modernos aparecem na contramão do debate (idealismo-materialismo), na tentativa de aparecer como saída aos problemas epistemológicos/ontológicos da história que precisaria ficar nas ruínas dos muros do passado. Afinal, tal debate permanecia num esteio eurocêntrico, ocidentalizado, na disputa entre macros projetos de sociedade.

Com a defesa pela nulidade das metanarrativas e das metateorias na Geografia (crítica), cada pesquisador passou a desenvolver suas narrativas isoladas de um projeto de sociedade e/ou tendo um mínimo esforço na construção de novas teorias para a ciência. Das grandes propostas de mundo, seja no idealismo das religiões tradicionais, ou no materialismo das lutas populares, por exemplo, há o esforço para a fragmentação e individualização em pequenas e múltiplas propostas religiosas e reivindicações de falas particularmente identitárias. Assim também, da defesa de um espaço empírico “puro” presente no cartesianismo matemático de uma Nova Geografia, lança-se mão do processo reflexivo filosófico, nega-se a prática

científica, e passa agora à defesa de um espaço das experiências, das identidades e do senso comum, em geografias humanistas e pós-modernas. Na defesa da contemporaneidade, “saberes e fazeres geográficos” escrevem o que estudamos, e, quando não o encontram tais “saberes e fazeres”, perguntam: “onde está a Geografia?”.

Por fim, ressaltamos “a responsabilidade dos geógrafos no avanço ou no recuo da miséria”, posicionamento rememorado no artigo *A Geografia do espaço da miséria* (CONCEIÇÃO, 2005), que além da miséria econômica e financeira que massacra a existência da humanidade, lidamos também com a miséria da razão, de conhecimento científico e da luta pela transformação do real. A nossa responsabilidade deve ser pontuada cotidianamente para que se extrapole as perguntas que fazemos ao nosso objeto: não somente precisamos questionar “o quê?”, mas também “por quê?”, “para quê?” e “para quem?”. Precisa-se dar um salto no que se pesquisa na ciência espacial (geográfica) no que concerne à transformação do real, senão a Geografia continuará a serviço dos de cima, da intensificação e reprodução das desigualdades sociais, do aumento da criminalidade e da violência, do crescimento desordenado das grandes cidades, da acumulação flexível, da destruição da força de trabalho, dentre outras opressões e explorações produzidas pela relação capital-trabalho.

O caminho que tem sido percorrido no presente é estranho ao que era defendido no projeto de crítica ao matematicismo e teorismo na Geografia, pela sua predisposição à irracionalidade e ao senso comum. Tal caminho epistemológico na Geografia não é dissociado do caminho da história política, econômica e social. Mas a crença que os problemas da realidade serão resolvidos pelas projeções teóricas ou epistemológicas precisa ser transformada em apostasia. O real precisa ser assimilado em sua própria crítica, posto em movimento e em transformação. Tenho discordâncias com Hobsbawm quando afirma que a *Era dos Extremos* finda em 1991, na dissolução do projeto da URSS. Após a “Era de Ouro” do breve século XX, não se inicia um desmoronamento, mas o “Desmoronamento” faz parte do prelúdio para o que ele já podia prever como a “Era da Escuridão” (vide o trumpismo, nos Estados Unidos; ou o bolsonarismo, no Brasil; além dos diferentes ataques às classes trabalhadoras e aos golpes de Estado no mundo). Caso Hobsbawm¹⁴ ainda pudesse nos ajudar no

¹⁴ Falecido em outubro de 2012, na cidade de Londres, Reino Unido.

esclarecimento desse momento, poderia dar continuidade ao seu projeto de entender a realidade presente e identificar o caminho que temos percorrido para além da “Era da Escuridão”. São tempos sombrios que se vislumbra em nossa direção. Mas é dever da nossa ciência espacial, além de apontar a realidade concreta, apontar cenários possíveis de transformação dessa realidade. Não pode ser ignorado que o último parágrafo escrito do livro a *Era dos Extremos* seja a dúvida arrasadora de que

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e (...) por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão (HOBSBAWM, 1995, p. 447).

Assim como a dialética materialista não se limita a descrição e a explicação, mas que, na verdade, torna clara as condições de exploração na totalidade, adotar a dialética materialista na Geografia Crítica motivará uma práxis revolucionária com o objetivo de se juntar na partida da transformação do real.



Migrantes da pós-Grande Depressão em direção a Los Angeles, Califórnia.

Foto de Dorothea Lange, 1937.

CAPÍTULO 4

CRÍTICA DA LEITURA HAESBAERTIANA AO MATERIALISMO (DIALÉTICO)

4 CRÍTICA DA LEITURA HAESBAERTIANA AO MATERIALISMO (DIALÉTICO)

No final da década de 1980 e início da década de 1990, a atmosfera anticomunista e antimarxista da ascendente quadra neoliberal obscureceu e confundiu o exame público dos problemas reais e forneceu excelente cobertura para que as lutas necessárias de enfrentamento se fragmentassem em dezenas (ou incontáveis) discussões que não se pretendeu construir uma plataforma unitária, tornando muito difícil mobilizar uma oposição de esquerda. Como temos apontado nos capítulos anteriores, com o fim da União Soviética, até mesmo entre marxistas o tom de derrotismo e de descrédito numa transformação social igualitária levou a um desapego pela mobilização social e pelo estudo crítico despojado de um projeto político radical.

Desde a década de 1960 na Europa e Estados Unidos, principalmente (com o marco no maio de 1968 na França), e desde o período de “redemocratização” da política no Brasil (até os dias atuais), a disputa nas “fileiras” da esquerda dividiram aqueles que, negando a luta de classes (entendida como cerceamento de grupos minoritários não “enquadrados” como “classe trabalhadora”) e a totalidade (entendida enquanto total, totalitarismo, subtração do indivíduo), defendiam políticas setorializadas, muitas vezes neutralizadas, além de projetos individuais e imobilizadores, com aqueles que reconhecendo o recrudescimento da luta de classes, defendiam grandes projetos políticos sociais, mas muitas vezes limitando ou tangenciando as lutas seccionais, sendo que tendiam à mobilização sindical e popular.

Nesse intervalo, James Petra (1996) ressalta dez principais argumentos que são usualmente encontrados no discurso de propositores intelectuais do chamado “pós-marxismo” (muitos ex-marxistas) que tem como intuito a crítica ao materialismo dialético:

- 1) O socialismo foi um fiasco e todas as “teorias gerais” das sociedades estão condenadas a repetir este processo. As ideologias são falsas (exceto o pós-marxismo!) porque elas refletem um mundo de pensamento dominado por um sistema cultural particular, de gênero/raça.

- 2) A ênfase marxista sobre as classes sociais é “reducionista” porque as classes estão se dissolvendo; os princípios políticos pontos de partida são culturais e enraizados em identidades diversas (raça, gênero, etnia, preferência sexual).
- 3) O Estado é o inimigo da democracia e da liberdade, um corrupto e ineficiente distribuidor de bem estar social. Por sua vez, a “sociedade civil” é a protagonista da democracia e dos melhoramentos sociais.
- 4) O planejamento central leva à burocracia e é um produto dela que atrapalha a livre troca de mercadorias entre produtores. Feiras e mercado trocam, talvez com regulamentações limitadas, levando-se em conta maior consumo e distribuição mais eficiente.
- 5) A tradicional luta da esquerda pelo poder de Estado é corruptora e leva a regimes autoritários que, então, subordinam a sociedade civil ao seu controle. As lutas locais sobre questões locais por organizações locais são o único meio democrático de mudança, a par de petições e pressões sobre autoridades nacionais e internacionais.
- 6) As revoluções sempre terminam muito mal ou são impossíveis: as transformações sociais ameaçam provocar reações autoritárias. A alternativa é lutar por uma transição democrática consolidada, para salvaguardar os processos eleitorais.
- 7) A solidariedade de classe é parte das ideologias passadas, que refletem políticas e realidades primitivas. As classes não existem mais. Existem “locais” fragmentados nos quais grupos específicos (identidades) e localidades se engajam em relações recíprocas de autoajuda pela sobrevivência” baseada na cooperação com apoiadores externos. A solidariedade é um fenômeno extraclasse, é um gesto humanitário.
- 8) As lutas e confrontações de classes não produzem resultados tangíveis; e provocam fracassos e falhas na solução de problemas imediatos. Governo e cooperação internacional em torno de projetos específicos resultam em incremento na produção e no desenvolvimento.
- 9) O antiimperialismo é outra expressão do passado que tem sobrevivido ao seu tempo. Na atual economia globalizada não há possibilidade de confronto entre centros econômicos. O mundo é crescentemente interdependente e, neste mundo, há uma necessidade de maior cooperação internacional na transferência de capital, tecnologia e know-how dos países “ricos” para os “pobres”.
- 10) Os líderes das organizações populares não devem ser orientados exclusivamente para organizar os pobres e partilhar suas condições. A mobilização interna deve estar baseada em fundos externos. Os profissionais devem elaborar programas e assegurar fundos externos para organizar os grupos locais. Sem ajuda externa, os grupos locais e as carreiras profissionais soçobriariam (PETRA, 1996, p. 2-3).

Nessa orientação, geógrafos “pós-marxistas” como Carlos Walter Porto-Gonçalves, Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert, por exemplo, de forma furtiva distanciaram a questão espacial fora das análises no quadro de referência de classe e imergiram na análise da identidade como conceito chave. Dentre estes geógrafos, Rogério Haesbaert terá um destaque no alcance de seus estudos como fundamentação teórica para centenas de outros trabalhos que tratam sobre problemas

regionais e territoriais. Além disso, no período de respiro do movimento de renovação da Geografia no Brasil sob nome de “Geografia Crítica”, Rogério Haesbaert foi um dos principais críticos à Geografia Crítica, principalmente quando esta esteve sob o aporte radical do materialismo dialético.

Assim, temos como propósito central realizar uma descrição e crítica dos componentes (epistemológicos/ontológicos) que sustentam as defesas de Haesbaert no que tange o entendimento sobre matéria ([existência d]o real), materialidade (qualidade/caráter/estado/situação da matéria) e materialismo (método de análise/pensamento/pesquisa do real), tendo como pesquisa e fundamentação seus escritos da década de 1990 sobre modernidade e pós-modernidade. Neste texto, dividimos nossa reflexão em dois momentos. No primeiro, será feita uma crítica ao artigo *Filosofia, geografia e crise da modernidade*, publicado pela revista *Terra Livre*, no ano de 1990, por Haesbaert ter introduzido com profundidade seu entendimento no tocante à matéria/materialidade/materialismo. Num segundo momento, será realizada uma crítica à conjugação de materialidade e imaterialidade, feita por Haesbaert no percurso de produção do seu conhecimento. E, por fim, serão extraídas exortações da crítica feita por Haesbaert ao materialismo dialético e ao marxismo.

4.1 Filosofia, Geografia e crise da modernidade

Mesmo já vindo debatendo e tendo escrito anteriormente outros textos contendo críticas às dicotomias criadas com as duas categorias (matéria e ideia), no ano de 1990 Haesbaert apresenta fundamentos mais refinados, em seu estudo sobre *Filosofia, Geografia e crise da modernidade*. Seu artigo foi originalmente publicado pela revista *Terra Livre* (n. 7) e, no ano de 2002, tornou-se a ser publicado no livro *Territórios Alternativos*. Assim como se apresenta neste artigo, ressalta-se que um dos temas centrais nos estudos haesbaertianos é a relação que há entre o “espírito” e a “matéria”, entre a consciência, o “eu” subjetivo, e a matéria, o “ser” objetivo. Para Haesbaert, essa relação “resume uma questão elementar da filosofia, e que tradicionalmente delineia duas grandes e muito gerais correntes de entendimento do real: o materialismo e o idealismo - na verdade dois ‘núcleos’, como veremos, não mutuamente excludentes” (HAESBAERT, 1990, p. 65).

O esforço (e o retorno) pela divulgação desse texto foi marcado por duas circunstâncias manifestadas por Haesbaert na época, na virada das décadas de 1980 e 1990. A primeira foi a crise criada pelo distanciamento da Geografia em relação às bases filosóficas norteadoras da sua própria produção do pensamento. A segunda circunstância foi que, com o desenvolvimento da Geografia Crítica, movimento que emergiu com aproximação ao pensamento materialista dialético, passou-se a exigir um conteúdo filosófico na Geografia, vindo junto a crítica às suas próprias bases “materialista” e “dialética”, como as feitas por Vesentini (1984), Souza (1988), e, pelo próprio Haesbaert (1987), indicando assim “uma nova ‘crise’ no pensamento geográfico dominante, reflexo, por sua vez, da atual ‘crise da modernidade” (HAESBAERT, 1990, p. 63).

Nesse texto, Haesbaert tenta enfrentar duas questões fundamentais: uma ontológica e outra epistemológica. A primeira questão, ontológica, “por tratar a natureza do ser, em que o homem indaga sobre os elementos constituintes da ordem do mundo, em que a busca de respostas o conduz a estabelecer uma relação que se refere à distinção entre ‘espírito’ (ideia, consciência) e ‘natureza’ (matéria, ‘objeto’)” (HAESBAERT, 1990, p. 64). A segunda questão, epistemológica, “por trás da problemática do conhecimento, ou seja, até onde a razão pode chegar ao entendimento da realidade e quais são os métodos possíveis para atingir o conhecimento” (HAESBAERT, 1990, p. 64). Essa questão epistemológica “só irá adquirir um papel central na ordem do chamado mundo moderno, quando a razão ‘científica’ segmenta o real em dois núcleos muito distintos: o ‘sujeito’ e o ‘objeto’ de conhecimento” (HAESBAERT, 1990, p. 64).

Para a explicação de ambas questões, Haesbaert situa que se admitir a preponderância de um sobre o outro, se conduz a pergunta sobre o que seria primário: “a consciência” ou “o ser”, “o homem” ou “a natureza”, “a ideia” ou “a matéria”. Nesse entendimento, ele vai afirmar que o materialista responderia que a natureza, a matéria, iria se sobrepor ao “espírito”, porque a ideia decorreria do desenvolvimento da matéria. “Não que a realidade obrigatoriamente se restrinja à sua dimensão material, ‘objetiva’ (como aquilo que é externo à consciência), mas no sentido de que a matéria pré-existe, dá origem e de certo modo determina a consciência humana” (HAESBAERT, 1990, p. 65). Num sentido que, para Haesbaert, seria “igualmente muito geral e simplificado”, o idealista responderia essa questão priorizando a ideia e o homem, em detrimento da matéria e natureza. “A natureza, o mundo material, seria então uma

decorrência, um produto do mundo ‘ideal’ no sentido de mundo das ideias, da consciência - seja ela a própria consciência humana, seja ela uma ‘ideia absoluta’ ou um Deus” (HAESBAERT, 1990, p. 65).

Apesar de parecer-se fechado ao aprofundamento teórico de ambas perspectivas ontológicas, Haesbaert (1990, p. 72) ressalta que dentro de tais abordagens (materialismo e idealismo), existem diferentes “convenções” e distintos “caminhos/relações” a partir dos dois conceitos iniciais: como o materialismo “mecanicista” e o materialismo dialético (onde a realidade existe objetivamente, materialmente, fora da consciência. Para o mecanicista se reduz a ela mesma, para o dialético admite a dimensão ideal enquanto determinada pela dimensão material), o idealismo objetivo (a realidade é objetiva, existe fora da consciência, mas é determinada pela consciência), e, o idealismo subjetivo (a realidade só existe na consciência humana).

Assim igualmente, Haesbaert (1990, p. 72) também evidencia que no caráter epistemológico, na busca pela respostas do que é fundamental no processo de conhecimento da realidade (o sensitivo, a experiência, ou, a reflexão, o racional), mesmo que também numa leitura tradicional e dicotomizadora (seja no empirismo x racionalismo, seja na subjetividade x objetividade), poderia levar diferentes “caminhos/relações” para a produção do conhecimento: como no racionalismo (objetivo em essência, só sendo possível entender a realidade na ótica “totalizante”, por teorias e leis), no empirismo objetivo (o conhecimento da realidade a partir da experiência, dada por uma leitura única, comum, mas particularizante, sem a possibilidade de atingir teorias gerais), e, no empirismo subjetivo (o conhecimento também a partir da experiência, priorizando o singular mas só sendo possível uma leitura subjetiva, múltipla, da realidade).

Mesmo reconhecendo as limitações dos moldes positivistas de seus esquemas (e quadros de apresentação) das questões anteriormente citadas, mas as tendo como base, Haesbaert (1990) apresenta a necessidade, para ele possível e relevante, de identificar (mesmo com ressalvas) a posição filosófica de uma obra geográfica, bem como as limitações que tal posição filosófica provoca diante à apreensão da “complexidade do real”. Vale destacar que em um segundo momento, não muito depois de ter afirmado sua ponderação anterior, ele provoca o debate de que ao identificar a posição filosófica de uma obra ou um autor, não podemos incorrer em “generalizações equivocadas”, correndo o risco de “pré-conceitualizando-a,

ignorar radicalmente, de antemão, seu papel histórico-social e a própria riqueza (no sentido de complexidade e diferenciação) que seu pensamento possa ter” (HAESBAERT, 1990, p. 73).

Essa controvérsia, dada entre, de um lado, a importância de identificar a posição filosófica (e política, pode-se incluir) em conjunto com a apresentação das limitações de uma determinada obra geográfica ou de seu autor, e, do outro lado, o risco de “enquadramentos” e “estereótipos”, produzindo “generalizações injustificáveis”, mais do que qualquer outro apontamento, na verdade quis dar envergadura e fundamento à crítica feita ao materialismo dialético e às teorias marxistas na Geografia. Se de um lado, o referido autor, tem a possibilidade de identificar a concepção materialista dialética nos estudos geográficos, em especial na Geografia Crítica, “bem como as limitações que tal posição implica frente à apreensão da complexidade do real” (HAESBAERT, 1990, p.72), por outro lado, Haesbaert julgava que o marxismo, com sua “ortodoxia” materialista, acabava suprimindo ou ignorando as diferenças, enquadrando como “mera abstração” qualquer percepção subjetiva do espaço, ainda previa “resolver todas as contradições, projeto de tantos dialéticos, [e que] incluía assim a supressão das diferenças e, conseqüentemente, da própria mudança, do novo enquanto produto da contraposição de diferença, inerentes à ‘natureza’ humana” (HAESBAERT, 1990, p. 76-77).

Esse “dogmatismo de esquerda”, ainda hoje presente em alguns pesquisadores que se dizem “dialéticos” (e a todo momento enfatizam essa condição), foi praticamente tão empobrecedor quanto os dogmatismos ditos “de direita”. Eles (materialistas dialéticos e marxistas) excluem o debate transformador e a emergência do novo ao elegerem previamente sua “linha” como a vencedora. A discussão é estimulada com o único intuito de impor ou, quando muito, de expor (e nunca trocar/somar) um ponto de vista - a “conclusão”, aí, já está pré-delineada, pois nada se tem a ceder ou a partilhar. Alimenta-se assim a contestação pela contestação, pelo simples prazer de ver, ao final, “intacto”, o seu próprio discurso. Trata-se ainda da política do “tudo ou nada” - se a “linha” do outro não é a nossa, nada se pode fazer. Desmascarados seus “princípios” (sempre muito claros como se o mundo todo estivesse mecanicamente dividido entre marxistas e “idealistas”, esquerda e direita), o debate se anula, pois nada temos a ceder, ou a contribuir. A mudança só se dá a partir do “todo”, nunca pelas partes (ou concomitantemente). A transformação, a crítica permanente, na verdade é estancada, pois só há uma forma de mudança: a “Revolução” (pelo alto), e um único meio de ser “militante”: o Partido. Ou seja, não se está aberto à superação de convicção, muito menos a um outro caminho para a história, feita pelo/no próprio movimento da sociedade (HAESBAERT, 1990, p. 72).

Essa forte crítica ao materialismo dialético e aos marxistas (para ele, a sua maioria dogmáticos) que produziam uma criticidade da História da Geografia até então, também coadunava com a crítica à dicotomia entre o racionalismo que teria fundamentado a “modernidade”, e ao chamado “irracionalismo pós-moderno”. Faz-se saber que, corroborando com o pensamento de Sérgio Paulo Rouanet (1987), para Haesbaert essa dicotomia criada (principalmente, pelos próprios pós-modernos) entre racionalistas (modernos) e irracionais (pós-modernos) era tão prejudicial, quanto as imposições totalizantes dos marxistas em querer encaixilhar toda multiplicidade de pensamentos em duas únicas vertentes, numa disputa de um jogo de só dois jogadores. De um lado: objetividade, controle, repressão, movimentos partidários, classes sociais, racionalidade, teoria. Do outro lado: subjetividade, jogo, liberdade, movimentos sociais/setoriais, grupos identitários, sensibilidade, experiência.

Para Haesbaert, se de um lado há aqueles que irão defender “a modernidade como o conjunto de pensamentos/ações ordenativos, domínio irrestrito da racionalidade disciplinadora e, conseqüentemente, veem a pós-modernidade como o ‘fazer/devir’ social, abertura intuitiva para o novo, ruptura com a modernidade racionalista” (HAESBAERT, 1990, p. 82). Há também aqueles que virão a modernidade “essencialmente crítica (convivendo permanentemente com a ‘crise’), mutável, instauradora de uma ordem, mas ao mesmo tempo aberta para o novo, o indeterminado, inserindo aí as próprias posições ditas ‘pós-modernas’ (...) como reveladoras de um novo período de crise e reavaliação” (HAESBAERT, 1990, p. 82). Assim ele vai se posicionar diante tal dicotomia, afirmando que: “pessoalmente, concordo com aqueles que incluem o ‘pós’-moderno na multiplicidade do ‘moderno’” (HAESBAERT, 1990, p. 83). Afirmação esta, apoiada no que, para Rouanet (1987), seria o “neo”-moderno.

Nem totalmente “negativa” (como querem os pós-modernos) ou fundamentalmente “positiva” (como propõe M. Berman), nem tão milimetricamente disciplinadora (como indica Foucault) ou tão “iluminada” pela razão a ponto de ser esta o único veículo da crítica e da transformação (como o quer Rouanet), as bases da modernidade parecem suficientemente ricas (complexas) para permanecerem no centro de nossas polêmicas ainda por muito tempo - o que atesta, ao nosso ver, seu caráter inerentemente conflitivo e ambíguo, oculto sob os véus de uma racionalidade (im)positiva, geralmente incapaz de

aceitar uma dimensão enigmática no homem (HAESBAERT, 1990, p. 83).

Para Haesbaert, as bases da modernidade deveriam ser entendidas como múltipla, plural, dinâmica, imprevisível. Assim também a Geografia: sem rótulos, livre de dogmas, não se restringindo às “determinações da razão”, assumindo assim um projeto “profundamente renovador, que nunca se pretenda completo, acabado, que respeite a diversidade e assimile, ao lado da igualdade e do ‘bom senso’, a convivência com o conflito e a consequente busca permanente de novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e condicionadora” (HAESBAERT, 1990, p. 84). Isto posto para que, assim, fossem identificadas a continuidade da crise na Geografia (e, que de acordo com Porto-Gonçalves, 1978, valeria uma interjeição de Viva!), mesmo com o advento da “chamada ‘Geografia Crítica’”. “A grande questão é que nem bem parimos o novo do materialismo histórico somos obrigados a enfrentar outro ‘novo’, agora muito menos ‘amarrado e seguro’, diante dos frutos ainda verdes da primeira safra” (HAESBAERT, 1990, p. 84).

Naquele momento (lembremos que falamos da transição de 1980 a 1990), a pesada crítica ao materialismo foi enfrentada em diferentes disciplinas científicas. Na Geografia, por exemplo, não foram somente os estudos de Haesbaert que realizaram críticas ao método, os próprios materialistas dialéticos, por exemplo, continuamente autoavaliavam suas defesas ontológicas e epistemológicas. Tiveram também os que, na crítica, abandonaram o método materialista dialético partindo para defesas de teorias humanistas e/ou pós-modernas. Houve os que, dando vazão aos críticos do marxismo, não observavam que determinadas defesas ditas marxistas não tinham base de sustentação em Marx e Engels, precursores do materialismo dialético. Mas também houve aqueles, que na avaliação e estudo criterioso da leitura marxiana, sob contínua autocritica, confrontavam determinadas defesas (positivistas, humanistas, pós-modernas, e, até mesmo, materialistas) tendo por base a concepção dialética da produção do espaço.

Se identificarmos as críticas de Haesbaert à Geografia Crítica (ou melhor, ao marxismo presente na Geografia Crítica), naquele momento, as encontraremos também nos diferentes geógrafos que levantaram (ou ainda levantam) a bandeira para tal movimento, mas com muito mais precisão cirúrgica no enfrentamento dos problemas apresentados.

Por exemplo, para Haesbaert:

Sem dúvida, e isto a filosofia contemporânea parece nos indicar muito bem, o fundamento de nossas reflexões, o aprofundamento de nossa compreensão do mundo, de nossos conceitos jamais estará na restrita abstração dos debates acadêmicos (dos quais nos tornamos frequentemente fanáticos), mas tão-somente no estudo sério e ao mesmo tempo “apaixonado” (efetivamente engajado) da realidade vivida (HAESBAERT, 1990, p. 85).

Para Ana Fani Alessandri Carlos:

(...) uma parte significativa dos geógrafos, hoje no Brasil, se coloca diante do fato de que os instrumentos de análise, bem como as teorias de interpretação global da sociedade estão em crise, impondo a necessidade de uma reflexão profunda dessas mudanças e com isso aprofunda-se o debate sobre a interação necessária entre o mundo real e o mundo da pesquisa. Vive-se também momentos de grandes debates em torno das perspectivas teórico-metodológicas, em função das posturas diversas diante da ciência geográfica e dos modos de interpretação da realidade (CARLOS, 1993, p. 139).

Para Haesbaert:

Ao invés de nos preocuparmos mais com a espacialidade do social, onde pretendemos ter maior responsabilidade (originalidade e competência), acabamos avançando pouco na discussão sobre o “papel do espaço” (ou mesmo desacreditando-o), repelindo sob o simples “reflexo espacial” tudo o que já *foi* dito em outras áreas (e geralmente melhor) sobre a *sociedade* (HAESBAERT, 1990, p. 85, grifos do autor).

Para Horieste Gomes:

Cabe à História, como processo objetivo fundamentado em leis do desenvolvimento social, as quais são independentes da vontade e da consciência dos homens e, as quais se realizam sempre através da atividade humana, julgar os “compromissados geógrafos” pelas suas cotas de responsabilidade na pauperização política, econômica e social dos povos do Terceiro Mundo (GOMES, 1982, p. 56).

Para Haesbaert:

Certamente um caminho promissor para essa busca está na retomada, com novo ímpeto, dos trabalhos “concretos”, nem empíricos, nem teóricos, num sentido estrito, abertos para a indeterminação da história e por isso mesmo profundamente alicerçados na crítica. Uma crítica que não seja apenas um instrumento de denúncia, que tem sempre um tempo demarcado para efetivar-se, e por isso se esgota - como ocorreu com a “Geografia de denúncia” há alguns anos, mas que se alie às transformações, numa “práxis” que, no dizer do próprio Marx, só se torna válida na medida em que consegue intervir na realidade, na sua mudança (HAESBAERT, 1990, p. 88-89).

Para Arlete Moysés Rodrigues:

Esta é uma questão extremamente complexa. Professora e pesquisadora que sou, vejo meu dia-a-dia entremeado com a reflexão sobre o cotidiano e sobre a cidade. Busco compreender a realidade e, sem dúvida, não bastam apenas as leituras, é preciso participar e fazer pesquisas sobre a realidade. Tento refletir sobre o que acontece no cotidiano da cidade e participar de movimentos reivindicatórios, levando-lhes pelo menos minha solidariedade e os conhecimentos adquiridos em estudos. Se compreendo as causas da espoliação da classe trabalhadora, penso que é necessário participar para esclarecer um maior número de pessoas (RODRIGUES, 1991 [1988], p. 10).

Se, para Haesbaert:

(...) A nova ética, a nova política e o novo espaço que almejamos absolutamente não estão dados, mas começam sem dúvida a ser gerados e, embrionariamente aparecem, aqui e ali, nas próprias alternativas de organização social e de ordenação do território (captar e estimular essas alternativas é preciso) (HAESBAERT, 1990, p. 89-90).

Para Ana Fani Alessandri Carlos e Sandra Lencioni:

Na produção do espaço geográfico não se dá necessariamente a destruição formal do que existe nem uma total transformação. O velho e o novo podem coexistir e o trabalho passado cristalizado na paisagem assume nova função apesar de conservar antigas formas. O espaço se produz também redefinindo funções antigas, sem necessariamente mudar suas formas, mas decididamente alterando-lhes o conteúdo (CARLOS; LENCIONI, 1982, p. 4-5 *apud* SILVA, 1984, p. 85).

Por fim, se na crítica ao marxismo, para Haesbaert: “A vida-realidade é bem mais complexa do que a objetividade da filosofia ‘materialista’ nos faz crer” (HAESBAERT, 1990, p. 89). Para Armando Corrêa da Silva:

A atual situação de democracia, conseguida entre os geógrafos a partir do ano de 1978 (como se viu antes), deve ser preservada e ampliada, tendo como parâmetro principal o respeito ao direito de expressão do pensamento, sem que isto signifique conciliação com o erro.

A questão política externa [à geografia] (e ambas se permeiam atualmente [questões internas e externas]) depende, para sua solução, da identificação precisa do papel do geógrafo na sociedade. Isto é, seu discurso (e seu trabalho) precisa ser ouvido e respeitado.

A atual situação de democracia do país, conseguida pelo povo brasileiro recentemente, tendo como contrapartida a abertura propiciada pelo Governo Federal, contou com a participação de inúmeros geógrafos. É preciso ampliar e aprofundar essa participação, no caminho da unidade de todos os segmentos de intelectuais e dos geógrafos como cidadãos, na perspectiva da solução dos problemas gerais e particulares do país.

A Geografia não tem porque continuar a ser um “pequeno mundo” no qual vivem apenas professores, geógrafos profissionais e estudantes, olhando circunspectos e orgulhosos o seu próprio umbigo (SILVA, 1984, p. 134).

Não há como negar que muitos foram os que utilizaram da “moda” no marxismo para produzir a Geografia. Ser “crítico”, ser “materialista” (dialético), ser “radical”, muitas vezes foi sinônimo de utilizar categorias e conceitos marxistas na Geografia¹⁵ como o de totalidade, matéria, trabalho, classe trabalhadora, entre outros, sem criticidade real, e muitas vezes amparados numa lógica positivista. Muitos ainda amarrados aos esquemas lineares dos manuais de formação política e de introdução ao marxismo. Ao invés de apreender o método filosófico de Marx no próprio movimento de pensamento e escrita de Marx, compreender a dialética de forma reflexiva e processual, havia a necessidade de captar leis e normas, enquadrar categorias e encapsular a história.

O que estava “em jogo” com Haesbaert (e outros estudiosos pós-modernos e/ou liberais), afinal, não era realizar a crítica a problemas concretos com o marxismo (na Geografia daquele momento). Mas sim, essencialmente, reforçar o seu caráter anti-materialista dialético (vindo em conjunto a anti-luta de classes, anti-projeto

¹⁵ Vide, por exemplo, o texto de Milton Santos, 1974, com o título *Geografia, marxismo e subdesenvolvimento*.

político, anti-teoria etc.). Na sua defesa estava o(s) indivíduo(s), junto com a(s) sua(s) experiência(s) no espaço, com o(s) seu(s) pensamento(s) do que poderia vir a ser a realidade. O cerne da sua defesa esteve (e ainda está) no plural; na pluralidade das ideias, dos projetos, dos pensamentos, dos significados. No seu pensamento e na sua defesa há espaço “para todos”. Cada um com sua(s) verdade(s) baseada(s) em suas vivências e narrativas. Para Haesbaert, restringir a harmonia da “unidade/multiplicidade do mundo”, dos diferentes “grupos/classes sociais” na tentativa de “conquistar seu espaço, seus ‘territórios’”, totaliza e rejeita qualquer tipo de mudança. Afinal, “talvez a única luta plausível, hoje, esteja no plural” (HAESBAERT, 1990, p. 90).

A crítica aos estudos marxistas de Geografia foi (e continua sendo) necessária para o seu desenvolvimento científico. No prefácio da décima quarta edição do livro *Geografia: pequena história crítica*, por exemplo, Antonio Carlos Robert Moraes realiza uma crítica ao marxismo que na época tentava renovar o pensamento da Geografia contra o quantitativismo teórico. Nele Moraes (1995) engaja-se no apontamento a desvios dogmáticos e contrários à própria concepção materialista dialética.

“Mocinhos” e “bandidos” estão por demais contrapostos e estereotipados num estilo simplista que não dá conta da complexidade do processo. A associação mecânica entre posicionamento político e postura teórica não resiste a uma análise do período subsequente, que conhece um grande fracionamento da frente agrupada sob o rótulo “geografia crítica”. Causa-me espanto, hoje (1995), a total desconsideração do pluralismo como valor democrático (vide Haesbaert et. al.) no bojo da argumentação apresentada, posto que lutávamos, então, basicamente pela democracia. (...) (...) os últimos quinze anos foram de duro e rico aprendizado para o pensamento de esquerda, notadamente para aquele que se aloca no campo marxista. A deterioração ou colapso das experiências concretas do “socialismo real” principalmente, por um lado questionaram posturas e teorias tida como inatacáveis, por outro trouxeram ao centro da reflexão autores e teses antes “marginais” no pensamento da esquerda (MORAES, 1995, p. 25, comentários nosso entre parênteses).

Uma das críticas feita por Moraes aos marxistas foi que estes supervalorizaram as “demandas igualitaristas históricas de base econômica” (MORAES, 1995, p. 26). Mas isso até um certo tempo, porque posteriormente começaram a agregar “uma série de reivindicações claramente políticas (cujo mal

entendimento está na base da crise do socialismo real)” (MORAES, 1995, p. 26). Para Moraes (1995), pode-se inclusive creditar que uma das causas de fracionamento interno da Geografia Crítica “brasileira” tenha sido ao maior ou menor apreço por tais questionamentos reivindicativos.

Sob outro patamar crítico (e para além da crítica geográfica), Petra afirma, com as devidas ressalvas, que “os marxistas nunca negaram a importância das divisões de gênero, de raça e de etnia no interior das classes” (PETRA, 1996, p. 6), no esforço de estudar pautas setoriais interseccionada com a luta de classes, por exemplo. “O que eles têm enfatizado, entretanto, é o sistema social mais amplo que gera estas diferenças e a necessidade de reunir as forças de classes para eliminar todas essas desigualdades, em todos os pontos” (PETRA, 1996, p. 6). De acordo com Petra, o que os marxistas se opõem “é à ideia de que desigualdades de gênero ou raça[, por exemplo,] possam e devam ser analisadas e solucionadas fora do quadro de referência de classe” (PETRA, 1996, p. 6).

É válido destacar que, trinta anos depois da publicação do referido artigo de Haesbaert, parece que o cerne da questão levantada ainda continua com suas brasas acesas. É como se a ideia (de um “fantasma”) das teorias marxistas/“totalitárias” estivesse rondando com seus dogmas/doutrinas pelos plurais/“democráticos” corredores dos departamentos acadêmicos de Geografia nas universidades do país. Após a chamada redemocratização, ainda falar em “luta de classes” na Geografia tornou-se clichê. O capital, as classes sociais e o Estado, meras abstrações de quem ainda quer resgatar o dogmatismo e a totalização. Aqueles que utilizavam jargões marxistas para marxologia de seus escritos, agora mudaram seus vícios de linguagem com outros jargões. Como nos lembra Ana Fani A. Carlos, “a vulgarização da obra de Marx impediu a construção de um caminho em direção à superação no âmbito dos grupos que fundamentavam sua pesquisa no materialismo” (CARLOS, 2002, p. 166). E isso nos aponta que “na direção oposta ao abandono do marxismo por uma parte dos antigos marxistas há, também, um conjunto grande de trabalhos que se propuseram a fazer uma crítica do marxismo por dentro; isto é, a leitura crítica do legado de Marx” (CARLOS, 2002, p. 167). E, como elemento de salto em nossa ciência, mais uma vez apresentamos as palavras de Carlos (2002):

mais do que nunca é mister a construção de uma Geografia Crítica como horizonte para a pesquisa. À Geografia, está posto o desafio da

produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática socioespacial enquanto produção e condição para a vida revelando nossa condição no mundo (CARLOS, 2002, p. 177).

Ao utilizar o método materialista dialético na Geografia, não é difícil, assim, conceber que o espaço está em movimento, e é processualmente mutável. Tanto os conceitos geográficos, quanto as práticas espaciais não são fixas, mas estão em constante transformação. Que as relações sociais se apresentam no campo de forças contrárias em ação, em movimentos que geram contradições, dessas contradições ocorrem mudanças. Todavia, não há como pesquisar a partir desses princípios se não analisar a produção do espaço a partir das múltiplas complexidades e determinações do real, nas múltiplas espacialidades e temporalidades e nas múltiplas escalaridades, quer dizer, na totalidade.

4.2 Revisando a leitura haesbaertiana da materialidade e do materialismo

“Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica (...)” (HAESBAERT, 2014c, p. 57, grifo nosso).

“Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014c, p. 57, grifo nosso).

“(...) enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno” (HAESBAERT, 2014c, p. 57-58, grifo nosso).

“(...) o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (...)” (HAESBAERT, 2014c, p. 59, grifo nosso).

“Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um

componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’” (HAESBAERT, 2014c, p. 60, grifo nosso).

“Para muitos ‘hegemonizados’ ou, como preferimos, subalternizados, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade (...)” (HAESBAERT, 2014c, p. 60-61, grifo nosso).

Embora a princípio pareça caber ao geógrafo manter sempre “os pés no chão” e enfatizar a dimensão material do território, a realidade contemporânea, dominada pelo mundo das imagens e das representações, acabou incorporando com certa ênfase no próprio âmbito das proposições geográficas uma visão “mais idealista” de território (HAESBAERT, 2014c, p. 62, grifo nosso).

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (HAESBAERT, 2014c, p. 64, grifo nosso).

Realizando uma revisão teórica sobre as diversas formas com que a concepção de territorialidade foi – ou continua sendo – proposta, podemos sintetizar através do seguinte elenco de posições:

- 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: “abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto).
- 2) Territorialidade num sentido mais efetivo, seja ele material ou imaterial:
 - a. Como materialidade (p. ex.: controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack)
 - b. Como imaterialidade (p. ex.: controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”)
 - c. Como “espaço vivido” (frente aos espaços – nesse caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (HAESBAERT, 2014c, p. 64-65).

As citações acima foram extraídas do texto *Território e multiterritorialidade em questão*, publicado no livro *Viver no limite...* e teve como base o artigo *Território e multiterritorialidade: um debate*, publicado originalmente na revista *GEOgraphia*, no

ano de 2007 (uma primeira versão desse artigo já tinha sido apresentada no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, em 2004). Elas apresentam a compreensão de Haesbaert no que tange aos conceitos território e territorialidade. Em toda sua argumentação Haesbaert (re)afirma que sua “[i-]lógica” apresenta uma leitura “mais ampla”, “genérica”, “não dualista”, que se “desdobram pelo menos dois grandes ‘paradigmas’ de abordagem das questões territoriais, um que podemos chamar de hegemônico, capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (...), e outro, contra-hegemônico, liderado sobretudo, (...), pelos grupos subalternos” (HAESBAERT, 2014c, p. 53).

Para Haesbaert (2014c), o primeiro paradigma “vê” o espaço como mera superfície/área a ser explorada. Numa “visão” absoluta, homogeneizante, hegemônica e universal do espaço, o território é tido como instrumento de dominação/recurso funcional ao modelo econômico “extrativo-agro-exportador”. Já o segundo paradigma, “territorial contra-hegemônico”, “vê” o território, “antes de tudo”, como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais, em que os homens não são somente sujeitos que “sujeitam” seu meio, mas são “inter-agentes” que compõem seu meio e cujo “bem viver” depende dessa interação.

Assim, Haesbaert interpreta que o conceito território pode ser estudado como categoria, a ser diferenciada pelos usos de distintos “sujeitos” que estão envolvidos na questão. Os “intelectuais” conceituarão como “categoria de análise”, os “subalternos” o verão como uma “categoria da prática”, e, os “gestores” (empresas) e “ordenadores” (Estado) o aplicarão como “categoria normativa”. Assim, Haesbaert (2014c) apresenta sua tese que vem sendo produzida e reiterada há mais de três décadas: ao lado da existência de múltiplos (tipos de) territórios, há a experiência cada vez mais intensa daquilo que (o) denomina-se de multiterritorialidade.

“Múltiplos territórios” como variedade de tipos e níveis de controle, dominação e apropriação de áreas (no dizer de Robert Sack) e de redes (no dizer do próprio Haesbaert), através das diversas territorializações, desterritorializações e reterritorializações. A “vivência” da “multiterritorialidade” como a interação e integração desses múltiplos territórios, “não apenas quantitativa (...), mas qualitativa, na medida que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitantemente, de uma enorme gama de diferentes territórios e/ou territorialidades” (HAESBAERT, 2014c, p. 79). Assim a multiterritorialidade passa a ser uma

alternativa conceitual dentro de um processo considerado por muitos, genericamente, como marcado pela ‘desterritorialização’. Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes, especialmente no caso dos grupos hegemônicos, vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de reterritorialização muito mais múltiplo, *multiterritorial* (HAESBAERT, 2014c, p. 85, grifo do autor).

Essa multiterritorialidade estaria, assim como destacadas nas exaustivas citações acima (no início desse item), envolvida em “jogos mais concretos, materiais-funcionais, e jogos mais simbólicos de poder” (HAESBAERT, 2014c, p. 76). E tem sido nessa concepção que Haesbaert engloba o conceito de território, onde manifesta num sentido multiescalar e multidimensional que só tem como ser “apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto na perspectiva da convivência de múltiplos (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade” (2014c, p. 86). Durante toda sua construção de pensamento para uma “abordagem relacional”, sua base de sustentação conceitual, assim, esteve na “integração” da matéria com a imatéria ou sua representação ideal, assim como identificamos no seu texto publicado em 2014. Mas essa forma de argumentação/abordagem não é marcada do que vemos somente na história presente de seu pensamento, mas sim uma construção que vem sendo alicerçada desde a década de 1980.

O *Espaço na modernidade*, vale destacar, foi um dos primeiros artigos de grande alcance escrito por Haesbaert e publicado no Brasil, reunindo estudos da Geografia com a Filosofia (tendo Paulo César da Costa Gomes como co-autor). Este texto foi originalmente publicado na revista *Terra Livre*, no ano de 1988, onde marca, de forma significativa, a aproximação das críticas haesbaertianas com os estudos de Michel Foucault e Félix Guattari. Neste artigo Haesbaert faz a leitura dos livros *Microfísica do poder* (Foucault, 1979) e *Micropolítica: cartografias do desejo* (Guattari e Rolnik, 1986). Mas não só isso, evidencia a aproximação de seus estudos com toda uma abordagem pós-estruturalista de crítica ao materialismo dialético. Vale lembrar que na década de 1980, poucos eram os pesquisadores da Geografia que liam as obras em francês de pós-estruturalistas e conseguiam traduzir tais ideias pós-estruturalistas na Geografia produzida no Brasil. Digamos que, dentre os nossos, Haesbaert foi um dos primeiros fomentadores de tal abordagem de pensamento na

Geografia. Era o “novo” dentro do que seria a proposta da “renovação da Geografia”. Neste texto Haesbaert reforça que a

constatação de que a espacialidade (social) compreende ao mesmo tempo uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo, leva-nos à conclusão de que é impossível apreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos conhecer esta múltipla interação. Pois o espaço nunca é transformado a partir de uma intenção perfeitamente determinável e direcionada a uma “função” estanque. Assim, quando analisamos o “espaço econômico” ou o “espaço político” na verdade estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno, que do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma “produção” ou de um “poder”, envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente abertas para incluir a possibilidade permanente de criação de novos significados (HAESBAERT; GOMES, 1988, p. 55-56, grifo nosso).

Dois anos mais tarde, Haesbaert reforça que

(...) não significa que a vida, o mundo da “prática” e da “criação” se restrinja à materialização de novos objetos, externos ao “sujeito”, pois este também é dotado do poder de criar, na esfera do simbólico, dimensões da realidade vivida que não podem simplesmente ser reduzidas a um “idealismo das aparências”, muito menos a um reflexo das condições materiais (HAESBAERT, 1990, p. 90, grifo nosso).

Em 1997, Haesbaert publica na revista *Espaço e cultura*, o artigo *Território, poesia e identidade* (resultado de um trabalho apresentado em mesa-redonda no *Seminário Geografia e Arte*, promovido pela AGB-Niterói, no ano de 1995), que vai relacionar, quando ele já defendia a aproximação entre teorias e pensamentos modernos e pós-modernos, relacionar a “razão” e a “sensibilidade”, o racional e o irracional, a ciência e a poesia, para ele, até o momento dicotomizados. Neste texto, ele novamente resgata que

Como a escolha de um símbolo não pode privar-se de toda a referência ao “real”, podemos associar essas reflexões ao nosso campo, a Geografia, e lembrar que muitos espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Neles há “espaços” ou, se preferirem, territórios (enquanto espaços concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito

seus limites físicos e sua utilização material. É o que autores como Poche (1983) denominam “espaços de referência identitária”, sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que, de qualquer forma, emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que, neste caso, é também uma identidade territorial.

Assim se formam ou se forjam identidades locais, regionais, nacionais etc. fortalecidas não apenas pelos territórios “de naturalidade”, em seu sentido concreto, mas também por territórios simbólicos, (...) (HAESBAERT, 1997b, p. 24-25, grifo nosso).

No mesmo ano de 1997, Haesbaert publica o artigo *Questões sobre a (Pós-)Modernidade*, publicado originalmente pela revista *GeoUERJ*, afirmando que “o mundo contemporâneo vive um enorme descompasso entre o que ocorre em sua dimensão concreta, material, e sua dimensão ou esfera cultural, no sentido mais amplo de ‘simbólico’” (HAESBAERT, 1997a, p. 13, grifo nosso). No livro *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, tendo sua primeira edição publicada em 2002, serão vários apontamentos feitos nesta mesma defesa discursiva onde argumenta que

(...) seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens “unidimensionais” aqui comentadas. Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade –, recebem estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2016b, p. 79, grifo nosso).

Em 2006, ao lado de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Haesbaert publica o livro *A nova des-ordem mundial*, e volta a sua tese que, “como geógrafos, entendemos o território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária, ou, em termos lefebvrianos, tanto a dominação quanto a apropriação do espaço” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12, grifo nosso). Assim,

(...) Transitar pelo relativo hibridismo contemporâneo de alguns desses conceitos é um caminho muito interessante para perceber as perspectivas de uma abordagem integrad(or)a na Geografia, ou de uma abordagem que, ainda que privilegie o âmbito cultural – o que é muito importante, supere posições cultural-idealistas e ressalte o elo, indissociável, entre idealidade e materialidade (onde, até por uma condição historicamente reconhecida, a geografia sempre teve um olhar próprio a desdobrar).

Esse parece ser o único caminho plausível para, ao mesmo tempo, dar conta da complexidade – e da hibridização – dos fenômenos contemporâneos e não perder a especificidade geográfica de nossas interpretações. Assim, o que propomos aqui como abordagem integradora envolve tanto uma interpretação, a nível epistemológico, que de algum modo integre múltiplas dimensões (cultural, econômica e política, por exemplo) quanto o reconhecimento do caráter híbrido ou múltiplo de muitos dos próprios fenômenos geográficos que efetivamente estamos abordando (HAESBAERT, 2008b, p. 398, grifo nosso).

No texto *Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial*, publicado em 2008, no livro (coletânea) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, organizado por Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito, Haesbaert volta a referendar que

tomamos como referência nesse debate a ideia de um continuum de articulação territorial desde os territórios – ou, para sermos mais precisos, os processos de territorialização – com maior carga funcional (e “material”, poderíamos acrescentar) até aqueles com maior carga simbólica, sem perder nosso foco nas relações de poder. Considerando os dois extremos (que, se existissem, seria apenas enquanto “tipos ideais”), diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará neles contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, por alguns denominado espaço – ou território – “de referência identitária”, deverá estar presente) (HAESBAERT, 2008a, p. 106, grifo nosso).

No ano de 2010, Haesbaert publica o livro *Região-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*, e escreve no texto *Região numa “constelação” de conceitos: espaço, território e região* que

O “real”, como já destacamos, é também, sempre, uma construção, mas não apenas uma construção discursiva, mental, mergulhado que

está dentro desse jogo indissociável entre os campos ideal e material, subjetivo e objetivo. Em sua complexidade, este real se apresenta como um conjunto ao mesmo tempo contraditório e ambivalente de processos sociais, de práticas materiais e imateriais, numa espécie de agenciamento, como diria Deleuze, entre corpos e enunciados, vida material e discursiva, sem que um tenha, a priori e obrigatoriamente, preponderância sobre o outro (HAESBAERT, 2014a, p. 177).

Em 2016, Haesbaert publica o artigo *Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate*, na *Revista Brasileira de Geografia* (IBGE), onde novamente afirma que “o espaço, assim, torna-se sobretudo fruto de conexões e, além disso, incorpora de forma indissociável o jogo entre os mundos material e mental, superando outra dicotomia que vê o espaço apenas como materialidade, ‘exterior’, e o tempo como incorpóreo, ‘interior’” (HAESBAERT, 2016a, p. 9, grifo nosso). Por fim, no ano de 2020, Haesbaert publica o texto *Território(s) numa perspectiva latino-americana*, pelo *Journal of Latin American Geography*, em que volta a ponderar que, na “ótica indígena”, por exemplo, “o território se torna, assim, antes de tudo, território de vida para grupos cuja existência se deve a essa relação indissociável com seus espaços vividos, rompendo com a visão dicotômica entre materialidade e espiritualidade, natureza e sociedade” (HAESBAERT, 2020b, p. 145).

4.3 Exortações haesbaertianas contra o materialismo dialético (e contra o marxismo)

Dentre os apontamentos extraídos da recôndita crítica haesbaertiana ao materialismo dialético e ao marxismo, podemos destacar exortações que não somente ensinam, mas que no clareamento do caminho da negação abstrata da matéria (do real), nos orientam a percorrer um caminho diferente, o caminho da negação da negação. Vejamos.

Como primeira exortação, podemos destacar que para Haesbaert a matéria é o físico-concreto, corpóreo, tangível, delimitável, e a imatéria é o metafísico, espiritual, incorpóreo, intangível, e assim, para ele o materialista fecha a sua análise num espaço concreto, e o idealista num espaço simbólico:

Esta discussão que muitas vezes contrapõe uma dimensão material e uma dimensão imaterial do território é muito relevante. Podemos dizer que há duas leituras possíveis: primeiro, dentro da esfera ontológica, entre aqueles que admitem uma existência efetiva de território — seja na visão materialista de um espaço geográfico concreto, empiricamente delimitável, seja na visão idealista de território como representação presente na consciência de determinada cultura ou grupo social; segundo, numa perspectiva epistemológica, entre os que promovem a noção de território, basicamente enquanto instrumento analítico para o conhecimento. Neste caso, é claro, o território não é “a” realidade, não podendo ser delimitado nem no “terreno”, materialmente falando, nem na “cultura”, em sua realidade simbólica. Constitui-se apenas num apoio ou instrumento, ainda que indispensável, utilizado pelo geógrafo no caminho de entendimento da realidade (HAESBAERT, 2016b, p. 91).

Numa segunda exortação, Haesbaert apresenta que a matéria está para o objeto e elemento fixo, inamovível, regular e constante, assim como a chamada imatéria está para o fluxo e ação dinâmica, mutável, fluída e transitória:

O espaço geográfico, na verdade, partindo de uma posição relacional, envolve, como queria Milton Santos, tanto o universo dos objetos, quanto dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão dos elementos (aparentemente) fixos quanto móveis, tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial. (...). Nesse sentido, todo espaço geográfico é *também* ação, movimento e representação simbólica (HAESBAERT, 2014c, p. 37, grifo do autor).

Numa terceira exortação, extraímos de Haesbaert que sua filosofia relaciona materialismo e idealismo, e que assim, para ele, a realidade também será a integração híbrida entre a matéria e a chamada imatéria:

A realidade social em que construímos nossos espaços (e territórios) não é nem “material” nem “ideal”, “em última [ou primeira] instância”, ou seja, defendemos uma filosofia (assim como uma concepção de território) não-materialista e não-idealista, mas material e “ideal” ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2016b, p. 163, grifos do autor).

Propomos aqui uma interpretação intermediária, coerente com a noção proposta no início deste trabalho, vendo o território (e, conseqüentemente, a espacialidade na qual ele é construído), como sempre um “híbrido” entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade, pelo simples fato de que estas dimensões são inseparáveis e que os processos de territorialização e desterritorialização só podem se dar através de uma perspectiva permanentemente conjugada entre elas (HAESBAERT, 2016b, p. 270)

Precisamos agora, depois de atentarmos para tais exortações, nos questionar o que realmente é a matéria e a materialidade para os materialistas dialéticos. Assim como tentar responder se, de fato, há a imatéria e a imaterialidade, e, se havendo a imatéria, devemos relacioná-la com a matéria numa integração híbrida de i-matéria e i-materialidade.



Fiadoras e trocadores de bobinas na *Lancaster Cotton Mills*, Carolina do Sul.
Foto de Lewis Hine, 1908.

CAPÍTULO 5

ESPAÇO E MATERIALIDADE: LIÇÕES DE MARX

5 ESPAÇO E MATERIALIDADE: LIÇÕES DE MARX

Trabalhos acadêmicos na Geografia, e em especial nos estudos sobre território, têm assumido uma defesa na distinção entre um espaço/território material e um outro espaço/território imaterial, ou ainda mais, na defesa da “abordagem relacional” de um espaço/território (i)material, quando identifica-se que a materialidade e a imaterialidade estão intrinsecamente unidas. Dedicamos a escrever este capítulo com o objetivo de ser um aporte para uma crítica sobre o conceito de materialidade na Geografia e nos estudos sobre território. A referência à imaterialidade não aparece somente nos estudos fenomênicos ou pós-modernos, com um maior aporte ao simbólico como construção de paisagens, territórios e lugares, mas também nos estudos autointitulados marxistas ou materialistas dialéticos, quando se pretende assumir a presença da consciência na produção das relações espaciais.

Um dos geógrafos mais referenciados no Brasil na abordagem relacional do espaço (e do território) é Claude Raffestin, que desde a década de 1980 tornou-se ainda mais (re)conhecido depois da publicação de seu livro *Por uma geografia do poder*, impresso em língua portuguesa, no ano de 1993. Nele argumenta que

A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um “dado”, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço [...]. A matéria é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem. A matéria não é, de início, a consequência de uma prática, mas é oferecida à prática e, desde então, se torna um vasto campo de possibilidades. “Possibilidades” dentre as quais apenas algumas se realizarão, por meio de um objetivo intencional (conhecimento e prática), que desempenhará o papel de filtro seletor. O caso-limite, que não é o mais raro, é o da criação, a partir de elementos, de matérias que não existem tal como são na natureza. Essas matérias podem ter uma utilidade imediata ou permanecer como curiosidades (RAFFESTIN, 1993, p. 223).

Para Raffestin, o território é produzido a partir do espaço. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator

‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O espaço é entendido como o substrato, a matéria (kantiana), o predicado do mundo sensível. O território é a ação, a produção, o resultado, o novo produto produzido. O território compõe a relação, uma relação entre sua parte material com a outra imaterial. Imaterial como processamento de semantização e simbolização. Imatéria: ideia, abstração, percepção, subjetividade. Matéria: natureza (física e humana), substância, concretude, tangibilidade, objetividade.

Na busca do diálogo e na defesa de que não existe uma imaterialidade, assim como não existe a (i)materialidade, dividimos este capítulo primeiro na explicação da matéria e da materialidade dialética, depois na tentativa de desmascarar as coisas e identificar o movimento real nos objetos, e, por fim, ressaltar a presença da subjetividade na materialidade, de modo relacional, mas com a qualidade de não se pautar no que não existe, no que não é real, e sim dando reverberação ao que está presente e em movimento na produção da vida de pessoas reais.

5.1 Matéria enquanto o real

Na elucidação em explicar o seu método de pesquisa, no ano de 1873, ao escrever o posfácio da segunda edição do primeiro livro d’O Capital, Marx ratificou que “a investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 2013, p. 90, grifo do autor). Em seu modo de investigação, o ponto de partida não é a ideia que temos da realidade, mas unicamente a própria crua realidade que se efetiva independente e que determina a consciência e intenção humana.

Esse direcionamento na organização do pensamento investigativo marxiano foi sendo produzido por décadas de estudo e pesquisa, realizados por acertos de contas com a filosofia alemã, hegeliana e neo-hegeliana, a economia-política liberal, o socialismo utópico e a história positivista. A biografia da juventude de Marx se confunde com a passagem do seu pensamento do idealismo para a concepção materialista da história. Dos seus primeiros escritos, os dois artigos publicados nos Anais Franco-Alemães, em fevereiro de 1844, sob os títulos *Sobre a Questão Judaica*

e *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução* representaram a negação ao idealismo e o reconhecimento da necessidade do pensamento materialista para estudo e transformação do real. Tais escritos junto com a publicação de dois artigos de Friedrich Engels, *Esboço para uma Crítica da Economia Nacional* e *A Situação em Inglaterra: 'O Passado e o Presente'*, de Thomas Carlyle, evidenciaram a abertura filosófica para a elaboração do materialismo dialético e da teoria revolucionária do comunismo científico.

Com as publicações nos Anais Franco-Alemães, no ano de 1844, Marx avançou seu pensamento filosófico na tese da emancipação humana em superação à emancipação política, defendendo a emancipação humana enquanto a libertação humana das degenerações da sociedade civil (burguesia) e o aniquilamento das desigualdades, das opressões e da exploração de classe, para além da liberdade política alcançada pelo Estado (burguês). Porém, a tese mais importante defendida nestes trabalhos filosóficos foi o germe da concepção materialista da história, mais detalhadamente explicitada n'*A Ideologia Alemã, crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*.

Ao contrário da posição materialista de Feuerbach, para Marx e Engels,

os pressupostos que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições de vida, tanto por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. (...)

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. (...)

(...) Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, imediatamente, sua própria vida material.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

Marx e Engels criticaram a contemplação de Feuerbach por “não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente (...), mas produto (...) da sociedade (...), que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, (...) modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30). Para a teoria materialista de Feuerbach, os objetos são dados

pelo intercâmbio das necessidades vitais através das atividades concretas fisicamente, seja a indústria, seja o comércio, dadas através da relação de objetos sensíveis, o homem e a natureza. “A concepção feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele diz ‘o homem’ em vez de os ‘homens históricos reais’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30).

Para Feuerbach, materialismo e história se divergem completamente. E é sob esforço de realizarem a crítica a esse posicionamento, que Marx escreve onze teses sobre Feuerbach, e que já inicia com a seguinte tese:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* [*Objekt*] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenstandliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n’*A essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da palavra “revolucionária”, “prático-crítica” (MARX; ENGELS, 2007, p. 533, grifos dos autores).

Ainda para Feuerbach, a matéria, o real, é o que está no campo do presente, sensível, palpável, visível, audível. A realidade, para Feuerbach, não é processualmente uma produção histórica, assim como começou a ser entendida filosoficamente por Marx e Engels, mas naquilo que teoricamente ficou acertado como tal num determinado momento. Um objeto qualquer, por exemplo, para Feuerbach é um simples objeto dado naquele momento. Para Marx e Engels é um produto da atividade prática, um produto da história, que está em movimento. A matéria, o real, para Marx e Engels, não está somente no campo do sensível, mas sim no campo da prática, compreendendo o sensível como uma atividade prática.

Novamente reiteramos o pressuposto materialista supracitado: para fazer história, os homens têm que estar em condições de viver, mas para viver precisam de comida, bebida, moradia, vestimenta, lazer, afetividades, sexo e diversas coisas mais.

“O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Só que a satisfação de nossas necessidades básicas não exige a produção de novas necessidades, são mutáveis e estão em constante processo de (re)criação. A materialidade contém todo esse arranjo da produção real da existência humana.

Há quem entenda a matéria, assim igual a Feuerbach, como um objeto isolado da história, sem produção histórica. E por acreditar assim, fazem a crítica a Marx e Engels partindo do entendimento que ambos se fundamentavam numa materialidade concreta-sensorial (feuerbachiana), que para ser real contivesse somente propriedades físicas, químicas ou biológicas para tal, e não necessariamente numa materialidade concreta-histórica, fundada nas atividades prático-humanas. A concepção do movimento social, do movimento real, da materialidade dialética, como um processo histórico, escancara qualquer referência mal lida da materialidade marxiana, falseando que seu entendimento da realidade era somente pautado pelo concreto econômico (financeiro), devido a sua obra *O Capital*.

O desenvolvimento da investigação marxiana esteve pautado em expor o movimento real, não partindo de uma crítica da economia isolada da política, nem a política e a história fragmentadas, mas sim a identificação e exposição da realidade, tal como ela é, como tem sido apresentada, e como ela tende a ser. Para que o corpo investigativo tivesse condição de dar conta da seriedade da pesquisa realizada por Marx, ele teve que partir do pressuposto primeiro já identificado acima na crítica à Feuerbach: “toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. [...] Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, imediatamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Esta é a categoria analítica principal de Marx, a produção da existência da vida humana.

Se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno foi alcançado na crítica à economia política, primeiramente nos escritos dos *Grundrisse* e depois publicado, de forma metodologicamente qualificada, em sua obra *O Capital*. Para Marx, os estudos da produção e reprodução da vida, os estudos econômicos eram necessários para entender como “os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008,

p. 49). O conjunto dessas relações de produção e reprodução da vida é o que Marx vai identificar no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, em 1859, como a estrutura econômica da sociedade, mas ele complementa com a acepção do que seria essa estrutura econômica da sociedade: “a base real” que sobre ela se “eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 49).

Boa parte da crítica pós-estruturalista a Marx e ao marxismo do século XX se aporta justamente dessa afirmação: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 49). Para muitos pós-estruturalistas é incabível pensar que tão-somente os atos de comer, beber, habitar, se vestir, ter lazer, afetividades, fazer sexo e diversas coisas mais que estão no campo da produção e reprodução da vida material (da realidade social), sejam condicionantes ao processo da vida social, política, intelectual, até mesmo espiritual. Até certo ponto, marxistas que não tinham leituras aprofundadas do próprio Marx, abordavam a materialidade muito mais como o concreto-sensorial, físico, do que como a realidade do movimento da vida, história. Até mesmo o tempo, era analisado por muitos marxistas por suas positivas cronologias métricas, início, meio e fim.

Em sua crítica à filosofia reacionária dos empiriocriticistas, Lênin (1909) sabiamente advertiu que “a noção de matéria não significa, como já dissemos, em gnoseologia, senão o seguinte: a realidade objetiva existe independentemente da consciência humana que a reflete”. A crítica leniniana aos neokantistas empiriocriticistas foi uma das maiores críticas ao agnosticismo e ao idealismo no seio dos debates ontogneseológicos prévios à Revolução de 1917, pontuando as dissensões internas ocorridas no Partido Bolchevique, e reforçando o materialismo dialético como método filosófico-organizativo para a revolução. Mas, com toda assertividade na crítica à primazia das sensações e experiências frente à matéria, à realidade histórico-concreta, na mesma obra crítica, Lênin (1909) defende uma materialidade muito mais concreto-sensorial que histórica, onde afirma, por exemplo, que “negando a imutabilidade das propriedades e dos elementos da matéria conhecidos até então, [os idealistas] deslizaram até a negação da matéria, isto é, da realidade objetiva do mundo físico” (LÊNIN, 1909). E ainda concluiu que “a noção de matéria não exprime senão a realidade objetiva que nos é dada na sensação” (LÊNIN, 1909).

Precisamos aludir que, ao desenvolver a fundamentação crítica da obra *Materialismo e Empiocrítica - Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária*, publicada em 1909, Lênin não teve acesso à leitura dos escritos marxianos e engelsianos d'A *Ideologia Alemã*. As únicas leituras marxianas e engelsianas (materialistas dialéticas) de Lênin naquele momento, para crítica aos empirocriticistas foram *O Capital* (1º vol.), *Teses sobre Feuerbach* (publicadas em apêndice à obra de Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*), ambos de Marx, além dos textos de Engels *Sobre o materialismo histórico* (publicado na Revista Neue Zeit) e o conhecido livro *Anti-Dühring*¹⁶. Consequentemente, Lênin não teve acesso a todo um arsenal investigativo de conceitos como ideologia e matéria (enquanto realidade objetiva histórica) pensados por Marx e Engels. A *Ideologia Alemã*, por exemplo, só foi primeiramente publicada em 1932, na União Soviética.

Entretanto, ou por tradição aos autores da Internacional Comunista ou pela continuidade de falta de leitura nos escritos marxianos e engelsianos, o entendimento continuou sendo reforçado em acreditar “que a *matéria*, a *natureza*, o *ser*, são uma realidade objetiva” (STÁLIN, 2019, artigo publicado em 1938). Para isso, considera-se a crítica dos pós-estruturalistas ao materialismo simplesmente concreto-físico, mas o seu equívoco foi descartar todo o esforço crítico-reflexivo materialista dialético e não aceitar que a base real histórica, a produção da vida material, tem sido fundamento primário e principal do processo do fazer sociedade, política e consciência.

Outro importante grupo de críticas elaboradas por estudiosos do espaço (incluindo os geógrafos) à materialidade dialética tem por pressuposto que nos estudos marxistas e nas próprias obras de Marx foi excluído o espaço como uma importante categoria para a análise da materialidade, tendo sido reivindicada muito mais a História do que a Geografia. Dentre este grupo, ressaltam-se as críticas do geógrafo Edward W. Soja (1993) por um materialismo histórico e geográfico. Na crítica da subordinação do espaço na teoria social marxista, Soja ressalta que

A geografia desse processo, nas poucas vezes em que chegava a ser vista, era reconhecida como um cerceamento externo ou como um resultado quase accidental. A história era o motivo continente variável; a geografia, como dissera Marx anteriormente, era pouco mais do que uma “complicação desnecessária”. (...)

¹⁶ A lista de obras e periódicos citados no livro *Materialismo e Empiocrítica* encontra-se neste link: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/obras.htm>

O argumento principal que pretendo estabelecer, nesta descrição reconhecidamente genérica e abreviada, da modernização e do modernismo, é não apenas que a espacialidade ficou subordinada na teoria social crítica, mas que a instrumentalidade do espaço foi cada vez mais perdida de vista no discurso político e prático (SOJA, 1993, p. 43, 45)

Apesar de que, para Marx, ao analisar a concepção materialista da história, ele não estava preocupado nas amarras epistemológicas disciplinares dos estudos sociais entre a Geografia e a História, mas estava certo em expor os pressupostos ontológicos, com um saber fundamentado na matéria, no real, isto é, na história, enquanto produção e reprodução do espaço (da própria materialidade) e do tempo (do movimento dessa materialidade). Espaço e tempo sociais estão dialeticamente compreendidos na história. Apesar dos limites da crítica a Marx, em não ter se aprofundado no estudo rigoroso do espaço ou da Geografia, a fundamentação da análise do espaço em Soja (1993) tem seu grande valor na crítica aos trabalhos acadêmicos na Geografia, seja marxista, fenomenológica, pós-estruturalista ou mesmo pós-moderna.

Assim como Soja escreve na reafirmação do espaço na teoria social crítica, a teoria marxiana também vai concordar que

Escondido na modernidade que se ia moldando, estava um profundo “arranjo espacial”. Em todas as escalas da vida, da global à local, a organização espacial da sociedade foi sendo reestruturada para fazer frente às exigências urgentes do capitalismo em crise - para abrir novas oportunidades de lucros extraordinários, descobrir novas maneiras de manter o controle social e estimular a produção e consumo crescentes (SOJA, 1993, p. 45)

Assim, temos total concordância que “a espacialidade existe, ontologicamente, como um produto de um processo de transformação, mas continua sempre aberta a transformações adicionais nos contextos da vida material. Nunca é primordialmente dada ou permanentemente fixa” (SOJA, 1993, p. 149). Para Soja, o tempo e o espaço ainda têm sido “representados como uma relação natural entre as coisas, objetivamente explicáveis em termos das propriedades e atributos físicos substantivos dessas coisas em si” (SOJA, 1993, p. 152). Mas também observa que além de uma miopia ter distorcido uma teorização espacial, se concentrando nas aparências superficiais imediatas, físicas, sensoriais, sem conseguir

enxergar a produção social do espaço por trás das aparências objetivas, a ilusão hipermétrope da transparência enxerga através da espacialidade concreta da vida social, projetando sua produção num campo intuitivo de idealismo deliberado e pensamento reflexivo imaterial. [...] A espacialidade é reduzida unicamente a um constructo mental, a um modo de pensar, a um processo ideativo em que a “imagem” da realidade ganha precedência epistemológica sobre a substância e a aparência tangíveis do mundo real (SOJA, 1993, p. 152-153).

Tanto a miopia, em não querer ver o que está para além do objeto ou da coisa, do sensorial, do físico, quanto a hipermetropia, na dificuldade de ver o real posto, buscando encontrar o que está, até mesmo, fora da realidade, na chamada “imaterialidade”, são dois erros crassos que ainda acompanham a História da Geografia no Brasil, mesmo com toda tentativa em renovar epistemologicamente a ciência com a busca de uma Geografia crítica, seja ela marxista, pós-estruturalista, fenomenológica ou pós-moderna. Nos estudos espaciais, há a dificuldade de entender a espacialidade, como produto/produção social, sendo dialeticamente o pressuposto e a encarnação da ação e das relações sociais, assim como é necessário reconhecer que “a vida social é materialmente constituída em sua geografia histórica, de que as estruturas e as relações espaciais são as manifestações concretas das estruturas e relações sociais (...). A constituição da sociedade é espacial e temporal” (SOJA, 1993, p. 156).

5.2 Retirar as máscaras das coisas

A simples análise das coisas em si esconde a realidade através da aparência do visível e do físico. O que as “coisas” falam são simplesmente aquilo de que elas foram propositadas a dizer à sua maneira. “Sua linguagem de coisas, como toda a linguagem, serve para mentir tanto quanto dizer a verdade. A coisa mente. (...) O objeto esconde algo de muito importante, e o esconde tão bem que nós não podemos prescindir dele” (LEFEBVRE, 2013, p. 137). Vale indagar: o que a coisa esconde, senão o trabalho e quem a produziu?

Na busca de responder esse questionamento, retomamos dois períodos do capitalismo. O primeiro período, mais recente, início do século XXI, tomamos três testemunhos da história presente. O segundo, mais outrora, meados do século XIX, tomamos mais três testemunhos observados numa análise conjuntural como fundamento a uma abordagem do pensamento filosófico e científico marxiano e engelsiano.

Em 2011, o Bloomberg News, um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro, denunciou a exploração do trabalho em Burkina Faso, país na África Ocidental, onde o trabalho infantil é endêmico e o pagamento de vantagens pelo algodão orgânico e de “comércio justo” criou novos incentivos para a exploração do trabalho¹⁷. Esse programa de comércio justo atraiu agricultores que afirmavam que não podiam cultivar a quantidade de algodão necessário sem forçar crianças a trabalhar. Destaca-se que a Victoria's Secret, multinacional de lingerie e produtos de beleza, se tornou a única compradora deste programa de comércio justo em Burkina Faso, e estima-se que os ganhos dessa multinacional, entre 2009 e 2010, estiveram entre 6,35 a 7,05 bilhões de dólares.¹⁸

Cinco anos depois, em 2016, a Apple, Samsung e Sony, empresas multinacionais de produtos eletrônicos, software de computador e computadores pessoais, foram acusadas de terem usado de exploração de trabalho infantil nas minas do Congo. O relatório *É por isso que morremos*, feito pela Anistia Internacional¹⁹, revelou que a extração do cobalto, elemento usado para alimentar as baterias dos smartphones e de outros dispositivos móveis, estava sendo feita por crianças com menos de dez anos de idade. Usando ferramentas manuais básicas, acidentes foram comuns no desenterrar as rochas de túneis subterrâneos. Além disso, apesar dos efeitos de saúde potencialmente fatais da exposição prolongada ao cobalto, os mineiros adultos e crianças trabalhavam sem nenhum equipamento de proteção.

Mais recente, no ano de 2018, devido à insana política de austeridade contra a imigração nos Estados Unidos, o governo de Donald Trump enjaulou crianças e bebês, separadas dos seus pais e mães, como forma de um áspero bloqueio na entrada de imigrantes e refugiados no país. De acordo com a Associated Press, entre

¹⁷ <https://www.bloomberg.com/news-media/clarisse-kambire-victorias-secret-child-labor-cotton-picker/>

¹⁸ <https://exame.abril.com.br/negocios/victorias-secret-ve-com-cautela-expansao-no-exterior/>

¹⁹ <https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/3183/2016/en/>

19 de abril e 31 de maio de 2018, 1.995 crianças foram separadas de 1.940 adultos e ambos postos em diferentes campos de concentração, por estarem sendo acusados de crime por atravessar a fronteira dos Estados Unidos, não podendo ser mantidos com seus filhos. A intolerante política de Trump, junto a todo tratamento dado aos imigrantes nos Estados Unidos, consumando legalmente o abuso, a tortura e a exploração infantil, evidenciaram o apodrecimento da ideologia da democracia burguesa e o cenário atual das crises humanitárias em todo o mundo²⁰.

Apesar de serem recortes da recente conjuntura política mundial, estes testemunhos da segunda década do século XXI poderiam muito bem ser relacionados com episódios da metade do século XX, onde o nazi-fascismo ou mesmo as falsas democracias, como a da Alemanha e dos Estados Unidos, exploravam do trabalho infantil ou prendiam civis sem acusações e julgamentos prévios, e estes eram forçados a ficar em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Mas também podemos relacionar aos estudos conjunturais da Inglaterra nos meados do século XIX, elaborados por Friedrich Engels, com fortes correspondências ao recente período supracitado.

Às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha, Engels dedicou seus estudos, publicados no ano de 1845, com uma rigorosa análise concreta da feroz produção do modo capitalista, conhecendo cientificamente os fundamentos da sua reprodução e circulação. Quando Engels escreveu o livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de forma direta e com fontes autênticas (seja dos jornais da época, dos documentos oficiais, ou mesmo dos testemunhos diretos dos próprios operários ingleses), foi capaz de desmascarar a sociedade capitalista, compreendendo-a com profundidade e apresentando com nitidez as necessidades e aspirações da classe trabalhadora. Dentre as dezenas de investigações e relatórios apresentados, destacamos três testemunhos que nos serve de elemento para uma análise conjuntural da situação da classe trabalhadora na Inglaterra da década de 1840.

Em outubro de 1843, o jornal *The Times* divulgou que um grande número de operárias recém chegadas em Londres dormia nas ruas e praças, devido à falta de moradia. Em sua maioria, eram jovens mulheres vindas do campo, que se tornavam vítimas de exploração sexual. Contraditoriamente, cita o jornal, todo esse contingente

²⁰https://news.vice.com/en_us/article/a3a8wa/2000-kids-were-separated-from-their-parents-at-the-border-in-just-6-weeks
<https://www.nytimes.com/2018/04/20/us/immigrant-children-separation-ice.html>

de miséria convivía junto à riqueza da aristocracia inglesa. “A riqueza que, de altos salões luxuosos, gargalha indiferente diante das obscuras feridas da indigência! A alegria que inconsciente, mas cruelmente, zomba do sofrimento que geme ali embaixo! Todos os contrastes em luta” (*The Times*, 12 de outubro de 1843, *apud* ENGELS, 2010, p. 75).

Em 1844, foi divulgado um relatório da Comissão de Inquérito sobre a situação das grandes cidades e distritos populosos na Inglaterra. Analogamente aos dados apresentados nos relatórios parlamentares da época, neste relatório divulgou-se que a duração média de vida da população de Liverpool em 1840, por exemplo, era de 35 anos para os da classe alta (pequena nobreza, aristocracia, profissionais autônomos etc.), de 22 anos para negociantes e artesãos abastados, e de apenas 15 anos para os da classe operária e empregados domésticos. Neste mesmo relatório foi divulgado que em Manchester mais de 57% dos filhos dos operários morriam antes de completar 5 anos, mais que o dobro do que os filhos dos camponeses da mesma época, tendo como principal razão as péssimas condições sanitárias de moradia, o abandono familiar devido a dedicação ao tempo de trabalho dos pais, a falta de alimentação básica e ao emprego de narcóticos como calmantes e soníferos (ENGELS, 2010).

No mesmo ano de 1844, foi divulgado pelos jornais *Liverpool Mercury* e *Manchester Guardian* (atual *The Guardian*), que nas fábricas em que se modernizava a maquinaria da produção, crescia o número de mulheres e crianças na realização dos trabalhos. No tear mecânico, trabalhavam principalmente mulheres de quinze a vinte anos, nas máquinas que preparavam o fio para a tecelagem, somente trabalhavam jovens mulheres, e de resto, as fábricas empregavam crianças para tirar e repor bobinas e nas atividades que precisavam de trabalho mais delicado, como os de fiação de seda, que empregavam crianças de cinco a seis anos de idade. Ambas, jovens mulheres e crianças, tinham jornadas de trabalho que ultrapassavam as 13 horas diárias (ENGELS, 2010).

Demonstrando que estes testemunhos apresentados não estavam recortados da totalidade, tais problemas não se diferenciavam do processo de compra e venda da força de trabalho em Paris, por exemplo, na mesma época, onde “o acirramento cada vez maior da competição na indústria parisiense, em especial com respeito aos custos de mão de obra, tornou a admissão de mulheres por salários inferiores não apenas atrativa, mas imperativa em alguns setores” (HARVEY, 2015, p. 245).

A média salarial das mulheres, que já era baixa, ficava ainda menor nos subúrbios. Sua entrada no mercado de trabalho não só puxava as taxas salariais para baixo, como podia ser usada para confrontar o poder dos trabalhadores artesãos em determinados ofícios. O uso de mulheres para interromper uma das primeiras greves (ilegais) importantes na indústria tipográfica, em 1862, causou um profundo impacto tanto nos empregadores quanto nos trabalhadores. E, embora os homens, em parte por consequência disso, geralmente fossem contra a admissão de mulheres, eles se viram cada vez mais obrigados a reconhecer na década de 1860 que seus salários eram insuficientes para sustentar uma família (HARVEY, 2015, p. 245-246).

Apesar das difíceis informações relatadas, Engels também foi capaz de apresentar os proletários que não somente sofriam com a forte exploração do trabalho, como citados nos testemunhos acima, mas que também lutavam para conquistar o seu direito de uma existência humana digna, sendo sujeitos possibilitadores, até mesmo, de uma revolução social para uma transformação da realidade. A grandeza do referido livro de Engels está na extraordinária forma materialista de apresentar seus estudos sociais.

Ao analisar as condições da vida e de trabalho do proletariado, ao relacionar o campo e a cidade, ao expor as contradições, a luta de classes e o domínio da propriedade privada da terra e dos meios de produção, Engels, mesmo de forma tímida para o que no futuro seria construído teoricamente, conseguiu conceber a materialidade da história, compreendendo que “a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais (...) porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2010, p. 41). Engels posteriormente complementa que “o conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias pró e contra” (ENGELS, 2010, p. 41).

É comum analisarmos a matéria somente enquanto uma coisa ou um objeto (físico, palpável, mensurável), e não desmascaramos as coisas para observar que na matéria há movimento. Esse movimento do real é a história, porque não estamos falando de qualquer movimento, mas da relação social de produção e reprodução dessa coisa e objeto. Quando fazemos a crítica de retirar as máscaras das coisas e dos objetos é justamente tentarmos nos aproximar do método de análise que Engels

realizou ao apresentar pela primeira vez o que estava sendo a “Revolução Industrial” na Inglaterra dos anos de 1840. Não simplesmente realizando a síntese explicativa do processo de mecanização do sistema de produção ou do avanço científico da fonte de energia mineral e elétrica, mas apresentar, como, por exemplo, no caso de Engels, esse processo de mecanização da maquinaria e do avanço energético compuseram determinantes para a transformação de seres humanos em meras máquinas de fabricação de mais-valor.

O mesmo desenvolvimento metodológico poderíamos utilizar com os testemunhos históricos do nosso tempo presente, acima supracitados, ou em outras análises que se fazem necessárias os desmascaramentos das coisas. Estudos e pesquisas nas ciências humanas que não apresentam a materialidade histórica (dialética) estão mais suscetíveis a se compor através de máscaras, mesmo elas sendo as máscaras mais brilhantes e reluzentes, mas que levam a esconder o social o pondo como um coadjuvante, um elemento a mais, um recurso (humano), ou nem mesmo isso, mas só a coisa em si.

Estudar o comércio justo como um programa de agricultura, por exemplo, sem indagar as explorações de trabalho que o envolve, ou pesquisar sobre os processos geoquímicos e geofísicos de extração de minérios sem analisar a apropriação capitalista da terra, do solo e da água, por exemplo, ou até mesmo analisar a migração de contingentes populacionais entre os continentes sem identificar as intenções da mobilidade e expropriação do trabalho como um dos critérios para acumulação do capital é tentar apresentar a coisa ou o objeto como elemento particular, produto de si mesmo. Esconder a história, o trabalho, os trabalhadores, as relações sociais de produção e reprodução da existência humana é mascarar as coisas como elas não são.

5.3 Materialidade e subjetividade

Pensar a materialidade do ser, na sua concreção deveniente, implica, num registro determinado, considerar também *materialistamente* o âmbito da “subjetividade”. Não para secundarizar, empalidecer, aniquilar ou “reduzir”, mas para, num marco ontológico de unidade, procurar surpreender como as dimensões, entre outras, da

“ideialidade” e da actividade (teorética ou prática) são *ingrediências constitutivas* do próprio processo material de totalidade em devir em que o real historicamente, dialecticamente, consiste, se manifesta, transforma e prolonga (BARATA-MOURA, 1997, p. 11, grifo do autor).

Assim como posto acima por José Barata-Moura, afirmamos que a materialidade não se antonomiza ontologicamente da subjetividade, nem mesmo a concepção materialista dialética negligencia a subjetividade como estando num campo de oposição ao pressuposto da existência da vida humana, sua produção e reprodução. Entretanto, o materialismo dialético, teoricamente elaborado por Marx e Engels, também não corrobora com o argumento que pela subjetividade, nas suas diferentes formas de apresentações e manifestações, seria o patamar fundamental ou a melhor forma de apreensão e entendimento de um determinado problema (social). Lembrando que nunca foi objeto de investigação, dos que reivindicam a primariedade da subjetividade em relação à objetividade, procurar a/uma realidade ou a defesa de uma verdade, ainda mais se a busca for para apreender e entender o movimento real da sociedade. Para estes, o real é relativo e relacional. A realidade somente será existente de forma fragmentada, e desde que seja entendida como uma realidade diferente para cada indivíduo. O real só existe porque ele se relaciona com o que não é real, com o espiritual ou mitológico, por exemplo. Assim também, estes defenderão as existências duais da matéria com a imatéria, a materialidade com a imaterialidade, o campo físico e o campo das ideias.

Esse argumento da primariedade da subjetividade como forma de entendimento (e enfrentamento) a um problema também compõe o corpo de um debate pós-moderno em que fará uma crítica à concepção materialista dialética de totalidade, identificando-a como sinônima de total, ou de totalitarismo. A totalidade, assim, é representada de forma depreciativa “como uma oclusão ou silenciamento de possibilidades, mediante a imposição de uma norma já de antemão preparada em que o *uno* devém tendencialmente *único*” (BARATA-MOURA, 1997, p. 33, grifo do autor). A totalidade torna-se, nessa abordagem, um impedimento para a apresentação e manifestação de peculiaridades e particularidades dos indivíduos. Entretanto, pelo contrário, entendemos que a totalidade concebe o movimento da sociedade como um processo histórico, de produção da vida, desde o âmbito mais objetivo e universal à esfera mais subjetiva e individual.

Mais que uma abordagem plural e identitária, pautada na diversidade, nas diferenças ou no que nos faz comum/um, o pensamento pós-moderno tem dado atenção para uma subjetividade com um forte apelo ao desejo individual, anacrônico e inaudito, e com pretensões de aclamar o efêmero e o descontínuo (no movimento da história, se ela ainda existe). E indo mais longe que isso, “o pós-modernismo nada, e até se esboja, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existisse” (HARVEY, 2017, p. 49). Não existe, para o pensamento pós-moderno, uma narrativa ou uma teoria que dê conta de tentar explicar a sociedade nas múltiplas escalas espaciais. Cada narrativa individual e cada teoria particular se conjugam nas múltiplas e diferentes explicações dos problemas postos no presente.

No bojo dessas críticas pós-modernas ao método filosófico e científico do materialismo dialético, além da forte crítica contra o “totalitarismo” da totalidade, ressalta-se a crítica de que os materialistas não dão conta de entender a subjetividade, partindo exclusivamente de um pressuposto material, entendido como elemento físico. Quem assim critica a materialidade do materialismo dialético não está afirmando uma coisa completamente falsa, estão certos no que tange que os materialistas partem como primeiro pressuposto de entendimento, a matéria. O que não entendem ou não conseguem diferenciar, ou pior, usam-se de má-fé, é o que já foi explicado antes: para o materialismo dialético, o pressuposto primeiro é a produção material (real) da vida humana. Estas críticas pós-modernas esquecem que os materialistas não eximem da produção e reprodução da existência humana as subjetividades.

Como já apresentado antes, Marx e Engels combatiam o desvio metódico utilizado na crítica feuerbachiana ao idealismo hegeliano, sendo este desvio, o mesmo que os pós-modernos acusam ao materialismo dialético e não ao materialismo feuerbachiano. Para isso, mais uma vez precisamos voltar à *1ª Tese sobre Feuerbach*, onde Marx vai afirmar que o principal defeito de todo o materialismo existente até aquele momento, incluindo o do colega Feuerbach, é que a realidade (a materialidade) só era apreendida e entendida sob a forma do físico, mas não também subjetivamente, como práxis. Ainda na *6ª Tese sobre Feuerbach*, quando Marx se refere à essência humana como o conjunto das relações sociais, jamais tinha a intenção em dissipar o indivíduo. Bem pelo contrário, Marx estava apenas chamando atenção para a circunstância de que a essência humana não remete para algo abstrato inerente num indivíduo isolado, mas sim, forjada socialmente. Entretanto, mesmo nessa tese, “Marx não nega nem deprecia a individualidade, lançando sobre ela a sombra de um

qualquer putativo interdito desqualificador: apenas cura é de mostrar o terreno concreto em que ela própria é individual e *realmente* funciona como tal” (BARATA-MOURA, 1997, p. 58, grifo do autor).

O que muitos idealistas (pós-modernos) não admitem é que a consciência humana em todo seu conjunto psíquico que envolve a subjetividade, a percepção, as sensações e as emoções, “é corpórea — o que não quer dizer que não seja coisa alguma além do corpo. É, sim, um sinal de que o corpo está sempre, em certo sentido, inacabado, em aberto, sempre capaz de mais atividade criativa do que possa estar manifestando agora” (EAGLETON, 2012, p. 81). De forma espontânea e assertiva, Eagleton ainda nos ajuda a entender que

Para Marx, há um elo forte entre nosso raciocínio e nossa vida corpórea. Os sentidos humanos representam uma espécie de linha divisória entre os dois. Para alguns filósofos idealistas, ao contrário, “matéria” é uma coisa e pensamento, ou “espírito”, outra bem diversa. Para Marx, o corpo humano é em si uma refutação de tal divisão, ou, mais precisamente, é o corpo humano em ação que a refuta, pois essa prática é nitidamente uma questão material, embora também seja, inseparavelmente, uma questão de significados, valores, propósitos e intenções. Se ele é “subjetivo”, é igualmente “objetivo”, ou talvez ponha em dúvida toda essa distinção. Alguns pensadores anteriores viam a mente como ativa e os sentidos como passivos. Marx, porém, vê os sentidos humanos, em si, como formas de envolvimento ativo com a realidade. Eles são o resultado de uma longa história de interação com o mundo material. “O cultivo dos cinco sentidos”, escreve ele em Manuscritos Econômicos e Filosóficos, “é o produto de toda a história pregressa” (EAGLETON, 2012, p. 84).

Como Eagleton nos traz, não há como separar a satisfação de nossas necessidades básicas das nossas subjetividades, conceito caro para idealistas (pós-modernos), mas também tão caro para materialistas dialéticos, principalmente para os que têm a psique e a consciência, seus objetos de estudo. Seria um grave erro entendermos a materialidade apartada da subjetividade, da linguagem, da arte, da criatividade, do lazer, do ócio, da sexualidade, da afetividade, do prazer, do desprazer, do amor, do ódio, dos medos, do misticismo, da religiosidade, do ceticismo, das convicções etc. Até porque é o processo de consciência que nos forja materialmente nas atividades práticas (sociais).

Este processo é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de

mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo. Como então podemos falar em "processo" como um todo? Acreditamos que a partir da diversidade de manifestações particulares podemos encontrar nitidamente, uma linha universal quando falamos em consciência de classe. Esta consciência não se contrapõe à consciência individual, mas forma uma unidade, onde as diferentes particularidades derivadas do processo próprio de vida de cada um sintetizam pois, sob algumas condições, um todo que podemos chamar de consciência de classe (IASI, 1999, p. 15).

Foi o movimento de produção da consciência (individual e coletiva) que nos fizeram capazes de não aceitar somente a natureza tal como ela se apresentava e como ela supria nossas necessidades de existência, advindas sem a exigência de nossa ação. As nossas subjetividades tiveram um papel importante na transformação da natureza e produção do espaço para a produção e reprodução humana, não num momento específico, mas em toda história da humanidade. Nesse sentido, nada tem sido ainda tão lúcida como é a *11ª Tese sobre Feuerbach*, afinal, se continuarmos acreditando que o limite da nossa subjetividade seja somente a interpretação do mundo de maneiras diferentes, estaremos marchando contra o próprio movimento da história: a sua transformação.

5.4 Notas para um debate necessário

Quando se enuncia na produção da História da Geografia o tema “materialidade”, qual é o problema que, na verdade, se tem em vista? Imediatamente, averiguamos que não será apenas um problema, mas um conjunto de questões e que aqui foram evidenciadas. De qualquer modo, com a enunciação do referido tema proposto — a relação entre o espaço e a materialidade, optamos por cuidar de problemas pujantes na História da Geografia e nos estudos do território, em especial.

São apresentados neste capítulo três grupos de críticas necessárias de serem realizadas para o entendimento da concepção dada à materialidade ou à imaterialidade nos estudos geográficos no Brasil. O primeiro se refere à crítica da matéria enquanto um objeto ou uma coisa, concreto-sensorial, e, somente assim, existindo se na “materialidade” tivéssemos a sensação ou a percepção de presença

ou ação direta de um objeto/coisa sobre o corpo humano. O segundo grupo de críticas pontuou a necessidade de desmascarmos nossos objetos de estudos e pesquisas das nuances que escondem o movimento do real, para melhor compreensão da matéria. E, por último, o terceiro grupo de críticas ressaltou a relação intrínseca entre a matéria e a subjetividade, desconsiderando a tese que a matéria é tão somente objetiva e não se relaciona diretamente com o pensamento e a produção da psique humana.

Ainda no diálogo com o que foi exposto neste capítulo, precisamos mais uma vez reforçar a crítica à abordagem plural (identificada comumente como relacional e/ou pluridimensional) na Geografia. Quem se utiliza dessa abordagem plural tenta relacionar unidades contraditórias, sendo a materialidade e a “imaterialidade” as mais citadas e explicitadas nos estudos geográficos. Para tais estudos, relacionar a materialidade com a “imaterialidade” seria o mesmo que relacionar fatores psicológicos (imateriais) com econômicos (materiais), relacionar a identidade (imaterial) com a técnica (material), a cultura (imaterial) com o trabalho (material), relacionar o mundo das sensações e das representações (imaterial) com o mundo real (material), e a abstração (imaterial) com a concretude (material), por exemplo. Entretanto, pudemos identificar que não existe no movimento do real a imaterialidade ou uma possível relação nomeada como (i)material, a não ser como uma noção ou um conceito.

O real — a matéria, na sua concreção processual, acolhe tanto a objetividade e a subjetividade, e acolhe tanto a realidade individual quanto a do coletivo. A materialidade é histórica e dialeticamente *una* na sua multiplicidade e *múltipla* na sua unidade. Assim, é nosso objetivo reconhecer o movimento real, o desenvolvimento de relações reais, na concepção materialista e dialética da história. Até porque, defendemos que

A dialética, despida de sua forma mistificada, é “crítica e revolucionária” porque “no fluxo do movimento”, consegue apreender cada momento que o integra, não numa estaticidade (positividade) que o absolutiza e consagra, mas pelo seu lado transitório — isto é, aberto a itinerários de transformação (BARATA-MOURA, 1997, p. 124).

O que muitos pesquisadores que estudam o espaço deixam de ponderar é que as suas reflexões procuram a todo custo apartar a dialética do materialismo,

retirando da materialidade qualquer possibilidade de contradição. Para estes, a realidade não suporta contradições dialéticas, mas apenas oposições, conflitos de força, relações de contrariedade. Assim, oposições sem contradição são apresentadas como contradições dialéticas. Relacionar opostos é formalizar uma abordagem relacional e/ou pluridimensional. Relacionar a ideia e a matéria se dá como uma das maiores novidades dentro de uma abordagem que está acima do engessamento marxiano de uma concepção materialista.

Entretanto, para este grupo de pesquisadores defensores da (i)materialidade, o mundo é encarado como uma coleção de coisas, que são postos em movimento por efeito de alguma força metafísica ou transcendental. Estes não entendem que o movimento não está fora da própria substância das coisas, mas uma dimensão que intrinsecamente faz parte das próprias coisas em si, assim como faz parte das relações sociais, como o capital, que não é uma “coisa”, mas uma relação social, uma relação entre pessoas, que é mediada por coisas. A matéria integra constitutivamente em si o movimento, a ação, o pensamento humano, a identidade individual e coletiva, os “sistemas” de entes e de relações. Basta-nos agora reforçar o estudo das contradições, dos processos e das conexões internas e externas de relação e movimento da matéria em seu devir.

As lições aprendidas de Marx (e como Marx pode ser usado nos estudos geográficos no presente) nos ensinam que a sociedade e o espaço não são “coisas” distintas. Assim como “Marx insistia vigorosamente sobre a unidade da natureza e da História, chegando até mesmo a sugerir em sua época que virtualmente não existia mais nenhuma natureza que tenha precedido a história humana” (SMITH, 1988, p. 48), sociedade e espaço nunca realmente são separados no mundo material. A não ser no mundo intelectual, espiritual, mas isso seria um reducionismo analítico. Um dos objetivos desta pesquisa é contribuir para que sejam estabelecidos pontos de partida para bases de uma revolução conceitual com perspectivas à uma revolução material. Mas novas questões precisam ser abertas para o debate [principalmente no que tange à totalidade, por exemplo, categoria rara] ao entendimento e crítica à produção capitalista do espaço.



Marcha do movimento *Black Lives Matter*, Minneapolis/Minnesota.

Foto de Tony Webster, 2015.

CAPÍTULO 6

ESPAÇO E ESCALAS ESPACIAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS

6 ESPAÇO E ESCALAS ESPACIAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS

Assim como abordado nos capítulos anteriores, até a década de 1970, os estudos geográficos sobre o espaço estiveram mais restringidos aos aspectos visíveis do físico, mensurável, palpável, quantificável (p. ex. FAISSOL, 1978). O homem aparecia como um elemento a mais da paisagem, como um dado do lugar, como mais um fenômeno da superfície da Terra, como um recurso presente no meio. Algumas dessas indicações e críticas na História da Geografia no Brasil foram apresentadas nos estudos de Andrade (publicado em 1977), Santos (publicado em 1978), Silva (publicado em 1983), Moreira (publicado em 1981), Moraes (publicado em 1981), dentre outros do mesmo período do final da década de 1970 e início da década de 1980. Esses autores propuseram um estudo do espaço como construção social, política, resultado e condição da produção da sociedade. A ideia de espaço como receptáculo ou espelho foi criticada diante da análise que considera espaço e sociedade na produção e reprodução da existência do homem através do processo de trabalho.

No tempo presente, quem ainda se fundamenta nas abordagens positivistas de concepção espacial, compreende que os objetos são, sempre foram e continuam sendo subentendidos como “coisas”. Coisas que precisam ser descritas e localizadas com precisão. Coisas que escondem o social de sua produção e reprodução. Onde for possível, o próprio social é transformado em coisa, em objeto isolado do movimento da história, submetendo a sua análise através das positivas estatísticas e da cronologia linear. A reflexão neste capítulo levará em conta que o espaço é ainda considerado como coisa. Coisa que pode ser idealmente mensurada, quantificada, não relacionada e não processualmente produzida pelo social.

Quarenta anos depois à “renovação”, ainda no enfrentamento miltoniano “por uma geografia nova”, permanece necessário realizarmos uma crítica do/sobre o espaço, analisando as suas contradições ontológicas e epistemológicas, nos integrando a um debate necessário na crítica aos estudos geográficos, e, acima de tudo, para a crítica da realidade social presente. No debate contra a fragmentação do

espaço e a metrificação das escalas espaciais, identificaremos a necessidade de analisar a escala espacial apoiando-se nas práticas sociais que produzem espaços desiguais, resultantes principalmente da divisão social do trabalho e do capital.

Imbuído do materialismo histórico e dialético, o espaço é analisado destacando a leitura escalar e a totalidade do fenômeno em suas múltiplas conexões. Explica-se a realidade pelas mediações e determinações que as constitui, sem proceder a mutilações no real. Assim, inicialmente, será feita uma exposição do entendimento de Haesbaert com a íntima relação entre território e escala local, lugar, “espaço cotidiano” e “espaço vivido”. Tal relação território-localidade e território-territorialidade, mesmo com todo amálgama de pluralidade e hibridez escalar, tende ao objetivo de atender as perspectivas voltadas aos projetos e planejamentos investidos à escala local, assim como, amparar e legitimar diversos discursos e políticas públicas liberais e sob interesse da burguesia. Na realização da crítica, será apresentada a análise da obra artística *Perímetros* como mediação para o estudo do espaço na leitura escalar, no entendimento de como a produção capitalista do espaço tem produzido múltiplas escalas espaciais. Em seguida, na tentativa de pensarmos sobre a inserção do espaço na prática social, indagaremos como a História da Geografia no Brasil tem realizado uma reflexão espacial fragmentária, particularizante, fora das práticas sociais. Por fim, examinaremos como o desenvolvimento desigual de escalas geográficas tem relação com escalas políticas e econômicas, sobretudo o risco de pensar a escala política local como espaço ou escala espacial, mascarando a materialidade das relações de re-produção social da vida na interação entre as múltiplas escalas.

6.1 Território enquanto escala local

No texto *Ordenamento Territorial*, publicado no *Boletim Goiano de Geografia*, em 2006, Haesbaert traz à reflexão os conceitos de ordenamento e de território na busca de compreender suas relações de forma “mais consistente, e ao mesmo tempo mais coerente com a realidade social” (HAESBAERT, 2006, p. 121). Como breve introdução, Haesbaert (2006) aponta como processos fundamentais na “construção” do espaço-tempo nas últimas quatro décadas:

- a flexibilização da economia, com a implantação do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível;
- a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo;
- a crise do Estado do bem-estar social e, conseqüentemente, dos grandes projetos de planejamento regional-nacional integrado, e a instituição ainda em processo de “Estados de controle” ou de “segurança”;
- a difusão das tecnologias da informação, gerando uma violenta e desigual “compressão do tempo-espaço” na rica expressão de Harvey (1989),
- e, a nível cultural, a propagação do chamado multiculturalismo e/ou hibridismo cultural, onde seria cada vez mais difícil encontrar identidades claramente definidas (HAESBAERT, 2006, p. 118).

Haesbaert (2006) afirma que nesse espaço-tempo cunhou-se expressões como “capitalismo desorganizado”, na economia, e “pós-modernidade” ou “pós-modernismo”, ao nível filosófico e cultural, “para intitular este tempo de espaços mais fragmentados, economia mais flexível e ‘deslocalizada’, Estados fragilizados e identidades mais instáveis e fluídas” (HAESBAERT, 2006, p. 118).

Seguindo seu entendimento, na ausência de grandes teorias (do neopositivismo ou do marxismo, por exemplo) na falta de uma resposta que pudesse dar um retorno aos principais problemas postos pelas críticas da pós-modernidade, muitos foram os que optaram pelas “visões extremamente fragmentadas de interpretação do mundo. Passaram a ser valorizados mais os micros do que os macropoderes, mais a micro do que a macroeconomia, mais a subjetividade do que a objetividade, mais os localismos do que as visões global-totalizantes” (HAESBAERT, 2006, p. 118). Assim, o “ordenamento territorial”, e, de igual modo, o planejamento e as políticas que o acompanham, “seguiram rumos semelhantes, assimilando abordagens mais micro ou setoriais, não integradoras, de tratamento do espaço geográfico” (HAESBAERT, 2006, p. 118).

Nesse texto específico, Haesbaert cita que uma das características principais da chamada pós-modernidade não foi, como muitos defende(ram), a destruição de “referências” e “laços” territoriais, a “desterritorialização”, mas sim o que Haesbaert identificou como “uma nova experiência de espaço e de tempo”, marcada pelo que “Harvey (1989 [2017]) denominou ‘compressão tempo-espaço’, ou seja, a possibilidade, hoje, de partilharmos uma ‘contração’ ou ‘condensação’ de um tempo-espaço que pode ser ao mesmo tempo global e local, mundial e regional” (HAESBAERT, 2006, p. 119). Apoiando-se em Doreen Massey, na tentativa de sair

da lógica cartesiana de espaço, Haesbaert afirma que essa compressão espaço-tempo não diz respeito a quem se desloca no espaço-tempo, mas também quem tem o poder em relação aos fluxos e ao movimento no deslocamento. A desigualdade de mobilidade de pessoas, objetos, produtos, mercadorias etc., uma das marcas da “compressão global” em “tempo real”, diferencia e contrasta quem está dentro e quem está fora, incluído ou excluído.

Com isso, “ordenar” o território ficou muito mais complexo. Se territorializar-se é, sobretudo, exercer controle sobre os movimentos – de pessoas, objetos ou informações – que se dão no e pelo espaço (Sack, 1986) e, a partir daí, dominar e apropriar-se deste espaço, podemos dizer que formar territórios é, automaticamente, “ordená-los”. Assim, haveria mesmo uma certa redundância entre os termos territorialização e ordenamento. Consequentemente, desterritorialização e desordenamento seriam também expressões correlatas. (...) assim como não há ordem sem desordem, ordenamento sem desordenamento, também não há territorialização sem desterritorialização, ou seja, precisamos destruir ou deixar um território para construir ou ingressar em um outro (Deleuze e Guattari, 1995). Para sermos mais precisos, todos os nossos atos interferem, de forma mais ou menos acentuada, em processos permanentes de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2006, p. 120).

Assim, para Haesbaert (2006), na busca de realizar um ordenamento (ou des-ordenamento) territorial, o “grande dilema” a ser enfrentado é necessidade em “administrar” a des-ordem, a exclusão ou precarização das condições sociais. Para melhor administração dessa exclusão ou precarização, o primeiro passo para um reordenamento coerente com a realidade social a ser trabalhada, entre seus objetivos centrais, precisa estimular a necessidade de “trabalhar sempre num des-re-ordenamento que integre múltiplas escalas” (HAESBAERT, 2006, p. 122). Conclui-se então que é o “reordenamento territorial” deve ser “necessariamente multiescalar e multiterritorial, no sentido da combinação não simplesmente dos espaços político, econômico, cultural e ‘natural’, mas das múltiplas escalas e formas espaciais (...) em que eles se manifestam” (HAESBAERT, 2006, p. 123).

Tendo como pressuposto o que aqui foi colocado, pergunta-se: Haesbaert está equivocado em prezar pela análise em múltiplas escalas espaciais? Aparentemente não. Mas há na sua defesa algo que não necessariamente está posto às claras em sua narrativa, e que vamos encontrar nas entrelinhas, ou, se fosse o caso, nas notas de rodapé. Vejamos.

Desde os seus primeiros escritos, Haesbaert defende sua análise em “múltiplas escalas” na “interpretação geográfica”. Sendo que seu texto *Escalas espaçotemporais: uma introdução*²¹, publicado originalmente no *Boletim Fluminense de Geografia* em 1993, é um dos primeiros textos a se dedicar essencialmente à noção de escalas. Tomando como referência a “temporalidade diferencial” de Fernand Braudel, Haesbaert usa do entendimento do historiador Jacques Le Goff em sua divisão das “escalas temporais” (tempo breve como o tempo dos acontecimentos, tempo delimitado e rápido, regido por um princípio e um fim; tempo longo como o tempo das estruturas, tempo de mudanças lentas), onde a História estará preocupada com as diferentes “velocidades” dos fenômenos sociais, “poderíamos dizer que a questão do espaço na Geografia se refere, de modo sintético, ao reconhecimento das diferentes extensões/ordenações espaciais desses fenômenos” (HAESBAERT, 2017, p. 108).

Apesar de Haesbaert defender o entrecruzamento entre as diferentes escalas, nesse texto ele deu ênfase às escalas local e regional. A escala local, “o espaço cotidiano”, está circunscrita no desdobramento da “dinâmica espaço-temporal”, como se não houvesse dúvida “sobre uma tendência: por ser sempre mais fácil introduzir uma mudança, digamos, ‘pontual’, a escala local será sempre uma escala privilegiada em relação às transformações mais rápidas” (HAESBAERT, 2017, p. 111).

Ocorre, porém, que com a incrível velocidade do nosso tempo o espaço local passou a condensar em si o mundo; a oferecer a seus habitantes, principalmente na grande cidade, a multiplicidade de tempos/velocidades que representam praticamente uma síntese de toda diversidade de ritmos nas transformações em nível planetário. Como, às vezes, a moderna tecnologia, pelo menos para a restrita elite que a ela tem acesso, permite desenvolver as maiores velocidades justamente nas maiores distâncias, há casos/momentos em que o próprio mundo parece tornar-se um “um espaço cotidiano de relações”, uma “escala local” (HAESBAERT, 2017, p. 111-112).

Nesse entendimento, assim como as mudanças podem se dar em rápida velocidade, elas podem ocorrer no mundo todo praticamente num mesmo tempo, e mais, é como se o atual “tempo breve”, agora mundializado, estivesse “imbricado numa ambígua e contraditória teia de outros espaços locais/regionais onde se

²¹ Utilizamos como referência bibliográfica o texto *Escalas espaçotemporais*, republicado no livro *Territórios Alternativos*, no ano de 2002.

delineiam sempre certas formas de resistência e constrangimentos” (HAESBAERT, 2017, p. 112). Pensar assim, abriu a possibilidade de acreditar que se foi o tempo em que tinha como defender uma ideia de “homogeneização capitalista”, ou mesmo de uma “revolução planetária” (socialista, por exemplo), e chegou-se o tempo em que “a autonomia e heteronomia/subordinação encontram-se em disputa permanente, de direção às vezes imprevisível” (HAESBAERT, 2017, p. 112). Eis, assim, o local como escala de autonomia ou heteronomia, como escala em disputa.

Dinâmica que se realiza(ria) na multiplicidade de territórios (escala local, microespaços) e que no seu conjunto são integrados em dinâmicas “interterritoriais” (escala regional, mesoespaços), e que estas se integram em dinâmicas “supraterritoriais” (escalas nacionais e internacionais, macroespaços). A efetivação da multiterritorialidade é dada pela sobreposição de lógicas territoriais, sobreposição de territórios, “tanto no sentido mais literal de sobreposição (simultaneamente ‘encaixada’) quanto da possibilidade (flexibilidade) de acionar, dependendo da situação, diversos territórios ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2003, p. 20). Quando do objetivo de realizar uma avaliação preliminar da chamada Geografia Regional no contexto da globalização, Haesbaert (1999) já tinha afirmado que

Se antes a região podia ser vista de forma contínua, como unidade espacial não fragmentada, hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes “pontual” da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas. Nesse caso, uma proposta interessante seria realizar uma “regionalização global em rede”, onde poderíamos distinguir territórios-rede de múltiplos agentes, como os que envolvem as grandes diásporas de imigrantes, os circuitos do narcotráfico, do contrabando, do sistema financeiro, do turismo internacional etc. Eles funcionam integrados ao sistema-mundo, mas têm importantes especificidades que permitem uma leitura geográfica particular de suas atuações. Numa outra escala, enfatizando os mesmos processos sociais de nossa proposta conceitual de região (HAESBAERT, 1988), porém assimilando agora o caráter fragmentado dos espaços, elaboramos a noção de rede regional para apreender os múltiplos territórios (HAESBAERT, 1999, p. 31, grifos nosso).

A necessidade de apreender os múltiplos territórios estaria imbricado naquilo que Haesbaert defendeu no supracitado texto *Ordenamento Territorial*, de 2006, em que a administração da exclusão e precarização seria o primeiro passo para um

reordenamento territorial “coerente”. Não mergulhar no lugar, no “espaço vivido”, na escala local, seria “se furtar à fonte primeira das mudanças”, escala da “realidade concreta vivenciada no cotidiano da maior parte da população, os excluídos de todos os matizes” (HAESBAERT, 1998, p. 98). Parecido com o que Raffestin (1993) defende: se o espaço é o “local” de possibilidades, o território é o “local de relações”, e como tal, seria o território enquanto escala local, o fundamento para que “uma parcela crescente de indivíduos (possa participar) de uma multiterritorialidade cada vez mais efetiva, com a opção de acionarem diferentes territórios, com ou sem mobilidade física (percorrendo redes ou, mais passivamente, ativando conexões)” (HAESBAERT, 2002, p. 42).

6.2 A produção do espaço e de suas múltiplas escalas espaciais

Na 31ª Bienal de São Paulo, estive em exposição a obra *Perímetros*²², da artista colombiana Johanna Calle (Figura 04). Esta obra foi peculiar em muitos aspectos, mas uma referência pôde sobressair às demais: a compreensão espacial e transescalar da artista. Nessa obra, a artista nos faz pensar sobre a difícil época e a forma que a sociedade se [re]produz na busca do seu desenvolvimento e como esse movimento em busca do desenvolvimento se torna simultaneamente autodestrutivo. No estudo da obra de Johanna Calle, podemos refletir sobre uma questão importante: para além do reconhecimento (observação) da obra em seu todo, é necessário pensar e interpretar [o processo criativo da artista e] a obra na totalidade, quer dizer, é necessário entender o pensamento produzido na/pela sua obra engendrada na produção e reprodução das relações sociais da existência humana.

No aparente de uma primeira observação, vemos dois quadros com impressões em um conjunto mosaico de folhas, sendo a imagem maior de uma árvore densamente viva, e a menor com resquícios de troncos secos e mortos. Na medida em que nos aproximamos, compreendemos que a obra foi desenhada em folhas de títulos cartoriais, historicamente usados nos registros de propriedades rurais, de uso do solo, para emissão de tributação ou para memoriais descritivos das referências de

²² GUIA 31ª BIENAL DE SÃO PAULO: [como (...) coisas que não existem], 2014.

localização de imóveis rurais e outras informações relacionadas à posse de terras. Somente chegando bem próximo à imagem, podemos observar que ela foi produzida por textos poéticos datilografados com protestos contra a exploração empresarial das terras na Colômbia e pelos direitos das vítimas camponesas na restituição de suas terras, entre outros textos relacionados.

Figura 4: Exposição da obra "Perímetros"



Fonte: AUTOR, 2014.

Apreender a obra de Calle com a devida atenção na compreensão espacial e nas múltiplas escalas não seria fazer uma análise fenomênica da obra pela obra em si, ou da imagem pela imagem, ou a intencionalidade da obra pela artista que a criou. Na totalidade, não é possível compreender a obra ou o seu conceito apenas com a imagem da árvore viva, mas íntima e contraditoriamente unida pelo seu contrário, uma imagem de uma árvore seca e morta. Ainda mais, não podemos compreender a unidade das duas árvores apresentadas, viva e morta, por si mesma, mas tão somente se percorremos um caminho saindo do fenômeno “árvores” e orientando-se num entendimento nas/das relações contrárias na sociedade. Dessa forma, compreende-se que a manifestação destas imagens na realidade da existência humana não é natural e não é dada, mas sim é produto histórico do atual sistema econômico e

político que é antagônico a qualquer projeto de preservação ambiental e de direitos das populações camponesas e dos povos originários, principalmente na América Latina, na África Subsaariana, no Extremo Oriente Asiático e com a soberania dos povos palestinos no Oriente Médio.

Sob uma perspectiva de múltiplas escalaridades, na obra apresentada por Calle, uma determinada configuração espacial poderia ser presenciada a depender do movimento do campo de visão/observação à imagem. Quanto mais distante da imagem melhor visão/observação da obra em seu todo, quanto mais próximo melhor visão/observação das poesias apresentadas nos textos datilografados. Tanto distante, quanto próximo, duas importantes configurações espaciais, distintas e de qualidades diferentes, poderiam ser constatadas. E isso, se excluirmos a possibilidade de demais configurações espaciais intermediárias. Entretanto, para uma boa análise e investigação objetivando uma maior compreensão espacial da realidade apresentada, não seria oportuno nem somente ser feita uma observação da obra em seu todo numa escala espacial maior, nem mesmo somente numa escala menor escolhermos um fragmento textual datilografado e isolá-lo numa análise deslocada do que está para além da obra, até mesmo em seu todo. Até porque a distância não seria o elemento fundante de uma análise espacial e escalar, mas sim o movimento que se faz para compreensão do conteúdo social apresentado nas diferentes apreensões da realidade.

Nesta orientação, podemos refletir sobre o caráter do espaço, ontologicamente como uma realidade presente na materialidade do ser social e gnosiologicamente enquanto uma categoria filosófica de análise dessa realidade junto à diversidade de noções e conceitos epistemológicos nas mais diferentes áreas de estudos e pesquisas nas ciências humanas e sociais. Na análise filosófica da categoria espaço, a questão central se faz na produção e reprodução das relações sociais da existência humana, quer dizer, produção, dinâmica e contradições das diferentes atividades e práticas sociais. A [re]produção ontológica das relações sociais no modo capitalista de produção se faz existir na materialidade [de tempo] do trabalho produtivo e improdutivo ao capital e do tempo livre, incluindo o lazer, o descanso e as diferentes formas [de tempo] de não-trabalho. O espaço da geografia é o espaço social em produção,

[...] é o espaço dos homens e confunde-se com a própria sociedade e como ela, ele é também uma materialidade histórica. É onde os homens desminizados registram sua anti-história: de ganância, de poder irrestrito do grupo dominador, sempre mediado pelo dinheiro, dentro e entre classes sociais; de prática política com egoísmo; de exploração econômica de um “ser” social de maior porte, sobre um outro, de porte inferior num verdadeiro leque hierárquico, onde nós somos o que valemos, pelo dinheiro que temos (RIQUE, 2010, p. 116).

Ficar claro essa centralidade da questão espacial que se coloca no seu estudo, pesquisa e pensamento, nas mais diferentes concepções de método e independente dos posicionamentos metodológicos, faz com que seja descartada a possibilidade de nos ater a uma explicação especulativa e de senso comum sobre o espaço. Se no objetivo de uma criteriosa investigação ou no fazer pensar, não estiver entendido o espaço essencialmente [em íntima unidade contraditória] à reprodução das relações sociais de produção, estará sendo posto o espaço como um objeto, uma “exterioridade” formada por um conjunto de coisas, que pode ser metricamente localizável, e que para tanto é fixo, estável, natural e perenal. Em relação a esse espaço especulativo, cartesiano e senso comum, trataremos com mais profundidade no próximo item.

O desenvolvimento do pensamento sobre espaço não pode suplantiar o entendimento do tempo, da natureza, entre outras categorias e conceitos próprios do estudo e concepção do espaço. Entender espaço sem tempo é incongruente, afinal, a condição básica da existência de todo ser é espaço e tempo, numa relação una e indivisível. O tempo enquanto movimento da materialidade histórica, do movimento de se fazer [re]produzir as relações da existência do ser social. Não se faz numa sucessão cronológica e linear de passado, presente e futuro, ou de um início, meio e fim. Início e fim temporal precisam ser entendidos como meras abstrações, muitas vezes fundamentadas por crenças religiosas como prerrogativa da concepção do tempo circunscrito, e que não encontra no chão da realidade uma base de sustentação. Em síntese, a um só movimento “a sociedade e natureza vivem no presente também o passado, através dos resquícios outrora dominantes, e as projeções do futuro. Em um momento histórico determinado, a sociedade e a natureza ainda não se libertaram do que foi e já estão sendo preparadas para o que será” (ANDRADE, 1993, p. 21).

Na fundamentação para uma teoria do desenvolvimento desigual do espaço no modo de produção capitalista, o geógrafo Neil Smith nos traz importantes reflexões

sobre a produção do espaço e de múltiplas escalas espaciais, mas no cerne dos seus apontamentos Smith nos ofereceu um projeto teórico dentro do qual “as questões e desenvolvimentos podem ser compreendidos como partes de um mundo, que está longe de ser inócuo quando considerado em sua unidade e não como se poderia pensar pelo exame dos fragmentos” (SMITH, 1988, p. 13). Isso quer dizer que para Smith, a teoria do desenvolvimento desigual, entre outras teorias espaciais, não explica a lógica de desenvolvimento ou a compreensão espacial no isolamento de fragmentos, como por exemplo o desenvolvimento especificamente no Brasil, ou em qualquer outro fragmento espacial e escalar. De acordo com Smith (1988), três escalas básicas surgem com a produção capitalista do espaço: o espaço urbano, a escala nação-Estado e o espaço global.

Este é um processo dinâmico; por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado. O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital (SMITH, 1988, p. 197).

No pensamento de Smith, o capital produz escalas espaciais distintas em que representam e manifestam a expressão geográfica das tendências oscilatórias e contraditórias para a diferenciação e igualização e da mobilidade e circulação do capital. Não é possível, para Smith, o estudo de problemas postos em determinadas escalas destituídas da análise intra e entre as demais escalas primárias. As escalas espaciais estão em constante mobilidade, permeabilidade e penetrabilidade. Escalas urbanas e nacionais são produtos de um capital cada vez mais concentrado e centralizado internacionalmente. A própria concepção de uma escala regional, ou melhor, da constituição de regiões se circunscreve como elemento de apropriação política com base numa sustentação transescalar.

Sendo assim, para nossos estudos, pesquisas e reflexões, precisamos entender que nada permanece o que, como ou onde era, seja o espaço urbano, um Estado-nação, ou o espaço global cada vez mais mundializado, concentrado e centralizado pelo capital. O espaço e as suas múltiplas escalas simultaneamente se movem, se modificam, se desenvolvem, se fenecem, se reverdecem. Ambos estão

em produção. Sendo assim, precisamos constantemente realizar uma mediação científica de conhecimento da constituição das particularidades espaciais em unidade com o exame rigoroso do conjunto de tais singularidades na sua universalidade. O princípio tri-dialético singular-particular-universal deve ser requisito basilar para a apreensão da questão espacial em sua essencialidade.

6.3 O espaço fora da prática social e sua fragmentação particularizante

O pensamento crítico de Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, ainda tem sido um dos maiores fundamentos teóricos na Geografia para a problematização do espaço social. Toda a fundamentação da questão descrita no item anterior, por exemplo, se alicerça integralmente com o projeto teórico lefebvriano sobre a Produção do Espaço. Ao negar um espaço positivamente especulativo, contemplativo, sistematizante, fora da prática social e da crítica da política ativa, Lefebvre no desenvolvimento histórico do seu pensamento vai destacar que o conhecimento do espaço implica a crítica do próprio espaço, até porque “o conhecimento aqui buscado não é direcionado ao próprio espaço, nem constrói modelos, tipologias ou protótipos de espaços; em vez disso, oferece uma exposição da *produção de espaço*” (LEFEBVRE, 1991, p. 404).

Para Lefebvre, questões se fazem presentes nos estudos do espaço e que precisam ser amplamente postas em reflexão: “qual é o estatuto teórico da noção do espaço? (...) qual é a inserção do espaço (representado, elaborado, construído) na prática social, econômica ou política, industrial ou urbana? Onde e quando a concepção do espaço atua?” (LEFEBVRE, 2008, p. 40). Dentre as tentativas de respostas ou de reforço com mais questões, Lefebvre expõe hipóteses que para ele coadunam com as diferentes concepções de pensar a materialidade do espaço.

A primeira hipótese aponta para o espaço enquanto uma representação ideal e construção lógica racional. Para essa hipótese o espaço é localizável, da mesma forma que se localizam os conceitos, os objetos, os grupos e os indivíduos. Recorte, montagem, visualidade, localização, abstração, levam a lógica matemática e a filosofia (principalmente a fenomenologia e a epistemologia) a resgatar, estabelecer e constituir a essencialidade do espaço. “Essa hipótese implica a liquidação do tempo

histórico, como do tempo vivido e, aliás, de uma maneira desigual (...). Ele comporta igualmente uma tendência para a ‘cientificidade’ abstrata, para o saber ‘absoluto’ constituído por um inventário do passado e inscrito no espaço atual” (LEFEBVRE, 2008, p. 43).

Na segunda hipótese, “o espaço social é um produto da sociedade, constatável e dependente, antes de tudo, da constatação, portanto, da descrição empírica antes de qualquer teorização” (LEFEBVRE, 2008, p. 44). Nesta hipótese, o espaço resulta da funcionalidade, do fruto do trabalho e da própria divisão do trabalho, sendo o lugar dos objetos produzidos ou do conjunto de coisas que o ocupam. Se valendo pela descrição, o espaço é produto.

Uma terceira hipótese pode ser apresentada no que coincide paralelamente entre as duas últimas hipóteses, apresentando o espaço enquanto um instrumento político intencionalmente manipulado.

É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, (...) nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada (LEFEBVRE, 2008, p. 44-45).

Na perspectiva de defesa do espaço funcional e instrumental, vinculado diretamente à reprodução dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho, essa terceira hipótese é a que mais convém na exploração da relação capital-trabalho cujo problema maior a ser solucionado seria como [re]produzir condições de trabalho produtivo e maior extração de trabalho não-pago, via aumento global da organização pelo consumo.

Retomando e orientando essas três últimas teses hipotéticas na mais elevada consequência, a quarta hipótese reforça que o espaço estaria fundamentalmente ligado à reprodução das relações de produção, mas não se limitando às questões da produção das coisas e de seu consumo, mas, para além, compreendendo-o que “o espaço inteiro se torna o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc.” (LEFEBVRE, 2008, p. 49). Para melhor precisão da questão, o espaço precisa ser dialeticamente analisado enquanto materialidade ao mesmo tempo abstrata e

concreta, homogênea e fraturada, conjunta e disjunta, associada e dissociada, unida e fragmentada, ordenada e desarticulada, imediata e mediata. E ainda, “a natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista” (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

A pertinente indagação apresentada por Lefebvre faz ruir as hipóteses de um espaço absoluto, ideal, fenomênico e metricamente lógico, na medida que na prática ele está sendo absurdamente recortado e “vendido” em parcelas por um projeto de sociedade alicerçado na relação capital-trabalho. Nessa perspectiva, a problemática geral do espaço requer que os estudos, pesquisas e reflexões rompam com a ferocidade subordinada do recorte e do retalhamento do espaço em que quem realiza pesquisa tem por obrigação escolher a melhor escala de intervenção de seus estudos. Nesse caso, ou o global foge ou o particular escapa da realidade social. “Quando o problema, atualmente, é o de superar essas fragmentações, dados seus deploráveis resultados, o problema é, por conseguinte, o de determinar a junção, a articulação desses dois ‘níveis’, o micro e o macro, a ordem próxima e a ordem distante” (LEFEBVRE, 2008, p. 30).

Todo objeto de estudo e de pesquisa, cada fenômeno do mundo que nos rodeia, tem particularidades específicas que só ao objeto lhe são próprias, seja o objeto de estudo da ciência geográfica, ou mesmo especificamente o objeto da geografia agrária ou da geomorfologia estrutural, por exemplo. É impossível encontrarmos dois objetos de estudo absolutamente iguais, mesmo que minúscula, alguma diferença haverá. Simultaneamente, não há objetos [ou fenômenos] que não possuam traços comuns com outros objetos [e fenômenos]. Por mais que se distingam vários objetos [e fenômenos] por particularidades originais e incomparáveis, todos eles são materiais, e nisso reside a generalidade que lhes é inerente a todos. Interligados, a generalidade só existe na particularidade e através da particularidade. Todo particular é simultaneamente geral. A associação do geral e do particular nos ajuda a tomar consciência da unidade material do mundo na sua diversidade.

O que ocorre é que justamente a maioria dos estudos e pesquisas nas ciências humanas, e mais especificamente nos estudos [e no pensamento] da Geografia no Brasil, não tomam enquanto centralidade do espaço essa necessária unidade contraditória da materialidade da reprodução das relações sociais de reprodução da existência humana e sua concepção engendrada nas múltiplas escalas

espaciais. Essa questão foi uma das problematizações apresentada na reflexão da geógrafa Alexandrina Luz Conceição sobre a História da Geografia no Brasil, tomando como análise os Encontros Nacionais de Geógrafos entre 2004 e 2014. Para Conceição (2014), nos estudos propostos pela Geografia nos últimos anos, mesmo a categoria espaço inclinada a apresentar uma fundamentação teórica marxista com base no movimento do capital das relações de produção, ainda predominantemente o espaço permanece descritivo, cartesiano e funcional. Vale salientar que essa é uma tendência em crescimento espiral que avança no tempo presente da História da Geografia no Brasil.

Na maioria das vezes, o conceito de espaço é assumido como sinônimo de lugar ou território, e, muitas vezes, sem sustentação crítica epistemológica, sendo que a categoria espaço é indicada – ou mesmo associada – a ciberespaço, como medida escalar. Por vezes, perde sua explicativa de validação gnosiológica e assume a explicativa clássica positivista de sinônimo de área, extensão (CONCEIÇÃO, 2014, p. 119).

Mesmo após o movimento de renovação na História da Geografia no Brasil, com a abertura de uma Geografia Crítica empreendida por geógrafos brasileiros até os dias atuais, a própria “crítica tende a perder o seu conteúdo político e sua garantia passa a ser assegurada pelo uso em si das categorias da Geografia Crítica como se, por exemplo, falar de ontologia do espaço, ou de meio técnico-científico-informacional, fosse em si garantia dela” (MENEZES, 2016, p. 392). Ao analisar as formas com que a categoria trabalho foi inserida na crítica geográfica, por exemplo, o geógrafo Sócrates Oliveira Menezes, na mesma direção crítica de Conceição destaca que

A perda da totalidade dialética do trabalho [na História da Geografia] não apenas o tornou vulnerável às reduções sintéticas e conciliatórias que possibilitaram forjar as principais perspectivas teóricas, tão importante para a positivação da nova epistemologia pretendida, como também fundamentou a composição de uma crítica geográfica estruturalmente marcada por fissuras que expõe suas contradições internas (MENEZES, 2016, p. 11).

Conceição, realizando uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da *Geografia da miséria*, ainda conclui que

ao se descontextualizar o real na tentativa de dar conta de uma cientificidade, abstraem-se as condições e contradições da realidade, o que resulta na substituição da teoria pela metodologia, que representa o caráter apologético da afirmação do discurso da negação da história e consequentemente do congelamento do real ao natural. Neste sentido, o discurso geográfico, embora se apresente anunciador da contraposição, permanece limitado, congelado, mitificado que se retroalimenta aprisionado em um eterno retorno (CONCEIÇÃO, 2013, p. 37).

Esta problematização que Conceição faz da História da Geografia no Brasil têm sido manifestada, por exemplo, nos estudos categoriais e conceituais sobre o espaço pelo geógrafo Ruy Moreira. Estudos de importância significativa em muitas pesquisas no Brasil e que, explicitamente, tem refletido em suas proposições os conflitos e superações do “espaço do capital”. Mesmo carregado de uma fundamentação teórica marxista como a de Smith e de Lefebvre, Moreira vem seguindo a mesma coerência da segunda hipótese de explicação do espaço apresentada por Lefebvre. Além disso, Moreira partirá do princípio de que a categoria espaço é usada quando se quer atingir a compreensão do todo, ao contrário, para ele, do uso da categoria território quando se quer apreender um ponto singular desse todo. A ação espacial opondo-se a estrutura e a ação territorial opondo a conjuntura, afirmando que o espaço estaria para a estrutura assim como o território estaria para a conjuntura (MOREIRA, 2016).

E assim, no método, Moreira vem se afastando diuturnamente de suas próprias fundamentações teóricas materialistas dialéticas, onde o espaço começa a ser compreendido somente para si e por si, dentro da lógica respectiva do momento temporal analisado a partir do conjunto das partes no todo. Afirmando o espaço e o território como espelho e antítese, para Moreira

O espaço e o território são, antes de tudo, um complexo de localizações. Cada localização é uma posição em relação à outra, e o todo das localizações um conjunto de posições, o que faz do todo do arranjo um mosaico de domínios. (...) O território é esse recortado de domínio, dividindo e ordenando o todo existencial do espaço num tabuleiro de xadrez (MOREIRA, 2016, p. 217).

Esse entendimento é o mesmo que tem sido afirmado correntemente nos estudos e reflexões na Geografia no Brasil. O espaço [e o território] enquanto um complexo de localizações. Ou como o geógrafo Milton Santos afirmava, o espaço

poderia ser analisado como “um sistema de realidades, ou seja, um sistema fechado formado pelas coisas e a vida que as anima, supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento” (SANTOS, 2008, p. 27). Para Santos, assim como atualmente para Moreira entre outros pesquisadores da Geografia, pensar o espaço estaria inegavelmente o associando de forma dual, de um lado um certo arranjo de objetos [geográficos, objetos naturais e objetos sociais], de outro a vida que os anima, a sociedade em “movimento”. Além de que, está habitual a análise através do recorte do espaço em categorias isoladas, escalas que não dialogam entre si, objetos de estudos cada vez mais enclausurados em si, e proposições científicas cada vez mais fragmentadas.

6.4 O perigo de pensar o local como espaço ou escala espacial

Desde a década de 1980, e mais precisamente na década de 1990, iniciou-se um movimento no pensamento econômico, político e cultural com objetivo de entender o que se processava no mundo enquanto manifestação da globalização. Nesse movimento, duas frações majoritárias traçaram considerações distintas para explicar a globalização. A primeira destinava sua explicação mais no imediato e visível, assimilando-a como um sistema de trocas [econômicas e culturais] estabelecidas em velocidade crescente e envolvendo “lugares” cada vez mais distantes, provocando a interdependência de todo o mundo. A segunda, não negava a primeira onda de pensamento da globalização, mas elevava suas ponderações a outros patamares. Além da acentuação recente do processo de internacionalização do mundo, na aproximação e confrontação espacial e temporal entre países e nações antes imaginados autossuficientes, agora também deveriam ceder suas fronteiras para a lógica de acumulação de riquezas que cada vez mais se operacionalizaria em escala mundial.

O geógrafo David Harvey (1993) analisa esse período histórico, identificado pelo pensamento econômico e cultural enquanto globalização, como na verdade a tentativa de expressar teoricamente a reestruturação produtiva do capital que ocorre [pelo menos] desde a década de 1970, e no Brasil a partir da década de 1980. Esse período histórico tem como fundante a convergência de um encadeamento de

transformações produtivas, financeiras e tecnológicas, destacando a complexa transnacionalização da produção de mercadorias, a ampliação de mercados financeiros que escapam da regulamentação de determinados normativos nacionais, e a revolução da tecnologia de transmissão de dados pela via eletrônica.

Neste período histórico, o economista Wilson Cano (2011) avalia que os efeitos das mudanças sofridas pelo modelo de crescimento econômico vigente após a década de 1980, causaram profundas alterações junto as determinações que agem sobre o projeto de desenvolvimento no Brasil. A brutal elevação dos juros das dívidas externas e crise financeira no setor produtivo nacional e o consequente impacto orçamentário na exacerbação das dívidas nas unidades federativas (UFs) e nos municípios, de acordo com Cano provocou o início da descentralização econômica e o refluxo migratório inter-regional. Além disso, com fundamento no receituário neoliberal preceito desde o Consenso de Washington, “feneceram as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento, crescendo a famigerada Guerra Fiscal envolvendo praticamente todas as UFs e muitos municípios de um mesmo estado, com intuito de atrair investimentos de uma área para outra” (CANO, 2011, p. 37).

Nesse quesito, o esvaziamento do pensar e projetar o desenvolvimento [nacional ou regional], tanto nas universidades e institutos de pesquisa quanto nos órgãos públicos de planejamento, acendeu a estratégia de pensar o local como possibilidade de mediação direta ao global, numa constante transição sem fronteiras para venda de localizações industriais sujeitadas pelo capital financeiro mundializado. Ainda mais, “cabe acrescentar que, nesse movimento, as antigas ideias de planejamento e desenvolvimento foram substituídas pelas políticas dos APLs (Arranjos Produtivos Locais), nome inventado no Brasil, para substituir, com fragilidade, os de Clusters” (CANO, 2011, 38).

As propostas de incentivos à localidade e aos projetos ou planejamentos voltados ao local “bastariam cumprir as ‘exigências’ da globalização, deste novo imperialismo da ‘partilha dos lugares eleitos’, se ajustando, adaptando e submetendo a esta inexorável ‘fatalidade’, para se tornar (...) receptivo e conquistador da confiança dos agentes econômicos mais poderosos” (BRANDÃO, 2004, p. 10). Para o economista Brandão (2004), se, por um lado, o conceito de território enquanto localidade ou lugar foi [re]valorizado, por outro, ocorreu a completa banalização das questões estruturais consolidando um novo padrão de desenvolvimento construído ideologicamente no âmbito local, negando cabalmente os conflitos, a dominação de

determinadas classes sociais sobre as outras, o caráter ativo do Estado e as múltiplas determinações abarcadas em transescalaridades.

As interpretações localistas, que grassam hoje nos ambientes intelectuais e políticos, trazem uma visão de uma endogenia exagerada local, não reconhecendo esta complexidade social. Deposita na vontade dos “atores sociais cruciais” de um determinado recorte territorial todos os requisitos de superação de subdesenvolvimento. (...) Talvez a falha mais grave, em última instância, da literatura *up-to-date* sobre desenvolvimento local e regional é que ela negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político (BRANDÃO, 2004, p. 27).

Cano (2011) e Brandão (2004) avaliam que precisam ser gestadas políticas que superem o pacto das elites locais e nacionais que travam o avanço civilizatório e que bloqueiam os processos de inclusão social e de construção da cidadania. Para ambos, não há uma escala melhor ou pior, boa ou ruim, mas todas têm instrumentos que devem ser trabalhados, numa perspectiva transescalar. Em uma análise econômico-política, como nos estudos de Cano e Brandão, é possível construir uma explicação utilizando o local enquanto escala [de desenvolvimento], já em avaliações econômicas liberais, há um reforço em explicar o local enquanto uma área [incubadora de microiniciativas], que se constitui junto a outras localidades, em diferentes redes empreendedoras e de governança.

Sob o aporte de uma análise espacial, em contraposição aos estudos geográficos de reforço ao desenvolvimento local ou ao desenvolvimento territorial (território enquanto local ou área), ou mesmo em contraposição ao entendimento do espaço e território como um complexo de localizações, seria impreciso fazer uma reflexão do local se não fosse para o ser posto em contradição, e explicado a necessidade de sua superação. Isso não quer dizer que na Geografia, por exemplo, não devemos expressar nos seus estudos o local, a localidade ou a localização. Entretanto, precisamos perceber que espacialização é diferente de localização. Espacialização é a materialização das relações sociais, localização é uma abstração matemática na tentativa de delimitação de um espaço cartesiano (x, y) na superfície terrestre.

Essa adversidade das teorias localistas com uma reflexão crítica do espaço [em produção] se dará basicamente pelo caráter conceitual do local, das suas diferentes explicações e ações políticas por ele destinado. Nesse entendimento cabe

questionar o conceito recortado de local como parte isolada de um todo, um ponto fixo, não extensível, uma determinada área circunscrita. Não há e não se permite haver movimento, história. Sendo assim, o local é pensado como eterno, natural. Não existe relação com um sujeito interno, o verbo será acionado de um sujeito externo no ato de localizar. Ao invés de perguntar onde, como, por que, para que[m] se espacializam determinadas relações sociais, nos estudos referentes ao local questionam-se onde, o que e como se localizam determinadas áreas ou fenômenos sociais também em determinadas áreas.

Por fim, tendo como fundamento teórico a crítica ao recorte metodológico [e de método] do espaço social, podemos identificar que nem toda análise geográfica coaduna irrestritamente com escalas geopolíticas e geoeconômicas, entre outras, mas as fundamentam e as superam. Uma análise tendo como referência um recorte escalar local [ou regional], por exemplo, está diretamente associada à uma análise de intervenção política e econômica, pública, estatal ou privada, e que em sua essência se coaduna com a produção capitalista do espaço. Na análise espacial, em conexão com a crítica do processo de produção do capital, o desenvolvimento desigual das escalas geográficas [nacionais, urbanas, globais, por exemplo] estão em relações contraditoriamente dialéticas com as escalas políticas e econômicas [desde escalas de produção, local e regional, quanto escalas de reprodução da existência humana]. Sendo assim, nos mais diferentes objetos de pesquisa, ressaltamos que a materialidade das relações de re-produção social da vida precisa ser desenvolvida na Geografia como a unidade processual reflexiva fundante da análise do espaço.

6.5 O espaço em sua totalidade

No período histórico em que se escreve esta tese doutoral, cresce um movimento de retrocessos políticos, sociais, científicos e filosóficos, direcionado a uma [re]produção capitalista do espaço sob a égide da mercadorização das relações sociais nas múltiplas escalas espaciais. Em relação a esse e outros mais elementos presentes, é oportuno o aprofundamento nas reflexões sobre o espaço, analisando sua materialidade nas relações sociais de existência e de [re]produção, em crítica às

tentativas intencionais de explicações fundadas sob uma fragmentação particularizante, a-histórica e objetificada.

Na Geografia, quando tratamos de escalas espaciais, tendemos a examiná-las somente sob a perspectiva metodológica e geométrica das distâncias ou prolongamentos de determinados espaços e campos de estudos e não examinamos as escalas partindo das práticas sociais que as constroem, práticas sociais que produzem espaços desiguais resultantes principalmente da divisão social do trabalho e do capital. Vale salientar que as escalas espaciais não se originam da necessidade humana de sua própria existência, mas se produzem da necessidade da sistematização processual de desenvolvimento do capitalismo e de uma produção capitalista do espaço cada vez mais concentradora e centralizadora. Nas diferentes escalas espaciais a forma de manifestação das relações de propriedade, produção e poder são diferentes, mas o conteúdo é o mesmo.

Como Virgínia Fontes (2012) propõe, precisamos aprender a pensar em múltiplas escalas simultaneamente, entender a dinâmica de expansão do capitalismo ao lado da dinâmica de expansão de crise do capital, entender o encapsulamento nacional das lutas sociais ao lado do crescimento internacional do capital. Nessa direção, Fontes (2012) argumenta que “precisamos entender as formas pelas quais o conjunto da burguesia não só controla o Estado, mas seduz, convence e alicia parcela expressiva da classe trabalhadora” alienando ideologicamente, e explorando e oprimindo física, moral e economicamente no plano nacional e internacional. Do mesmo modo, Harvey orienta que se precisa

aprender a combater o capital em ambas as escalas espaciais, simultaneamente. No entanto, ao fazer isso, também deve aprender a coordenar políticas potencialmente contraditórias em si mesmas, nas diferentes escalas espaciais, pois, frequentemente, os sistemas espaciais hierárquicos (...) que fazem sentido político satisfatório em uma escala não fazem em outra (...). No entanto, a escolha da escala espacial não é “ou isto ou aquilo”, mas sim “não só... mas também”, embora essa última opção acarrete confrontar contradições importantes (HARVEY, 2006, p. 217).

Para pensar as múltiplas escalas simultaneamente também é preciso superar a isolada lógica matemática de representações cartográficas que temos nos fundamentado ao analisar o espaço. A imaginação de um Norte e de um Sul localizado cartograficamente não devem ser as únicas fronteiras entre diferentes e desiguais

espaços e escalas. Sabemos que enquanto os ventos imperialistas do Norte dominam e exploram, os dominados e explorados ventos do Sul ainda são os que movem moinhos. Todavia, enquanto muros higienistas se erguem para invisibilização das favelas e de uma população pobre e negra no “norte” da cidade do Rio de Janeiro, no “sul” uma considerável classe média majoritariamente machista, racista e heteronormativa clama pela chibata carcerária no pavoroso apartheid social; mas é no mesmo “sul” carioca que diuturnamente forças repressivas sobem nas favelas da Rocinha e do Vidigal como capitães do mato ainda caçando e reprimindo quilombos. Enquanto no Brasil, os senhores de hoje continuam caminhando sobre o corpo dos vencidos nos espaços da miséria, na imagem que se produz de Brasil, fronteiras nas mais diferentes representações do espaço (nos espaços concebidos) ainda separam e excluem conhecimento, terra e trabalho.

Fronteiras internas e invisíveis começaram a dividir um espaço que, no entanto, permaneceu dominado por uma estratégia global e um único poder. Essas fronteiras não se limitaram a separar simplesmente os níveis - local, regional, nacional e mundial. Elas também separam as zonas onde as pessoas deveriam ser reduzidas à sua “simples expressão”, ao seu “mínimo denominador comum”, das zonas onde as pessoas poderiam se espalhar confortavelmente e aproveitar esses luxos essenciais, tempo e espaço, ao máximo. De fato, “fronteiras” é uma palavra muito fraca e obscurece o ponto essencial; seria mais correto falar de linhas de fratura revelando os contornos do espaço social “real” - invisíveis, mas altamente irregulares - sob sua superfície homogênea (LEFEBVRE, 1991, p. 316-317).

Assim como Johanna Calle apresentou em sua obra *Perímetros*, é imprescindível sairmos das amarras disciplinares de partir o espaço em pedaços para o estudo globalmente fragmentado à serventia da espoliação e da usurpação capitalista e pensarmos transformações significativas de superação da ordem societária presente para as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e da cidade. Analisar o espaço em sua totalidade é conceber o movimento da sociedade como um processo histórico, mutável, no qual os objetos e elementos não são fixos, mas estão em movimento e transformação. Na contradição de se pensar a sociedade, a natureza, a história, a política, a economia e a filosofia, a análise do espaço precisa ser fundamento na transformação da forma de pensar a si mesma e na expressão revolucionária de transformação da sociedade.



Muro na fronteira Estados Unidos/México, Arizona.
Foto de Robert Bushell, 2019.

CAPÍTULO 7

ESPAÇO E TERRITÓRIO

7 ESPAÇO E TERRITÓRIO

Ao estudar a evolução do conceito de território, o geógrafo francês Jean Gottmann (2012), importante pesquisador das complexidades conceituais, históricas e políticas do território, alçou a seguinte defesa: “nós chegamos à conclusão de que o conceito de território, com seus componentes materiais e psicológicos, é um dispositivo *psicossomático* necessário para preservar a liberdade e a diversidade de comunidades separadas em um espaço acessível independente” (GOTTMANN, 2012, p. 543, grifo do autor). Se a reflexão distanciar da afirmação que “o território aparenta ser um conceito usado para buscar o bem-estar do povo que o ocupa” (GOTTMANN, 2012, p. 542), pode-se isolar a compreensão, de maneira um tanto enigmática, que ele entenderá o território como “um dispositivo *psicossomático*”, ou mais especificamente, “um dispositivo”. E porque não?

Frantz Fanon, em sua obra *Os Condenados da Terra*, nos faz refletir como o domínio colonial desarticulou “de modo espetacular” a existência cultural do povo subjugado, com a expansão territorial sobre as nações em escala mundial. Para tanto foi necessário um “dispositivo” que levasse a cabo essa obliteração cultural: “a negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas introduzidas pela potência ocupante, o lançamento à periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e seus costumes, a usurpação, a escravização sistematizada dos homens e das mulheres” (FANON, 1968, p. 197). Fanon sabia que o imperialismo, como estado do capitalismo monopolista, levava necessariamente ao expansionismo, porque tal necessita de recursos naturais (matéria-prima), da mão de obra barata (a partir de altos graus de exploração), da posição estratégica e de novos mercados para onde possam exportar sua (super)produção. Assim, na sua ânsia de dominação territorial, o imperialismo levou a ocupar e a dominar os povos de todo o mundo.

Só que nos dias de hoje, que o capitalismo utiliza de novas formas econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas para expandir seus domínios no mundo, através da manutenção e avanço da união da força dos monopólios e do mercado financeiro mundializado com o poder dos Estados, se vê a continuidade do

capitalismo em sua fase imperialista de desenvolvimento, nas diferentes escalas espaciais. Para quem acreditava que o território, pós-globalização, estava destinado ao seu fim, deve ter se surpreendido com os fatos da realidade do tempo presente. Vide, por exemplo, a política externa do governo estadunidense de Donald Trump²³: afastamento de grandes acordos multilaterais, contenção da imigração, construção de um muro na fronteira Estados Unidos-México, revogação de centenas de medidas de proteção ambiental, retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, argumentando que o tratado mundial de mitigação das mudanças climáticas prejudicava o seu país, aumento da ingerência sobre a soberania dos povos no mundo, entre outras irracionalidades.

Para muitos críticos da completa desterritorialização, muitos destes pertencentes a História da Geografia contemporânea, o território deve ser entendido por meio de suas relações com as práticas que são definidas como territoriais: o exercício da territorialidade. Dessa forma, preconizam a necessidade da subsunção de todos os aspectos das relações sociais sob o que tais entendem como territorialidade, desde aqueles pertencentes à dimensão “material”, como a terra, à dimensão “simbólica”, como a identidade social, e, à dimensão “funcional”, como o controle do espaço. Ou, às vezes, de maneira ainda mais vaga, refere território a porções do espaço comumente identificados como região, lugar ou localidade.

Mas então, é território uma porção do espaço geográfico ou um substrato físico de domínio e governo de um Estado? Um espaço homogêneo ou fluido? Um lugar onde se efetiva as diferentes manifestações humanas e territorialidades (materiais, simbólicas e funcionais)? Uma organização política ou ordenamento do espaço?

Na tentativa de melhor entender o conceito de território na concretude do real, aqui vamos retomar alguns debates junto com Rogério Haesbaert, assim também com Henri Lefebvre, Neil Smith, Joe Painter, Stuart Elden, entre outros pesquisadores. Com o objetivo de melhor realizar a crítica aos estudos do território em Haesbaert, numa primeira parte analisaremos seus aspectos conceituais, apresentando suas principais questões e defesas de posicionamento, como na relação com os conceitos de rede e de (multi)territorialidade. Posteriormente, principalmente a partir da análise de Stuart Elden, será realizada a crítica ao território abraçado pela territorialidade,

²³ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53927626>

muitas vezes defendido a-historicamente como sendo o tudo e o nada. No fim, será exposta uma argumentação na defesa do território enquanto uma relação social de dominação espacial, que se expressa por meio da terra e do terreno, entendendo-o enquanto uma relação datada e com seus objetivos não tão escusos como a Geografia do senso comum tenta colocar.

7.1 Aspectos conceituais associados ao estudo do território em Haesbaert

Rogério Haesbaert tem sido um dos difusores dos estudos geográficos do território no Brasil, nas quatro últimas décadas. Desde a década de 1980, iniciou-se um esforço de ler teorias pós-estruturalistas para reflexão na Geografia, sendo-o um dos seus representantes no Brasil. Suas principais publicações nessa década se envolveram na produção de cinco artigos acadêmicos, três livros (um deles sendo co-organizador e escritor de um capítulo), além de quatorze textos publicados em jornais e revistas locais e regionais. Em 1987, ao publicar seu pequeno texto *Territórios Alternativos* no Jornal do Brasil (texto de mesmo título de uma das suas coletâneas mais conhecidas e referenciadas na década de 2000), Haesbaert apresenta o que mais de recente despontava no Brasil no campo da filosofia liberal: desde as debutantes traduções e publicações de textos de Guattari ou os desconhecidos textos de Foucault ainda pouco traduzidos para o português. Coloca-se, assim, afirmando que

O filósofo francês Felix Guattari faz uma interessante distinção de território e aquilo que ele denomina “espaço liso” (GUATTARI, 1985). Estes conceitos revelam a recente preocupação em compreender as novas e cada vez mais complexas problemáticas envolvidas nas formas com que a sociedade modela e organiza o espaço no qual produz.

(...)

Rompendo com uma postura empobrecedora que por longa data marcou as rupturas teóricas radicais ocorridas dentro da Geografia, divisamos hoje um desejo relativamente comum do geógrafo em resgatar suas raízes e assimilar a diversidade com que o novo se manifesta, buscando, com isso, respostas mais consistentes e menos simplificadoras para as novas questões que se impõem através da ordenação do espaço e território (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 13).

Assim, temos uma das suas primeiras conceituações, embebidas do pós-estruturalismo foucault-guattariano: “o território envolve uma ‘ordem de subjetividade individual e coletiva’, a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao ‘espaço liso’, homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante” (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 13). Apesar de se despontar na década de 1980, foi na década seguinte que seu nome foi reconhecido e amplamente divulgado entre os que estudavam conceitualmente região e território. No V Congresso Brasileiro de Geógrafos, em 1994, Haesbaert apresentou seu trabalho intitulado *O Mito da Desterritorialização e as Regiões-Rede*. Em 1995, ano que defende sua tese de doutorado, na Universidade de São Paulo, sob título “*Gaúchos*” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade, publica um texto que o fará ainda mais conhecido pelos estudiosos da geografia: *Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão*, capítulo do livro *Geografia: Conceitos e Temas*, organizado pelos professores Iná Elias de Castro, Roberto Lobato Corrêa e Paulo César da Costa Gomes.

Também em 1995, Haesbaert apresenta o trabalho *O binômio território-rede e seu significado político-cultural*, no Seminário *A Geografia e as transformações globais: conceitos e temas para o Ensino*, promovido pela UFRJ no mês de setembro de 1995. Neste breve trabalho, é apresentado de forma direta (mas sem muitas fundamentações para maior precisão teórica) uma exposição da história da concepção do território, sua origem e expressão na relação sociedade-natureza. Haesbaert vai observar que se desenharam duas grandes vertentes interpretativas que, para ele, tradicionalmente se opuseram.

Num extremo, uma concepção de território que eu denominaria “naturalista”. Ela vê o território num sentido físico, material, como algo inerente ao próprio homem, quase como se ele fosse uma continuidade do seu ser, como se o homem tivesse uma raiz na terra — o que seria justificado, sobretudo, pela necessidade do território, de seus recursos, para a sua sobrevivência biológica (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 118).

Num outro extremo, teríamos uma concepção que poderíamos denominar etnocêntrica de território, a qual ignora toda relação sociedade-natureza, como se o território pudesse mesmo prescindir de toda “base natural” (e, mais ainda, sagrada) e fosse uma construção puramente humana, social. Esta, por sua vez, poderia

advir tanto de um domínio material sobre o espaço, decorrente do poder de uma classe econômica e/ou de um grupo político dominante, como de sua apropriação simbólica, a partir da identidade que cada grupo cultural “livremente” construiu no espaço em que vive (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 119).

Haesbaert destaca que sob a “visão” naturalista muitos defenderam “a tese de que teríamos uma ‘impulsão inata’ para a conquista de territórios, e que o crescimento de uma civilização, (...) estaria diretamente relacionado à expansão territorial” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 118), entre os naturalistas incluíam também aqueles que defendiam que “a função econômica torna-se o fundamento da definição de território, enquanto base ‘vital’ de recursos para a sobrevivência humana” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 119). Outros, todavia, envolviam tal interpretação naturalista do território com o “campo dos sentidos e da sensibilidade humana, que seriam particularmente moldados pela ‘natureza’ ou pela ‘paisagem’ ao seu redor. Esta visão sobrevaloriza e praticamente naturaliza uma ligação afetiva, emocional, do homem com seu espaço” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 118).

Embora Haesbaert considere que ambas concepções (naturalistas e etnocêntricas) jamais podem ser vistas isoladamente, para ele não haverá dúvidas de que, “tradicionalmente, a concepção de território sempre esteve mais próxima das ideias de controle, domínio e apropriação (políticos e/ou simbólicos) do que da ideia de uso ou de função econômica” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 119). Haesbaert destaca Robert Sack, em seu livro *Territorialidade Humana*, sendo o geógrafo entre seus pares, o que mais aprofundou essa discussão, com o objetivo de tornar o conceito de território mais “rigoroso e operacional”. Sack vai enfatizar “o controle da acessibilidade, o território definido, sobretudo, através de um de seus componentes, a fronteira, forma por excelência de ‘controlar o acesso’” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 119). Isso “se tomarmos a abordagem que eu denominaria de ‘funcional-estratégica’ de território, temos este como um espaço sobre o qual se exerce um domínio político e, como tal, um controle de acesso” (HAESBAERT, 2014 [1995], p. 168).

Na tentativa de ampliar essa definição (funcional-estratégica), incorporando ao controle físico uma apropriação simbólica, Haesbaert se propõe construir um conceito de território enquanto

espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de

identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 121).

Essa distinção fundamentada em Lefebvre, apresentada no livro *A Produção do Espaço*, entre espaço dominado e espaço apropriado, será a fonte de legitimidade para tais argumentações acerca das conexões e das desconexões entre territórios no sentido de domínio político e territórios no sentido de apropriação simbólico-cultural. A mesma consideração a Lefebvre seguirá nos escritos de Haesbaert na discussão sobre o território nas décadas seguintes. E resgatando o que desde 1993²⁴ já vinha propondo, no ano de 1995, Haesbaert difunde seu pensamento de construção de uma tríade conceitual (território, rede, aglomerados de exclusão) para compreensão desse

processo de transformação do espaço: desde espaços mais estritamente funcionais das redes moldadas basicamente pelo grande capital, mundialmente integradas, até os aglomerados humanos desenraizados e desintegrados em relação ao sistema, passando pelas re-territorializações onde tentam se impor/barganhar identidades culturais específicas e níveis locais-regionais de controle político (HAESBAERT, 1993, 170).

Haesbaert destaca que num mundo complexo, “de imbricações e superposições”, identificar os aglomerados de exclusão é sempre uma tarefa difícil, até porque

A influência dos aglomerados se daria basicamente através do “caos” e da desorganização, pelo volume e o crescimento desordenado que eles envolvem — sua força advém de “sua própria desestruturação e inércia”, na expressão utilizada por Baudrillard para as massas. Enquanto isso, as redes e territórios pressupõem sempre um certo ordenamento — dentro ou fora da ordem hegemônica — embora imponham mais a desordem quando se confrontam redes e/ou territórios de tendências e ritmos distintos (HAESBAERT, 2014 [1995], p. 168).

²⁴ Ano de publicação do trabalho apresentado no 3º *Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, no Rio de Janeiro, sob o título *Redes, territórios e aglomerados: da forma = função às (dis)formas sem função*.

Vale destacar que entre os temas trabalhados por Haesbaert na década de 1990, ressaltam-se a desterritorialização como mito, globalização e fragmentação no mundo contemporâneo, identidades gaúcha e nordestina, regiões transfronteiriças e migração brasileira, entre outros. Mas um tema emergido na época, e que irá atravessar seus estudos para as décadas seguintes, será sobre a relação do território e rede. “Coqueluche acadêmica dos anos 1990 no Brasil (...) o conceito de *rede* acabou se associando a uma verdadeira *perspectiva de abordagem* da realidade” (SOUZA, 2013, p. 113, grifo do autor). Haesbaert vai aproximar o conceito de rede aos conceitos de escala, região, lugar e, especialmente, território. Apresentando que nessa interação entre diferentes escalas e territórios, “surge e avança cada vez mais o uso do termo rede, que contribui para compreendermos essas articulações entre diferentes territorialidades bem como suas estruturações internas” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 122).

O que deve nos perturbar e incitar ao trabalho é perceber que muitos fenômenos participam de redes locais ou regionais, outros de redes nacionais/mundiais, e muitas são as descontinuidades e os entrelaçamentos. Delineá-las, destrinchar este confuso “novelo” é o que a questão das escalas e da própria região nos propõe (HAESBAERT, 2017 [1993], p. 114).

Comumente empregado por seus pares naquele período, o conceito de rede, em Haesbaert, foi excessivamente reforçado (ou feito sua crítica) na explicação do conceito de território para lhe dar noção de movimento, flexibilidade, fluxo, dinamismo, mutação. Mas também para o seu contraditório, para garantir a negação do “mito da desterritorialização”, do fim máximo do território. Se está em movimento, em ciclos, há sempre a possibilidade do retorno, de uma desterritorialização para reterritorialização, “um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento, sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 122).

Por volta de dez anos depois, Haesbaert publica um artigo na revista *GEOgraphia*, intitulado *Território e multiterritorialidade: um debate*²⁵, onde retoma, mais uma vez, a discussão conceitual do território, que para tal, se apresenta numa

²⁵ Este artigo teve sua primeira versão apresentada no *I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*, sob título *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*, e posteriormente serviu de base para a publicação de um capítulo no livro *Viver no limite*.

leitura mais “ampla, genérica e não dualista”. Mais uma vez sem apresentar fundamentação no que tange à história do território, Haesbaert defende que

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20, grifo do autor).

Tendo como fundamentação mais uma vez baseada em Lefebvre, retoma a distinção e unidade entre apropriação e dominação, “o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do ‘vivido’, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HAESBAERT, 2007, p. 21). Assim como, também, reforça sua defesa foucaultiana, referindo às relações sociais como relações de poder, onde “o território e as dinâmicas de des-territorialização (sempre hifenizada) devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m)” (HAESBAERT, 2007, p. 22). Neste salto de pensamento, e, agora sim, na sua diversidade de bases bibliográficas, incorpora o sentido de territorialidade (e multiterritorialidade) como reconhecimento estratégico da fluidez e mobilidade entre o território de dominância funcional e o de dominância simbólica, desde um meio para criar e manter a ordem, quanto para a ação da desordem, no respeito à convivência da multiplicidade.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado — como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (HAESBAERT, 2007, p. 25).

Tal como é apresentada uma concepção de território considerada sendo mais abrangente, que em variados contextos espaço-temporais, ao longo da história, promovem diferentes possibilidades de territorializações, de múltiplos territórios (desde abrigo físico e base de “recursos”, passando por um “enclausuramento disciplinar” e um controle através das “fronteiras geográficas”, por meio de espaços individualizados, até como controle da mobilidade, dos fluxos [redes] e das conexões), Haesbaert reforça a distinção de pelo menos duas grandes perspectivas de tratamento da [multi]territorialidade (uma perspectiva moderna, zonal e hierarquizada, organizando-se pela lógica dos Estados-modernos e blocos econômicos; e uma perspectiva pós-moderna, promovida pelos territórios-redes, demarcando a descontinuidade, fragmentação e a simultaneidade entre os múltiplos territórios, associado ao avanço da produção do ciberespaço).

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de “múltiplos” (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. Toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que almejamos. Os movimentos contra o neoliberalismo e por uma outra globalização que o digam. Geograficamente falando, pensar multiterritorialmente significa pensar tanto em múltiplos poderes (ou “governanças”) quanto em múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos) e mesmo em múltiplas funções (a “multifuncionalidade” econômica) — em síntese, um debate complexo em prol da perspectiva maior de construção de uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2007, p. 42-43).

Como Haesbaert afirma, os processos de [multi]territorialização precisam estar em foco pelo potencial de perspectivas “inovadoras” que elas vão exigir e implicar, “sobretudo no contexto pós-colonial latino-americano, onde tantas lutas são travadas em nome de novas modalidades de territorialização” (HAESBAERT, 2014c, p. 85). O que faz, mais uma vez, retomar sua crítica já sinalizada na década anterior: “Falar não simplesmente em desterritorialização mas em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância

estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade” (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Assim sendo, a mesma crítica que Jacques Lévy (2003) elabora em seu *Dicionário da Geografia e do Espaço das Sociedades*, onde analisa as complexidades e os variados usos do termo território, fazemos também a crítica a Haesbaert. Das oito diferentes definições citadas por Lévy (2003, p. 907-910), regularmente usadas nas formulações teóricas sobre o território, podemos reiterar pelo menos quatro delas na condução teórica do pensamento de Haesbaert²⁶. Dessa forma, para Haesbaert, território pode ser compreendido como: 1) sinônimo (ou quase sinônimo) de “espaço”. Onde os dois conceitos às vezes são utilizados indistintamente no mesmo texto e contexto; 2) sinônimo de “lugar” (e local). Onde o substitui por “local”, na oposição ao global; 3) um espaço limitado, regulado, dominado. Muito daquilo resgatado de Robert Sack, em sua *Territorialidade Humana*, como relatado acima; e, 4) um espaço “apropriado”. Muitas vezes na referência ao componente simbólico da identidade de um determinado espaço, grupo ou indivíduos²⁷. Os dois primeiros itens fazem o

²⁶ As outras quatro definições, levantadas por Lévy, formam a concepção de território como um 5) espaço não usado; como uma 6) opção epistemológica (o objetivo é afirmar o caráter social do objeto e evitar confundir o real com o discurso que tenta construir sua inteligibilidade); como uma 7) metáfora da animalidade (seguindo o trabalho da etologia, o que era um empréstimo do mundo social passou para o campo da biologia e depois voltou para as ciências humanas); e, por fim, como uma 8) periodização histórica (um momento da história da Geografia marcado pela tomada dos efeitos geográficos da identidade dos indivíduos e das sociedades) (LÉVY, 2003, p. 907-910).

²⁷ Em relação a estas quatro diferentes interpretações podemos destacar as seguintes referências. Para Haesbaert, “(...) o problema ocorre justamente quando não percebemos o território enquanto dimensão do espaço (de todo e qualquer espaço) e separamos (como faz Raffestin) espaço de território (ainda que em termos de um antes, ‘matéria-prima’, e um depois, ‘espaço socialmente apropriado’)” (HAESBAERT, 2013a, p. 807-808).

Haesbaert entende “o território (e, consequentemente, a espacialidade na qual ele é construído), como sempre um ‘híbrido’ entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade, pelo simples fato de que estas dimensões são inseparáveis e que os processos de territorialização e desterritorialização só podem se dar através de uma perspectiva permanentemente conjugada entre elas” (HAESBAERT, 2016b, p. 270).

“A diferença maior é que, enquanto nas sociedades disciplinares a dimensão concreta do espaço era a dominante, através de um controle das relações sociais do tipo extensivo, pelo controle do espaço e do tempo (disciplinarização em territórios-zona contínuos e contíguos), agora, ao lado do predomínio de uma dimensão mais abstrata (ou ‘informacional’, como já se referia Raffestin), através de uma interação complexa com as antigas formas de controle, trata-se de um controle espacial do tipo intensivo, ou seja, altamente concentrado em algumas áreas fisicamente muito restritas, condensadores tecnológicos que tornam muito mais densas e estratégicas determinadas parcelas do espaço” (HAESBAERT, 2016b, p. 270).

“De alguma forma, territorializar-se, hoje, implica a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes. Como vimos, elas jamais são completamente desmaterializadas, estão sempre, de uma forma ou de outra, desenhando materialmente territórios, novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade, é verdade, mas nem por isso ‘não-territoriais’. As referências espaciais se difundem por todo canto, e o espaço/território é assim dotado de uma carga simbólica inédita, criando-se e recriando-se imagens espaciais muitas vezes na própria velocidade e volatilidade imposta pela lógica de mercado” (HAESBAERT, 2016b, p. 301).

território tomar o lugar de outros conceitos, muitas vezes o generalizando. E os dois últimos itens, são vistos teoricamente em unidade, como “par dialético”, associados ao potencial subjetivo das relações de poder e/ou ao exercício da (multi)territorialidade.

7.2 Repensando o território, para além da territorialidade

Joe Painter, geógrafo britânico, apresentou em seu artigo *Repensando o Território*, publicado em 2010 na revista *Antipode*, uma importante consideração sobre a história recente do uso do conceito de território na Geografia (anglofônica, mas que podemos estender a análise para a literatura latina da Geografia). De acordo com Painter (2010), parece plausível sugerir que entre os geógrafos críticos existe um certo constrangimento ao se trabalhar com o conceito de território. Uma das explicações possíveis para isso é se aceitarmos que o território tem sido geralmente entendido como uma porção (um pedaço) limitada e homogênea do espaço geográfico. Painter (2010) afirma que entre as décadas de 1980 e 1990, na tentativa de se contrapor a esse entendimento, a História da Geografia passou a enfatizar mais a porosidade e a fluidez das fronteiras e a suposta redução de sua relevância política. Também nesse momento, a História da Geografia (crítica) enfatizou o caráter cada vez mais heterogêneo do espaço e do lugar. Assim,

Nessas circunstâncias, invocar o conceito de território corria o risco de ser visto como anacrônico (porque o mundo havia mudado) ou reacionário (porque uma insistência em ver o mundo em termos de espaços delimitados e homogêneos sugeria um medo da Alteridade e uma atitude excludente em relação às diferenças sociais e culturais) (PAINTER, 2010).

Também pode ter sido embaraçoso para os geógrafos críticos, afirma Painter (2010), devido às associações mal definidas, mas com força no meio acadêmico, com o uso de conceitos semelhantes na etologia e na sociobiologia. Embora muitas discussões sugiram que o território seja fundamentalmente um fenômeno político, Painter (2010) afirma que a desconfiança com um possível determinismo ambiental,

fez muitas vezes levantar os fantasmas das “fronteiras naturais” (rios, montanhas etc.) quando pensavam em discutir na verdade as fronteiras fixas territoriais.

Pode-se ir, também, um pouco mais adiante do que Painter analisou. Como já expressei no capítulo anterior, este momento convergia um conjunto de transformações produtivas do capital, sob foco na complexa transnacionalização da produção e reprodução de mercadorias, além da ampliação do mercado financeiro fugitivo das regulamentações e dos normativos nacionais²⁸. Tudo isso ornado com o sacro manto do discurso de quebra das barreiras que criavam fronteiras culturais e entre os lugares. Muitos geógrafos críticos, na defesa da desconstrução e/ou fluidez *ad infinitum* entre diferentes espaços e escalas, ou negaram o território, profetizando o seu fim ou a completa desterritorialização, ou, do lado oposto, denunciaram tal impropério do fim do território como mito, na defesa que o espaço “homogêneo” e “limitado” “sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão ‘eclodir’” (HAESBAERT, 2016b, p. 348).

Stuart Elden (2010), também geógrafo britânico, tenta encontrar razões do porquê o território tem sido negligenciado na Geografia, apresentando três apontamentos para reflexão. Primeiro, é o afastamento da reflexão sobre o Estado, especialmente pelas abordagens pós-estruturalistas. Segundo, mas não desconexo

²⁸ Em relação a esta posição, Haesbaert condena que:

“Há, entretanto, algumas limitações teóricas que devem ser registradas. Às vezes, parece haver uma dissociação entre o concreto e o representado, que é justamente o pressuposto de uma opção do materialismo, e, dentro dele, pela base econômica da sociedade. Os ‘movimentos estéticos’ da pós-modernidade acabam sempre explicados, ‘em última instância’, pela crise de acumulação capitalista sob condições do pós-fordismo e seu momento perturbador de compressão tempo-espaço. Há pouca margem para o múltiplo, o imprevisível ou o inexplicável nesta teia lógico-dialética onde as ‘respostas’ à compressão são completamente desacreditadas, seja o desconstrutivismo (reduzindo ‘o conhecimento e o significado a um monte desordenado de significantes’ [p. 315]), as ações micropolíticas (paroquialismos ‘estreitos e sectários’) ou as linguagens ‘frenéticas’ que refletem essa compressão tempo-espaço, como os escritos de Baudrillard e Virilio (‘eles parecem diabolicamente inclinados a fundir-se com a compressão do espaço-tempo e a reproduzi-la em sua própria retórica extravagante’ [p. 316]).

Não se trata, obviamente, de criticar a perspectiva filosófica materialista *tout court*, mas de questionar o tipo de análise que, ao tomar partido *a priori* pelo mundo material, acaba muitas vezes diminuindo ou menosprezando o poder do campo ‘ideal’, ou, para Harvey, das ‘representações’. Além disto, ao colocar o material como ‘base’ *a priori*, acaba escorregando, aqui e ali, para interpretações que dicotomizam as relações material-ideal, o que resulta muitas vezes em consequências involuntárias, como a separação ‘moderna’ entre espaço e tempo (de alguma forma inaugurada por Kant) e seus correlatos, como fixação e movimento. A realidade social em que construímos nossos espaços (e territórios) não é nem ‘material’ nem ‘ideal’, ‘em última [ou primeira] instância’, ou seja, defendemos uma filosofia (assim como uma concepção de território) não-materialista e não-idealista, mas material e ‘ideal’ ao mesmo tempo. Empreitada difícil, mas que convém tentar percorrer (HAESBAERT, 2016b, p. 162-163).

com o anterior, está relacionado com o medo do que John Agnew identificou como “armadilha territorial”:

Agnew sugere que esta é uma suposição tripla da convencional compreensão da geografia do poder estatal: que “a soberania do Estado moderno exige claramente territórios delimitados”; que “há uma fundamental oposição entre assuntos ‘internos’ e ‘estrangeiros’ no mundo moderno”, e que “o território estatal é visto como algo agindo como um ‘recipiente’ geográfico da sociedade moderna” (Agnew, 1994a; ver também Agnew, 1994b, 2005: 41). Como Agnew nota, o primeiro pressuposto data do século XV até o XX; e o segundo, dos últimos 100 anos, embora haja precedentes anteriores (...). Muitas vezes, no entanto, as interrogações não levam a um exame mais cuidadoso do que é o território, e de seus limites intrínsecos, mas sim a uma evasão completa do assunto. É através de um exame conceitual histórico para ir além “da armadilha territorial”, em vez de simplesmente contorná-lo, que isso se torna possível (ELDEN, 2016, p. 44).

Terceiro, Elden (2010) identifica que há um grau de imprecisão conceitual em relação aos termos território e territorialidade. Para ele,

A primeira coisa a notar é que, ao contrário, digamos, da “espacialidade”, que é geralmente entendida como uma propriedade ou condição do espaço, alguma coisa pertinente a ele, “territorialidade” possui atualmente uma conotação mais ativa. Em outro sentido, [uma] concepção mais antiga de “territorialidade”, como a condição ou status do território, mais do que o modo em que se realizam operações nesse, fica geralmente perdido. Seria bom recuperar isso. Segundo, territorialidade, nesse sentido mais recente precisa ser distinguida, uma vez que existem pelo menos duas tradições conflitantes na utilização do termo, a primeira biológica e a segunda social. [Elas podem não ser realmente distintas], e os cuidados devem ser tomados para sugerir uma divisão implícita natureza/cultura, mas os defensores da territorialidade apresentam-na nessa forma. Existe, portanto, uma lógica para abordar essas obras sob sua divisão terminológica própria (ELDEN, 2016, p. 44-45²⁹).

Elden (2010) apresenta sua crítica utilizando como pressuposto o livro *Territorialidade Humana* de Robert Sack. Para Elden (2010), apesar do título especificar o “humano”, Sack não irá sugerir uma abordagem puramente biológica, determinista, mas sim, que a territorialidade é uma estratégia geopolítica. Elden vai

²⁹ Na frase “Ambas as perspectivas não podem realmente ser diferentes (...)”, optei pela mudança na tradução devido minha interpretação do original: “These may not actually be distinct (...)” (ELDEN, 2010, p. 802).

apresentar que Sack observa a territorialidade como uma base de poder, afirmando que o autor “rotula a área ou o lugar delimitado e controlado através da territorialidade como território” (ELDEN, 2016, p. 45). Assim, reforça a consideração de que, para Sack (em 1986), territórios são resultados de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações. “Sack efetivamente argumenta que a territorialidade é uma construção social (não é exatamente um produto), forjada através da interação e luta, e profundamente permeada de relações sociais” (ELDEN, 2016, p. 45). Elden ainda coloca que

O problema com este modo de análise – um problema que compartilha com a abordagem biológica – é que é impreciso historicamente e geograficamente. Esses tipos de entendimentos parecem transcender períodos históricos e desenvolvimento geográfico desigual, também vai além da escala geográfica (...). Talvez isso seja apenas o que se poderia esperar dado que o foco se dá sobre a “territorialidade” em vez de território (ELDEN, 2016, p. 45).

A questão que Elden (2010) levanta, e que na prática se tomou como força na história recente da Geografia, foi que o deslocamento da análise do território pela territorialidade perdeu em si o seu potencial. Muito disso pode ser visto em Raffestin (1993), assim como em outros geógrafos que bebem de mesmas referências (como a de Foucault, principalmente). Enquanto se deseja construir um argumento pela precisão conceitual do território, tem-se comumente invocado a territorialidade como o caminho para esse termo. Desse modo, é necessário entender com mais acuidade a razão pelo qual muitos geógrafos que bebem do pós-estruturalismo tendam a colapsar o território em territorialidade. Assim, Elden (2010) traz Soja (1993) para o diálogo:

Enquanto Raffestin está demasiadamente inclinado a abordar território através da territorialidade, e tende a ver o espaço como absoluto a-histórico, Soja pensa, de forma inestimável, que o território precisa ser compreendido por meio da representação, apropriação e controle, amplamente entendido como um funcionamento do poder. Em competição, conflito e cooperação, e recursos, poder e organização social, Soja identificou dois grupos de três termos relacionados. Esses termos nos permitem pensar em três conceitos inerentemente relacionados ainda que distintos: terra, terreno, território (ELDEN, 2016, p. 47).

Para Elden (2010), enquanto a terra (*land*) é uma relação de propriedade, o terreno (*terrain*) é uma relação de poder, e território (*territory*) faz parte de ambos, mas está para além dos dois primeiros, não devendo, também, ser abordado através da lente da territorialidade, mas através de si mesmo e em relação à terra e ao terreno. “Cada um deles, é claro, pode naturalmente ser lido em sua forma não política: terra como uma categoria estética; terreno num registro científico; território como um mero resultado da territorialidade. No entanto, cada um deles é atingido por relações de poder” (ELDEN, 2016, p. 47).

De acordo com Elden (2010), para os teóricos que analisam o território a partir de relações político-econômicas, enfatizando a ligação entre território e terra (muitos destes sendo materialistas dialéticos), veem o território como uma forma de propriedade. Mas não a terra isoladamente no sentido agrícola, mas devendo ser entendida num sentido amplo, inerente em parte às relações de propriedade (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo), como defendia Marx (2013) n’*O Capital*. “O capitalismo não se analisa e não se expõe em oposições binárias: proletariado e burguesia, salário e lucro, trabalho produtivo e parasitismo. Ele comporta três elementos, três termos, três momentos: a terra, o trabalho, o capital” (LEFEBVRE, 2000, p. 262). Lefebvre ainda reforçava que

Assim se estabelece no espaço a *trindade* capitalista, esta trindade “terra-capital-trabalho” que não pode permanecer abstrata e se concentra apenas num espaço institucional triplo: *global* e mantido como tal, aquele da soberania, onde os constrangimentos são implantados, portanto fetichizado, redutor das diferenças — *fragmentado*, separando, desunindo, localizando as particularidades, lugares e localizações, tanto para controlá-los quanto para negociá-los — *hierarquizado* enfim, de lugares abjetos a nobres, de lugares proibidos a lugares soberanos (LEFEBVRE, 2000, p. 325, grifos do autor).

É assim que Elden (2010) vai pontuar que entender o território como propriedade é uma parte essencial na análise do território. Afinal, “posse da terra é o determinante do poder, e os conflitos sobre a terra são o indicador chave das lutas por poder. Terra, porém, não é algo que pode ser criado, mas sim um recurso escasso, cuja distribuição e redistribuição é uma importante preocupação econômica e política” (ELDEN, 2016, p. 48). Entretanto, como Lefebvre reconhece, a análise do espaço

social deve ir além das relações de propriedade. Além de “*produto* que se utiliza, que se consome, ele é também *meio de produção*; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que formam o espaço e são determinados por ele” (LEFEBVRE, 2000, p. 102, grifos do autor).

Elden (2010) vai afirmar que o conceito de “propriedade é importante como indicador, mas o conflito pela terra é duplo: ocorre pela sua posse e é conduzido em seu terreno” (ELDEN, 2016, p. 49). Retomando a história da produção do território, Elden (2010) vai afirmar que no medievo enquanto os Estados nacionais em formação buscavam maximizar a posse da terra, estes também estavam preocupados com a segurança e administração, na defesa de suas fronteiras e na coesão territorial (comumente através do medo e da violência). “O terreno é terra que tem um sentido estratégico, político e militar” (ELDEN, 2016, p. 49).

Mesmo para ele, a Geografia não sendo visível no campo que o explora, Foucault declarava que o “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é, antes de tudo, uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 2016, p. 250). Mas, mais uma vez, para Elden (2010) é Lefebvre que lhe dará um melhor direcionamento. “O que é central na leitura de Lefebvre é a relação entre acumulação, violência e a ‘racionalidade unitária, logística, operacional e quantificadora’. Para Lefebvre, isto destaca as limitações de uma leitura político-econômica do território como terra” (ELDEN, 2016, p. 49).

A racionalidade clássica parece se exacerbar em racionalidade tecnológica e tecnocrática. É o momento onde ela se transforma em seu contrário: a absurdidade de um real desmoronado. A ordem estatista-burocrática, cobertura do próprio capitalismo de Estado (quando não do socialismo de Estado) se realiza e se dissimula simultaneamente “sobre o terreno”. Ela borra sua imagem no ar transparente da legibilidade funcional e estrutural. A unidade da razão (de Estado) cobre e esconde os múltiplos cortes administrativos, justapostos, superpostos, tipo de quebra-cabeça em que cada peça corresponde a uma “operação” (...).

O espaço abstrato é então repressivo por essência e por excelência, mas de uma forma particularmente hábil porque múltipla, a repressão imanente se manifestando ora pela redução, ora pela localização (funcional), por vezes, pela hierarquização e pela segregação, por vezes, pela arte (LEFEBVRE, 2000, p. 366).

Assertivamente, isso vai identificar que “terra” e “terreno” estão estreitamente relacionados a “território”. Para Elden (2010), também é preciso analisar território

dependente de uma série de técnicas e da lei. O avanço nos aspectos legais (da relação entre soberania, jurisdição e autoridade) e o desenvolvimento de técnicas (como no avanço da geometria, cartografia, agrimensura etc.) formam uma dupla relação entre estratégia e técnica, ambos determinando a dominação política sobre o espaço. “Essas técnicas se tornaram possíveis através de uma compreensão calculativa do mundo material, que Lefebvre chama de espaço abstrato, mas que na verdade caracteriza o surgimento de uma categoria de espaço no pensamento ocidental mais geral” (ELDEN, 2016, p. 51). Assim, sua conclusão é que

Território pode ser entendido como uma *tecnologia política*: compreende técnicas para medir terra e controlar terreno. Medida e controle – o técnico e o legal – precisam ser pensados junto com terra e terreno. Entender território como uma *tecnologia política* não significa definir território de uma vez por todas, mas sim indicar o que está em jogo na forma como foram interpretados em diferentes contextos históricos e geográficos. Território é uma questão histórica: é produzido, mutável e fluido. É geográfico não simplesmente porque é uma das maneiras de ordenar o mundo, mas também porque é profundamente desigual em seu desenvolvimento. É uma palavra, um conceito e uma prática em que a relação entre estes só pode ser apreendida genealogicamente. É uma questão política, mas em um sentido amplo: é econômico, estratégico, jurídico e técnico. Território deve ser abordado politicamente em sua especificidade histórica, geográfica e conceitual (ELDEN, 2016, p. 54, grifo nosso).

Vale ressaltar que Elden (2010) não excluiu os elementos sociais, culturais e afetivos de sua análise, tal como os elementos econômicos e jurídicos. Só não foram destacados a fim de enfatizar o político em sentido amplo. Não querendo assim dizer que estes elementos não são importantes, mas que foram discutidos em outros trabalhos com mais cuidado. Mas aqui fica claro que, para Elden (2010), território não deve ser abordado através da territorialidade, assim como “terra” e “terreno” são importantes, como relação político-econômica e político-estratégica, mas sozinhos são insuficientes para compreender “território”.

Entretanto, apesar de suas reflexões críticas à territorialidade, Elden vai se limitar a entender o território como um dispositivo, uma técnica, uma tecnologia a ser aplicada na unidade terra e terreno. Mesmo que para ele território seja processo e não produto, entender o território como “tecnologia política”, tende a considerar, assim como Foucault, o deslocamento da crítica do Estado para o governo, da dominação do Estado para as técnicas de governo, da análise das relações sociais da produção

e reprodução da existência humana para análise da sociedade como um conjunto de coisas (tangíveis e intangíveis) destituídas de contradição. Não há o entendimento em Elden do território como concepção própria da relação Estado-capital-trabalho.

7.3 A produção do território na produção das relações sociais

No acompanhamento crítico da perspectiva de Elden (2013), entende-se aqui que o território não é universal no tempo e no espaço, nem mesmo a-histórico. O território tem uma história e uma geografia própria que remonta da produção capitalista do espaço. Para Elden (2013), o território emerge no pensamento ocidental relativamente tarde como um conceito, não assumindo um sentido reconhecidamente moderno até o final da Idade Média, e não aparecendo como um tema central na teoria política até o século XVII. Vale ressaltar que Foucault (2016) analisa de modo oposto, equiparando muitas vezes território ao feudalismo, prevendo como fim do pacto territorial a emergência de um pacto populacional, sugerindo como se depois de Maquiavel não seja mais objetivo central dos Estados “demarcar ou fixar territórios”, mas uma série de outras questões.

Neil Smith (1988) vai argumentar que na transição para o capitalismo, à medida que o capital aumentava sua influência, todo globo era fraturado por fronteiras reais ou imaginadas, seja pelas modernas divisões dos Estados-nações, seja pela divisão geográfica da propriedade privada. E eram os geógrafos que detinham conhecimento técnico (cartografia, planejamento regional etc.), se colocando “na linha de frente da luta pela divisão do mundo em espaços absolutos” (SMITH, 1988, p. 133). Faz-se saber que “na primeira fase do capitalismo, a expansão social e o desenvolvimento foram simultaneamente geográficos” (SMITH, 1988, p. 135). Mas à medida que o desenvolvimento do capitalismo eleva o caráter contraditório da produção e reprodução no espaço, a dialética da diferenciação e da igualização geográficas, no desenvolvimento desigual, amplia-se a acumulação, a concentração e a centralização do capital.

Quando o desenvolvimento econômico se volta pra dentro, rumo à diferenciação interna profunda do espaço geográfico, a dimensão

espacial da contradição não se torna apenas aparente; torna-se mais real quando o espaço é atraído para perto do núcleo do capital. Do mesmo modo, as crises desenvolvidas no sistema geral da produção capitalista têm-se manifestado cada vez mais diretamente (e visivelmente) na geografia do capitalismo (SMITH, 1988, p. 137).

Assim como, para Smith, “o desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo” (SMITH, 1988, p. 139), para Lefebvre, no avançar do capitalismo, “a lei de desigualdade (crescimento e desenvolvimento) se mundializa, ou melhor, preside à mundialização (o mercado mundial), longe de se caducar” (LEFEBVRE, 2000, p. 386). Preconizando, dessa maneira, que

No modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é usado para a produção de mais-valia. A terra, o subsolo, o ar e a luz acima do solo entram nas forças produtivas e nos produtos. O tecido urbano, de múltiplas redes de comunicação e de troca, faz parte dos meios de produção. A cidade e as diversas instalações (agências de postagens, estações de trem, mas também depósitos e armazéns, transportes e serviços diversos) são capital fixo. A divisão do trabalho penetra todo o espaço (e não somente “o espaço de trabalho”, aquele das empresas). O espaço inteiro é consumido produtivamente, tal como os edifícios e as instalações industriais, as máquinas, as matérias-primas e a própria força de trabalho (LEFEBVRE, 2000, p. 400).

E, por meio desse entendimento, faço das minhas as palavras de Sheila Taiane Pereira Trindade (2019), recém geógrafa baiana, que em sua pesquisa monográfica³⁰ intitulada *O território nos limites teóricos e práticos das comunidades de fundo e fecho de pasto*, com uma brava interjeição pontuou: 1) “Malditas sejam todas as cercas”! (e acrescento todas as demais técnicas político-espaciais a serviço da dominação capitalista, seja a cartografia, a regionalização, a estatística etc.); 2) “Maldita seja a propriedade privada”! (também acrescento as consequentes expropriações do trabalhador de seus meios de produção e reprodução, como a expropriação do trabalho privadas de seu detentor); 3) “Malditas sejam todas as leis”! (assim como todas as teorias, discursos e regras produzidas para corroborar a violência da dominação política sobre a população subjugada pelos possuidores e

³⁰ Sob orientação do Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia).

perpetuadores da propriedade privada dos meios de produção e reprodução da existência humana).

O território pode assim ser caracterizado como uma relação social de poder, de dominação política, produzido por [e produtor dos] conflitos e das contradições da realidade concreta, que vai se expressar na materialidade da terra (enquanto espaço concreto) e do terreno (enquanto espaço abstrato). Uma relação social que se inscreve na divisão social do trabalho e no conflito por ela produzida. Assim como Trindade avaliou, “o território se constitui como produto da realidade concreta e objetiva que emerge do conflito e das contradições da sociedade de classes perante as relações de poder pelo espaço” (TRINDADE, 2019, p. 25). O Território é uma relação social que carrega em si, 1) relações político-econômicas da propriedade privada dos meios de produção, 2) relações político-estratégicas ou político-jurídicas de produção e reprodução de regras, normativos, discursos e proposições científico-filosóficas, e, 3) técnicas de dominação político-espacial voltadas para privação, exclusão, apropriação do espaço.

Vale destacar que aqui o território se afirma como uma relação social não por reforçar uma crítica de que para o marxismo tudo se resume a um possível clichê “relação social”. Até porque, nem toda relação é efetivamente uma relação social. Na crítica a Proudhon, Marx explica que relações sociais “não são relações entre indivíduos, mas entre o operário e o capitalista, o arrendatário e o proprietário fundiário, etc. Suprimidas estas relações, estará suprimida a sociedade” (MARX, 2009, p. 115). É quando há uma relação com a sociedade. Quando as relações são postas pelo modo ou forma de sociedade. Mesmo que podendo se relacionar com outros indivíduos, tem-se em vista reproduzir o tipo de sociedade em que se vive e se produz. É certo que a forma de sociedade capitalista está mediada por um tipo particular de coisas, produtos do trabalho, em resumo, a mercadoria.

Assim como o capital, o território é uma relação social que compreende em si dezenas de outras relações, sejam políticas, jurídicas e culturais, por exemplo. Mas se diferencia num ponto incomum por ser uma relação social que pressupõe a espacialização da exploração, dominação e conflito, e que será materializado na terra (assim podendo dizer, na apropriação da natureza e sua transformação nos meios capitalistas de produção nas múltiplas escalas espaciais e nos diferentes espaços agrários e urbanos) e no terreno (tal qual a produção do espaço abstrato, espaço formal, fragmentado pela propriedade privada, e organizado, ocupado, controlado e

orientado para a reprodução das relações de produção, se estendendo também nas múltiplas escalas e negando as diferenças espaciais providas da natureza e da história).

Assim como Johanna Calle expressou em sua obra artística *Perímetros*, citada no capítulo anterior, folhas de papéis timbrados de títulos cartoriais são usadas para registros de propriedades de imóveis rurais e urbanos e socialmente aceitáveis como comprovação de propriedade privada. Mera abstração pensar que um pedaço de papel confira em si a posse de um terreno. Do mesmo modo, a formação territorial de um Estado pode ser entendida como a unidade entre as relações concretas de produção social e as abstrações socialmente convencionadas como realidades “naturais” ou historicamente e juridicamente dadas como verdade (vide o significado da Bula Inter Coetera ou do Tratado de Tordesilhas, ou a divisão da colônia portuguesa na América em capitanias hereditárias). Nas terras amazônicas, houve o registro cartorial de dois terrenos denunciados pelo Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação das terras públicas na região amazônica, que informava a presença de “duas áreas registradas no Cartório de Canutama, Amazonas, a Fazenda Eldorado e Santa Maria, com uma área de UM BILHÃO E QUINHENTOS MILHÕES DE HECTARES (sic); e a outra, a Fazenda Boca do Pamafari, com uma área de DOZE BILHÕES DE HECTARES (sic)” (BRASIL, 2001, p. 27). Vale destacar que o Brasil tem 850 milhões de hectares. Terra e terreno, espaço concreto e abstrato, são contraditoriamente postos em unidade na conformação territorial.

Na contraditória realidade concreta, se verifica que a manutenção e o avanço da “territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura)” (OLIVEIRA, 2016, p. 127), além da manutenção e avanço do “controle monopolístico do território, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios” (OLIVEIRA, 2016, p. 127).

Também, no avanço e na concentração do território, “o que se observa é a manutenção de uma política de favorecimento aos monopólios na indústria, na agricultura, no comércio, com especificidade para a indústria de informação” (CONCEIÇÃO, 2005, 168). Para Conceição, “a concentração territorial intensifica os bolsões de pobreza e, conseqüentemente, conflitos; aumento de marginalidade e

criminalidade, atos de violência que são cada vez mais intensos, frente ao crescente desemprego; gerando o crescimento desordenado das maiores cidades” (CONCEIÇÃO, 2005, 168).

Para Carlos, “o espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação” (CARLOS, 2007, p. 37). Essa relação de troca, “se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por estratos diferenciados da sociedade” (CARLOS, 2007, p. 37).

Mas, a concepção do território na produção das relações sociais, não tem como abdicar das singularidades das múltiplas determinações que forjam a produção do espaço em sua totalidade. Nele inclui questões políticas e jurídicas tanto quanto as questões culturais, ou mesmo as questões subjetivas de cada sujeito, da sua vida privada, ou de uma determinada classe ou fração de classe social. Afinal, não tem como dissociar, por exemplo, o desejo de moradia de um sujeito com a necessidade humana dele subsistir sob um teto ou a necessidade de moradia para sobrevivência humana com a perversa lógica da relação da propriedade privada. Não tem como separar o sentimento individual (humano) de tristeza, dor e raiva que sente um indivíduo ao ser ou ver alguém ser expropriado dos seus meios de produção de existência, como a terra, por exemplo, com a maneira inescrupulosa que as leis e as normas jurídicas são criadas e executadas para proteção e reprodução do capital. Não tem como sentir o sabor dos produtos alimentares que consumimos provindos da monopolização das terras do agronegócio, sem sentir o tempero amargo do sangue de trabalhadores subjugados ao fardo do nosso tempo histórico. Enquanto uma relação complexa, o território inclui em si múltiplas determinações e relações, sejam elas objetivas e subjetivas.

Entretanto, um número significativo de análises materialistas dialéticas tende a não relacionar múltiplas determinações e complexidades, inclusive as diferentes complexidades subjetivas, para o entendimento e crítica do território, com o receio destas análises serem consideradas pós-modernas ou que uma determinação é de grau menor se comparada com a determinação econômica. Retomando brevemente a discussão do quinto capítulo desta tese, onde apreendemos algumas lições de Marx sobre a materialidade, podemos reconhecer que as mulheres e os homens (“reais, ativos, tal como condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças

produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas” [MARX; ENGELS, 2007, p. 94]) produzem suas representações e ideias. E destituir tais representações e ideias, é não alcançar a gama de contradições abarcadas no território, principalmente quando estas contradições são produzidas por ideologias ou por representações coletivizadas no senso comum.

Enquanto nos estudos do território, não compreendermos que a realidade é complexa, incluindo em si objetividades e subjetividades em constante produção, não conseguiremos alcançar as múltiplas facetas para entendimento e crítica da totalidade. Como Ianni (2011) lembra, é preciso interrogar o real reiteradamente, para desvendar do real aquilo que não está dado, não é imediatamente verificado.

É como se a realidade fosse se tornando cada vez mais rica, mais complexa, mais viva. Retém muito daquilo que está no começo e vai recriando num percurso. Isto é um trabalho de reflexão complexo, que implica em desvendar do real que no caso é o modo capitalista de produção, dimensões, significados, tendências, que definitivamente não são dadas no nível dos acontecimentos vistos como fatos empíricos (IANNI, 2011, p. 398).

Assim, essa relação social de dominação política garante que, na materialidade da existência humana, se perpetue tanto a posse da propriedade privada dos meios de produção, seja no espaço urbano, seja no agrário, quanto o controle e a exploração da força de trabalho na extração de mais valor. Através da produção e reprodução dessa relação social, se fecha ou destrói fronteiras, ergue muros, expulsam populações de suas terras de sobrevivência, cria políticas de colonização, escravização, exploração; cria e reproduz políticas e constituições nacionais eugenistas, racistas, patriarcalistas; desenvolve políticas de desenvolvimento e ordenamento regional e territorial, localizando novos locus de dominação e exploração nos diferentes lugares, assim como avança na regulação de políticas exteriores a favor da perpetuação da propriedade privada, ao bel-prazer do mercado financeiro. Território, assim, se concebe e se produz através do qual novas formas de espacialização foram e são materializadas na produção e reprodução do capitalismo.



Um menino palestino e um soldado israelense, Muro na Cisjordânia.

Foto de Justin McIntosh, 2004.

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica do pensamento de Haesbaert, ao longo dos anos de suas pesquisas, acompanha dois pressupostos básicos: 1) o combate ao chamado dogmatismo filosófico (sempre enfatizando a necessidade da pluralidade/multiplicidade como parâmetro), e, em conjunto, 2) a busca pela superação das dicotomias, homogeneizações e totalizações (na defesa de relações mais igualitárias, móveis e híbridas, que se direciona na tendência de exclusão das contradições e da negação dos conflitos de classe). Para Haesbaert,

As multiplicidades constituem a própria realidade, propondo assim superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. Embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são “processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades”, estas “não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (Deleuze e Guatarri — citação do livro *Mil Platôs* vol. 1). Seu “modelo de realização”, portanto, não é hierarquia da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma (HAESBAERT, 2016b, p. 112-113).

E essa concepção analítica se prolonga nos estudos e proposições sobre o conceito de território. É comum na leitura nas mais diferentes publicações realizadas por Haesbaert, ao apresentar a explicação conceitual de território, criticar os limites em observar tal conceito em uma só “dimensão” ou “perspectiva”, seja política ou cultural, por exemplo, e a necessidade de focar o que para ele seria uma “perspectiva geográfica intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico/cultural) do espaço pelos grupos humanos” (HAESBAERT, 2016b, p. 16).

Desde a passagem entre as décadas de 1980 e 1990, Haesbaert indicava que “além da tradicional abordagem da organização econômica produzindo sua divisão territorial do trabalho, é preciso reconhecer que o espaço sobrepõe a esta função produtiva, e às vezes de modo ainda mais enfático, uma função político-disciplinar e

simbólica” (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 13). Além que “a espacialidade (social) compreende ao mesmo tempo uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo” (HAESBAERT, 2017 [1988], p. 87). Também defendia a territorialização “como o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade” (HAESBAERT, 2017 [1990], p. 45).

Mas essa mesma concepção percorre até os anos mais recentes, mesmo sobressaltando as especificidades da Geografia do tempo presente, quando afirma que o “território, no nosso ponto de vista, é tido como um espaço geográfico dominado e/ou apropriado, cujas práticas sociais são focalizadas enquanto relações de poder” (HAESBAERT, 2014b, p. 5). Ou numa publicação ainda mais recente, Haesbaert ressalta que

podemos afirmar que o território, como categoria de análise, deve sempre estar situado dentro de uma relação que se estende desde uma perspectiva mais estritamente funcional, na materialidade de uma porção do solo ou terra delimitada (e controlada), por exemplo, através de um muro; até a abordagem mais simbólica, envolvendo o poder de uma consciência identitária – um tipo de territorialidade, se desejarmos – que existe primeiramente só na medida em que se refere a um espaço, seja atual ou do passado, mas que nos mobiliza e empodera. Em outras palavras, trata-se de ir e vir entre processos que Henri Lefebvre chamou de dominação (de caráter mais abstrato ligado, por exemplo, ao valor de troca) e apropriação do espaço (mais vinculado ao valor de uso) (HAESBAERT, 2019, p. 85).

Dessa maneira, aquilo que nas décadas de 1980 e 1990 foi considerado como uma leitura dogmática ou centralizadora (em especial as proposições sob a concepção materialista e dialética da história), nas últimas décadas, com o esforço de realizar uma leitura decolonial na Geografia³¹, configura-se seu equivalentemente o que Haesbaert vem intitular como uma leitura “monológica eurocentrista”. Em seu

³¹ Está em processo de escrita um novo livro de Haesbaert a ser intitulado *Território e Decolonialidade: diálogos entre o giro espacial-territorial e o giro decolonial na América Latina*, de acordo com sua fala na palestra virtual concedida para o Laboratório Território, Cultura e Representações da Universidade Federal do Paraná (LATECRE), publicada na página: https://www.youtube.com/watch?v=Qcx_7OC7TVw.

projeto de pesquisa³² em desenvolvimento, Haesbaert se propõe a pensar e/ou repensar o território a partir da sua utilização centrada nas perspectivas tanto das “práticas e ressignificações cotidianas”, quanto das “lutas políticas de resistência”, provindos dos “saberes” forjados no contexto latino-americano. Vale ressaltar que, para Haesbaert (2020a), pensamento monológico eurocentrista será todo aquele que seja para ele um pensamento dogmático, fechado ou centralizador.

Ao contrário de muitas geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território a partir da ação dos grupos hegemônicos (o território como “tecnologia de poder” [ELDEN, 2013]), na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (HAESBAERT, 2020a, p. 76).

Essa é uma interpretação de Haesbaert e de outros teóricos decoloniais, que ganha assentamento nos diferentes discursos de movimentos sociais, camponeses e urbanos (vide, por exemplo, as pautas de luta por território pelos povos tradicionais/originários do Brasil e América Latina³³), assim como nas próprias instituições do Estado (vide, por exemplo, a regionalização implantada com os “Territórios de Identidade”³⁴ pelo governo do estado da Bahia para definição de políticas públicas, a partir dos “arranjos produtivos locais” de cada região do estado). Entretanto, consideramos que, nos termos colocado por Haesbaert (2014c) entre categorias da prática e normativa, os movimentos sociais camponeses ou indígenas (que “usam” do território como “categoria da prática”), utilizam o conceito de território como terra (abarcando todas as suas relações de propriedade e subjetividade), e o Estado que intermedia políticas públicas territoriais (que “usam” do território como “categoria normativa”), utilizam o conceito de território como terreno.

Mas Haesbaert está a dialogar, em especial, com aqueles que “usam” na “prática” o território como “modo/espço de vida” através de diferentes “configurações de poder”, “onde a dimensão simbólica do poder tem sempre grande relevância,

³² Projeto de pesquisa intitulado *Território como categoria da prática social numa perspectiva latino-americana*.

³³ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Prioridade-definida-luta-por-territorio-e-conhecimento/2/2159>

³⁴ http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf

constroem seus territórios a partir de outra abordagem epistêmica e de outras práticas socioculturais, em maior ou menor grau subversoras daquelas de matriz europeia propagadas pelos grupos/classes hegemônicos” (HAESBAERT, 2020b, p. 143).

O entendimento que une as leituras conceituais do território, realizadas por Haesbaert nos últimos quarenta anos, reconhecendo as particularidades históricas na produção do seu pensamento, tem sido o “foco centralizado na espacialidade das relações de poder” (HAESBAERT, 2008a, p. 105). Mesmo Deleuze e Guattari compondo uma das suas principais leituras pós-estruturalistas, dedicando até mesmo um capítulo do livro *O Mito da Desterritorialização* para analisar o território e a desterritorialização tendo ambos autores como base de fundamentação, será em Foucault que Haesbaert sustentará sua defesa de crítica desde o que ele chamou de dogmatismo ou leituras totalizantes, até o que ele vem chamar de leitura monológica eurocentrista. Afinal, assim como Foucault, Haesbaert “vê” em toda relação social, uma relação de poder, e o território uma dimensão do espaço, logo, abarcado por relações de poder.

A concepção de poder que nos leva a uma definição efetivamente relacional e não estruturalista de território é aquela que, inspirada em um autor como Foucault (e seguindo Raffestin, [...]), vê em toda relação social – e assim, em toda relação de construção do espaço – uma relação de poder, ou seja, a “dimensão territorial” está sempre presente em todo processo de construção do espaço enquanto espaço social.

(...) o problema ocorre justamente quando não percebemos o território enquanto dimensão do espaço (de todo e qualquer espaço) e separamos (como faz Raffestin) espaço de território (ainda que em termos de um antes, “matéria-prima”, e um depois, “espaço socialmente apropriado”). Nossa concepção relacional de poder – o poder não apenas como mediador, mas como constituinte, indissociável, de qualquer relação social – pretende ir um pouco além de Foucault e destaca também sua perspectiva simbólica que, sob nosso capitalismo “de espetáculo” (parafraseando Guy Debord), torna-se cada vez mais relevante (HAESBAERT, 2013a, p. 807-808, grifo nosso).

Assim, Haesbaert vai enfatizar que frente à essa abordagem, “onde se afirma um poder onisciente e onipresente (embora multifacetado), devemos enfatizar também a moldagem daquilo que o próprio autor [Foucault] denomina ‘contrapoderes’” (HAESBAERT, 2017 [1988], p. 85), como por exemplo, naquilo que “grupos subalternos cultural e territorialmente diferenciados que, através de suas práticas,

resistências e lutas, ajudam-nos a compreender e a elaborar novas concepções de território” (HAESBAERT, 2020a, p. 85). Mas, ao utilizar os “saberes” de grupos subalternos cultural e territorialmente diferenciados (movimentos camponeses e indígenas, por exemplo), para produzir o que ele denomina de “categoria da prática” na explicação conceitual de território, aqui precisa ser reposta uma questão que em 1985 tinha sido refletida por Gayatri Chakravorty Spivak, crítica e teórica indiana dos estudos subalternos, em sua obra *Pode o subalterno falar?*

Spivak (2014), neste texto, vai se descolar dos estudos pós-coloniais a partir de uma crítica aos esforços atuais do “Ocidente” para problematizar o sujeito, em direção à questão de como o sujeito do “Terceiro Mundo” é representado no discurso ocidental, recorrendo ao argumento de que a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do “Ocidente”³⁵. A partir de uma reflexão crítica de um diálogo³⁶ entre Foucault e Deleuze, Spivak vai colocar que ambos intelectuais

ênfatizam as contribuições mais importantes da teoria pós-estruturalista francesa: primeiro, que as redes de poder/desejo/interesse são tão heterogêneas que sua redução a uma narrativa coerente é contraproducente — faz-se necessário, portanto, uma crítica persistente; e, segundo, que os intelectuais devem tentar revelar e conhecer o discurso do Outro da sociedade. Entretanto, ambos os autores ignoram sistematicamente a questão da ideologia e seu próprio envolvimento na história intelectual e econômica (SPIVAK, 2014, p. 26-27).

Não adentrando necessariamente nos pormenores expostos por Spivak (2014), é preciso apontar algumas importantes considerações tendo como pressuposto os seus argumentos em relação ao entendimento de Foucault e Deleuze: O vínculo com a luta dos trabalhadores se localiza, sobretudo, no desejo. A referência à luta dos trabalhadores é problemática, pois, ignora a divisão internacional do trabalho e é incapaz de lidar com o capitalismo global. O vínculo com a luta dos trabalhadores está no desejo de acabar com o poder em qualquer local de sua aplicação (o poder é total, está no todo e em todos). A indiferença à ideologia é notável, assim como não é admitida a ideia de contradição constitutiva. Assim sendo,

³⁵ Spivak (2014) argumenta que o “sujeito subalterno” é um efeito do discurso dominante.

³⁶ *Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*. Texto extraído do livro *Linguagem, Contra-Memória, Prática: Ensaio Seleccionados e Entrevistas*.

de acordo com Foucault e Deleuze, os oprimidos, se tiverem a oportunidade, e por meio de uma política múltipla de alianças, “podem falar e conhecer suas condições”. Mas Spivak (2014) coloca a necessidade de confrontar a seguinte questão: “no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, *pode o subalterno falar?*” (SIPVAK, 2014, p. 70, grifo da autora).

Ao ponderar essa questão levantada primeiramente pelo Grupo de “Estudos Subalternos”³⁷, grupo indiano influenciado pelo pensamento gramsciano, Spivak se preocupa em produzir uma autocrítica de como lemos e aprendemos o mundo contemporâneo. Spivak (2014) vai examinar o “lugar” do investigador ou teórico “pós-colonial” que julga poder “re-presentar” ou falar pelo outro (indivíduo), e, pelo “Outro” (sempre exterior a si), construir uma defesa de resistência, ou, nos dizeres de Haesbaert, “re-existência”. Assim, é inevitável nos estudos subalternos (ou pós-coloniais/decoloniais, em suas diferenças), reproduzindo as estruturas de poder e opressão, na banal representação ou re-apresentação, manterem os sujeitos “subalternos” silenciados, sem oferecer a possibilidade de uma real representação coletiva, e principalmente, no qual possa tais sujeitos sejam ouvidos. Para Spivak, não se pode simplesmente querer falar pelo subalterno, mas trabalhar contra o que se produz a subalternidade (ALMEIDA, 2014). Assim como Spivak (2014) aponta que o discurso de Foucault e Deleuze perpassa pela rejeição de argumentos que nomeiam os conceitos de ideologia, divisão internacional do trabalho e luta de classes, de igual modo aqui consideramos a negação de tais argumentos nas leituras realizadas por Haesbaert ao tocante da análise conceitual do território.

Eis o pensamento de Haesbaert em relação à dialética. Desconsidera a dialética enquanto movimento, contradição e transformação, ao mesmo tempo que nega a crítica à luta de classes e à relação capital-trabalho. Defende que as novas demandas do “mundo contemporâneo” trazem novas exigências para responder às dinâmicas múltiplas e fragmentárias do espaço social. No confronto à dominação das estratégias macropolíticas (desde as hegemônicas até as contra-hegemônicas), forjam-se micro-resistências capazes de dar fala e acredita que tais micro-resistências

³⁷ “O projeto [do Grupo de Estudos Subalternos] é o de repensar a historiografia colonial indiana, a partir da perspectiva da cadeia descontínua de insurgências de camponeses durante a ocupação colonial” (SIPVAK, 2014, p. 72).

são possibilidades para impor novas formas de ordenamento territorial. A resolução dos problemas conceituais parte da tentativa de integrar (através da hibridização) múltiplas assertivas (políticas, econômicas, culturais etc.) desde àquelas que se produzem nas vivências do senso comum às que são concebidas de forma científica. Mesmo que essas assertivas neguem-se umas às outras, tornando-as inócuas de produção.

Haesbaert entende que o “real” (quando sua existência se torna uma questão de reflexão) está mergulhado dentro desse jogo indissociável entre os campos ideal e material, subjetivo e objetivo. Assim, reforçamos que a marca do pensamento de Haesbaert será a de uma abordagem de convergências e conveniências, sendo comum em seus textos a apresentação de diferentes teses, teorias e hipóteses de pesquisa, que ao sair ressaltando seus “prós e contras”, tende-se ao que convergem e que podem convenientemente (em recortes pontuais) serem integradas.

Em Raffestin, criticando seu entendimento “funcionalista” do território, o utiliza para explicar a representação imagética entre redes e zonas (e nós) como elementos fundamentais de constituição do território. Em Harvey, não faz a leitura de toda sua defesa crítica sobre a produção capitalista do espaço, mas vai usá-lo como referência quando toca no assunto de distâncias físicas na “compressão espaço-tempo” ou sobre a noção de um “espaço relacional”, para contrapor as noções de espaço absoluto e relativo. Em Lefebvre, no uso da distinção entre apropriação e dominação do espaço social (distinção usada de forma equivocada na associação com o conceito de território), apaga que o mesmo fez uma análise materialista dialética de transformação da sociedade, retomando continuamente os conceitos de Marx. Isso, para além das aproximações com Foucault, Deleuze e Guattari, como já colocado antes, seja quando for para apresentar um reforço sobre relações de poder, seja quando for para apresentar a integralidade relacional em sua abordagem.

Aqui excluindo outras mais referências de Haesbaert, essa confusão teórica despoja as diferenças existentes entre elas. Como se em cada teoria, pudesse ser escolhido o que é válido e o que não seja, e daí construir uma outra coisa ao pensamento particularizado de cada indivíduo. As teorias cientificamente elaboradas são transpostas para múltiplas narrativas, válidas como argumento. Cada um (indivíduo/grupo de indivíduos) constrói sua ideia de mundo e do real, através do que se entende pela unidade “matéria-ideia”.

Mais recentemente, quando Haesbaert (2020a) pontuou como muitos grupos sociais latinoamericanos, especialmente os povos originários e movimentos de mulheres – principalmente mulheres indígenas, dão ênfase ao “corpo-terra-território” como “categoria da prática”, ele expõe que estes

Trata-se de grupos cuja existência se deve a essa relação indissociável de seus corpos/afetos com os espaços de vivência cotidiana, rompendo, relacionalmente, com a visão dicotômica entre materialidade e espiritualidade, sensibilidade e consciência, natureza e sociedade e, obviamente, corpo e espírito, pois a concepção de corpo/corporeidade embutida nesses “territórios-corpo” é profundamente moldada, também, por um conteúdo simbólico ou, se preferirmos, espiritual (HAESBAERT, 2020a, p. 87).

Eis o pensamento de Haesbaert em relação à matéria. A matéria é o físico-concreto, corpóreo, tangível, delimitável. O contrário de matéria se define por imatéria, que é o metafísico, espiritual, incorpóreo, intangível. Comumente associa o que para ele seria um espaço zonal ou areal como material, e o espaço reticular como imaterial. Assim como, também associa a matéria à fixidez ou imobilidade, e a imatéria a fluxo ou mobilidade. Isso faz propor que a “realidade” é a junção das “dimensões” material e imaterial, e que tal relação o chama de i-materialidade. Para ele, o materialista fecha a sua análise num espaço concreto, e o idealista num espaço simbólico. O geógrafo ou a geógrafa materialista mais radical “interpreta o espaço como realidade ou objeto físico-material independente de ou externo a suas relações” (HAESBAERT, 2014c, p. 37), onde será reforçada “a concepção de espaço como mero conjunto dos objetos físicos (naturais e sociais) ou ainda como ‘matéria-prima’ ou ‘base natural’ (‘primeira natureza’, numa linguagem marxista) sobre a qual se desdobra o trabalho e a produção de significados sociais” (HAESBAERT, 2014c, p. 37).

Apesar de comumente reforçar a existência de um “*continuum*” entre funcionalidade e simbolismo, entre um território de dominância “funcional” e outro de dominância “simbólica”, Haesbaert vai afirmar que “a realidade contemporânea, dominada pelo mundo das imagens e das representações, acabou incorporando com certa ênfase no próprio âmbito das proposições geográficas uma visão ‘mais idealista’ de território” (HAESBAERT, 2007, p. 24), se comparado com a permanência de uma “visão” mais materialista. Isso vai desenvolver um pensamento do território muito mais próximo daquilo que pode ser representado ou imaginado, do que, de fato, esteja no

mundo real. A “realidade contemporânea” forçou nosso autor geógrafo a compreender que o ponto de partida para o entendimento humano e social possa estar em nossa forma de agir e pensar no e pelo ciberespaço (virtual/redes).

Se a matéria entendemos como a própria realidade, vale destacar que, para o pós-estruturalista em questão, o real seria o concreto, e a realidade, a concretude. Mas não seria uma concretude e um concreto abarcados pela totalidade e pela história, mas sim experienciados pelas vivências do presente. Experienciados pelas sensações do corpo, do indivíduo, pelo aspecto a-histórico e fundamentalmente biofísico. O sujeito histórico dialético se dilui na sua substituição pelas práticas discursivas. Transformada em discurso, a realidade objetiva se destitui, não sendo possível diferenciar o verdadeiro e o falso. Tanto a realidade, quanto a verdade, são politicamente arquitetadas e construídas como discurso e representação. Somente a “razão” é incapaz de dar conta do que possa ser entendido como realidade. Meio que um retorno a Kant, onde a realidade é incompreensível em sua integralidade, pois nos submetemos aos sentidos como via de regra posta para acesso ao real (CHAUÍ, 2000).

Na produção do pensamento de Haesbaert, não se identifica o esforço da crítica da existência ou não da realidade, mas sim a incapacidade da razão em dar conta de explicação do real. Assim, isso põe “uma racionalidade que, apesar de não partilhar de uma objetividade plena, e de conviver com o mistério dos sentidos, do prazer e das ‘ilusões’, não se nega à tarefa de buscar respostas, mesmo sabendo que elas serão sempre provisórias” (HAESBAERT, 1990, p. 88). Não observando a realidade como uma totalidade de máxima complexidade constituídas de totalidades de menores complexidades, nem tentando encontrar as determinações específicas dessas complexidades. Na crítica ao materialismo dialético, Haesbaert (1990, p. 76) goza afirmando que o “fato que parece ignorado por muitos marxistas” é que

Apesar de “essencialmente contraditória”, a realidade estaria amplamente condensada, mais uma vez, nos limites da razão, de muitas formas sufocando a paixão, a subjetividade humana, reveladoras tão-somente da “aparência” do mundo. A percepção subjetiva do espaço seria mais uma vez considerada “mera abstração” frente à necessária e sempre determinante objetividade/concreticidade do social. O “todo” não só é declarado superior em relação às partes, como as determina, inexoravelmente (HAESBAERT, 1990, p. 76).

Eis o pensamento de Haesbaert em relação à totalidade. Um “todo” constituído por partes em interação funcional. A totalidade como caos totalizante. Em sua base epistêmica e fundamentação teórica preconiza a totalidade como fechamento e totalização. Sua crítica propõe a rejeição do sistema completo do mundo, reverberando aceitar que existe o infinito e o indefinido. Afinal, a totalidade seria o fechamento da soma, do todo, do tudo, do total. Muito do que o filósofo liberal Cornelius Castoriadis orientou em suas fundamentações (HAESBAERT, 1990). Uma totalidade descaracterizada da unidade dos contrários e, ao mesmo tempo, da luta contínua entre eles; descaracterizada das contradições da realidade. Uma totalidade que apaga a possibilidade de aberturas, da unidade do real e do conhecimento, da natureza e da sociedade, e não explora o vir a ser e o presente, em que se concebe e (re)produz em complexidades quer complementares, quer diferentes e contraditórias.

Haesbaert se coloca contrário em entender a totalidade “refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva” (MÉSZÁROS, 2012, p. 596), ou que as mediações concretas múltiplas constituam a estrutura de determinada totalidade social. Levando-o a se posicionar que a ordem (ou desordem) do mundo caótico fragmentado, deve ser introduzida pelos horizontes subjetivos e representativos. Passando despercebido pela noção de totalidade com uma realidade historicamente concreta e complexa, sempre esbarrando numa “representação caótica de um todo”, e não tendendo sua análise para uma “rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 2011, p. 54). Afinal de contas, em sua abordagem não concebe que

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 54).

Ao ainda defender a máxima que “talvez a única luta plausível, hoje, esteja no plural” (HAESBAERT, 1990, p. 90), recai sobre sua defesa explicações sobre as complexidades do real que celebra ainda mais o papel do acaso como orientação do “acontecimento”, do “singular”, do “pontual”, tornando aleatório, frágil e marginal o

fundamento de sua reflexão, especialmente quando há a necessidade de enfocar ou sustentar o peso dos problemas postos nas complexidades das múltiplas escalas espaciais, e quando nestes problemas, necessitava (e ainda necessita) a crítica à produção capitalista do espaço. “A adoção do modelo da linguagem como ‘chave para todas as mitologias’, longe de esclarecer ou decodificar as relações entre estrutura e sujeito, levou de um absolutismo retórico da primeira a um fetichismo fragmentado do segundo, sem sequer avançar uma teoria acerca das suas *relações*” (ANDERSON, 2004, p. 189, grifo do autor).

Eis o pensamento de Haesbaert na negação da ideologia e da luta de classes. Na exclamação que “a vida-realidade é bem mais complexa do que a objetividade da filosofia ‘materialista’ nos faz crer” (HAESBAERT, 1990, p. 89), assevera a ideologia não só como compreensão de um conjunto de ideias, mas que tal conceito deve ser “desconstruído” no momento que é inserido o discurso em seu lugar. O discurso passa a ser essencial na modelagem das relações sociais. Nega a ideologia como falsa consciência, uma forma enganosa de compreensão do real, manifestação na qual a realidade é invertida para primazia e bel-prazer de uma determinada classe social sobre as demais. E nas entrelinhas afirma que somente tal discurso, e não a ideologia, é capaz de moldar as relações sociais. Considerando o discurso “ideológico”, ou aquele “carregado de ideologias” sempre como um discurso totalizante.

Para Haesbaert, também, a luta de classes pode ser pensada como uma parte estrutural expressiva que é abarcada nas lutas sociais, mas que não deve ser considerada a exclusiva ou a mais meritória luta a ser travada. Classe social paira na dimensão econômica, não sendo, para ele, constitutivamente interseccionado com as dimensões culturais, políticas e naturais do espaço geográfico. As classes dominadas se pulverizam em diversos grupos de indivíduos ora reconhecidos pela sua “subalternidade” ora pela sua “resistência”. Resistência é a forma como Haesbaert, ou o próprio Foucault, concebe a luta pela “libertação” ao poder (onipresente), sendo este o único programa político possível num mundo fragmentado, resistir. Quer dizer, resta a tais grupos, opor-se e desobedecer ao/o “poder” (disperso em distintas e diversas relações humanas). Afinal, como pode haver um programa político que unifique os diversos grupos “subalternos” e de “resistência”, onde há um aglomerado disforme e desconexo de lutas parciais. São como pontos ligados em redes, mas que tais voam num redemoinho de coisas confusas, indo a lugar nenhum.

Assim, retomamos a reflexão da tese posta na introdução deste trabalho doutoral. A Geografia no Brasil, em maior presença nos últimos quarenta anos, tem produzido estudos conceituais do território com fundamento em concepções liberais e irracionalistas, sob o manto da “pluralidade” e de uma “abordagem relacional”, tendo objetivo atender as perspectivas voltadas aos estudos da territorialidade e aos projetos e planejamentos investidos à escala local, assim como, amparar e legitimar diversos discursos e políticas públicas liberais sob interesse da burguesia. Dentre tais estudos, ressaltam-se no Brasil os estudos realizados por Rogério Haesbaert, tanto pela quantidade de pesquisas que o utiliza como fundamentação teórica básica, quanto pelo esforço teórico na conceituação/problematização do território, conjugando antinomias e metáforas espaciais, do que ele relaciona entre processos concreto-funcionais e simbólico-identitários. Se, por um lado, nas obras de Haesbaert o conceito de território enquanto localidade, territorialidade ou lugar foi (re)valorizado, por outro, ocorreu a completa banalização das questões econômico-políticas, reduzindo rigorosamente o debate sobre os conflitos, a dominação de determinadas classes sociais sobre as outras, o caráter ativo do Estado burguês e as múltiplas relações e determinações abarcadas na totalidade da produção capitalista do espaço.

Na crítica ao movimento da Geografia Crítica no Brasil, na passagem entre as décadas de 1970 e 1990, foi promovido para as décadas seguintes não somente um reforço para reflexões mais dóceis, passivas e fáceis de controlar e manipular para quaisquer que fossem as orientações políticas e burocráticas (“múltiplas”), mas principalmente a uma vegetalização da ciência, onde a teoria e a reflexão filosófica, ou mesmo o subjetivo e a chamada relação “i-material”, não passaram (e ainda não passam) de meras manifestações linguísticas, textos. Meio como uma fração da intelectualidade pós-moderna não somente defende o fim do marxismo, por ser uma teoria “totalizante”, mas o fim de toda e qualquer teoria. Afinal, esta intelectualidade questiona qual teoria não seria, por si mesma, “totalizante”. Como já afirmado na introdução desta tese, não é de se assustar que dos trabalhos doutorais que se fundamentam em Haesbaert (muitos desses ou reforçando uma descrição dos lugares e das manifestações culturais ou somente re-aplicando teorias em seus apontamentos), oitenta por cento destes levantam a bandeira de que seja através do desenvolvimento econômico ou territorial, de uma boa gestão e organização do território, ou simplesmente do reconhecimento da diversidade e pluralidade dos modos de vida e de suas territorialidades, possa chegar a uma justa espacialidade,

uma justa relação cultural, política e mercantil, e que leve a uma vida “digna e próspera”, a um “bem-viver”, possivelmente nos tornando todos “comuns”.

Além disso, desde que os termos de referência deste “pluralismo” sejam estabelecidos pelos pressupostos não-contestáveis e pelos imperativos “constitucionais” apriorísticos da própria ordem social prevalecente, o caráter de classe do pluralismo nunca é realmente questionado pelas forças de oposição institucionalizadas. Elas mesmas são constituídas para operar dentro dos limites predeterminados da estrutura de legitimação política e ideológica do adversário. Na verdade, a aceitação aberta e ritualisticamente reiterada daquela estrutura, em nome do *pluralismo* — que não consegue reconhecer o vínculo efetivo deste último com os interesses parciais dos capitais em competição, interesses opostos aos da esmagadora maioria da sociedade —, torna o modo estabelecido de legitimação pluralista uma das armas mais poderosas do arsenal da ideologia dominante (MÉSZÁROS, 2012, p. 244-245, grifo do autor).

No entendimento de Mészáros (2012), uma multiplicidade de abordagens é posta em atividade, indo da mais aparente “neutralidade valorativa” (weberiana) e a indiferença política do estruturalismo (agnóstico) ao sujeito histórico até a apologia de ex-marxistas transformados em antimarxistas profissionais (como do anti-humanismo dos descendentes foucaultianos). Todavia, entre tais, permanece oculta a substância de classe fundamentalmente idêntica das ideologias pluralisticamente dominantes, podendo exercer com muito mais eficácia sua função mistificadora. “Tudo o que se exige das diversas abordagens pluralistas para transformá-las em componentes importantes da ideologia dominante é a aceitação de alguns princípios metodológicos fundamentais como seu denominador comum” (MÉSZÁROS, 2012, p. 245). Em reconhecimento a seus pressupostos metodológicos comuns, essas abordagens revestidas de ideologia, permitem se cobrir sobre o manto da “pluralidade” desde que tal manto oculte importantes compromissos de valor político, de alternativa radical. Afinal, para estas, “uma alternativa radical à ordem dominante é rejeitada como manifestação de ‘emotividade’ e irracionalidade” (MÉSZÁROS, 2012, p. 245). Uma propositura de transformação radical é irracional. Isso provoca, como vimos, “um profundo empobrecimento da realidade, na medida que são declaradas ‘subjetivas’ (e, portanto, irracionais) as questões essenciais da sociedade: as da história, do humanismo, da dialética” (COUTINHO, 2010, p. 80).

Coutinho (2010) expressa com cuidado como o irracionalismo e o “racionalismo” formalista são expressões do pensamento ideológico do momento

histórico contemporâneo (o estruturalismo ou o pós-estruturalismo são somente manifestações dessas expressões do pensamento). Em momentos de crise, a burguesia acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista; em períodos de estabilidade, de “segurança”, reverbera orientações fundadas no racionalismo formal. Ambas abandonando os três núcleos categoriais que o marxismo herdou da filosofia clássica, que a própria burguesia elaborou em sua fase ascendente: o historicismo concreto (historicismo enquanto afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana), a concepção de mundo humanista (humanismo como a teoria que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva) e a razão dialética (em seu duplo aspecto, de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade, na forma de unidade dos contrários, quanto das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva).

O que realmente interessa é assinalar o caráter nitidamente ideológico das novas categorias “corrigidas” que ocupam agora o primeiro plano. Em lugar do humanismo, surge um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma “coisa”, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo do surgimento do novo) em algo “superficial” ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (COUTINHO, 2010, p. 30-31).

A crítica que Coutinho (2010) empreende ao estruturalismo pode ser estendida a todas as demais manifestações ideológicas que transformam em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana. Podendo assim estender a crítica ao pós-estruturalismo. Um dos acordos básicos entre o estruturalismo e o seu “pós-” está em que os sucessores não somente deram continuidade, mas elevaram em máxima potência às bases da primeira. Além dessas filosofias da subjetividade revelarem um traço profundamente religioso, muitas vezes se vinculando espiritualmente com formas de vida pré-capitalistas (hoje com o discurso de decolonialidade), substituem significativamente a essência ontológica do real pela

reprodução imediata da aparência. “Desse modo, tudo o que é objeto da razão dialética — e que nela, e só nela, pode ser elevado à consciência — é declarado como ‘metafísica’, ‘falso problema’, ‘resíduo irracional’; a destruição e a miséria da razão desembocam no mesmo ponto” (COUTINHO, 2010, p. 53). Na condenação à arbitrariedade subjetivista os momentos essenciais da vida humana, a contradição é vetada como modo de ser primário dos processos reais, a história aparece como algo “superficial” e incognoscível, e “a própria atividade humana, a práxis social em todas as suas determinações, vai sendo progressivamente afastada do domínio da racionalidade” (COUTINHO, 2010, p. 55).

No esteio do pós-estruturalismo, pós-modernismo e outros “pós” (crítica, marxismo, materialismo), por exemplo, uma variedade de conteúdos formalistas e agnósticos são explicados em termos de poder (e em outro grau, dominação, apropriação e resistência, por exemplo). Afinal, “o ‘poder’ é o buraco negro intelectual para o qual todo e qualquer conteúdo cultural acaba sendo sugado. (...) porque o argumento consiste inteiramente em categorizar a forma cultural em pauta em termos de dominação [poder], como se isso desse conta” (SAHLINS, 2018, p. 30). O caráter tão abstrato das “relações de poder” esteriliza as diferenças de classe e tais relações se confundem com a própria natureza social do ser humano. Ao contrário do materialismo dialético que acredita que a subordinação do homem pelo homem tem uma história e uma origem: a divisão da sociedade em classes; “para Foucault, a opressão só tem história, mas é eterna, imanente ao próprio homem. Não há dúvida de que, para Foucault, as relações de opressão são imanentes ao ser humano” (CARRILLO, 2020).

Conforme visto por Mészáros (2012) e Coutinho (2010), o capitalismo “torna o modo estabelecido de legitimação pluralista uma das armas mais poderosas do arsenal da ideologia dominante” (MÉSZÁROS, 2012, p. 245). Nesse levante em nome do pluralismo e na defesa da multiplicidade de abordagens, o poder se torna a explicação onipresente de todos os problemas das relações humanas, se convertendo numa força metafísica e numa parte da própria natureza humana. A humanidade se torna opressora por natureza, e cada relação, especialmente em escala “micro”, tem sua parcela no desenvolvimento de dominação/resistência. Daí o capitalismo se beneficia do discurso eficiente da “micropolítica” para interesses dos capitais em competição, pois o capitalismo acaba se regozijando na produção cada vez mais acentuada de sujeitos que lutam abraçados em suas individualidades e dentro de

bolhas heterotópicas, muitas vezes deslocando pautas de gênero, sexualidade, etnia, raça, colonialidade, que distancia ou “cancela” de seu horizonte as contradições objetivas, a histórica concreta e a práxis social. O mesmo manto da “pluralidade” e de uma “abordagem relacional” que cobre a análise de Haesbaert e outros pós-estruturalistas e pós-modernos na contemporânea Geografia produzida no Brasil,

revela um ambiente de total fragmentação, que se reverte ideologicamente nas concepções do pluralismo absoluto e possui ao mesmo tempo um outro componente, a necessidade de retirar do âmbito do debate a centralidade do trabalho. Assim revela as características atuais do capitalismo, que é, por um lado, desenvolvido e universalizado e, por outro, extremamente excludente.

O trabalho deixa de ser a categoria principal e entram em seu lugar as características de homens e mulheres, de sexo e etnia.

A ideologia de mercado traz a ideia de democracia baseada na hipótese de que os grupos são organizados ou potencialmente organizáveis, assim sendo, a ação desses grupos, movidos por suas reivindicações, representa o panorama no qual se trava a luta democrática. Enfatizando que as lutas universalizantes são impossíveis. Mistificando o político.

A micropolítica é a exarcebação das diferenças e dos grupos. É a luta contra a totalidade, e da construção da subjetividade, da impossibilidade de articulação maior das lutas, exprime a total invisibilidade do econômico, do social e do político no sentido mais amplo.

Decretar o fim da política e a emergência da micropolítica e do individual sobre o coletivo é o abandono na pós-modernidade da luta política pelas modificações revolucionárias da realidade – as revoluções não são mais possíveis, somente pequenas reformas, restringindo a luta democrática ao âmbito da manifestação de lobbies, que ocorre nos limites do mercado (PEIXOTO, 2017).

No bojo de negação da práxis revolucionária, os geógrafos pós-estruturalistas e pós-modernos prolongam o entendimento foucaultiano de universalização das fragmentárias “relações de poder” para o campo da Geografia. E, assim, ao reproduzir uma concepção distorcida da história ou uma abstração total dela, Haesbaert (como representante dos estudos do território no Brasil) em seu processo de produção de pensamento tem convertido contradições dialéticas em antinomias e elevado momentos isolados de uma totalidade contraditória em metáforas espaciais. Enquanto a construção de suas ideias, com fundamento em concepções liberais, atender aos projetos e planejamentos investidos no desenvolvimento local e outras políticas públicas voltadas à territorialização e monopólio do capital nas múltiplas escalas espaciais, tal pesquisador irá continuar reforçando uma completa banalização das

questões econômico-políticas, reduzindo rigorosamente o debate sobre os conflitos, a dominação de determinadas classes sociais sobre as outras, o caráter ativo do Estado burguês e as múltiplas relações e determinações abarcadas na totalidade da produção capitalista do espaço.

Na crítica aos pressupostos pós-estruturalistas e pós-modernos, através do método materialismo histórico dialético, aqui defende-se uma Geografia compromissada com a transformação social, para além de antinomias e metáforas de uma ciência voltada para reprodução da lógica liberal e fomentadora de políticas para reprodução do capital. Uma Geografia que além de denunciar a contradição entre o mundo das aparências e do consumo e a irracionalidade presente no conjunto da sociedade, possa também proclamar aquilo que as concepções liberais tem tentado destruir: as questões da luta por uma outra sociedade e da liberdade humana real.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), São Paulo/SP: CEBRAP, v. 87, pp. 97-113, 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo/SP: USP, v. IV, pp. 379-397, 2000.

ALMEIDA, Maria Geralda. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural. **Geonordeste**, São Cristóvão/SE: PPGeo-UFS, v. 01, pp. 33-54, 2008.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio: apresentando Spivak. *In*: SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2. reimpressão, 2014.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma geografia para o século XXI**. Recife: CEPE, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. Tendências Atuais da Geografia Brasileira. **Geonordeste**, Aracaju: NPGeo-UFS, n. 2, pp. 14-23, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 54, 1977.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda . **Filosofando**, introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1993. Disponível em: <<http://joinville.ifsc.edu.br/~sergio.sell/m%C3%B3dulo%204/Livro%20Filosofando%20Aranha%20-%20livro%20completo.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ARAUJO, Amanda Cavaliere Lima. Uma radiografia crítica do “ambiente” no enquadramento legal de livros didáticos de Geografia: limites e caminhos integradores como estratégias de sobrevivência geográfica no contexto escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XIII, 2019, São Paulo: USP. **Anais eletrônicos do XIII ENANPEGE**. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562975666_ARQUIVO_ArtigoENANPEGE_AMANDACAVALIERELIMAARAUJO.pdf Acesso em: abr 2020.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Traduzidas do grego e ordenadas conforme a um novo plano por Silvestre Pinheiro Ferreira. Livro on-line. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2019. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1379818/or1379818.pdf Acesso em: abr 2020.

BARATA-MOURA, José. (Re) Pensar a dimensão científica do conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas: UNICAMP, nº 65, pp.3-16, 2015.

BARATA-MOURA, José. **(Re) Pensar a dimensão científica do conhecimento** (mimeo). (Conferência inaugural da “Primeira Semana Epistemológica”, proferida em 25 de setembro de 2013, na Universidade 11 de novembro – Cabinda, Angola). Lisboa, ago. de 2013.

BARATA-MOURA, José. **Materialismo e subjetividade** – estudos em torno de Marx. Lisboa: Avante, 1997.

BARBOSA, Jorge Luiz. O Caos como Imago Urbis: um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 1, n. 1, pp. 59-69, 1999.

BECKER, Bertha Koiffmann. Modernidade e Gestão do Território no Brasil: Da Integração Nacional à Integração Competitiva. **Espaço & Debates**, São Paulo/SP: USP, v. 11, n.32, 1991.

BECKER, Bertha Koiffmann. El uso político del territorio: consideraciones a partir de una vision del tercer mundo. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica: Editorial de la Universidad Nacional (EUNA), v. 3, n.17-18, p. 13-26, 1987.

BRANDÃO, Carlos. O Processo de Subdesenvolvimento, as Desigualdades Espaciais e o “jogo das escalas”. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (Org.). **Desigualdades Regionais**. Salvador: SEI, 2004.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na Região Amazônica**. Brasília, 2001.

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões Regional e Urbana após 1980.7 **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo: ANPUR, v. 13 n.1, p. 27-53, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Crise e superação no âmbito da geografia crítica: construindo a metageografia. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo: PPGH/PPGF-USP, n. 30, pp. 14-28, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “Geografia Crítica” e a crítica da geografia. **Scripta Nova**, Barcelona: Universitat de Barcelona, v. 11, n. 245, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24503.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia Brasileira Hoje: Algumas Reflexões. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, v. 1, n.18, p. 161-178, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da Geografia Humano no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 71, pp. 129-142, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LECIONI, Sandra. Alguns elementos para a discussão do espaço geográfico como mercadoria. **O Borrador**, São Paulo: AGB-São Paulo. 1982.

CARRILLO, David García Colín. **Os limites pós-modernos das ideias de Foucault**: uma crítica marxista. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/os-limites-pos-modernos-das-ideias-de-foucault-uma-critica-marxista/> Acesso em: dez. 2020.

CHASIN, José. Método dialético. **Arquivo Marxista na Internet**, 1909. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/chasin/ano/mes/metodo.htm>>. Acesso em: 30 abr. de 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chauí.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CLOKE, Paul; PHILO, Chris; SADLER, David. **Approaching Human Geography: an Introduction to Contemporary Theoretical Debates**. New York: The Guilford Press, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002b.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002a.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: um século (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As características da nova geografia. **Geografia**, Rio Claro, n. 1, v. 1, 1976.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A epistemologia da geografia na formação dos grupos de pesquisa. *In*: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira (Org.). **Geografia e geografidades: escolhas, trajetórias e reflexões**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) - Brasil. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, v. 02, pp. 101-130, 2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da geografia da miséria. **Geonordeste**, Aracaju: NPGeo-UFS, n. 02, pp. 37-55, 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, Aracaju: UFS, v. 1, n. 6, pp. 166-170, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. A geografia crítica e a economia política. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo: PPGH/PPGF-USP, n. 22, pp. 492-503, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ELDEN, Stuart. Terra, terreno, território. **Geografares**, [S. l.], n. 21, p. 42-60, 2016. DOI: 10.7147/GEO21.13529.

ELDEN, Stuart. How Should We Do the History of Territory? **Territory, Politics, Governance**, v. 1, n. 1, pp. 5-20, 2013. DOI: 10.1080/21622671.2012.733317

ELDEN, Stuart. Land, Terrain, Territory. **Progress in Human Geography**. 34, n. 6 (dezembro 2010): pp 799-817. <https://doi.org/10.1177/0309132510362603>.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: A revolução científica segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. A Geografia Crítica no Brasil. **Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (RJ)**, Duque de Caxias: FFCLDC, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/GeografiaCr%C3%ADtica.htm#_ftn1>. Acesso em: 26 mar. 2020.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Geografias Moderna e Pós-Modernas. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 1, n. 1, pp. 121-137, 1999.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FAISSOL, Speridião [et al.]. **Tendências atuais na geografia urbano-regional: teorização e quantificação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-216.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. 2 v.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização de Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FONTES, Virgínia. **A metamorfose do capital: novos conceitos, velhas práticas**. Apresentação no XVII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG, Belo Horizonte, 2012.

GOMES, Horieste. A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do terceiro mundo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 59, pp. 43-58, 1982.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas: AGB-Campinas, n. 2, v. 3, pp. 523-545, 2012.

GUIA 31ª BIENAL DE SÃO PAULO. **[como (...) coisas que não existem]**. Organizado por Nuria Enguita Mayo e Erick Beltrán. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2014.

GURAN, Milton. Curadoria: expressão e função social. **Revista Studium**, Campinas: Laboratório de Media e Tecnologias de Comunicação, Dpto. de Multimeios, Instituto de Artes da Unicamp, n. 32, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Território numa perspectiva decolonial latino-americana: território como r-existência e território-corpo**. 2020. (1:53:06). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qcx_7OC7Tvw>. Acesso em: 08 dez. 2020.

HAESBAERT, Rogério. Do copo-território ao território-corpo (da T/terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 22, pp. 75-90, 2020a.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, Baltimore: University of Texas Press, v. 19, n. 1, pp. 141-151, 2020b.

HAESBAERT, Rogério. Muros como tecnologías y dispositivos territoriales de control. **Punto Sur**, Revista de Geografía de la UBA, Buenos Aires, v. 1, p. 81-103, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia (IBGE)**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 61, n. 1, pp. 5-20, 2016a.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016b.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014 [1995].

HAESBAERT, Rogério. **Região-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a.

HAESBAERT, Rogério. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia: UFU, v. 9, n. 18, 11 jul. 2014b.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014c.

HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, Zinacantepec: El Colegio Mexiquense A.C, vol. xiii, n. 43, pp. 805-815, 2013a.

HAESBAERT, Rogério. Espaço-terra-território: o dilema conceitual numa perspectiva latino-americana. *In*: Mabe Betonico (Org.). **Provisões** (Worl of Matter). 1. ed. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2013b, p. 54-68.

HAESBAERT, Rogério. Espaço como categoria e sua constelação de conceitos. *In*: TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Ligia; MARTINS, R.; CASTROGIOVANI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Org.). **O Ensino da Geografia e suas Composições Curriculares**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 109-120.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: Saquet, Marcos Aurelio. e Sposito, Eliseu Savério (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2008a, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. *In*: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008b, p. 393-419.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia: IESA-UFG, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo: AGB-São Paulo, v. 1, n. 18, p. 37-46, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. *In*: HAESBAERT, Rogério (Org.). **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói, EdUFF, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Questões Sobre a (Pós-)Modernidade. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro: PPGeo-UERJ, n. 2, p. 7-22, 1997a.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: PPGeo-UERJ, n. 3, p. 20-32, 1997b.

HAESBAERT, Rogério. O binômio território-rede e seu significado político-cultural. *In: Seminário A Geografia e as transformações globais: conceitos e temas para o Ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Redes, territórios e aglomerados: da forma=função às (dis)formas sem função. **Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: AGB, UFRJ, IBGE e CNPq, 13-17 Set. 1993.

HAESBAERT, Rogério. Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Terra Livre**, São Paulo: AGB. n. 7, p. 63-92, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. **Jornal do Brasil** (Caderno Idéias), Rio de Janeiro, p. 11, 21 maio 1987.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 4, n. 7, 2002.

HAESBAERT, Rogério; GOMES, Paulo César da Costa. O Espaço na Modernidade. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 5, pp. 47-68, 1988.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2017.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3. ed. São Paulo, SP: Loyola, 1993.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito - Parte I**. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDEMANN, Heinz Dieter; SANTIAGO, João Phelipe. Entrevista: Manoel Correia de Andrade. **Geonordeste**, Aracaju: NPGeo-UFS, v. 3, n. 1, pp. 103-114, 1986.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX : 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, número especial, pp. 397-416, 2011.

IASI, Mauro. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. Versão e-book. Edição ACRÓPOLIS. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1781/mes/pura.pdf> Acesso em: dez 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LAVOR. Pedro Paulo de. **[Sem título]**. 2014. 1 fotografia, color.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. Materialismo e Empirocriticismo: Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária. **Arquivo Marxista na Internet**, 1909. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm>>. Acesso em: 06 ago. de 2019.

LÉVY, Jacques. *In*: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Éditions Belin, 2003.

LIMONAD, Ester. Editorial. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 1, n. 2, p. 5, 1999a.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 1, n. 1, pp. 71-91, 1999b.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 2016.

MENDES, Luiz Augusto Soares. As formas urbanas da Região Metropolitana de Belém. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XIII, 2019, São Paulo: USP. **Anais eletrônicos do XIII ENANPEGE**. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562603928_ARQUIVO_Enanpege2019-ASFORMASURBANASDAREGIAOMETROPOLITANADEBELEM.pdf Acesso em: abr 2020.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 15. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

PAINTER, Joe. Rethinking Territory. **Antipode: A Radical Journal of Geography**, n. 42, Antipode Foundation, 2010

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEIXOTO, Madalena Guasco. Pós-modernismo e atualidade da teoria Marxista. **Revista Princípios**. Edição 150. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/150/teoria/3190/posmodernismo-e-a-atualidade-da-teoria-marxista-.html> Acesso em: dez. 2020.

PETRA, James. Intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas. **Lutas Sociais**, São Paulo: PUC-SP, n. 1, pp. 1-28, 1996.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu: UNESP, v. 1, n. 1, pp. 83-94, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dilemas dos movimentos emancipatórios contemporâneos: dos fatos e das versões (teorias). **Cadernos do CEAS**, Salvador: CEAS-UCSal, n. 237, pp. 225-253, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre escalas, poderes, ações, Geografias**. Conferência de Abertura no XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 1, n. 2, pp. 67-88, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIQUE, Lenyra. **Do senso comum à geografia científica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A Moradia Nas Cidades Brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada. O processo de produção do espaço: um exercício teórico-metodológico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 60, pp. 21-46, 1984.

ROSA, Crislane Palma da. Classe Social, Raça e Sexo nos usos e apropriações de espaços públicos urbanos: uma reflexão geográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XIII, 2019, São Paulo: USP. **Anais eletrônicos do XIII ENANPEGE**. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562436467_ARQUIVO_ClasseSocialRacaeSexonosusoseapropriacoesdeespacospublicosurbanosumareflexaogeografica.pdf Acesso em: abr 2020.

SAHLINS, Marshall. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SANTANA, Aurelane Alves. Trabalho escravo contemporâneo rural na Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XIII, 2019, São Paulo: USP. **Anais eletrônicos do XIII ENANPEGE**. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562609285_ARQUIVO_Trabalhocompleto-Enanpege.pdf Acesso em: abr 2020.

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo: PPGH/PPGF-USP, v. 19, n. 1, pp. 166-172, [1972] 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017. 264p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 192p.

SAQUET, Marcos Aurélio; et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: Marcos Saquet e Roseli Alves dos Santos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 237-254.

SILVA, Armando Corrêa da. A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica na Perspectiva Teórica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 60, 1984.

SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e ideologia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 52, pp. 93-100, 1976.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

SOJA, Edward William. **Geografias Pós-Modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P. C.; Corrêa, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 319p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P. C.; Corrêa, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Espaciologia”: Uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **Terra Livre**, São Paulo: AGB, v. 10, p. 21-45, 1988.

SPARTAKUS. Editorial. **Jornal do Grupo Spartakus**: uma crítica ao capital, Aracaju, ano IX, n. 7, set. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2. reimpressão, 2014.

STÁLIN, Josef Vissariónovitch. Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico. **Arquivo Marxista na Internet**, 1938. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>>. Acesso em: 06 ago. de 2019.

TRINDADE, Sheila Taiane Pereira. **O território nos limites teóricos e práticos das comunidades de fundo e fecho de pasto**. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. **Interações**, Campo Grande/MS: Universidade São Marcos, v. 3, n.5, pp. 5-19, 2002.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Bahia Análise & Dados**, Salvador/BA: SEI, Governo da Bahia, v. 10, n.04, pp. 193-206, 2001.

VESENTINI, José William. Ensino da Geografia e luta de classes. **Orientação**, São Paulo: Departamento de Geografia-USP, n. 5, p. 33-36, 1984.

VIANA, Myrna T. Rego. Editorial - Porque mudar? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 51, pp. 5-6, 1976.

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte: Departamento de Filosofia-UFMG, v. 54, n. 127, pp. 109-124, 2013.